

**A GESTÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE: O CASO DE
VITÓRIA 2005-2010**

CAMILA LOPES TAQUETTI

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Vitória

Novembro de 2010

A GESTÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE: O CASO DE VITÓRIA 2005-2010

Camila Lopes Taquetti

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 26 de novembro de 2010 por:

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Smarzaró Siqueira - Orientador UFES

Prof. Dr. Elmir de Almeida, USP Ribeirão Preto

Prof^ª. Dr^ª. Vanda de Aguiar Valadão, UFES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Vitória, novembro de 2010**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

T175g Taquetti, Camila Lopes, 1982-
A gestão das políticas de juventude : o caso de Vitória, 2005-2010 /
Camila Lopes Taquetti. – 2010.
243 f. : il.

Orientador: Marcia Smarzaró Siqueira.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Juventude. 2. Políticas públicas. 3. Descentralização na
administração pública. 4. Gestão pública. I. Siqueira, Marcia Smarzaró.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas
e Econômicas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Paula e Edson, familiares, amigos,
professores, à universidade, proteção e vida.

Muito Obrigada!

Camila Lopes Taquetti

Realmente, vivemos tempos sombrios!
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas
denota insensibilidade. Aquele que ri
ainda não recebeu a terrível notícia
que está para chegar.
Que tempos são estes, em que
é quase um delito
falar de coisas inocentes,
pois implica em silenciar
sobre tantos horrores.

(Bertolt Brecht. “Tempos Sombrios”)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem enquanto objetivo examinar as propostas das políticas locais voltadas para a Juventude no Município de Vitória. Nosso objetivo foi, além de identificar essas ações, compreender a concepção que seus gestores têm sobre a juventude; entender como os jovens participam na gestão dessas políticas e como a gestão local se organiza para integrar as ações entre os diferentes setores que existem dentro da prefeitura. Para tanto, construímos uma reflexão sobre a constituição e a concepção da política social brasileira voltada aos jovens desde os anos 1950 no país, a fim de nos aproximarmos do debate da gestão municipal, enquanto uma esfera do poder local que, posteriormente à democratização passou a vislumbrar a ampliação de espaços de participação social na gestão pública. Outro elemento estudado foi a respeito de como a gestão se organiza no sentido de promover a intersectorialidade no conjunto do serviço prestado para a juventude local, onde discutimos a Câmara Técnica de Juventude. Os resultados indicam que existem dois grandes pólos em torno da concepção de juventude: ora vista como problema, ora vista como possibilidade. Essa prefeitura esforça-se para atender algumas necessidades e demandas juvenis com a criação de inúmeras ações, contudo, vem enfrentando dois grandes desafios: primeiro, de fomentar a participação juvenil provocando diversos setores sociais e segundo, de exercitar a construção de um grupo interno específico para realizar uma discussão direcionada para promover a integração das políticas ofertadas para a juventude local.

Palavras-chave: Juventude; Políticas Públicas; Poder local.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze local policies proposals directed to the youth of Vitoria city in Brazil. The main goal is to identify these actions and to understand policy managers concept of youth. Besides, the study aimed to understand how do young people participate on the management of these policies and how do local management integrates these policies among different sectors within the city's prefecture. We analyzed Brazilian social policies origins and contents since 1950s. This analysis allowed debating district management as a local power and its increased receptivity to social participation on public management after the establishment of democracy. We discuss the Youth Chamber when we analyze another aspect concerning management's organization in order to promote intersectoriality as part of the services rendered to local youth. When it comes to the meaning of youth the results indicate two main ideas: it is either seen as a problem, either as a solution. The prefecture mentioned above has implemented several actions to respond to the youngsters' needs and demands. However the prefecture is being faced with two major challenges: at first, to establish young's participation which is setting of several sectors; second, to create an internal group specifically to discuss the integration of policies offered to the local youth.

Keywords: Youth, Public Policy, Local Power

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Ações Federais para a juventude no Brasil.....	74
Quadro 2: População jovem de Vitória.....	130
Quadro 3: Indicadores do desenvolvimento de Vitória no Ranking dos municípios.....	131
Quadro 4: Mortes violentas entre jovens de Vitória (2007- 2009).....	132
Quadro 5: Homicídios entre jovens de vitória de acordo com sexo (2007-2009).....	133
Quadro 6: Bairros de Vitória com maior incidência de homicídios entre jovens.....	133
Quadro 7: Organização do Orçamento Participativo de Vitória de 2005.....	150
Quadro 8: Demandas do I Orçamento Participativo da Juventude de 2006.....	150
Quadro 9: Políticas e Ações Públicas e Sociais de Juventude da PMV.....	157
Quadro 10: Ações de proposição local para a juventude de 15 a 29 anos da PMV.....	159
Figura 1: Divisão das regiões administrativas de Vitória.....	130

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEJUVENT - Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

CPS – Comitê de Política Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CTJ – Câmara Técnica de Juventude

EC – Emenda Constitucional

ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fórum DCA - Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

GJUV – Gerência de Juventude

GRJ – Gerência de Relações com a Juventude

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LBA – Legião Brasileira de Assistência

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

OPJ – Orçamento Participativo da Juventude

PCB – Partido Comunista do Brasil

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PL – Partido Liberal

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMV – Prefeitura Municipal de Vitória
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PPJ – Política Pública de Juventude
Pronas - Programa Nacional Segurança com Cidadania
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SECOP – Secretaria de Coordenação Política
SEGES – Secretaria de Gestão Estratégica
SEHAB - Secretaria de Habitação
SEMAS – Secretaria de Assistência Social
SEME – Secretaria de Educação
SEMESP - Secretaria de Esportes e Lazer
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETGER - Secretaria de Trabalho e Geração de Renda
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	14
METODOLOGIA DO ESTUDO	21
CAPÍTULO I – POLÍTICA SOCIAL: O CONTEXTO NACIONAL E O LUGAR RESERVADO AOS JOVENS BRASILEIROS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	29
1.1 A Constituição da Política Social no Estado Capitalista	30
1.2 Política Social: o cenário brasileiro	35
1.2.1 Política social no Brasil no período Neoliberal: conquista cidadã, desmonte da seguridade social e novos elementos à sua condução	40
1.3 A gênese e a oferta de políticas públicas voltadas à juventude brasileira	49
1.3.1 Os anos 90 e a eclosão de iniciativas para a juventude	55
1.3.2 A Política de Juventude brasileira partir do governo Lula: entre avanços e permanências	65
CAPÍTULO II – O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE: UM DESTAQUE PARA A ABORDAGEM DAS JUVENTUDES	82
2.1 A construção das noções sobre adolescência e juventude	83
2.1.1 Juventude: alguns aspectos dessa categoria social	89
2.1.2 Juventudes: uma opção conceitual	97
CAPÍTULO III – ESTADO, ESFERA PÚBLICA E A POLÍTICA LOCAL DE JUVENTUDE: AS INSTÂNCIAS DE GESTÃO DA PREFEITURA DE VITÓRIA	102
3.1 A contribuição do pensamento gramsciano sobre o conceito do Estado e a influência no Brasil	104
3.1.1 Ampliação da esfera pública no debate da política social na perspectiva do Estado Ampliado	111
3.2 Poder local: descentralização e intersetorialidade como alternativas à gestão da coisa pública	113
3.2.1 Descentralização na gestão da coisa pública	118
3.2.2 Intersectorialidade: uma estratégia de gestão pública	121
3.2.2.1 O modelo de gestão intersectorial da Prefeitura Municipal de Vitória	123
3.2.2.2 A Câmara Técnica de Juventude	125

3.3	Vitória: dados da capital e da juventude local	129
3.4	O surgimento das iniciativas públicas locais de juventude no contexto nacional	134
3.5	A constituição e organização das instâncias para gestão das políticas de juventude na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Vitória entre 2002-2010	138
3.5.1	Sub-Coordenadoria de Valorização da Juventude (2002-2004)	139
3.5.2	A Gerência de Relações com a Juventude - Secretaria de Coordenação Política	141
3.5.3	A Gerência de Juventude - Secretaria de Assistência Social.....	144
3.5.4	Orçamento Participativo da Juventude – Secretaria de Gestão Estratégica	148
CAPÍTULO IV – AS POLÍTICAS LOCAIS PARA A JUVENTUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA		156
4.1	Reconhecendo as ações de proposição local	157
4.1.1	Secretaria de Educação: Projeto Mobilização Estudantil	159
4.1.2	Secretaria de Cultura: Ação Circuito Cultural	163
4.1.3	Secretaria de Esportes e Lazer: Esportes Comunitários Vitória da Paz	166
4.1.4	Secretaria de Trabalho e Geração de Renda: Vitória da Qualificação.....	169
4.1.5	Secretaria de Assistência Social: Cine Kbça, Centro de Referência da Juventude e Núcleo Afro Odomodê	172
CAPÍTULO V – CONCEPÇÕES, PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DAS AÇÕES LOCAIS VOLTADAS À JUVENTUDE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA		183
5.1	A concepção da juventude pelos profissionais das políticas locais da Prefeitura de Vitória	184
5.2	Interlocução com a juventude na gestão das políticas locais da Prefeitura de Vitória: um desafio colocado, um processo ainda em construção	198
5.3	Intersetorialidade: “uma pedra no sapato da gestão”	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS		215
REFERÊNCIAS.....		228
ANEXOS		242

INTRODUÇÃO

A presente proposta de estudo surgiu de um interesse pessoal, profissional e reflexivo de realizar um aprofundamento teórico acerca da Política de Juventude no país seus desdobramentos e iniciativas em nível local. Neste caso, a cidade Vitória, capital do Espírito Santo.

Esse interesse já nos acompanha há algum tempo. A primeira aproximação com a temática da juventude se deu, ainda, enquanto estudante de Serviço Social e a partir de nossa inserção no Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo – NEJUP, do Departamento de Serviço Social/ Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Através dessa experiência, foi possível conhecer um pouco da literatura, bem como, estabelecer uma aproximação concreta com experiências vivas relativas à juventude. Em termos da literatura, refiro-me aos textos de autores como: Consuelo Quiroga, Marília Sposito, Paulo Carrano, Juarez Dayrell, Elmir de Almeida, Helena Abramo, Maria das Graças Rua, Miguel Abad, Julio Bango, Dina Krauskopf entre outros.

Em termos das experiências vivas, refiro-me a minha atuação profissional em projetos voltados à juventude. A partir daí nos aventuramos em conhecer um pouco mais dessa temática. Nessa oportunidade, foi possível compreender um pouco mais e percebê-la como questão que inquieta a sociedade e a gestão pública no esforço de encontrar alternativas para enfrentá-la.

Dessa forma, esse tema nos aponta inúmeras questões teóricas e dilemas profissionais. Nesse sentido, a realização dessa pesquisa é motivada por afeição pessoal, interesse acadêmico e profissional e visa construir uma compreensão mais profunda e qualificada que possa contribuir para a reflexão, implementação e execução de ações municipais voltadas ao público juvenil.

Trata-se de um tema ainda pouco explorado pelos estudiosos das políticas de juventude, mesmo porque se trata de algo também muito novo. Grande parte da abordagem sociológica da juventude e a construção de políticas surgem em meados dos anos 1990, contudo, em nível local, essa preocupação só começa a despontar depois dos anos 2000, de certa forma, induzido pela discussão em curso no nível federal.

Estudar juventude e seus temas transversais se coloca como algo atual, relevante e urgente nos dias de hoje. Afirmamos isso, pois vivemos um momento de preocupações e incertezas, principalmente quanto à situação social dos jovens expressa em dados de desemprego, frágil escolaridade, saúde, cultura e lazer, mas, principalmente, com relação à violência juvenil.

No Brasil, há cerca de 45 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Isso equivale a 28% da população brasileira (num universo de 169. 799. 170 de habitantes), sendo que 80% desse grupo encontra-se concentrado no espaço urbano (UNESCO, 2004). Desse quantitativo mais de 20% não trabalha nem estuda ¹.

Com relação à alfabetização da juventude brasileira, o *Relatório IDJ 2007*², mostra que em entre 2001 a 2006 houve uma gradativa redução da taxa de analfabetismo entre esse segmento. Em 2001 a taxa de analfabetos era de 4,2 %, em 2003, caiu para 3,4% e em 2006 reduziu ainda mais para 2,4%. Sendo assim, em 2006 apenas 3,3% do total de jovens não sabia ler e escrever. (WAISELFISZ, 2007).³

Já a situação educacional é bem menos otimista. Em 2006, cerca de 53% dos jovens entre 15 e 24 anos encontravam-se fora da escola. Sendo assim, 14% dessa juventude não cursa o nível de ensino correspondente à sua faixa etária, o que caracteriza um problema de distorção idade/série ou defasagem escolar. Se diminuirmos do quantitativo de jovens em escolarização defasada ou que estão fora da escola, restam apenas 33% de jovens que cursam o ensino médio (seja supletivo ou regular) e o ensino superior em idade compatível com o nível escolar (WAISELFISZ, 2007).

Um dos grupos mais atingidos pelo desemprego no país é o segmento juvenil. Cada vez mais, tem sido tardia a entrada desse grupo no mercado de trabalho. Entre 1995 e 2003, a taxa de

¹ Conferir: POCHMANN, Márcio. O mercado de trabalho reproduz a desigualdade. **Caros Amigos**, São Paulo: Ed. Casa Amarela, ano XII, n. 149, ago., 2009. p. 26-29

² A fim de construir um indicador capaz de refletir sobre a situação social da juventude brasileira de 15 a 24 anos, foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), sob critérios similares aos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas (PNUD). Esses critérios avaliam as “condições de vida e as possibilidades de acesso da juventude brasileira a benefícios sociais considerados básicos, como educação, saúde e renda” no período de 2001 a 2006 (WAISELFISZ, 2007, p. 5).

³ É importante destacar que o IDJ 2007 considera alfabetizada a pessoa que tem capacidade de ler e escrever um texto simples, como um recado, na sua língua original.

desemprego cresceu de 13% para 23% entre jovens de 15 a 19 anos e de 10% para 16% entre os jovens de 20 a 24 anos. (CARDOSO JR et al., 2006).

Cardoso Jr (2006) aponta dois fatores que explicam essa elevada taxa de desemprego entre os jovens no contexto mundial. O primeiro está relacionado à diminuição dos postos de trabalho a partir dos anos 90, dado o processo de reestruturação produtiva e as decorrentes mudanças no mundo do trabalho. Nesse período, o mercado de trabalho passou a intensificar as exigências por meio de comprovação de qualificação e experiência profissional, algo que a maioria dos jovens não possuía e isso contribuiu para dificultar a entrada dos jovens nesse mercado. O segundo fator diz respeito aos tipos de trabalhos ofertados para os jovens, muitos não proporcionam segurança e continuidade, caracterizando-se por trabalhos temporários. A juventude nesse período e nessa faixa etária representa cerca de 47% do total de desempregados no mundo.

Com relação à renda familiar per capita dos jovens, expressa em salários mínimos, isso também sofre redução. De 1,46 em 2001 para 1,31 salários mínimos em 2003. Isso representa uma queda de 10,3%. Essa queda foi maior nos estados da região norte e nordeste do país (WAISELFISZ, 2007).

As conseqüências dessa situação de desemprego e diminuição da renda familiar dos jovens têm grande relação com o processo de desinstitucionalização dos laços sociais tradicionais, pois os jovens têm enfrentado cada vez mais dificuldades de perseguirem o circuito das instituições família-escola-trabalho, como apresenta Abad (2002), o que tem retardado o processo de integração e inserção social da juventude. Dessa forma, o desemprego tem gerado uma situação de grande vulnerabilidade desse segmento social.

Quanto à violência, é importante destacar a centralidade com que a questão vem aparecendo no debate nacional. Waiselfisz (2006) informa que é justamente na faixa etária de 15 a 24 anos que essas taxas cresceram entre 1994 e 2004. Informa, ainda que são os jovens do sexo masculino e afrodescendentes os mais vitimizados, atingindo até 92% dos homicídios ocorridos entre os jovens.

Quanto a essa realidade, em 2004, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro estão entre os três estados que apresentam maiores índices de mortes entre jovens pela via de homicídios respectivamente (WAISELFISZ, 2006).

O aumento da violência juvenil associado à deflagração de casos nacionais envolvendo jovens e violência, como o assassinado do índio Galdino por jovens de classe média em Brasília em 1997, a chacina de adolescentes na igreja da Candelária no Rio de Janeiro em 1993 e inúmeros episódios de rebeliões de adolescentes inseridos em instituições de internação como na antiga FEBEM em São Paulo, se constituíram como elementos importantes “para a formação de uma opinião pública sensível ao tema da juventude” (SPOSITO, 2007, p. 7).

A questão da violência juvenil brasileira, enquanto problema público desponta como o principal fator à proposição de ações públicas. Em segundo instância, já nos anos 2000, ganha visibilidade o tema do desemprego entre os jovens e os mais atingidos são, sem dúvida, os jovens pobres, negros/afrodescendentes e moradores das periferias das cidades urbanas (SPOSITO, 2007).

Tem-se um enorme desafio a ser enfrentado com relação à situação juvenil brasileira. Embora os índices apontados no *Relatório IDJ 2007* demonstrem que as taxas de escolarização têm aumentado e o analfabetismo tem gradativamente diminuído, com relação ao desemprego e à violência juvenil as taxas só tem aumentado.

Conforme destaca Sposito (2003a), é em meio a esse cenário que as três esferas do poder executivo vêm enfrentando o desafio de criar políticas públicas para enfrentar essa situação social tão desfavorável à juventude. Em nível municipal isso não tem sido diferente.

Somente a partir dos anos 2000 é que a política de juventude brasileira passou a ganhar enfoques e projetos específicos visando o atendimento do jovem após atingir a maioridade. Antes disso, a maioria das ações públicas eram voltadas apenas ao atendimento de crianças e adolescentes. É nesse mesmo período que começam a surgir as primeiras iniciativas municipais específicas para o segmento juvenil. (SPOSITO, 2003a).

Esse recente processo de construção de políticas tem enfrentado barreiras quanto à sua legitimação social e política, pois a ideologização em torno da juventude ainda está muito calcada numa visão de problema, de ameaça e de crise de identidade. Outra barreira diz respeito à falta de uma legislação que especifique como o Estado, a sociedade e a família devem agir diante de um novo contexto social e de uma nova condição juvenil.

Para conhecer como a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) reage diante desse cenário, nos propomos a estudar suas políticas locais dirigidas à juventude e suas alternativas de gestão. A escolha pela atuação desse município se dá, pois, devido a um expressivo investimento em número de ações voltadas aos jovens, de instâncias gestoras da política de juventude municipal além da proposição de estratégias participativas de gestão.

Assim, a presente proposta de estudo torna-se relevante, já que se apresenta como uma possibilidade de produção de conhecimento acerca desse tema, além de socializar e publicizar algumas ações que, de acordo com a nossa hipótese, se constituem em estratégias do poder local que visam extrapolar os limites que vem compondo as políticas públicas de juventude nacionalmente.

Através do trabalho empírico, identificamos as ações vigentes que a PMV elaborou a partir de 2005 para os jovens entre 15 e 29 anos de idade, das quais buscamos conhecer a concepção que seus gestores têm sobre a *juventude*. Além disso, discutimos sobre as instâncias gestoras e algumas estratégias de gestão realizadas para o desenvolvimento da política de juventude. Dentre as estratégias, discutimos mais profundamente os temas: *interlocação* e *intersectoralidade*.

Sobre a interlocação, priorizamos nos aprofundar nos meios utilizados pela PMV para dialogar, consultar e promover a participação entre poder público e os jovens da cidade, sob enfoque da descentralização político administrativa do Estado brasileiro promovida após a democratização. Nesse sentido, o poder local passou a ganhar um novo significado nessa estrutura, assumindo assim maior responsabilidade no tocante do desenvolvimento local, como aponta Alcântara (2001).

Acerca da intersetorialidade, foi possível identificar que a Prefeitura Municipal de Vitória desenvolveu um modelo de gestão intersetorial. No caso das ações voltadas à juventude, isso se expressa na criação de um colegiado gestor exclusivo para reflexão do tema, que é a Câmara Técnica da Juventude.

Sendo assim, com o objetivo de trabalhar os aspectos destacados, apresentamos a estrutura deste estudo em cinco capítulos.

No primeiro capítulo realizamos uma abordagem crítica sobre o processo de constituição da política social na realidade brasileira, a fim de encontrar o lugar em que surge a atuação pública favorável à juventude no âmbito nacional, apontando a progressão desse processo de proposição de políticas até a atualidade.

Enquanto elemento fundamental para entender a singularidade inscrita nessa totalidade, no segundo capítulo fez-se necessário ampliar o debate sobre a concepção teórica acerca da juventude, ou melhor, sobre **essas juventudes**⁴, como preferimos abordar, enquanto categoria social. Nesse sentido, pretendemos com essa reflexão, “[...] configurar eixos compreensivos a partir dos quais se constituem as ações emergentes públicas que propõem a juventude como alvo privilegiado” (CAMACHO, 2005, p. 2).

Já no terceiro capítulo, pautamos o debate da inserção da sociedade civil na composição da esfera pública. Discutimos o tema da descentralização e da inclusão da participação popular em processos decisórios no poder público, onde a contribuição do pensamento gramsciano, principalmente no que se refere à discussão do Estado Ampliado, coloca-se como possibilidade explicativa dessa realidade. Buscamos identificar alguns enfoques sobre o recente debate da participação juvenil nessa esfera e de alguns canais criados pela PMV para promover essa interlocução entre juventude e poder público municipal.

⁴ A preferência por adotar o termo Juventudes (no plural) perpassa uma opção teórica que alerta para a importância de referenciar esse segmento de acordo com as múltiplas situações sociais incutidas no desenvolvimento desta fase da vida que inclui as mudanças ocorridas na sociedade, na sua história, nas diferenças de classe sociais sobre o gênero e ocupação que condicionam as diferentes maneiras de ser jovem (MARGULIS; URRESTI, 1996).

Ainda no capítulo três, sob restrita produção bibliográfica, tratamos da intersetorialidade na gestão pública como meio de construção de serviços públicos integrados no atendimento à população. Para tanto, realizamos uma exposição sobre o modelo intersetorial de gestão da PMV, onde se destaca a Câmara Técnica de Juventude, como um canal de promoção dessa integração de ações específicas para os jovens. Destacamos ainda sobre a organização administrativa da PMV para gestão e execução da política de juventude municipal onde descrevemos sobre a Gerência de Juventude da Secretaria de Assistência Social, a Gerência de Relações com a Juventude da Secretaria de Coordenação Política além do Orçamento Participativo da Juventude.

No quarto capítulo, apresentamos as sete ações criadas pela PMV com intuito de oferecer serviços públicos aos jovens de 15 a 29 anos do município. São elas: o Projeto Mobilização Estudantil, o Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz, o Programa Vitória da Qualificação, a Ação Circuito Cultural, o Cine Kbça, o Centro de Referência da Juventude e o Núcleo Afro Odomodê. Aqui, destacamos os indicadores para a criação dessas ações, seus objetivos principais, suas referências e atividades promovidas.

A discussão realizada em todos os capítulos anteriores e os dados empíricos adquiridos através das entrevistas foi fundamental para construirmos a análise no quinto capítulo. Neste, analisamos as três categorias propostas para este estudo. Analisamos a concepção de juventude dos técnicos gestores das ações locais voltadas à juventude desenvolvidas pela Prefeitura de Vitória, a promoção da interlocução entre poder público e os jovens da cidade, além da construção do debate intersetorial para integração das políticas dirigidas ao seguimento juvenil.

METODOLOGIA DO ESTUDO

A metodologia é o estudo do método que nos auxilia e possibilita realizar uma pesquisa sociológica que permite analisar a teoria e os dados a serem investigados (BECKER, 1997).

Para Minayo e Sanches (1993), a produção do conhecimento científico resulta da aproximação das teorias e da realidade empírica. O método tem o papel fundamental de articular esse encontro.

Para realizar essa fusão entre teoria e realidade, é importante que o estudo compreenda uma diversidade de métodos e técnicas de investigação e explicação dos fatos sociais (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002) e (MARTINS, 2004).

Para nós, o objeto de estudo é um processo que vai sendo delineado e construído, é um caminho que devemos percorrer para nos aproximarmos cada vez mais do tema e dos objetivos propostos para análise, contemplando assim posicionamentos teóricos e abordagens da realidade (MINAYO, 2002).

Desse modo, nosso processo de pesquisa contou com muitas mudanças no seu curso, ora com desistências, ora com inclusões.

Nesse sentido, esta pesquisa compromete-se com o reconhecimento das ações públicas e sociais dirigidas aos jovens, moradores de Vitória cuja proposição e delineamento são da gestão do poder executivo municipal a partir de 2005. Essa identificação nos proporcionou analisar três categorias de análise no universo dessa gestão: as concepções dos profissionais das políticas sobre a juventude; a construção e efetivação de mecanismos que propiciem a interlocução entre os jovens, suas organizações e a prefeitura; a construção intersetorial em torno das políticas de juventude do município.⁵

⁵ Este trabalho inclui-se na segunda linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, em Política Social, ligado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Espírito Santo: Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais.

Para o estudo em tela, optamos pela abordagem qualitativa por acreditarmos ser o método mais adequado para atender às expectativas do objeto proposto.

Além de realizar uma investigação que priorizasse as realidades sociais da juventude e das políticas públicas em nível nacional e local, nossa perspectiva foi associar os dados do referencial bibliográfico, que nos proporcionou uma análise interpretativa, junto aos resultados das entrevistas enquanto instrumento (meio) e como protótipo principal dessa análise (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002).

A entrevista é um “material primordial da investigação qualitativa”. Acreditamos que a partir da fala dos profissionais que vivenciam cotidianamente essa gestão, tem-se a possibilidade de expressar “[...] nas relações afetivas e técnicas, [...] nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” as minúcias que não estão escritas em lugar algum, os desafios e avanços postos à condução dessas ações no dia a dia da gestão pública (MINAYO; SANCHES, 1993, s.p.).

Nesse sentido, foi fundamental entrevistar os profissionais (entre gerentes, coordenadores, técnicos de nível superior, assessores e também estagiários) responsáveis pela gestão e execução das ações, pois somente através de suas falas foi possível conhecer suas concepções de juventude. Através delas pudemos também identificar algumas especificidades das ações e das possibilidades/impossibilidades no âmbito da gestão em dois aspectos principais: a interlocução entre os jovens e a prefeitura e a integração dos diferentes setores executores de ações públicas voltadas ao segmento juvenil local.

Foi possível contar também com a contribuição de alguns documentos institucionais como encartes e jornais, mas, principalmente, com os próprios projetos das ações estudadas. Entretanto, não tivemos acesso aos projetos de todas as ações e, muitos deles também encontravam-se desatualizados ou mesmo incompletos.

Documentos, projetos, *sites*, informativos e panfletos jamais nos proporcionariam conhecer essas informações com o grau de profundidade realizado através das falas dos entrevistados. Foi

através das entrevistas que conseguirmos acessar informações que deram o conteúdo inédito desta pesquisa.

A opção pela realização da entrevista semi-estruturada, enquanto uma técnica bastante usual na produção do conhecimento científico permitiu-nos desvendar opiniões e perspectivas que extrapolam a nossa capacidade de perceber a realidade através de leituras em bibliografias específicas (GASKELL, 2002).

Desse modo, utilizamos técnicas de coleta de dados, através da realização de *entrevista semi-estruturada* e identificação de *documentos* em segunda instância. Já no tratamento dos dados contamos com a técnica de *análise de conteúdo* (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002) tanto das entrevistas, quanto dos documentos selecionados.

A técnica de análise de conteúdo implica na realização de três etapas subseqüentes: a *pré-análise*, que é basicamente a organização do material a ser utilizado no estudo, a fim de nortear a delimitação do objeto e a elaboração de hipóteses; a *descrição analítica*, nesta etapa trata-se de aprofundar-se nos documentos identificados para assim criar as categorias e classificá-los; a *interpretação referencial* é o momento de “desvendar o conteúdo latente” já expresso nos documentos analisados com mais profundidade. É o momento de criar inferências e interagir junto com o estudo realizado para assim orientar conclusões que ultrapassem o conteúdo manifesto dos documentos para a descoberta de ideologias, perspectivas, etc. (TRIVIÑOS, 1987).

A técnica de análise de conteúdo pode ser considerada como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN apud TRIVIÑO, 1987, p. 160).

Esse processo construtivo que é a busca de respostas para o objeto proposto nos proporcionou que criássemos possibilidades para investigar e responder, ou mesmo provocar novos debates sobre a realidade da política de juventude no município de Vitória.

Identificamos através da revisão bibliográfica os trabalhos de conclusão do curso de Serviço Social da UFES de Helmer e Caliarí (2006) e Ragatieri e Silva (2009) como as únicas bibliografias que tratam das políticas de juventude da Prefeitura de Vitória a partir de 2005. Através deles, foi possível identificar o organograma político-administrativo da Prefeitura de Vitória para a gestão das políticas de juventude.

O segundo passo dado foi buscar dentro da Prefeitura de Vitória, alguns documentos que reunissem as ações voltadas à juventude em execução. Desse modo, nos foi cedido pela Gerência de Juventude da SEMAS o Diagnóstico das Políticas de Juventude⁶ realizado pela Gerência de Planejamento de Governo da Secretaria de Gestão Estratégica em 2008.

Com isso, demos início a um longo e árduo trabalho de campo, onde pudemos identificar o quantitativo de ações, programas, projetos e espaços voltados aos jovens que estavam em execução nas diferentes secretarias dessa prefeitura por mais de um ano. Além disso, buscamos compreender como a PMV se organiza para conduzir a gestão dessas ações.

Desse modo, entregamos cartas nos gabinetes dos secretários, realizamos contatos telefônicos, enviamos *emails* e abordamos algumas pessoas para solicitar informações e também nos indicar os sujeitos chave para entrevistarmos para esta pesquisa.

Nessa identificação foi possível obter uma noção do total de ações executadas pela prefeitura, as ações que estavam vigentes, quais foram elaboradas pelo governo federal, quais seguiam uma diretriz nacional, mas, principalmente, *quais ações eram de proposição do município*.

É importante informarmos que tivemos maior facilidade em acessar alguns dados, informações e também fontes pessoais dentro da PMV por conhecermos pessoalmente alguns desses profissionais e pelo fato de já termos atuando nessa prefeitura enquanto estagiária de Serviço Social na Gerência de Juventude da Secretaria de Assistência Social em 2006 e posteriormente

⁶ Este diagnóstico nos deu uma noção panorâmica das ações desenvolvidas pela PMV, no entanto, trata-se de uma apresentação de slides, cujo levantamento é incipiente e muitas das informações já encontravam-se desatualizadas. A retomada da Câmara Técnica da Juventude tem se colocado disposta a atualizar as informações, criando critérios mais claros na definição de políticas específicas e relacionadas com a juventude.

como profissional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens da Secretaria de Educação entre 2006 e 2008. Saímos dessa prefeitura para darmos continuidade ao mestrado a partir do momento em que fui contemplada como bolsista do FAPES.

O Diagnóstico de Políticas de Juventude (2008) e o levantamento feito junto a alguns profissionais da PMV nos orientou a buscar informações nas seguintes secretarias municipais: Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Cidadania e Direitos Humanos, Saúde, Educação, Trabalho e Geração de Renda, Coordenação Política, Segurança Urbana e Gestão Estratégica.

Com isso, identificamos que a PMV possui aproximadamente um quantitativo de 26 (vinte e seis) ações entre programas federais e municipais dirigidos ao público adolescente e juvenil no município até agosto de 2010.

Dessas vinte e seis ações, verificamos que nove delas são ações/programas/projetos/espços cuja proposição e elaboração são do próprio poder executivo municipal. Contudo, para definirmos nosso campo de análise, construímos e reconstruímos ao longo desse processo de pesquisa alguns critérios e orientações para delimitar as ações que seriam analisadas.

Definimos então que:

- 1º) as ações/projetos/programas/espços estudados deveriam ser eminentemente elaboradas e propostas pela gestão municipal;
- 2º) as ações identificadas deveriam estar em execução há pelo menos um ano, ou seja, só foram estudadas as iniciativas propostas entre 2005 e 2009;
- 3º) não estudaríamos as ações cuja proposta é ofertar serviços de proteção social, como as que vem atender à legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente através de medidas como de liberdade assistida, de abrigamento etc.
- 4º) elencaríamos ações cujo atendimento é voltado a jovens a partir de 15 anos de idade;
- 5º) contemplaríamos o maior número de secretarias municipais atuantes com a juventude.

Desse modo, nosso universo consistiu na análise de sete ações públicas e sociais voltadas aos jovens do município de Vitória: **Projeto Mobilização Estudantil**, da Secretaria de Educação; **Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz**, da Secretaria de Esportes e Lazer; **Programa Vitória da Qualificação**, da Secretaria de Trabalho e Geração de Renda; **Ação Circuito Cultural**, da Secretaria de Cultura; **Cine Kbça**, **Centro de Referência da Juventude** e **Núcleo Afro Odomodê** da Secretaria de Assistência Social.

Com os contatos realizados e a identificação das ações/programas/projetos/espços da PMV, optamos por realizar as entrevistas com os atores responsáveis pela execução das mesmas, a fim de colher as principais informações, uma vez que os documentos cedidos, em sua maioria estavam desatualizados e frágeis. Em alguns setores não foram cedidos ou eram inexistentes.

Além de realizarmos entrevistas com os gestores diretos das ações selecionadas para análise, tivemos a necessidade de efetuar mais duas entrevistas com os profissionais responsáveis pelas duas gerências voltadas às políticas para a juventude: a *Gerência de Juventude* da Secretaria de Assistência Social e a *Gerência de Relações com a Juventude* da Secretaria de Coordenação Política.

Com o avanço do trabalho de campo, percebemos a necessidade de conhecer um pouco mais sobre dois instrumentos de gestão da política de juventude municipal que é o *Orçamento Participativo da Juventude* e a *Câmara Técnica de Juventude*, ambos coordenados pela Secretaria de Gestão Estratégica dessa prefeitura. Desse modo, foi preciso entrevistar mais dois técnicos ligados diretamente a essas iniciativas.

Ao total foram realizadas 15 (quinze) entrevistas. No entanto, com o amadurecimento dos estudos, decidimos excluir três ações estudadas desse recorte de análise por identificarmos que não atendiam aos critérios que foram sendo construídos no curso deste estudo.

As entrevistas descartadas referem-se às ações: Área Técnica da Saúde do Adolescente e do Jovem da Secretaria de Saúde, Projeto Adolescente Aprendiz da Secretaria de Trabalho e Geração de Renda e Projeto Oitava Cidadã da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos.

As ações Área Técnica da Saúde do Adolescente e do Jovem e o Projeto Adolescente Aprendiz não foram consideradas neste estudo por não atenderem ao critério de serem propostas eminentemente pelo município, pois se tratam de ações referenciadas em parâmetros e legislação nacional. Já o projeto Oitava Cidadã não atende a dois critérios elencados no estudo: a faixa etária e o tempo de execução inferior ao que foi estabelecido.

Sendo assim, apenas o conteúdo de 13 entrevistas⁷ foi estudado nesta pesquisa.

As entrevistas foram feitas por meio de gravadores de fitas k7, sendo posteriormente transcritas. Utilizamos um modelo de roteiro⁸ flexível contendo questões gerais e específicas sobre identificação das propostas e critérios das ações locais; sobre a concepção dos gestores em relação à juventude; interlocução e intersetorialidade na gestão das políticas de juventude no município.

Utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁹ como procedimento ético, com o objetivo de elucidar os entrevistados sobre os propósitos da pesquisa e resguardá-los de quaisquer contratemplos.

Todos os entrevistados estão resguardados de sua identificação, pois preferimos não indicar seus nomes e cargos.

O amadurecimento do tema, as surpresas e descobertas ao longo do trabalho de campo foram nos provocando a conhecer algumas iniciativas que não foram previstas no início deste estudo, o que apontou para assumirmos novos posicionamentos teóricos e abordagens dessa contraditória realidade social conforme aponta Minayo (2002), que também tem forte incidência sobre o

⁷ Vale destacar que três dessas entrevistas foram realizadas com duplas de profissionais. Isso ocorreu por preferência dos técnicos, por se sentirem mais a vontade em fazê-lo dessa forma. Deixamos as entrevistas seguirem com o máximo de liberdade e tranquilidade para os entrevistados. Todas elas foram feitas em seus locais de trabalho e todos se colocaram solícitos para participarem da pesquisa.

⁸ O roteiro encontra-se nos Anexos deste trabalho.

⁹ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se nos Anexos deste trabalho.

segmento juvenil e que vem provocando o Estado cada vez mais para atuar em prol dessa parcela significativa da população.

OBJETIVOS DO ESTUDO

Objetivo Geral:

Identificar e analisar a concepção e a perspectiva que orienta a execução das políticas locais voltadas ao público juvenil executadas pelos diferentes setores da Prefeitura Municipal Vitória (Assistência, Esporte e Lazer, Educação, Cultura, Trabalho e Geração de Renda e Saúde).

Objetivos específicos:

- Identificar sobre a intersetorialidade na execução das políticas de juventude;
- Identificar como é ou foi estabelecida relação com os segmentos juvenis da cidade para elaboração e execução das políticas;
- Identificar a concepção de juventude desses profissionais.

CAPÍTULO I

POLÍTICA SOCIAL: O CONTEXTO NACIONAL E O LUGAR RESERVADO AOS JOVENS BRASILEIROS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1. A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

O processo de gestação das políticas sociais e as primeiras ações despontam no final do século XIX, em meio ao conflito entre a ascensão do capitalismo impulsionado pela Revolução Industrial e a intensificação das lutas de classe. Entretanto, sua legitimação só ocorreu com o advento dos movimentos de massa de cunho social-democrata em prol do estabelecimento dos Estados-Nação nos países da Europa ocidental (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 47).

Com a Revolução Industrial e o avanço das relações entre produção de valor para acumulação do capital, num contexto de subordinação do trabalho ao capital, houve uma brusca diminuição da incipiente ação estatal existente para contenção dos flagelos oriundos da contradição capital/trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Esse processo agravou seriamente a condição de vida da classe trabalhadora, deixando-a sem proteção social¹⁰ institucional, sob extrema condição de pobreza, à mercê de suas restritas condições individuais para garantia da sobrevivência. É dessa contradição que emerge a questão social, desmembrando-se em diversas expressões.

Os padrões de proteção social surgiram como resposta para contenção, ou mesmo, para enfrentamento das múltiplas manifestações dessa questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008) que se configuraram no desemprego, em precárias condições de vida, na falta de moradia, em condições exaustivas de trabalho feminino e infantil, ocasionando assim um grandioso aumento da pobreza.

No coração da sociedade capitalista industrial, já na segunda metade do século XIX, emergiram manifestações de trabalhadores contra a exploração do trabalho e em favor da democratização do aparato estatal (ROMERO, 1998). Em meio a essas manifestações emergentes, a resposta assumida pela burguesia foi realizada tanto por meio da repressão estatal, quanto através de

¹⁰ Alguns liberais entendiam que a proteção social poderia existir, mas deveria ser destinada aos idosos e aos incapacitados para o trabalho no âmbito da reclusão em “asilos de indigentes” (PEREIRA, 2006, p. 108).

algumas concessões, como foi o caso da promulgação da legislação fabril que visou, entre outras coisas, o estabelecimento da jornada de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008), o que atendeu em parte as reivindicações dos trabalhadores, embora a intenção fosse manter a coesão social.

Na passagem do século XIX para o século XX, a reação burguesa em relação ao movimento dos trabalhadores impôs ao Estado algumas mudanças fundamentais, de modo a amenizar os princípios liberais para adotar orientações da social-democracia, muito embora não tenha havido uma ruptura entre as perspectivas de Estado Liberal e Estado Social¹¹. Entretanto, alguns pressupostos foram alterados para que o Estado assumisse um papel de prover as mínimas necessidades sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Segundo Romero (1998), a política social possui uma relação estreita com a figura do Estado, podendo-se considerá-la como uma ferramenta do Estado Moderno para minimizar ou mesmo equalizar os conflitos sociais, a fim de atingir um *status* de equiparação social com vistas a um bem estar coletivo.¹² Tal processo resultou de pactos sociais realizados principalmente nos países do ocidente europeu após a segunda Guerra Mundial, configurando-se aí a perspectiva do Estado de Bem-Estar Social.

O Estado de Bem Estar surgiu dessa confluência entre Estado e sociedade civil, das perspectivas sociais colocadas em xeque (a socialista e a liberal) nas versões mais moderadas e reformistas com a elaboração de constituições garantidoras de direitos (ROMERO, 1998).

Segundo Romero (1998), na sociedade moderna “[...] el Estado se ve obligado a asumir como una de sus principales obligaciones la responsabilidad de la *procura existencial* de sus ciudadanos [...]” (p. 37, grifo do autor), ou seja, o Estado procura assegurar à população todas as

¹¹ Para referir-se ao Estado regulador e intervencionista admite-se três termos: Welfare State ou sua tradução Estado de Bem-Estar Social (de origem inglesa), Estado Social (de origem alemã) ou Estado-Providência (de origem francesa) (VIEIRA, 1992).

¹² Baseado em ações coletivas públicas voltadas às necessidades coletivas consideradas básicas dos cidadãos, tais como saúde, educação e trabalho. Na sociedade moderna algumas ações coletivas estão sendo agregadas, como por exemplo, a defesa do meio ambiente, a proteção aos direitos geracionais, entre outros (ROMERO, 1998).

possibilidades de existência necessárias aqueles cidadãos que não possuem meios de fazê-lo individualmente, de modo que essas medidas devem ser voltadas prioritariamente às camadas mais populares.

Um “transtorno monetário subsequente” à Primeira Guerra foi a Crise econômica de 1929¹³, ocasionada por uma brusca queda dos valores dos títulos da Bolsa de Nova York, decorrente da diminuição da produção industrial,¹⁴ responsável por gerar superprodução, além da diminuição da importação americana e a conseqüente queda da exportação em quase todo o mundo (VIEIRA, 1992).

Em resposta à situação de crise, o governo americano, adotou uma política de ação eminentemente estatal, com a finalidade de reestruturar o processo econômico, “controlando o mercado financeiro, combatendo o desemprego”, adotando meios de subsidiar inaptos ao trabalho, aumentando a renda e diminuindo a jornada de trabalho, concedendo créditos sob juros mais baixos com o objetivo de aumentar a capacidade de consumo, principalmente do consumo interno. Essa medida ficou conhecida como *New Deal* (VIEIRA, 1992, p. 85-86).

Tais medidas orientadas a controlar o ciclo do capital realizaram mudanças singulares no mundo capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2008) fortalecendo a idealização do *Welfare State* por meio de políticas sociais, vide a adoção de uma perspectiva de pleno emprego e de ampliação da igualdade social.

Embora conflitasse com pressupostos liberais, o *Welfare State* não rompeu com o modelo de acumulação capitalista posto, apenas deu-lhe um caráter diferenciado, deixando de ser conduzido “basicamente pelo princípio do livre-mercado” (PEREIRA, 2008, p. 88).

O advento da Segunda Guerra Mundial promoveu graves conseqüências às sociedades industriais, ampliando assim as demandas sociais pela incorporação do Estado providencial, uma vez que as medidas keynesianas – agora agregadas ao modelo fordista de produção (dada a

¹³ Também conhecida como Crash da Bolsa de Nova York ou a Grande Depressão.

¹⁴ Um dos principais agravantes para diminuição da produção industrial decorre da produção bélica pós 1ª Guerra.

expansão da indústria, principalmente de automóveis, e a grande produção de bens de consumo) – promovem um acelerado processo de acumulação capitalista. A partir daí tem-se uma fase mais amadurecida do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A proposta de Estado Social ganhou corpo e se expandiu pelo mundo mediante alianças realizadas entre partidos de esquerda e direita. Foi o chamado consenso pós-guerra, que, sob a vitória da social-democracia, garantiu a aprovação de legislações sociais de caráter coletivo, que visavam a ampliação da cidadania e o aumento do investimento público nas políticas sociais (VIEIRA, 1992, p. 87-88).

Outro momento histórico que influenciou sobre mudanças na orientação da política social diz respeito à crise econômica nos anos 1970. Essa crise provocou um grande aumento das taxas de inflação gerando assim uma grave recessão atingindo de forma negativa a vida dos trabalhadores.

Isso impulsionou diferentes países a proporem dois grandes modelos no âmbito da proteção social para o enfrentamento desse processo: a) *do governo inglês e norte-americano*, sob interferência de caráter ideológico neoconservador (de direita), cuja orientação permitiu maior inserção da iniciativa privada e do mercado, reduzindo assim a ação estatal, e b) *do governo da Áustria e da Suécia*, com a adoção de medidas de cunho social corporativista que primavam pela economia mista, ou seja, onde o Estado é interventor e provedor da seguridade social (MISHRA, 1995),

Assim, essa nova forma de “gestão do capitalismo assistencial” decorreu do colapso keynesiano e do surgimento da nova direita, de modo que uma medida expressava a “retração” da assistência, enquanto a outra expressava a “manutenção” do Estado-Providência respectivamente (MISHRA, 1995, p. 6).

Como resultado dessa crise, ocorreu uma diminuição da taxa de lucros desses países, o que remeteu diretamente sobre custo salarial e estabeleceu uma relação entre queda na produtividade do capital e diminuição da parte dos lucros, ocasionando uma crise fiscal, levando o mundo capitalista a uma profunda recessão (DUMÉNIL; LÉVY, 2005).

O neoliberalismo, sob hegemonia estadunidense, surgiu na transição dos anos 70 para os anos 80, tendo como marco, no âmbito da economia, a decisão do Banco Central norte americano de elevar a taxa de juros a fim de sanar a inflação. Tal medida, conhecida também como o Golpe de 1979, representou uma “violência política”, pois impulsionou o controle dos salários, a **diminuição gradativa da proteção social**, um lento crescimento econômico, recorrentes crises nos países periféricos e, conseqüentemente, desemprego em larga escala (DUMÉNIL; LÉVY, 2005, p.1, grifo nosso).

Dessa forma, a resposta neoliberal para a crise vai de encontro a garantia de um Estado fortalecido, pois promove a diminuição dos gastos sociais e pauta-se em intervenções econômicas cuja perspectiva é atingir quase todos os governos do mundo (norte-americano, europeu, latino-americano e asiático) e se concretizar enquanto ideologia dominante (ANDERSON, 1995).

Conforme Behring e Boschetti (2008), os anos 80 marcam um período de ascensão neoliberal nos países capitalistas avançados, devido à multiplicação de políticas econômicas e sociais que visavam “exclusivamente restaurar o lucro” (p. 12) e que atingiu o objetivo de elevar as taxas de crescimento (embora pequenas) com a diminuição da inflação.

No entanto, a euforia com os êxitos da ascensão neoliberal durou pouco. Em meados dos anos 90 eclodiu uma nova crise do sistema capitalista decorrente da queda da taxa de acumulação pois, a medida de recuperação dos lucros não assegurou uma recuperação de investimentos, isso porque as medidas neoliberais, que primavam pela desregulamentação financeira, criavam condições “[...] muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (ANDERSON, 1995, p. 16).

Contraditoriamente, Yamamoto (2008b) ressalta que a proposta neoliberal é vitoriosa, no sentido de que não previa um favorecimento da população como um todo, mas sim dos mercados.

O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem essas as suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas (p. 141).

Nos países da periferia capitalista, a influência do paradigma neoliberal causou impactos devastadores sobre os Estados Nacionais. De acordo com Yamamoto (2008b), no caso do Brasil, palco histórico de uma cultura política baseada em coronelismos, populismos, autoritarismos e conservadorismos, tal ideário encontrou aqui uma conjuntura extremamente favorável para seu desenvolvimento, já que tende a se aproveitar das práticas tradicionais brasileiras de usurpação da coisa pública em favor dos interesses privados e de grupos hegemônicos¹⁵, constituindo-se num terreno fértil à expansão do sistema capitalista.

É nesse palco conjuntural, de desmonte da seguridade social, de deterioração dos laços sociais, de desemprego, piora da condição de vida das populações, sob ebulição da perspectiva neoliberal, que as políticas sociais latino-americanas ganharam novos elementos, delineados para setores específicos da sociedade, mas sem perder de vista seu caráter político ideológico de submissão ao capital.

1.2. POLÍTICA SOCIAL: O CENÁRIO BRASILEIRO

Influenciada pelas mudanças econômicas e políticas transcorridas em âmbito internacional, a política social brasileira sofreu forte impacto em sua organização política, o que gerou “uma experiência nacional, que pode ser tipificada como um “sistema de bem-estar periférico” (PEREIRA, 2006, p. 125).

No Brasil, o processo de configuração do seu sistema de “bem-estar periférico” difere dos países de capitalismo avançado essencialmente pelo contexto de dependência econômica e de domínio colonialista. Isso não ocorreu no contexto europeu, onde a proteção social foi constituída na perspectiva do pleno emprego e de serviços sociais universais, bases importantes para contenção da reprodução exacerbada da pobreza, ao contrário do que vem ocorrendo no Brasil (PEREIRA, 2006).

¹⁵ Vide a situação do extravio do Fundo Público brasileiro para grupos e interesses particulares. O fundo público é constituído por lucros empresariais e pelo trabalho necessário de trabalhadores por meio de taxas e impostos (IAMAMOTO, 2008b).

No campo político, pouca proposição e planejamento governamental de cunho social foram desenvolvidos até 1930. O Estado até então não ocupava o papel central na regulação da área social, isso ficava a cargo do mercado, da iniciativa privada e da polícia. Sua atuação pouco contemplava problemas urgentes ou mesmo reivindicações dos trabalhadores urbanos, que possuíam ainda frágil organização social. No entanto, algumas importantes medidas foram tomadas nesse período em termos de política social, principalmente no campo da previdência e com relação ao trabalho (PEREIRA, 2006).

Tem-se aí um período de claro favorecimento dos setores exportadores, de garantia do livre contrato, além do negligenciamento das classes populares pelos aparelhos de poder pela via da repressão policial. Nesse período, a *questão social era entendida como caso de polícia*, onde a população ‘inadaptada’ e os grupos questionadores deveriam ser vigiados e punidos (PEREIRA, 2006).

O período entre 1930 e 1954 representou, do ponto de vista econômico, a passagem do contexto oligárquico agroexportador para um contexto de urbanização e de industrialização, impulsionado pela formação de um proletariado industrial, de uma classe média e de uma burguesia industrial, além da concentração populacional no meio urbano. Uma conjuntura de crise global (1929) e de pós-guerra impulsionou a formação de um mercado interno, através da abertura às multinacionais e da criação de empresas públicas para estimular a industrialização. Desse modo, o Estado, que outrora preconizou o mercado internacional a fim de aumentar as exportações, passou a investir também no mercado nacional (FALEIROS, 1980).

Num contexto de exclusão crescente, foram criadas medidas de seguro social e salário mínimo como estratégia política para estimular o consumo e a estabilização do mercado através do trabalho assalariado proveniente dessas empresas (FALEIROS, 1980).

Vê-se aí clara influência do pensamento keynesiano na concepção de política social no Brasil, já que a recomendação ao Estado era investir no desenvolvimento econômico pela via da ampliação das políticas sociais, entendendo que, neste caso, realizar gasto público seria algo positivo, no sentido de “aumentar as demandas por bens e serviços de consumo”, podendo gerar pleno

emprego. Esse pensamento foi determinante para o projeto de expansão das políticas públicas e de seguridade social (BOSCHETTI, 2008, p. 174). Tais medidas foram encampadas pelo então presidente Getúlio Vargas (1950-1954), propulsor do nacionalismo econômico.

Na verdade, as políticas sociais brasileiras desse período [...] operavam barganhas populistas entre Estado e parcelas da sociedade e [...] a questão social era transformada em querelas reguladas jurídica ou administrativamente e, portanto, despolitizada (PEREIRA, 2006, p. 130).

Desse modo, de acordo com Pereira (2006), a área social não atingiu um status político de intervenção estatal enquanto seu agente regulador. O que ocorreu foi uma priorização do plano econômico em detrimento da subordinação da política social, ficando sempre a cargo do rendimento econômico e do crescimento da indústria.

Desse modo, para superar o subdesenvolvimento nos países periféricos, a estratégia era realizar uma proposta nacionalista desenvolvimentista. Isso ocorreu mediante orientação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina¹⁶ (CARVALHO, 2008).

Essa exacerbação do nacionalismo desenvolvimentista pela via da produção industrial como solução aos problemas de desemprego e pobreza brasileiros relegou a

[...] política social do segundo governo de Getúlio Vargas [a reduzir-se] a um conjunto de deliberações predominantemente setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência Social e na Assistência Social. Inexistia qualquer preocupação mais profunda com as transformações gerais, que alcançassem a essência da política social (VIEIRA, 1985, p. 63).

O governo de Juscelino Kubitschek revelou extrema valorização das metas econômicas sob aporte desenvolvimentista, mas agora, com intenção de atrair capital estrangeiro e impulsionar a iniciativa privada. Quanto às políticas sociais, não houve avanços substanciais, principalmente entre os setores estabelecidos no governo anterior. Isso consolidou no país um capitalismo

¹⁶ Organização criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua missão é realizar estudos, pesquisas que oriente para o desenvolvimento econômico e social mediante a cooperação e a integração regional dos países latino-americanos. Entre 1955 e 1960, em parceria com Brasil, elaborou o Plano de Metas. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

dependente, tendo interferência de agências internacionais americanas na economia nacional (PEREIRA, 2006; VIEIRA, 1985).

Sob enorme dívida externa, pressão inflacionária além de intensa mobilização popular que clamava por reformas socioeconômicas, o governo de João Goulart realizou o Plano Trienal que previa a criação de Reformas de Base que contemplassem o campo administrativo, bancário, fiscal e agrário. No campo da política social, este governo apresentou uma proposta bem mais progressista, em relação aos anteriores, devido à promulgação de leis e criação de algumas iniciativas com o objetivo de intervir em suas bases políticas e nas instituições públicas, principalmente no campo da educação, do trabalho e da saúde (PEREIRA, 2006, p. 134; VIEIRA, 1985).

Tais medidas, aliadas ao princípio da autodeterminação dos povos, defendida por Goulart, não estabelecia direta oposição aos regimes comunistas, o que provocou uma forte reação contrária e articulada das elites civis e militares brasileiras, resultando assim num golpe militar em abril de 1964 (PEREIRA, 2006; VIEIRA, 1985).

No entanto, Netto (2002, p. 16), assinala que o golpe militar não resultou unicamente de uma conjuntura arbitrária e nacional, para ele, tratou-se de

[...] um processo global e unitário – uma unidade de diversidades, diferenças, tensões, contradições e antagonismos. Nele se imbricam, engrenam e colidem vetores econômicos, sociais, políticos (e geopolíticos), culturais e ideológicos que configuram um sentido predominantemente derivado da imposição, por mecanismos basicamente coercitivos, de uma estratégia de classe (implicando alianças e dissensões).

O período ditatorial brasileiro (1964-1985) foi marcado por uma direção política de cunho autoritário, centralizador e tecnocrático. Sua política econômica passou por dois planos de desenvolvimento, o primeiro baseado na eficiência econômica e no controle da inflação, primando pela continuidade de legitimação do capital internacional e colocando fim ao projeto de reforma de base do período janguista, o que incorreu num elevado crescimento da economia, que ficou conhecido como “milagre econômico” (1968-1972). O segundo plano de desenvolvimento introduziu uma nova perspectiva para o desenvolvimento do país, baseado num modelo de

industrialização sob fortalecimento da indústria de base e do capital nacional privado, na tentativa de transformar o Brasil numa grande potência econômica. No entanto, a decorrência da crise mundial nos anos 70 não ofereceu terreno fértil para a concretização desse ideário (PEREIRA, 2006; VIEIRA, 1985).

No campo da política social, inúmeras medidas foram criadas, algumas de caráter até mesmo inovador, embora, em geral, compensatórias, já que não houve mudança de intencionalidade, pois, continuaram primando pela manutenção tanto do poder de direção das elites, como de submissão dos trabalhadores e das classes historicamente desfavorecidas, a fim de garantir um alto índice de crescimento econômico “seja tentando transformar cidadãos em clientes de políticas sociais [...] seja utilizando os próprios investimentos sociais como forma de aumentar a participação do trabalho na acumulação da renda nacional” (PEREIRA, 2006, p. 141-142).

Desse modo, os governos militares, embora tenham oprimido os direitos civis de forma autoritária, a fim de realizar um controle político, também ampliaram os direitos sociais, por meio de políticas sociais, como estratégia de apaziguar as relações entre governo e sociedade para legitimação do poder militar (CARVALHO, 2008).

Em 1974, o regime militar começou a apresentar sinais de declínio, face o esgotamento do ‘milagre econômico’ (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Tem-se, a partir daí, um período de estagnação e de recessão profunda sob altas taxas de inflação em toda a América Latina, o que gerou grandes índices de desemprego e pouca capacidade de reversão desse quadro.

O legado deixado pelo regime militar ao sistema de proteção social caracteriza-se pela forte centralização do poder decisório e do controle financeiro em âmbito federal, de fragmentação e superposição de programas, pouca eficiência do gasto social, clientelismo e retrocesso no ordenamento dos benefícios e serviços sociais (ALMEIDA, 2004).

A crítica feita a esse contexto conservador configurou-se na proposição de uma agenda por uma ampla reforma social que primasse pela descentralização político-administrativa do Estado, incluísse a participação dos usuários dos serviços sociais no processo decisório, a fim de

dinamizar e tornar eficiente o gasto público, primando pela universalização e pela equidade dos serviços públicos, além de combater o abuso clientelista em torno da política pública, principalmente no campo assistencial (ALMEIDA, 2004).

Mesmo assim, a planejada reforma social não obteve todos os resultados almejados, pois “os anos subseqüentes [foram] marcados pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime, num processo de transição para a democracia que [condicionou] em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 137-138).

1.2.1 - Política social no Brasil no período neoliberal: conquista cidadã, retrocesso na seguridade social e novos elementos à sua condução.

Política vai, política tem, política com fuleragem
Política da ação social, fuleragem
Política do planejamento cultural, fuleragem
Política governamental, fuleragem
Política habitacional e ambiental, fuleragem
Política vai, política tem, política com, fuleragem
Política da arrecadação descarada, fuleragem
Política da câmara despudorada, fuleragem
Política da falência anunciada, fuleragem
Política do desenvolvimento adiada, fuleragem
Sem caráter e ética, subdesenvolvida, improvável
Morta de ação progressiva, sem controle,
Incapaz, mínima e turve [...]

(Banda Eddie/PE. Fuleragem)

Podemos dizer que a política social brasileira se desenvolveu historicamente sob uma ótica reformista e pela mobilização dos trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Os anos 80 marcaram um tempo de mudanças, de transição para a democracia, período que também desponta como “a década perdida”, vide a conjuntura de grave recessão econômica (PEREIRA, 2006; BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Sob prerrogativas de direito social, seguridade social, equidade, universalização, descentralização político-administrativa etc., inaugurou-se uma nova concepção de política social no Brasil, sob

uma perspectiva de dever do Estado na garantia dos direitos sociais. No entanto, tais avanços, inseridos na promulgação da Constituição Federal de 1988, ficaram na mira de reformas, ocorrendo assim uma perda de direitos conquistados (BOSCHETTI, 2008).

Entre 1980 e 1990, os países latino-americanos e Caribe foram fortemente afetados pelos processos de reformas ou *contra-reformas*¹⁷ (na área da previdência, do trabalho, da saúde e educação), sob clara influência do ajuste neoliberal (BOSCHETTI, 2008).

Nesse contexto, o Estado se ausentou dessa função de mediar a cidadania através da promoção dos direitos sociais conquistados e passou a zelar principalmente pela relação com o mercado, no sentido desse ser o executor dos serviços sociais (BEHRING, 2008).

As políticas sociais entram neste cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social, daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos [...] vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (BEHRING, 2008, p. 64).

A Constituição brasileira de 1988 preconizou integrar as áreas da Previdência, da Saúde e da Assistência Social sob a égide da seguridade social¹⁸. Com isso, criou-se maior possibilidade de expansão e alcance das ações públicas, devido à criação de instrumentos e mecanismos mais efetivos, igualitários (em nível de orçamento e de modelo de gestão) e voltados às realidades das regiões do país, “mantendo um espírito geral de uma proteção universal, democrática, distributiva e não estigmatizadora”. Com isso, abriu-se um leque mais amplo para responder às demandas oriundas dos movimentos sociais desde os anos 70 (VIANNA, 2008, p. 174).

“A fragmentação da coalizão que viabilizou a Nova República, num quadro de exacerbação da crise fiscal, inviabilizou esse projeto reformador das políticas públicas de natureza social”

¹⁷ Conceito explorado em: BEHRING, Elaine R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

¹⁸ O termo seguridade social expressa a superação do conceito de seguro social e de culpabilização do sujeito por sua condição adversa e demarca o significado da proteção do Estado para com os sujeitos em situação de risco, deixando de ser problema exclusivamente individual e passando a ser responsabilidade pública (VIANNA, 2008).

emergindo assim uma redefinição tanto dos atores coletivos como das esferas públicas e privadas e das relações Estado-sociedade (MELO, 2007, p. 20).

O acirramento das mudanças no mundo do trabalho a partir dos anos 90 impulsionou os setores mais organizados, que formavam a base social do sindicalismo brasileiro (de singular atuação social) a concentrarem suas forças numa nova luta não mais coletiva, em torno dos interesses da classe trabalhadora, mas sim defensiva, ou seja, para preservação dos seus empregos, o que ocasionou um grande enfraquecimento do movimento social dos trabalhadores, uma vez que a não conquista dos resultados almejados provocou descontentamento de sua base social e consequentemente no refluxo dessa participação social (ANTUNES, 2005a).

[...] O “sindicalismo de resultados”, este sim, viverá seu primeiro momento de crise: não colherá resultados e verá aumentar o descontentamento em suas bases. Ficarão entre a adesão ao projeto neoliberal do Governo Collor e a espontaneidade tensa das bases. Os seguimentos mais desorganizados, que conferem base social a Collor, colherão as agruras oriundas de recessão, arrocho, desemprego, etc. (ANTUNES, 2005a, p. 11).

A repercussão da influência do paradigma neoliberal no Brasil é claramente percebida a partir do Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), mandato presidencial reconhecido pela abertura do mercado nacional à indústria internacional, que superaria o modelo “ultrapassado” nacional-desenvolvimentista, mesmo que tal medida tenha gerado uma crise social e política tamanha em detrimento de uma modernização da administração e dos bens de consumo disponíveis no mercado (PEREIRA, 2006).

No campo da política social, as mudanças ficaram mais a cargo das promessas eleitorais, que sublinhava um discurso social-democrata, do que de fato na concretização de medidas. Esse governo rejeitou o padrão de seguridade social assumido com a Carta Constitucional de 1988, alegando que havia uma exacerbação de direitos sociais e isso poderia ocasionar aumento da inflação, que era altíssima nesse período. Desse modo, as medidas foram tanto de desintegração do tripé Assistência/Previdência/Saúde, quanto de enxugamento dos benefícios previdenciários e da assistência social (VIANNA, 2008; PEREIRA, 2006).

Sob grave acusação de corrupção, Collor sofreu *impeachment* em 1992. Quem assumiu o cargo foi o vice-presidente Itamar Franco com a difícil tarefa de governar um país ‘em frangalhos’, num cenário de estagnação econômica, de total descaso com a seguridade social associada à grande diminuição dos serviços sociais e a ausência de um projeto político estruturado para a nação. Com essa ‘herança’, o governo Itamar pouco contribuiu para realização de melhorias no campo da política social¹⁹ de modo a alterar o teor de suas propostas e a amplitude do seu acesso (PEREIRA, 2006).

No entanto, foi no campo econômico, através no Plano Real²⁰, que esse governo se destacou na história do país. Pois, através da mudança da moeda nacional para o Real e fixando seu valor ao dólar americano, promoveu o tão esperado controle da inflação e conseqüentemente da estabilização dos preços das mercadorias, aumentando assim a capacidade de consumo da população (PEREIRA, 2006).

Se o controle da inflação e o fôlego inicial de legitimidade por meio de crescimento imediato do consumo interno promovidos pelo Plano Real em 1994 foram suficientes para conter temporariamente a crise social, a tendência é de seu **agravamento**, por restrições políticas [...] e econômicas: o incentivo ao capital em detrimento de quaisquer iniciativas distributivas (BEHRING, 2008, p. 118, grifo nosso).

De acordo com Behring (2008), tem-se assim o agravamento dessa situação, uma vez que a supervalorização cambial somada à descontrolada abertura comercial proposta pelo Plano Real acarretou grande elevação das taxas de juros, enorme endividamento público, crise na agricultura e diminuição da produção industrial, o que gerou uma crise social tamanha, sob gigantescos índices de desemprego²¹ jamais vistos na história do país (MATTOSO, 1999).

A estratégia de desenvolvimento social, iniciada anteriormente ao início do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) seguiu até o fim do seu segundo mandato. Orientou uma política

¹⁹ As conquistas no campo da política social nesse governo, destacamos a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, depois de cinco anos sendo protelada a sua votação; reajuste nos benefícios previdenciários sob ônus à implantação do Sistema Único de Saúde (SUS); incitou debates e iniciativas de combate à fome sob discurso da solidariedade, da descentralização e da parceria entre sociedade, Estado e mercado. (PEREIRA, 2006).

²⁰ Arquitetado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, posterior candidato vitorioso à presidência da república.

²¹ Nesse período também despontam as altas taxas de desemprego entre os jovens brasileiros.

social voltada à garantia de direitos sociais básicos e promoção da igualdade e proteção dos segmentos mais vulneráveis²². Isso, sob a prerrogativa da importância de retomar o crescimento econômico, aumentar os postos de trabalho e para a melhoria da distribuição de renda (DRAIBE, 2003).

O governo FHC demarcou um novo momento de orientação da política social no Brasil, devido à opção por uma política econômica que mudaria os rumos da história do país, baseada na “abertura comercial, nas privatizações, nas desregulações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista” (IAMAMOTO, 2008a, p. 36). Essa opção não conseguiu garantir políticas distributivas nem reduzir a pobreza, pelo contrário, tem-se um acirramento desses problemas.

A eleição de Luis Ignácio Lula da Silva em 2003 inaugurou um momento de expectativas em torno dos rumos do país e “sua ascensão significou a primeira grande mudança de elites governantes no país desde o final do regime militar” (ALMEIDA, 2004, p. 7) dada sua origem de classe e sua peculiar trajetória no movimento sindical, tendo consistente apoio social e uma coalizão político-partidária ‘inusitada’ (PT – PL) sob forte ênfase em investimento no campo social (FREITAS, 2007).

Mesmo assim, a opção desse governo foi realizar uma política econômica também ortodoxa, “com vistas a estabilizar a economia e restaurar a credibilidade [...] em consonância com as metas acordadas com o FMI” (FREITAS, 2007, p. 66). Lula se apoiou nos mesmos pilares da política econômica do governo anterior, assumindo assim uma tendência de continuação do modelo implementado por FHC, mesmo tendo sólido apoio popular e base social favorável para a proposição de um novo modelo de governabilidade, cujo projeto político para o país atendesse a expectativa depositada sobre um governo que primasse pela universalização e não pela focalização das políticas públicas sociais (SICSÚ, 2003).

²² Na administração de FHC foram criados alguns programas assistenciais não contributivos de transferência direta de renda que compunham a rede de proteção social, como: Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa- Alimentação, Auxílio Gás, Programa da Saúde e da Família, Agente Jovem, Programa de Apoio à Agricultura Familiar, entre outros.

No Brasil, tem-se assumidamente a adoção de duas perspectivas predominantes no fazer política social: uma, que contempla a proteção social pela garantia do direito e outra por um conjunto de ações governamentais destinadas à redução da pobreza absoluta e da desigualdade, visando a inclusão social dos setores mais vulnerabilizados (MARQUES; MENDES, 2007).

A proposta do Governo Lula não fugiu essa regra. Nessa administração, a política econômica e a política social tiveram seu lugar. Sob declarado favorecimento do capital financeiro nacional e internacional, por meio da manutenção de altas taxas de juros, há também a continuação e implementação de inúmeros programas e iniciativas dirigidas aos setores mais empobrecidos, mesmo aqueles que até então não tinham sido favorecidos (MARQUES; MENDES, 2007).

De acordo com Almeida (2004), as propostas em torno da política social nesse governo se misturam entre continuidades e mudanças no âmbito da condução da gestão.

Desse modo, podemos dizer que o governo Lula admitiu uma perspectiva clara de continuidade ao ideário das políticas sociais do governo anterior: a atividade governamental priorizou as políticas públicas assistenciais compensatórias em detrimento das políticas universais. Os programas assistenciais contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas, embora esteja longe de resolvê-las.

No entanto, há um debate entre intelectuais e jornalistas mais afeitos ao governo Lula em apontar algumas descontinuidades e avanços em relação ao governo Cardoso, principalmente com relação à adoção de uma política externa mais independente, de negociação e não criminalização dos movimentos sociais (como sempre ocorreu), diminuição da dívida externa, apoio à agricultura familiar, aumento do salário mínimo e ampliação dessa política social compensatória, o que de fato ocorreu (FREITAS, 2007).

Desse modo, podemos dizer que esse governo realizou maiores investimentos no campo da política social que o governo FHC. No entanto, o paradigma não mudou e a intencionalidade

também não. Esses dois últimos governos citados primaram pela diminuição do serviço social público universal e dedicaram-se mais ao atendimento dos setores mais vulnerabilizados.

Vianna (2008) analisa alguns “mitos plantados” pelo discurso neoliberal nos debates atuais sobre política social que vem contrariar a prerrogativa de seguridade social²³, mitos que se transformaram “em ferramentas insidiosas de desmonte, minando as já frágeis bases de sustentação de um projeto coletivo de proteção social” (p. 176).

Segundo Vianna (2008), há um mito sobre o processo de despolitização, o que remete à supremacia da tecnificação dos interesses públicos e da super valorização das especificidades técnicas das políticas públicas, deixando os interesses da sociedade de lado. Sendo esses interesses encarados de forma burocrática, distante dos mecanismos democráticos de participação e intervenção, podendo levar a um processo de desintegração e esvaziamento da concepção ampla de política social, inscrita na prerrogativa de seguridade.

Outro mito diz respeito ao trato da seguridade social como um fim em si mesma. Isso quer dizer que devido ao contexto de globalização da economia, enquanto um processo alheio à maior parte da população e o que isso implicou ao desmonte da seguridade social, tem dificultado a possibilidade do poder público agir em prol dos cidadãos. Seria uma tendência natural de desmonte, condição inevitável que impulsionando a população com maior acesso a bens materiais a optar pelo serviço privado de saúde e previdência, por exemplo (VIANNA, 2008).

Um grande problema em relação à privatização do serviço social público é o fato de gerar “uma *dualidade discriminatória* entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 159).

²³ Admitimos aqui o entendimento de seguridade social baseado no conceito surgido na Europa nos anos 40, que visava a superação da perspectiva de seguro social e de culpabilização do indivíduo por sua condição adversa, inadaptada para a incorporação da idéia de responsabilização do Estado na provisão social aos indivíduos suscetíveis ao risco. “A expressão seguridade social implica uma visão sistêmica da política social e com este sentido foi inscrita na Constituição Brasileira de 1988.” (VIANNA, 2008, p. 173).

Um aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à seguridade enquanto objeto político, ou seja, por um lado as políticas públicas são a expressão da conformação entre interesses da sociedade, do Estado e do mercado, por outro, podem ser instrumentos de manobras políticas, de uso político e de legitimação governamental (VIANNA, 2008).

Podemos dizer que o país caminhava, mesmo que tardiamente, para uma tentativa de construção de um Estado de Bem-Estar Social, mas, no meio do processo, foi atropelado pela avalanche do ajuste neoliberal ancorado no projeto antipopular e antidemocrático preconizado pelas classes dominantes, “no qual a política social ocupa um lugar concretamente secundário, à revelia dos discursos “neo-sociais” e dos solidarismos declarados” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 159).

Desse modo, o Estado brasileiro optou pela execução de políticas sociais cujo objetivo claro é o combate à extrema pobreza. Para tanto, a proteção social vem perdendo a orientação universalista e cada vez mais vem assumindo o caráter de seletividade e focalização de suas ações nos setores mais vitimizados da sociedade (PASTORINI, 2006), como crianças, jovens, idosos, deficientes e mulheres – segmentos inadaptados socialmente, como aborda Faleiros (1980).

Essas mudanças na configuração dos direitos da seguridade social a partir dos anos 90 e o enfoque dado aos serviços sociais privados (saúde, previdência, educação), acabam delegando responsabilidades à sociedade, seja na forma de voluntariado, cooperação ou solidariedade, cujo objeto é compensar a falta do Estado na provisão dos direitos, admitindo assim uma perspectiva de *Welfare Mix* em detrimento do *Welfare State* keynesiano. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Assumiu-se, assim, uma condição alternativa para viabilização de necessidades sociais, reinserindo e responsabilizando a família e as organizações não governamentais sem fins lucrativos como agentes do bem-estar em substituição ou diminuição da política pública, processo conhecido como “refilantropização das políticas sociais”, que retrata um retrocesso em relação à perspectiva constitucional de seguridade social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 162).

Tendo esse cenário como pano de fundo, “os governos neoliberais realizam um diagnóstico parcial e fragmentado da “questão social” e suas principais manifestações”, buscando soluções também fragmentadas para os diversos problemas dos diferentes grupos sociais (PASTORINI, 2006, p. 275).

Recentemente o Estado vem aumentando o orçamento para as políticas sociais, no entanto, esse montante tem sido pouco aplicado na implementação ou fortalecimento da política pública de proteção social, sendo mais útil ao aumento da taxa de lucro das políticas do setor privado.

Nos marcos da contra-reforma neoliberal, a opção dos governos passa pela adoção de políticas sociais emergenciais, assistenciais e compensatórias que primam pela inclusão social dos grupos mais vulneráveis, através, principalmente, da estratégia de políticas de transferência de renda por meio de inúmeras bolsas incentivo que, de qualquer forma, possibilita o aumento do consumo, motor da acumulação capitalista, mas pouco altera as condições de vida desses segmentos (PASTORINI, 2006).

A focalização das políticas sociais vem se configurando também numa ‘armadilha da pobreza’, pois tem gerado mais problemas do que soluções, já que além de não contemplarem os direitos sociais garantidos, deixam desprotegida grande parcela da população que não se enquadra nos parâmetros estabelecidos de pobreza. Desse modo, o número de pobres só tende a crescer (PEREIRA, 2006).

Assim, dentro da agenda neoliberal, a opção brasileira de configuração de sua política social é pela primazia da focalização para os setores que se encontram abaixo da linha da pobreza, sendo sua principal forma de intervenção social.

Para Pastorini (2006), a política de ajuste imposta pelas agências internacionais não são compatíveis com a implantação de políticas universais e progressistas. Trata-se aí de uma incompatibilidade entre o modelo de acumulação e a constituição de um sistema de seguridade social que possa prover, por parte do Estado, as condições de trabalho e de satisfação das necessidades humanas, inerentes à vida em sociedade.

É justamente nesse contexto social político, econômico e cultural, mais especificamente a partir do período neoliberal que se estabelecem um conjunto de políticas sociais destinadas à juventude no país. Foi a partir desse período que o segmento juvenil passou a ocupar a agenda governamental na proposição de iniciativas públicas.

1.3. A GÊNESE E A OFERTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À JUVENTUDE BRASILEIRA

Tendo a constituição do sistema de proteção social brasileiro estabelecido historicamente sob uma dura correlação de forças entre interesses do capital e da classe trabalhadora, de perspectiva reformista com perda de direitos e achatamento dos benefícios conquistados, novos instrumentos foram criados para o enfrentamento da desigualdade instalada. E, é nesse terreno contraditório de disputas que se constrói a política social.

Um exemplo desse conflito é a Política Social de Juventude brasileira, que, em geral, tem seguido uma vertente cunhada na perspectiva de inclusão social e redução da violência através de programas de formação para o trabalho, para elevação dos índices de escolarização, por políticas afirmativas destinadas a jovens afro-descendentes e, em menor grau a ampliação do acesso ao ensino superior. A principal estratégia para promover a inclusão se expressa por mecanismos de transferência de renda destinados aos jovens mais empobrecidos.

Essas medidas representam, ao mesmo tempo, um espaço de emancipação de alguns jovens que nelas se inserem e conseguem *talvez* vislumbrar outra realidade e, contraditoriamente, de reprodução dessa realidade exploradora, pois, de modo geral, não garantem o acesso a todos nem representam a superação definitiva das adversidades postas pelas contradições do capitalismo terceiro-mundista.

A perspectiva de Reforma do Estado sobre a política pública, neste caso a política pública de juventude, preconiza o desenvolvimento de um conjunto de ações propostas por Estado e sociedade “[...] destinadas a garantir la existencia, a producir y distribuir los bienes, materiales

y simbólicos, de la colectividad” (PÉREZ; DE LA TORRE, 2003, p. 13). Desse modo, podemos dizer que as PPJ no Brasil têm seguido essa diretriz.

Até os anos 50, o que existia no Brasil em torno da proteção social à infância e a juventude eram políticas que primavam pelo atendimento de crianças e adolescentes até completarem 18 anos de idade. Em geral, as ações eram voltadas à proteção, tutela e coerção do conjunto *infância e adolescência* pauperizada (ABRAMO, 1997).

As iniciativas desse período preocupavam-se apenas com a criança e o jovem pobre, no sentido de escondê-los da sociedade para promover a ‘limpeza social’. Era o segmento que apresentava risco e perigo à sociedade (ABRAMO, 1997).

Um exemplo disso foi a criação do Código de Menores que passou a vigorar na sociedade brasileira a partir de 1927. Este código, embasado numa perspectiva discriminatória, associava a pobreza à delinquência e estabelecia diretrizes claras de privação da liberdade às crianças e jovens pobres menores de 18 anos reconhecidos como abandonados, infratores e carentes (SOUZA, 2002).

Nesse período, algumas entidades nacionais foram criadas para atender esse segmento. Tinham um caráter predominantemente assistencialista sob orientação de corrigir, reprimir e cercear a liberdade. Algumas eram voltadas ao trabalho, como: o Serviço de Atendimento ao Menor, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e as Casas de práticas profissionais (LORENZI, 2007).

Entre 1950 e 1970, período marcado pelo desenvolvimentismo econômico nos países da América Latina, as ações públicas para juventude foram idealizadas sob dois enfoques principais: o *preenchimento do tempo livre* e a *ampliação da escolarização*. Tempo e escola são elementos considerados particulares à condição juvenil naquele período (UNESCO, 2004; ABAD, 2002).

Sob a perspectiva de ocupação do tempo livre, os governos procuravam oferecer atividades esportivas, educativas, voltadas ao trabalho, recreativas e culturais, a fim de proporcionar

ocupação ou uma atividade para preencher esse “tempo livre” que, na verdade, era interpretado como um ‘tempo de ociosidade’ dos jovens (UNESCO, 2004).

Tais iniciativas tinham como objetivo principal evitar que a juventude ocupasse esse tempo livre com o abuso de drogas e álcool e com o envolvimento com as várias formas de violência (UNESCO, 2004).

A UNESCO (2004) destaca que, em menor grau haviam ações voltadas à saúde com o objetivo da prevenção aos riscos que a juventude estaria exposta, principalmente em relação ao consumo de entorpecentes e à gravidez “precoce”.

O governo de Getúlio Vargas (1950-1954), sob uma perspectiva de progresso social ou de bem-estar social, com clara preocupação com a paz social dedicou-se à questão da educação do país, realizando assim importantes ações para sua melhoria²⁴ (VIEIRA, 1985).

Desse modo, num contexto de grande expansão da industrialização em consonância com o reconhecimento da educação até o ensino secundário²⁵ como direito, esse governo ampliou o ensino primário aos setores urbanos e rurais, ativou uma campanha para a educação de adolescentes e adultos analfabetos e criou incentivos financeiros através de bolsas de estudos dirigidos a jovens pobres (VIEIRA, 1985)²⁶.

Além disso, Vargas criou uma política de incentivos para a educação voltada para o trabalho, a fim de formar ‘mão-de-obra jovem e qualificada’ para ocupar os postos de trabalho das indústrias instaladas no país, com o objetivo de fortalecer e garantir o desenvolvimento econômico para esta e para as gerações seguintes (VIEIRA, 1985).

²⁴ Em 1952 raros eram os estados onde 50% da população em idade escolar conseguia vaga no ensino primário. Os estados e municípios careciam de espaços escolares, era preciso investir não somente na ampliação de vagas, mas na construção de escolas, melhorar a condição do transporte e das vias para garantia do acesso (VIEIRA, 1985).

²⁵ Hoje Ensino Médio.

²⁶ Como medida de ampliação do ensino industrial, tem-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), enquanto instituição que ofertava cursos, em geral de curta duração, voltados a formação de trabalhadores, geralmente jovens, para as indústrias (VIEIRA, 1985). O governo JK também primou pela educação profissionalizante, a fim de “levar a juventude para tipos de ensino mais condizentes com o desenvolvimento econômico do país” (VIEIRA, 1985, p. 101), e o sentido disso era investir em capital humano (PEREIRA, 2006).

Em geral, tais medidas resultaram numa situação amplamente favorável aos jovens, considerando as diferenças regionais e de classe social. Todavia criou-se um horizonte otimista para o futuro da juventude, em termos de “ascensão social e melhoria da qualidade de vida através do trabalho e da escola” (ABAD, 2002, p. 124). Nesse período, as instituições - escola, família e trabalho - tinham capacidade de promover a integração dos jovens, inclusive de origem operária.

Nesse cenário, tem-se um momento peculiar e positivo no histórico da juventude brasileira, pois, configurou-se como um período de abertura de possibilidades de ascensão social dos jovens com a ampliação da educação formal e profissional em consonância com o desenvolvimento econômico e aumento dos postos de trabalho.

De acordo com Abad (2002), a ampliação da educação resultou numa maior admissão e legitimação da moratória social²⁷, principalmente com relação aos jovens estudantes, concedendo-lhes assim mais tempo para se dedicarem aos estudos.

Sob influência das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais junto à interferência da grande mídia e da indústria cultural dos anos 1960, surgiam fenômenos que reivindicavam um contraste entre gerações adultas e jovens, o que modificou profundamente tanto a relação de alguns segmentos juvenis com a sociedade e o Estado, bem como da visão da sociedade sobre a juventude.

[...] surgieron fenómenos que con orígenes distintos pero confluentes en su desarrollo, reivindicaron un punto de contraste generacional con la herencia cultural adulta: la revolución sexual, la aparición de consumos culturales juveniles y ascenso de la participación política de los estudiantes universitarios (ABAD, 2002, p. 124).

O cenário político dos anos 1960 até 1985 foi marcado por um período do qual a maior parte dos países latino-americanos estavam sob domínio de governos autoritários. A forte influência da polarização política entre capitalistas e socialistas, preconizado pela Guerra Fria, impulsionou a

²⁷ Para Margulis e Urresti (1996), a MORATÓRIA SOCIAL, significa um espaço de tempo aberto e tolerado ao jovem, para possibilitá-lo adiar as exigências colocadas pela família, pelo trabalho e pela sociedade. Esse seria um período “livre” de compromissos para que o jovem se dedique prioritariamente aos estudos. E, a juventude terminaria quando esses jovens assumissem responsabilidades tipicamente do universo adulto. Trataremos deste tema com maior riqueza de detalhes no segundo item deste capítulo.

ascensão dos movimentos sociais de cunho revolucionário, passando, os jovens engajados políticos, a ocupar um lugar central nesse processo (ABAD, 2002; CARVALHO, 2008).

Nesse contexto, destaca-se a participação do movimento juvenil, principalmente do movimento estudantil²⁸ que – em aliança com os movimentos urbano-populares, comunitários e ligados às CEB's - Comunidades Eclesiais de Base (no caso do Brasil) – firmaram luta social antiimperialista, que vislumbrava uma sociedade livre de desigualdades, em favor das liberdades e da democrática.

Todavia, essa movimentação social e política sofreu resposta repressiva por parte do Estado em quase todos os países latino-americanos (ABAD, 2002; CARVALHO, 2008; ABRAMO, 1997).

Como consequência desse processo, as políticas de juventude entre 1960 e 1970 pressupunham *controle social*. O objetivo era conter o ímpeto questionador dos jovens por meio de ações de doutrinação e de restrição das liberdades civis, principalmente no âmbito da educação (ABAD, 2002; ABRAMO, 1997).

Embora a tônica da política desse período fosse de controle social, nos anos da ditadura, a juventude latino-americana esteve envolvida em forte atividade de participação política e é dessa forma que ela terá grande representação no âmbito da sociedade.

Os anos 1980 marcam um período de crise social na América Latina, devido a uma devastadora recessão econômica decorrente, principalmente, do crescimento da inflação e da dívida externa. A 'solução' dessa crise passou por medidas de ajuste econômico, o que implicou na diminuição do gasto público social e em larga escala na expansão da pobreza (ABAD, 2002; 2003); (BEHRING; BOSCHETTI, 2008); (PEREIRA, 2006); (BOSCHETTI, 2008).

²⁸ O movimento estudantil contou com forte dinamismo e influência da União Nacional dos Estudantes (UNE) que desenvolveu um importante trabalho cultural de mobilização política através do Centro Popular de Cultura (CPC), que atravessavam o país com Caravanas artísticas “apresentando shows em que a arte se misturava estreitamente à propaganda das idéias reformistas” (CARVALHO, 2008, p. 138).

Tal processo desencadeou a formação de um enorme contingente de jovens, principalmente oriundos dos centros urbanos que reclamavam seu lugar na sociedade por meio de agrupamentos juvenis como os:

[...] combos, pandillas, bandas o maras, según el país, y que empiezan a desarrollarse con características similares aun en contextos muy diferentes, y cuyas reivindicatorias van desde formas de vandalismo más leves hasta acciones delictivas de gran calibre, asociadas con narcotráfico (ABAD, 2002, p. 126-127).

Desse modo, entre 1985 e os anos 2000 as ações voltadas à juventude destinaram-se ao enfrentamento das questões ligadas aos setores juvenis mais empobrecidos que sofreram os impactos dos ajustes sociais (ABAD, 2002). Essas ações dirigiam-se à prevenção do delito que poderiam ser ocasionados pelos jovens envolvidos nesses *combos*, *pandillas*, *bandas* ou *maras* que no Brasil, ficaram conhecidos como *gangues e galeras e rappers*²⁹.

É importante ressaltar que no Brasil, durante o processo de constituição das iniciativas voltadas à juventude, ocorreram avanços bastante favoráveis no âmbito da educação.

As conquistas alcançadas são evidentes, especialmente com relação à crescente incorporação de amplos setores juvenis aos benefícios da educação, no nível do ensino fundamental e, mais recentemente, nos níveis médio e superior. Assim, enquanto que no início dos anos cinquenta as taxas de escolarização no nível “primário” estavam próximas dos 48%, no fim dos anos noventa chegaram a 98%; no mesmo período; as taxas brutas de escolarização “secundária” aumentaram de 36% a quase 60% e as da educação superior, de 6% a 30% (UNESCOOREALC apud UNESCO, 2004, p. 59).

Dessa forma, podemos dizer que até os anos 90, as políticas sociais orientadas direta ou indiretamente à população jovem contemplavam, mesmo que superficialmente, quatro dimensões principais: a educação, a saúde, o trabalho e o lazer.

Essas iniciativas, em geral, não possuíam uma diretriz clara e delineada para a juventude³⁰, pois as ações eram destinadas a toda população ou apenas à criança e ao adolescente. Não era comum considerar as especificidades da juventude no atendimento dessas políticas, como a questão do

²⁹ Conferir: ABRAMOVAY, M.; WAISELFIZ, J.J.; ANDRADE, C. **Gangues, galeras e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

³⁰ Em geral, tais ações não possuíam definição clara de faixa etária; poucos compreendiam as especificidades desse segmento e não havia nenhum canal para discussão das demandas juvenis.

primeiro emprego, por exemplo (RUA, 1998; SPOSITO e CARRANO, 2003). A pessoa era considerada jovem até completar 18 anos de idade, depois disso era considerada adulta.

Até então, o jovem não era considerado um sujeito a ser privilegiado por políticas públicas e nesse período, a política de juventude assumia uma direção clara e delineada no sentido da coerção e da limitação da liberdade (RUA, 1998; SPOSITO e CARRANO, 2003).

O período que vai dos anos 90 até início dos anos 2000 demarcou um momento importante de incentivos à criação de políticas públicas de juventude no Brasil. Isso resultou a partir de ampla divulgação a respeito dos baixos índices de escolarização e dos altos índices de violência e desemprego entre os jovens. Isso promoveu uma repercussão extremamente negativa sobre a situação juvenil³¹ no país, o que desagradou a opinião pública.

Desse modo, tal situação problemática em torno da juventude provocou o Estado a agir em prol dessas questões, principalmente no sentido da promoção social e inserção laboral dos jovens por meio de políticas sociais, em sua maioria compensatórias e focalizadas nos segmentos mais pobres.

No entanto têm-se, pela primeira vez no contexto nacional, a criação de políticas públicas sociais com direcionamento específico para o jovem, com elaboração e reflexão voltada para a situação peculiar desse segmento. É sobre esse contexto de surgimento de iniciativas públicas para juventude que trataremos o próximo item.

1.3.1 Os anos 90 e a eclosão de iniciativas para a juventude

A engenharia cai sobre as pedras
Um curupira já tem o seu tênis importado

³¹ De acordo com ABAD (2002), situação juvenil refere-se a como está o jovem em relação aos determinantes sociais, é como ele se encontra. A PPJ surge como estratégia para melhorar ou amenizar as situações desfavoráveis que se encontra a juventude. Já a condição juvenil trata-se de como o jovem é enquanto sujeito social, ressaltando suas formas de viver em sociedade. As PPJ devem reconhecer a condição social enquanto eixo sociológico.

Não conseguimos acompanhar o motor da história [...]
Mas, enquanto o mundo explode
Nós dormimos no silêncio do bairro
Fechando os olhos e mordendo os lábios
Sinto vontade de fazer muita coisa...

(Chico Science e Nação Zumbi. Enquanto o mundo explode)

O problema herdado da década perdida, somado ao custo social para integração dos países latino-americanos à nova ordem mundial gerou um cenário conjuntural extremamente desfavorável às camadas populares e em especial ao segmento juvenil (ABAD, 2002; 2003).

Essa parcela foi fortemente afetada pela dificuldade de inserção e permanência no mercado formal de trabalho, pelo aumento da informalidade, do desemprego e da violência, pelo insuficiente acesso aos bens culturais e materiais, pela fragilização das políticas universais como saúde, educação e seguridade, que demonstraram total incapacidade de criar condições para a satisfação das necessidades e especificidades juvenis. Tudo isso tem mobilizado o Estado a agir em prol desse segmento pela via das políticas sociais e ações públicas (ABAD, 2002; 2003; NOVAES et al., 2006).

No Brasil, diferentemente de outros países, não existiu uma tradição em proposição de políticas voltadas em específico à juventude. Já na Europa e nos Estados Unidos, isso ocorreu ao longo do século XX, até mesmo em termos de formulação quanto de criação de instâncias governamentais para tal. Os países hispânicos iniciaram esse processo ainda nos anos 1980 sob impulso da CEPAL, da ONU e do governo espanhol. Sendo assim, devemos considerar tardia a investidura brasileira em formulação de políticas de juventude (ABRAMO, 1997).

No país, até meados da década de 1990, as questões relativas aos jovens maiores de 18 anos se mantiveram desconsideradas como foco das ações públicas e sociais específicas. Foi a partir da segunda metade dessa década, num novo momento de manifestação do tema, que a juventude passou a ocupar espaço no meio acadêmico, na mídia e nos espaços públicos e privados. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

Impulsionado pelas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais - resultado e expressão do processo de globalização, aliado ao processo de democratização num período de maior estabilidade macroeconômica dos países latino-americanos - houve um favorecimento à incorporação de um enfoque que beneficiou a juventude como ator estratégico para o desenvolvimento econômico e social dos países, além de favorecer a integração e a participação juvenil nos processos decisórios da sociedade (ABAD 2002; 2003).

Outro fator que induziu a criação de ações públicas para jovens foi o processo de mobilização social em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente entre 1980 e 1990. Isso colocou o tema da infância e da adolescência na pauta da agenda pública e provocou o estabelecimento de uma legislação que obrigasse o Estado brasileiro a tomar medidas que favorecessem esse público por meio desenvolvimento de políticas públicas, resultando assim na criação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente³² (ECRIAD) em 1990 (SPOSITO; CARRANO, 2003; BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005; LEÃO, 2005; ALMEIDA, 2000).

O ECRIAD se configurou como um elemento fundamental nessa questão. Sua aprovação marca uma importante mudança na concepção da proteção social voltada à população infanto-juvenil, tornando-se assim um importante instrumento legal para a regulamentação, reflexão e implementação de políticas públicas. Com isso, crianças e adolescentes brasileiros adquiriram atributo de sujeitos de direitos (SPOSITO; CARRANO, 2003; BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005; LEÃO, 2005; ALMEIDA, 2000).

O Estatuto da Criança e do Adolescente se apresentou como uma lei inovadora. Que trouxe a partilha de responsabilidades entre família, Estado e sociedade na promoção e defesa desses direitos e garantiu a participação dos cidadãos nos processos de formulação e controle democrático das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência. Além disso, incorporou em seu texto o termo protagonismo infanto-juvenil contrapondo-se às práticas de extermínio e violência que muitas vezes calou as vozes dos [...] meninos e [das] meninas [desse país] (MELIM, 2009).

³² Criado sob lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, inserida no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

A incorporação da questão da juventude pelas agências³³ da Organização das Nações Unidas – ONU³⁴ – e a sua produção em nível de pesquisas, diagnósticos, eventos e campanhas, além do apoio realizado a órgãos públicos e da sociedade civil, também contribuíram para divulgar e intensificar o debate da temática em nível internacional, fortalecendo a América Latina no fomento à construção de políticas públicas de juventude e estimulando esses países a assinarem tratados em defesa desse segmento.

Outro fator importante à provocação dessa temática diz respeito à postura e à ideologização incitada pelos meios de comunicação de massa, que vêm publicando cada vez mais notícias sobre os jovens, ora relacionando-os às manifestações da violência, ora exacerbando consumismos e modismos principalmente em cadernos especiais de jornais, revistas e *sites* da *internet* voltados à cultura, ao comportamento, ao consumo e à estética (ABRAMO, 1997). Esses espaços têm grande responsabilidade pela divulgação negativa e homogeneizadora dos modos de ser jovem.

No início dos anos 90 houve uma profunda alteração do panorama do crime no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, pela congregação de duas práticas criminosas altamente letais e perigosas: o aumento e disseminação do tráfico de drogas e de armas. Direta e indiretamente, tais práticas são responsáveis por mais de 40 mil homicídios por ano no país, e, para espanto da opinião pública e do Estado, são os jovens pobres e negros entre 15 e 24 anos os maiores envolvidos, seja matando ou morrendo (GAIO, 2006).

O primeiro Mapa da Violência³⁵, publicado em 1998, de cunho nacional, já apontou altos índices de violência envolvendo jovens e as edições seguintes de 2002, 2004 e 2006 continuam apresentando índices altíssimos de homicídios e vitimização da população juvenil.

³³ PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), OIT (Organização Internacional do Trabalho), UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). Essas organizações são responsáveis possuem uma ampla estrutura de pesquisa, de realização de seminários, formações e estruturação de programas.

³⁴ A ONU definiu o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, o que também contribuiu para a incorporação do tema na América Latina.

³⁵ WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998.

Sobre a situação da violência juvenil ver o item 2.2.3 do segundo capítulo deste estudo.

A divulgação desses dados que apontam para um grande envolvimento da juventude com a criminalização demarcou um novo momento de proposição e concepção das políticas de juventude no país. A urgência e a necessidade do Estado intervir através de políticas públicas se tornaram algo consensual e pauta governamental.

Zaluar (1997) destaca que há um grave problema em relação ao uso político dessa situação de criminalização juvenil e os espaços na mídia estão garantidos para divulgação disso, o que tem gerado um grande sofrimento às famílias pobres, além de promover forte estigmatização de grande parte da população juvenil pobre, e isso, para essa autora,

[...] não nos está tornando mais capazes de montar políticas públicas eficazes para minorar os problemas complexos desse quebra-cabeça. Hoje temos a enfrentar, simultaneamente, uma questão social, que é também uma questão de educação e de saúde pública, articulada a uma questão jurídico-penal e policial (ZALUAR, 1997, s.p.).

As políticas públicas voltadas à juventude (fora da proteção do ECRIAD), ou seja, os jovens que com mais de 18 anos, tiveram seu processo de constituição mais tardio em relação à política tutelar promovida para a criança e para o adolescente. Pode-se dizer que as políticas de iniciativa pública voltadas especificamente aos jovens em geral “tenderam a permanecer muito mais como estado de coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.17), uma vez que

[...] as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (RUA, 1998, p. 2).

Isso quer dizer que, enquanto a questão da juventude não se torna um problema político pressionado pela sociedade civil organizada e colocado em pauta governamental e com alguma legislação específica, o que se tem é um problema flutuante na sociedade, um *estado de coisa*, que pouco representa uma demanda a ser atendida pelo Estado ³⁶.

³⁶ Nesse período é possível reconhecer, mesmo que com fragmentação e descontinuidade, a existência de ações voltadas aos jovens, mas mais pela via do terceiro setor, o qual investia, sobretudo, em ações sob a vertente cultural (SPOSITO, CORROCHANO, 2005).

“Para que um estado de coisas se transforme em problema político e passe a figurar como item prioritário na agenda governamental” (RUA, 1998, p.3), é preciso que isso seja absorvido pelo poder público como um “conflito ou demanda social”, “que afete em algum grau a convivência social e envolva atores sociais relevantes com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental” (ABAD, 2002, p. 122).

Desse modo, concordamos com Rua (1998), Sposito e Carrano (2003) e Abad (2002) que é sob o estado de coisa que paira a política pública de juventude por muito tempo no Brasil, uma vez que a temática da juventude ainda não conquistou movimento social organizado nem uma legislação específica que a proteja. Desse modo, a maioria das ações dirigidas a esse público se configuram como projetos emergenciais de gestão de governo e não como políticas públicas de obrigação do Estado com caráter de permanência. Manter o desenvolvimento de ações/programas/projetos/espacos voltadas à juventude fica a critério do governante subsequente.

Podemos dizer que o Estado passou a agir em prol do segmento juvenil pressupondo os problemas de exclusão social e investindo em medidas de política social cunhadas na inserção e integração do jovem ao universo adulto (ABAD, 2002)³⁷, como, por exemplo, através de ação para inserção do jovem no mundo do trabalho.

As principais características dessas intervenções denotaram a constituição de políticas setoriais ou por categorias de população e, mais recentemente, já sob orientação neoliberal, preconizando a focalização na pobreza e nos índices de risco e vulnerabilidade social (ABAD, 2002).

Tendo esse cenário como pano de fundo, as PPJ alcançaram a agenda governamental, propondo programas com o propósito da prevenção a “condutas delituosas” (UNESCO, 2004, p.62), e os destinatários dessas ações são os jovens pobres, em geral negros, pouco escolarizados, principalmente oriundos dos centros urbanos (ABRAMO, 2005). Público esse considerado

³⁷ Foi a política dirigida à infância e adolescência (até 18 anos) que atingiu status de problema político, e não a política de juventude. O processo de constituição de uma difere em muito da outra. A política para criança e adolescente foi pautada na pressão da sociedade por uma resposta estatal para solução do problema. Já a PPJ (até 24 ou 29 anos) surge de um diagnóstico social, que traduz um problema real vivido pela juventude.

“candidato” à inserção no crime, até como forma de sobrevivência. É nessa perspectiva que as ações públicas e privadas passam a propor e criar ações para a juventude.

Nesse período mais recente, sob a influência das alterações no padrão de acumulação capitalista, com a internacionalização do capital e o processo de reestruturação produtiva, o Brasil tem vivido ou ‘sobrevivido’ às chamadas reformas neoliberais que promoveram uma crise social, econômica e política gigantesca, impulsionada também pela revolução tecnológica. Esse processo ampliou a “competitividade intercapitalista nos mercados mundiais e nacionais, modificando as relações entre Estado e sociedade civil” (IAMAMOTO, 2004, p. 112) acarretando assim maior dependência dos países periféricos em relação aos países centrais.

As novas formas de organização e divisão internacional do trabalho, resultado desse ajuste neoliberal, provocaram mudanças radicais nas condições de trabalho e na vida da população latino-americana. As mudanças que previram privatizações, diminuição no quadro de funcionários nas empresas, aumento das exigências por especialização profissional e agilidade na produção foram fundamentais para desencadear essa crise. Esse cenário tem dificultado, ou mesmo impossibilitado a incorporação produtiva dos setores sociais mais marginalizados, com baixa escolaridade e pouca especialização (ABAD, 2002; 2005).

Desse modo, a situação da inserção laboral da juventude se tornou ainda mais complexa, pelo fato deles não possuírem escolaridade necessária ou experiência profissional para ocuparem os postos de trabalho, já muito reduzidos (ABAD, 2002; 2005), ocasionando desemprego e falta de perspectiva entre os jovens.

Foi sob a égide da hegemonia das políticas neoliberais, já trabalhadas neste estudo, que no final da década de 1990 e início do século XXI divulgaram-se os altos índices de desemprego juvenil e baixa escolaridade, acentuado pelos processos de precarização das relações sociais. Pauta-se então a necessidade de criação de políticas de inclusão de jovens tanto de cunho de “promoção para um patamar diferencial de integração na sociedade” (SPOSITO; CARRARO, 2003, p. 21) como assistencial.

O peso demográfico e a desfavorável situação escolar da juventude se constituem como elementos fundamentais à implementação de iniciativas públicas para os jovens (UNESCO, 2004).

Esses dados expressam a desafiadora realidade vivida por milhões de jovens brasileiros. Para a UNESCO (2004, p. 56) “trata-se de um grupo que deveria ser objeto de políticas públicas específicas”. No entanto, faz-se necessário pontuar algumas questões nessa discussão: *seria mesmo através de políticas públicas que a situação da juventude mudaria no Brasil? Até que ponto as políticas públicas sociais tem capacidade de responder a uma demanda que é originária da própria forma de organização do sistema capitalista?*

Todavia, percebe-se que essa tem sido a opção dos governos brasileiros para enfrentamento das problemáticas em torno das juventudes.

De certo, a configuração de uma agenda pública para a juventude, mesmo que gradativa, decorre, principalmente, da divulgação das notícias de aumento da violência e desemprego juvenil, que são expressões oriundas das mudanças ocorridas na conjuntura. Todavia, Sposito (2007) destaca que a UNESCO tem uma grande contribuição na divulgação de informações sobre a situação juvenil brasileira, dando-lhe, inclusive, visibilidade pública por meio da realização de diagnósticos, estudos, inúmeras pesquisas e parcerias com o governo federal a partir de 1997, analisando, principalmente, o tema da vitimização juvenil.

Muitos dos resultados desses estudos foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação, o que, para Sposito (2007) promoveu o reconhecimento da necessidade de realização de investimentos em ações públicas tendo o jovem em seu foco³⁸.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, mais especificamente no segundo mandato do governo FHC, emergiu no Brasil um período de iniciativas governamentais, propostas

³⁸ Para Sposito (2007), as publicações realizadas pela Unesco nesse período não devem ser consideradas apenas como produção de conhecimento científico, muito desse conteúdo se propõe a pautar estratégias de intervenção das ações para jovens. Um exemplo disso é o fomento ao tema cidadania na perspectiva das ações, a fim de qualificar e considerar os jovens sujeitos capazes de atuarem política e socialmente. É o início do debate do protagonismo juvenil.

principalmente pela instância federal, agora sim com clara orientação para a juventude, principalmente “no formato de parcerias com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil” (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005, p. 200).

Este foi um momento, não apenas no plano das políticas de juventude, caracterizado por um modelo de administração pública em forte sintonia com os princípios de reorientação da ação do Estado preconizado pelas grandes agências de desenvolvimento social e econômico da globalização capitalista, notadamente o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Princípios orientadores, tais como a focalização em populações consideradas em condição de vulnerabilidade e risco social, a diminuição do aparato estatal e a realização de parcerias do setor público com os setores privados deram o tom da sinfonia do fazer política pública no Brasil dos anos 90 (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005, p. 200).

Assim, podemos afirmar que o processo de formulação de iniciativas governamentais que preconizam a população juvenil como alvo privilegiado é um processo recente e tem sido lenta essa concretização. De acordo com Abramo (1997), alguns setores do poder executivo têm colocado as PPJ nas agendas governamentais, a partir da criação de programas voltados à formação profissional e oferecendo serviços direcionados à saúde, à cultura e ao lazer no governo FHC.

Imerso numa conjuntura desfavorável, repleta de contradições, a UNESCO (2004) ressalta que é possível perceber, do ponto de vista programático, avanços importantes em várias esferas que realizam ações **de, para e com**³⁹ as juventudes. Mas, tais avanços não adquiriram um caráter contínuo, articulado e consistente que repercutissem efetivamente sobre a vida desse segmento.

Como era de se esperar, as esferas privilegiadas são a educação, o emprego, a saúde e o lazer. Entretanto, são escassos os avanços em relação à participação cidadã juvenil e à prevenção da violência entre os jovens [até este período] (UNESCO, 2004, p. 63-64).

Em 2002, existia um quantitativo de 33 (trinta e três) programas/projetos formulados direta e indiretamente para adolescentes e jovens com idades que variavam de 15 a 19 e 20 a 25 anos no país. Dessas ações, 18 (dezoito) foram programas criados somente no segundo mandato de FHC (SPOSITO; CARRANO, 2003).

³⁹ Idéia retirada do livro: UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

O desenvolvimento dessas ações criou condições favoráveis para “a eclosão da temática no governo federal, ainda que com características de fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática” (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005, p. 200-201). Essas ações situaram-se, principalmente, no Ministério da Previdência Social e Assistência Social e no Ministério da Justiça (SPOSITO, 2007).

Isso quer dizer que, mesmo com um quantitativo representativo de iniciativas voltadas aos jovens, distribuídas em diversos ministérios, pouco se preocupou em criar uma articulação entre elas e em sistematizá-las no sentido de “constituir um campo de políticas públicas para os jovens” que pudesse ter continuidade em governos posteriores (SPOSITO, CORROCHANO, 2005, p. 142).

Mas, não podemos afirmar que tal quantitativo representava uma garantia de eficiência na atuação com as juventudes.

O Ministério da Saúde, por exemplo, possui um único e longo programa no qual as ações se mostram institucionalmente orgânicas, racionalmente focalizadas, refletidas teoricamente e articuladas com redes governamentais e da sociedade civil. Entretanto, o Ministério dos Esportes, que contava com seis programas, demonstrou baixa capacidade de coordenação de suas ações, incipiente reflexão sobre a problemática juvenil e baixíssima sinergia com atores coletivos da sociedade civil (SPOSITO; CARRANO, p.23).

Foi com base nos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que o governo FHC promoveu um mapeamento nacional para delimitação da parcela de jovens que deveriam ser alvo das ações governamentais, sob a prerrogativa da vulnerabilidade do risco social, à qual a juventude estaria exposta (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005).

Segundo Sposito e Carrano (2003) é restrita a possibilidade de analisar as ações desenvolvidas para as juventudes nos governos FHC, uma vez que a publicação de registros públicos confiáveis de avaliação e/ou acompanhamento da gestão das políticas que possibilite uma análise dos seus resultados são escassos ou mesmo inexistentes.

Desse modo, no próximo item trataremos do tema da constituição das PPJ no país partir do governo Lula, uma vez que a partir desse governo, encontramos tanto registros governamentais, bibliografia especializada, publicização de dados quanto fontes em meio eletrônico, via *internet*, *site* oficial do governo federal, bibliografias etc., que nos possibilita realizar um estudo e uma análise mais contundente, com diversas fontes para reflexão.

Além disso, foi na transição dos governos que o tema ganhou força e visibilidade por meio da pressão do terceiro setor atuante nas ações voltadas à juventude. (SPOSITO, CORROCHANO, 2005).

1.3.2 A Política de Juventude brasileira a partir do governo Lula: entre avanços e permanências

A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um país justo e próspero (NOVAES et al., 2006, p. 7).

Com a eleição de Luis Ignácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT em 2004 inaugurou-se um momento de renovação das expectativas em torno dos rumos do país, devido a possibilidade de uma nova força política assumir a gestão federal pela primeira vez. No campo dessas expectativas tem-se o debate da juventude, já que, na plataforma eleitoral, Lula se colocava disposto a enfrentar tal desafio por meio de incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas (LEÃO, 2005; SPOSITO; CARRANO, 2003; BRENNER; LANES; CARRANO, 2005; BANGO, 2003).⁴⁰

De acordo com Brenner; Lanes; Carrano (2005) merecem destaque três iniciativas de âmbito nacional que tiveram importante influência no debate sobre as PPJ no Brasil a partir desse governo.

⁴⁰ Nesse momento, vinha à tona o debate da necessidade que os jovens pudessem ser sujeitos ativos no processo de definição de PPJ (BRENNER; LANES; CARRANO, 2005).

Entre 2003 e 2004 foram criados: o *Projeto Juventude* coordenado pelo Instituto Cidadania⁴¹; a *Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados* (CEJUVENT) e o *Grupo Interministerial de Juventude* (BRENNER; LANES; CARRANO, 2005).

De acordo com Instituto Cidadania (2004), essas instâncias cumpriram o papel de elaborar diretrizes gerais para a construção de uma Política Nacional de Juventude que reafirme o Estado no papel de conduzir um projeto de desenvolvimento nacional, sob o viés da democracia e da soberania, invocando governos estaduais e municipais, além da sociedade civil e ONGs, a dividirem essa responsabilidade, no sentido de assumirem e equacionarem as demandas latentes dos jovens, propiciando oportunidades e possibilidades de acesso aos seus direitos.

Se ao Estado cabe legislar, administrar e implementar políticas públicas de juventude, é imprescindível convocar, valorizar e estimular as iniciativas e mobilizações no âmbito da sociedade civil. O desafio é garantir a participação da sociedade civil, sem minimizar o papel do Estado, assegurando complementariedade e maximizando os recursos disponíveis (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 24).

Sendo assim, destacamos as principais características dessas três instâncias:

1) O *Projeto Juventude*, realizado entre 2003 e 2004, configurou-se num amplo programa de estudos que visou articular e interligar o poder público, as organizações não governamentais e os próprios jovens na realização de pesquisas, seminários, oficinas e debates em vários estados da federação com o objetivo de subsidiar as autoridades públicas nas três instâncias do poder, bem como qualquer cidadão com interesse pela temática para consolidação de uma proposta nacional que desemboque na realização de políticas públicas para juventude (INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

Sendo assim, a grande contribuição desse projeto foi a realização de um amplo levantamento da situação dos jovens no país através de uma importante sistematização que contou com: a) *diagnóstico geral da juventude brasileira* retratando a situação juvenil com dados demográficos, sociais e econômicos; b) *proposição de um conjunto de diretrizes, orientações e recomendações*

⁴¹ O Instituto Cidadania é uma Organização Não Governamental que realizou estudos para colaboração com o Plano de Governo do Lula.

para a construção de uma Política Nacional de Juventude preconizando a igualdade de direitos e o fortalecimento dos segmentos vulneráveis; c) *proposição de uma agenda de ações e avaliação de propostas específicas ligadas às 19 (dezenove) áreas de ação governamental* (educação, trabalho, cultura, participação, esporte, saúde, drogas, sexualidade, prevenção da violência, mulheres jovens, desigualdade racial, meio ambiente, jovens na área rural, juventude indígena, espaços urbanos, desenvolvimento social, previdência, turismo e defesa) e d) *proposição do debate das políticas de inserção internacional*⁴² (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 e BRENNER; LANES; CARRANO, 2005)⁴³.

2) A criação da *CEJUVENT*, composta por quarenta e três Deputados Federais em 2003, teve como objetivo central promover a realização de audiências públicas em todos os estados da federação para a preparação do Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (realizado em setembro de 2003), da Conferência Nacional de Juventude (realizada em junho de 2004) além de Conferências Estaduais de Juventude (BRENNER; LANES; CARRANO, 2005, p. 203; INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

Com isso, visou-se acumular informações que, juntamente com especialistas da área, foi possível “mapear indicadores sociais, legislações, experiências internacionais, problemáticas e demandas públicas da juventude brasileira hoje”. O objetivo central dessa construção era acumular informações suficientes para criação de instâncias e legislações que atendessem as demandas desse segmento. Desse modo, propunham a criação de uma Secretaria e um Conselho Nacional de Juventude e, juridicamente, de um Plano e um Estatuto da Juventude. (BRENNER; LANES; CARRANO, 2005, p. 203; INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

A Conferência Nacional de Juventude, realizada de 16 a 18 de junho de 2004, encerrou o processo de consultas regionais da CEJUVENT. Após a Conferência os deputados da

⁴² O documento final do Projeto Juventude contribui também para centralizar as informações, subsidiar gestores públicos e pesquisadores, inovar a discussão no sentido de delimitar “as margens entre os temas da juventude e da infância, por mais evidentes e necessários que sejam os vínculos existentes entre ambos”, a fim de “garantir ao tema juventude uma expressão correspondente”, além disso, este material deixa um legado com novas abordagens, tendo enquanto seu produto final o quantitativo de 12 publicações, entre eles, 3 livros, que se configuraram numa rica fonte de consulta sobre o tema (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 105).

⁴³ Depois de um ano de trabalho, as três instâncias criadas para elaboração de uma Política Nacional de Juventude produziram um grande mapeamento que foi entregue ao presidente Lula em junho de 2004 (INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

comissão reuniram-se para discutir as propostas compiladas das consultas regionais e nacional e formularam o documento final. A Comissão Especial propôs a criação dos seguintes órgãos: **Secretaria Especial de Políticas de Juventude** - no âmbito do executivo federal -, Instituto Brasileiro de Juventude e **Conselho Nacional de Juventude**. Elaborou projetos de Lei instituindo **Plano Nacional de Juventude** e **Estatuto da Juventude**. Propôs a realização bienal da Conferência Nacional de Juventude [...] (BRENNER; LANES; CARRANO, 2005, p. 204).

A CEJUVENT tem grande contribuição com a proposição do Projeto de lei nº 4.530/04 que prevê a criação de um **Plano Nacional da Juventude** e o Projeto de Lei nº 4.529/04 que prevê o **Estatuto da Juventude**, porém ainda não foram aprovados pelas instâncias legislativas federais.

O **Plano Nacional de Juventude** propõe diretrizes e princípios para fundamentar a construção de uma Política Nacional de Juventude com vigência de dez anos a partir de sua aprovação. Este plano cria objetivos e metas à concretização de cada um dos “temas juvenis” elencados por esse plano: emancipação juvenil, bem-estar juvenil, desenvolvimento da cidadania e a organização política juvenil, apoio à criatividade juvenil e equidade de oportunidades para jovens em condição de exclusão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004).

O principal objetivo do Plano Nacional de Juventude é “incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004, p. 11).

Já o **Estatuto da Juventude**, possui força de lei. Ele obriga o Estado a tomar medidas que garantam a promoção e proteção dos jovens, além de definir que pessoas entre 15 e 29 anos são jovens e esses necessitam de políticas específicas em áreas específicas, porém, sem prejuízo da normatização do ECRIAD que também incorpora o adolescente até completar 18 anos de idade.

O Estatuto da Juventude é uma declaração de direitos e deveres dos jovens, acrescida de uma estrutura jurídica mínima que permita aos jovens discutir, formular, executar e avaliar as políticas públicas de juventude. Em outras palavras, é um instrumento jurídico-político para promover os direitos da juventude, reconhecendo que os jovens são atores sociais estratégicos para a transformação e melhoria do Brasil (BARRIENTOS-PARRA, 2004, p. 138 - 139).

Entretanto, em 13 de julho de 2010 foi editada a Emenda Constitucional (EC) nº 65 que altera o texto constitucional em seu Capítulo VII do título VIII (Da Ordem social). Esse capítulo passa a incluir o jovem onde tratava apenas dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso.

A Emenda Constitucional nº 65/2010 dispõe expressamente sobre o dever do Estado na satisfação dos direitos básicos dos jovens.

Desse modo, acreditamos que a aprovação dessa emenda representa uma grande conquista para os jovens brasileiros, pois o maior instrumento jurídico do país, a Constituição Federal, passa a imprimir aos jovens a proteção da família, da sociedade e do Estado assegurando-os “direito à vida, à saúde, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária [...] além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (EC Nº 65/2010). Além disso, assegura a criação de políticas governamentais específicas; ampara o jovem portador de deficiência e garante que o jovem trabalhador frequente a escola.

É importante considerar que a Constituição Federal constitui a mais alta expressão do ordenamento jurídico brasileiro. É o instrumento legal através do qual a sociedade se orienta, se organiza e limita os poderes do Estado ao mesmo tempo lhe exige o cumprimento dos direitos e garantias constitucionalmente prescritas. Nos termos adotados pela jurista Cristiane Rozick (1999), a Carta Magna “consiste a lei superior que rege a vida e existência de um Estado e cuja força valorativa subordina necessariamente toda legislação ordinária, ou melhor, toda legislação infraconstitucional, às suas disposições”⁴⁴.

Isso implica dizer, em última análise, que ao compor de forma expressa o texto constitucional, a proteção ao jovem passa a constituir um dever do Estado brasileiro, devendo este, juntamente com a sociedade, empenhar-se no cumprimento dos dispositivos alterados pela EC 65/2010, o

⁴⁴ ROZICKI, Cristianne. **Supremacia da Vontade Popular e Alterações ao Texto da Constituição da República**. Caderno Goiano de Doutrina, Goiânia, 06/03/1999. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em 03/11/2010.

que inclui, aliás, a criação de um Estatuto e de um Plano Nacional de Juventude conforme passou a dispor o §8º do artigo 227 da Constituição.

Salienta-se que tanto o Estatuto quanto o Plano Nacional de Política para a Juventude acrescidos pela EC 65/2010 ingressarão no ordenamento jurídico como normas regulamentadoras dos dispositivos constitucionais de proteção ao jovem, estabelecendo as diretrizes políticas, os conceitos de juventude, as normas necessárias à aplicabilidade das políticas públicas, etc. Desse modo, sem a aprovação dessas normas, tem-se uma lei genérica e sem aplicabilidade real, embora suprema em razão de sua natureza constitucional.

As divergências quanto à aprovação e à necessidade de existir um Estatuto da Juventude atravessam o debate de que não há uma ampla adesão e participação da sociedade e dos movimentos sociais em prol dessa aprovação. Não ocorreu sequer um “fórum público que possa abrigar a construção de um Estatuto da Juventude refletindo uma vontade política nacional” (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 1001) como ocorreu, por exemplo, na construção do ECRIAD.

Se, por um lado considera-se importante que haja uma legislação específica para tratar da condição juvenil no Brasil, em correspondência com as conquistas já asseguradas no Estatuto da Criança e do Adolescente, servindo-lhe de complemento e continuidade, por outro lado existe a sensação de que poderá ser prematura qualquer elaboração do Legislativo que assuma a forma estatutária (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p.101).

Entretanto, a aprovação da Emenda Constitucional nº 65/2010 garante que tanto o Estatuto quanto Plano Nacional de Juventude sejam aprovados. Agora, a concretização dependerá dos interesses e da correlação de forças na Câmara dos Deputados Federais e do Senado Federal para aprovação.

3) O *Grupo Interministerial da Juventude*, coordenado pela Secretaria Geral da República, composto por dezenove instâncias entre Ministérios e Secretarias especiais. Foi criado com o objetivo de identificar meios e formular uma política nacional integrada para a juventude sob compromisso de refletir sobre as condições da juventude do país. Para tanto, este grupo mapeou e

considerou *nove entre principais desafios*⁴⁵ para a construção de uma Política Nacional de Juventude; realizou um levantamento das ações federais voltadas direta e indiretamente ao público juvenil; traçou sugestões e diretrizes para elaboração dessa política macro em que Estado e sociedade tenham condições de equacionar os problemas detectados (GRUPO INTERMINISTERIAL DE JUVENTUDE, 2004; BRENNER; LANES; CARRANO, 2005).

O balanço geral realizado por este grupo identificou que as políticas voltadas direta e indiretamente à juventude possuíam uma série de problemas que dificultavam a interseção das ações e concretização de respostas às demandas colocadas para o segmento juvenil diante de grandiosas problemáticas sociais nacionais (GRUPO INTERMINISTERIAL DE JUVENTUDE, 2004).

Os desafios apresentados pelo grupo na implementação de políticas de juventude residem na obtenção de informações referentes a ações em curso, no aumento da abrangência dos programas que já estão sendo desenvolvidos, na necessidade de desconcentrar territorialmente as ações, melhorar a comunicação e integrar as ações ministeriais e adequar programas às necessidades específicas dos (as) jovens (BRENNER; LANES; CARRANO, 2005, p. 205).

Nesse período, havia convergência de idéias entre os atores envolvidos no debate da juventude: “ONGs, parlamentares, partidos políticos, gestores públicos, sindicatos associações, agências multilaterais – voltadas para o nível federal”, cujo foco era a necessidade de centralizar o tema juventude em nível nacional com a criação de uma instância específica (SPOSITO, 2007, p. 12).

Desse modo, sob recomendação do Grupo Interministerial e da CEJUVENT, criaram-se duas instâncias nacionais específicas para execução da idéia de construção de uma Política Nacional de Juventude: a **Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)** e o **Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)**.

⁴⁵ Desafios elencados pelo Grupo Interministerial de Juventude: 1- Ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; 2- Combater o analfabetismo entre os jovens; 3- Preparar para o mundo do trabalho; 4- Gerar trabalho e renda; 5- Promover vida saudável; 6- Democratizar o acesso ao esporte, à cultura, ao lazer e às tecnologias de informação e comunicação; 7- Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; 8- Estimular a Cidadania e a Participação social; 9- Melhoria da qualidade de vida no meio rural e das comunidades tradicionais (GRUPO INTERMINISTERIAL DE JUVENTUDE, 2004).

A SNJ foi criada por Medida Provisória em fevereiro de 2005 e transformada na Lei nº 11.129/2005 e compõe a estrutura da Secretaria Geral da República. A SNJ tem a grandiosa responsabilidade de fomentar e articular: os programas federais voltados aos jovens, os próprios jovens e os poderes legislativo e judiciário para estimular a criação e o fortalecimento de políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal, a fim de ampliar o debate e a relação entre Estado e sociedade para a construção de uma ampla política nacional de juventude no país.

O **Conjuve**, criado pela lei nº 11.120/2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 5.490/2005. É composto por quarenta membros da sociedade civil e vinte representantes do poder público. O Conjuve assumiu o papel de elaborar estudos e pesquisas, propor diretrizes, implementar e avaliar a ação dos organismos públicos voltados ao desenvolvimento de políticas públicas para a juventude (NOVAES et al., 2006).

Essas três iniciativas assumiram a responsabilidade de efetuar duas grandes tarefas: realizar diagnóstico dos principais problemas da juventude brasileira e propor alternativas para promover a integração das ações públicas de juventude.

Sem dúvida, mesmo com falhas, essas iniciativas conseguiram fazer avançar as possibilidades de intervenção estatal em torno da questão da juventude, principalmente, no sentido de elaborar diretrizes pautadas na afirmação da necessidade de criação de uma Política Nacional de Juventude de alcance amplo e estratégico, imprimindo ao seu escopo as perspectivas de integração e transversalidade entre as ações voltadas aos jovens brasileiros.

A proposição de construir uma Política Nacional assume também a tarefa de inovar na conceituação de juventude e também de gestão de políticas para a juventude, fortalecendo e incluindo “novos”⁴⁶ eixos temáticos para essa construção nacional – como educação, trabalho, cultura e participação juvenil. Todavia, do ponto de vista da viabilização dessas iniciativas é que o Estado brasileiro parece não ter avançado tanto.

⁴⁶ Não concordamos com esse indicativo de “novos enfoques” ressaltados no projeto Juventude, como já destacamos neste trabalho, as ações de juventude sempre estiveram pautadas nos eixos de educação, trabalho e cultura (na forma do lazer). Talvez haja uma nova questão, sobre a participação, essa ainda não havia sido assumida nas propostas de PPJ identificadas neste estudo.

No início de 2007, a equipe do governo Lula se reuniu para redesenhar a Política Nacional de Juventude, já com o diagnóstico de “problemas de paralelismo, superposição e [...] ausência de articulação e integração” entre as políticas de juventude emergenciais nacionais (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 147).

A perspectiva dessa reunião foi realizar uma fusão de algumas ações existentes, contudo, sem a extinção delas. Desse modo, primou-se por integrar um conjunto de programas, além de ampliar a faixa etária e o quantitativo de atendimentos (prevendo atingir até 4 milhões pessoas entre 15 e 29 anos) sem conclusão do ensino fundamental, sem trabalho e que ‘sobrevivam’ com renda familiar *per capita* de ½ salário mínimo/mês (CASTRO; AQUINO, 2008).

Percebe-se que o governo Lula, desde o início do mandato se colocou disposto a elaborar uma Política Nacional de Juventude que contemplasse as diversas áreas deficitárias relacionadas aos jovens brasileiros criando, inclusive, instâncias nacionais de cunho legislativo e executivo para contribuir nesse processo. Trata-se de uma proposta inovadora de acordo com o Instituto Cidadania (2004). Contudo, ainda são escassos os estudos que analisam como a construção dessa Política Nacional contribui para a modificação da desfavorável situação juvenil no país.

Do ponto de vista da elaboração científica, da reflexão, da problematização, da valoração da participação juvenil e da oferta de ações no campo da juventude, é inegável o esforço e contribuição desse governo. Entretanto, percebe-se que o conjunto de iniciativas criadas por este, já citadas neste estudo, não conseguiram vencer os desafios colocados para a juventude na sociedade. Desse modo, os desafios elencados pelo relatório do Grupo Interministerial parecem persistir.

Tem-se aí a necessidade de garantir direitos; de propor ações que dialogam não só com as necessidades juvenis, mas também com as suas vontades; de definir recurso orçamentário para a juventude, como prevê o projeto de lei para Estatuto da Juventude; de construir políticas não só de qualidade, mas que também sejam tanto atrativas quanto acessíveis aos jovens nas suas diferenças, sejam elas quais forem.

De acordo com o *Guia de Políticas Públicas de Juventude*, em 2006 havia um quantitativo de aproximadamente vinte entre os principais programas/projetos/ações voltados especificamente ao público juvenil no país (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

Em 2010, visitando os *sites* de todos os ministérios do governo federal, pudemos identificar a existência de vinte e nove entre as principais iniciativas nacionais direcionadas a esse público, conforme destacamos no quadro a seguir:

AÇÃO	SETOR EXECUTOR	PROPOSTA
Programa Integrado de Juventude (PROJOVEM): (4 ações)	Secretaria Geral da Presidência da República através da Secretaria Nacional da Juventude; MTE, MDS, MDA e MEC ⁴⁷	Objetiva atender jovens entre 15 e 29 anos do meio urbano e rural para complementação do ensino fundamental, realização de formação profissional e fomento da atuação cidadã. O ProJovem Integrado atendeu a recomendação do GIT para integrar 6 dos programas emergenciais existentes (Projovem, Agente Jovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã Escola de Fábrica, e Saberes da Terra) em uma só rubrica, unificando o valor do auxílio financeiro em R\$ 100,00 ⁴⁸ (cem) e passando assim a compreender as quatro modalidades abaixo:
a) 1 ProJovem Adolescente		Visa complementação da proteção social básica à família, a fim de proporcionar a convivência familiar e comunitária, além de criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se aos jovens de 15 a 17 anos.
b) 2 ProJovem Urbano		Visa elevar o grau de escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos através da conclusão do ensino fundamental, provocar o exercício da cidadania, e realizar uma qualificação profissional. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
c) 3 ProJovem Campo		Objetiva fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, através da mesma oferta do Projovem Urbano. Este reorganiza o programa Saberes da Terra.
d) 4 ProJovem Trabalhador		Unificou os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Prima pela preparação do jovem para o mercado de trabalho, através da formação profissional, de alternativas de geração de renda e de fomento à participação cidadã.
5. Programa Bolsa-Atleta	Ministério do Esporte	Visa proporcionar a manutenção de atletas com mais de 12 anos sem patrocínio. Recebem benefício mensal que varia de R\$ 300,00, para atletas estudantes, a R\$ 2.500,00, para esportistas olímpicos e paraolímpicos.
6. Programa Segundo Tempo	Ministério do Esporte	Desenvolvimento de atividades recreativas e acesso à prática do esporte no período contrário ao da escola, incluindo mais complemento alimentar, reforço escolar

⁴⁷ MTE – Ministério do Trabalho e Emprego; MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e MEC – Ministério da Educação.

⁴⁸ Exceto a modalidade Projovem Adolescente que atrelou o valor e o recebimento do benefício ao Programa Bolsa Família.

		e material esportivo. Voltado à crianças, adolescentes e jovens expostos aos riscos sociais.
7. Descoberta do Talento Esportivo	Ministério do Esporte	Ação cuja finalidade é identificar entre adolescentes e jovens matriculados na rede escolar os que apresentam níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento.
8. Praça da Juventude	Ministério do Esporte	A Praça da Juventude deve ser um espaço de convivência que proporcione atividades culturais, científicas, de inclusão digital, de lazer, esportes, entre outras. Compreende a construção de uma infraestrutura que ocupa uma área sete mil m ² .
9. Programa Brasil Alfabetizado	Ministério da Educação	Objetiva promover a alfabetização de jovens acima de 15 anos num período de 8 meses. É realizado por instituições de ensino.
10. Programa Escola Aberta	Ministério da Educação	Promoção de atividades comunitárias nas escolas públicas nos finais de semana. Prima-se pelo pagamento de bolsa a jovens para ministrarem oficinas nas escolas.
11. PROMED - Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio	Ministério da Educação	Viabilização de recursos para realizar a reforma curricular e para melhoria da qualidade e expansão do ensino médio da rede pública.
12. PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	Ministério da Educação	Objetiva a ampliação de vagas em cursos de educação profissional para jovens e adultos que concluíram o ensino fundamental (mínimo 21 anos de idade). Promove a realização de cursos de formação técnica com carga horária de 2.400 horas (equivalente ao curso técnico).
13. PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio	Ministério da Educação	Aumento da distribuição de livros didáticos de português e matemática para o ensino médio atingindo mais de sete milhões de alunos.
14. PROUNI - Programa Universidade para todos	Ministério da Educação	Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda e a professores da rede pública que não tenham formação superior. Os alunos do Prouni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.
15. Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministério da Educação e do Meio Ambiente	Promover formação e fortalecer lideranças ambientalistas jovens com base em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educação ambiental, fortalecimento organizacional, comunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação é feita na forma presencial e à distância.
16. Projeto Rondon	Ministério da Defesa	Promove uma aliança entre estudantes universitários e comunidades em regiões remotas do país na busca de trabalharem e realizarem estudos que busquem a melhora da qualidade de vida da população assistida.

17. Projeto Soldado Cidadão	Ministério da Defesa	Realização de atividades de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.
18. Programa Cultura Viva “Pontos de Cultura”	Ministério da Cultura	Recurso para montagem de “Pontos de Cultura”, prevendo o apoio para compra de material multimídia e para realização de atividades envolvendo iniciativas culturais tradicionais na localidade. Visa fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas, bem como o protagonismo juvenil nesses espaços.
19. PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego	Ministério do Trabalho e Emprego	Realiza qualificação socioprofissional de jovens (16 a 24) anos, sendo desempregados e com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Os participantes recebem vale-transporte e bolsa-auxílio de R\$ 150.
20. Aprendizagem	Ministério do Trabalho e Emprego	A Aprendizagem é uma modalidade de inserção laboral de adolescente prevista pela Lei nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Isso estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar no mínimo 5% e no máximo 15% de adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Esse jovens terão um contrato especial de trabalho por tempo determinado, atingindo no máximo dois anos.
21. Programa Nossa Primeira Terra	Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria da Agricultura Familiar	Linha de financiamento do Programa de Crédito Fundiário para jovens do meio rural (18 a 28 anos), para aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica, a fim de estimular a permanência dos jovens e suas famílias no campo, além de possibilitar qualificação técnica para tal.
22. Programa Pronaf Jovem	Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria da Agricultura Familiar	Linha de financiamento para filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 25 anos. Os participantes devem ter concluído ou estar cursando formação em centros de alternância, ou escolas técnicas agrícolas ou curso ou estágio de formação profissional.
23. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem (ASAJ)	Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde	Coordenado pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, realiza apoio técnico e operacional articulado com outros ministérios para formulação de conteúdos programáticos, normas técnico-gereciais, métodos e instrumentos que reorientem o modelo de atenção à saúde do adolescente e jovem.
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (6 ações para juventude)	Ministério da Justiça	Iniciativa para o enfrentamento à criminalidade no país. Visa articular políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Existem 6 sub-projetos ligados ao Pronasci:

a) 24 Protejo	O Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo) prestará assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas. O trabalho terá duração de um ano, prorrogável por mais um, e terá como foco a formação da cidadania desses jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais que visem resgatar sua auto-estima e permitir que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades.
b) 25 Reservista Cidadão	Voltado aos reservistas oriundos do serviço militar que geralmente são aliciados pelo crime devido ao manejo com armas e preparo técnico que receberam durante o período de alistamento. O projeto Reservista Cidadão possibilitará a identificação desses jovens (em parceria com o Ministério da Defesa), que vivam em ambientes conflagrados pela violência e criminalidade, para qualificá-los em temas como direitos humanos, cidadania e ética. Eles serão capacitados por assistentes sociais e pedagogos durante oito meses e, após este período, serão multiplicadores em suas comunidades. Cada jovem receberá bolsa de R\$ 100 por mês durante um ano.
c) 26 Formação do Apenado	Conjunto de projetos educacionais ligados a diversas instâncias de governo federal que serão implantados nas penitenciárias brasileiras. Um deles promoverá a alfabetização de seis mil jovens presos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos ou abandonaram a escola precocemente. Outra iniciativa do Pronasci é inserir o ProJovem (modalidade Urbano) nas penitenciárias, onde 30 mil jovens terão a oportunidade de cursar o ensino fundamental. O Pronasci também vai preparar aos detentos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) à formação universitária por meio do ProUni ou Universidade Aberta. Os jovens reclusos assistirão às aulas para que tenham condições de prestar o exame ao sair da prisão. O sistema penitenciário trabalhará também com jovens do regime semi-aberto no Proeja, que permitirá que eles cursarem o nível médio integrado a cursos profissionalizantes. A iniciativa contará com a parceria dos governos estaduais e universidades e pretende beneficiar cerca de 6,8 mil detentos. A formação educacional dentro das prisões servirá ainda para a remissão da pena: a cada 18 horas de estudo será um dia a menos na prisão.
d) 27 Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania	Nesse projeto os presos aprenderão a fabricar materiais esportivos, como bolas de futebol e redes de basquete, além de técnicas de serigrafia e impressão de materiais diversos. Os produtos têm como destino as escolas públicas do país. A participação do preso contribuirá para remissão de um dia de pena para cada três dias trabalhados. No projeto Pintando a Cidadania, que tem foco nas famílias dos apenados, as mesmas atividades serão desenvolvidas pelos parentes dos jovens presos. O objetivo é que, após o cumprimento da pena, o preso retorne à família e, junto dela, possa desenvolver na comunidade o trabalho praticado na prisão. Ambos são projetos articulados com o Ministério do Esporte.
e) 27 Farol	Visa promover a cidadania entre os jovens negros em situação de vulnerabilidade social, em conflito com a lei ou egressos do sistema prisional. O principal desafio é recuperá-los, inserí-los na rede de ensino, no mercado de trabalho e até fazer com que desenvolvam atividades sócio-educativas-culturais, atuando como multiplicadores desse processo. A iniciativa é uma parceria do Pronasci com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República.
f) 29 Mulheres da Paz	Objetiva incentivar mulheres de regiões mais atingidas pela violência, por meio de transferência direta de renda, na construção e no fortalecimento de redes sociais para prevenção e enfrentamento às violências que envolvem os jovens do seu território também expostos a ela.

QUADRO 1 - AÇÕES FEDERAIS PARA JUVENTUDE NO BRASIL

Fonte: Site oficial do Governo Federal; GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE (2006); MINISTÉRIO DA SAÚDE (2010), PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2010), MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010; MINISTÉRIO DO ESPORTE (2010) e CASTRO; AQUINO (2008).

Sposito e Corrochano (2005), ao analisarem algumas ações federais e municipais, destacam que o conteúdo e os resultados dessas ações variam de acordo com cada região. Contudo, a proposição dessas iniciativas não conseguiu provocar mudanças substanciais no tocante da discussão de uma agenda pública que privilegie os direitos juvenis, sua emancipação e inserção laboral.

As autoras (*ibidem*) destacam alguns pontos de convergência entre esses programas. Nos últimos anos, a maioria das ações dirigidas à juventude assumiram um formato programático semelhante: preconizando a transferência de renda através da concessão de bolsa incentivo; “operando como princípios redistributivos” (p. 160), sob a exigência de uma contrapartida⁴⁹ social pelo seu recebimento e promoção de atividade socioeducativas, como mecanismo de reconhecimento social dos sujeitos jovens.

Adotada como pressuposto naturalizado nos programas destinados aos jovens, a idéia da contrapartida é multifacetada. Ela pode compreender, no seu âmbito mais restrito, apenas a frequência obrigatória à escola, mas também pode incidir sobre a necessária presença em atividades de cunho socioeducativo e a participação em ações de engajamento comunitário (SPOSITO; CORROCHANO, 2005, p. 161).

Em geral, esses programas/projetos/ações são dirigidos aos jovens mais pobres que estão em defasagem escolar. O conteúdo programático compreende orientações para o trabalho e ações socioeducativas. Muitas assumem o viés da contrapartida compulsória. Isso significa que o jovem participante do programa deve realizar ou prestar serviços à comunidade ou mesmo desenvolver e realizar atividades voluntárias em seus bairros como requisito para sua participação no projeto (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

É importante considerar que são iniciativas públicas relativamente recentes que precisam ser mais investigadas a fim de identificar se “essas ações representam alguma ruptura com o padrão tradicional das políticas de juventude no Brasil” dentro do seu processo de constituição (LEÃO,

⁴⁹ Essa idéia de contrapartida social advém de diversas referências: 1. para forjar um rompimento com o assistencialismo ou com a filantropia, sob o viés da distribuição de renda e da construção de uma nova relação entre Estado e usuários das políticas através do estímulo ao engajamento civil; pela justificativa de responsabilização do Estado na minimização das desigualdades sociais. Idéia “[...] formulada no interior da crise do Estado-Providência e do regime assalariado” cujo objetivo era “restabelecer a solidariedade social a partir da ação pública” e dividir as responsabilidades com a sociedade (SPOSITO, CORROCHANO, 2005, p. 160).

2005) ou muda-se apenas a roupagem dos programas, mas a intencionalidade permanece a mesma.

Castro e Aquino (2008) destacam sobre a necessidade de ampliar o escopo da Política Nacional de Juventude a fim de integrar as ações emergenciais com as ações universais, como as políticas de saúde, educação, esporte e cultura, na expectativa de contemplar todos os segmentos juvenis. As autoras apresentam a necessidade de, através dessa política nacional estabeleça-se um diálogo que atenda prioritariamente a juventude mais empobrecida na perspectiva de integrar suas demandas.

Para Castro e Aquino (2008), o próximo passo a ser dado pelo governo é enfrentar o desafio de fortalecer suas ações e incorporar ou mesmo fortalecer a concepção dos jovens como sujeitos portadores de especificidades e de direitos no escopo dessas políticas.

Nos anos mais recentes, percebe-se o surgimento de novas formas de organização das políticas de juventude nas estruturas dos poderes executivos, principalmente no âmbito das prefeituras e mais pontualmente nos governos estaduais, na forma de coordenadorias, secretarias, assessorias ou conselhos⁵⁰. Esses organismos representam um passo importante para legitimação em nível local dessa proposta macro de construção de uma Política Nacional de Juventude abrangente.

Entretanto, ao mesmo tempo enfrentam grandes dificuldades de implementação e execução de programas específicos para os jovens, devido, principalmente, às limitações estruturais, de legitimação do poder público, de recursos orçamentários, de equipamento e pessoal (INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

Desse modo, podemos dizer que nos últimos governos brasileiros fez-se opção pela condução de uma política social de juventude com caráter emergencial, focalizada nos setores mais empobrecidos, no sentido de realizar o enfrentamento da vertente da exclusão social que compromete o segmento juvenil brasileiro.

⁵⁰ Sobre a atuação do poder público municipal na execução de PPJ, ver capítulo 3 deste estudo.

Dizemos isso, pois, quase todas as ações propostas pelo governo federal possuem tempo limite de execução (entre um ou dois anos), o que não possibilita um resultado contínuo na vida desses jovens. Outra questão perpassa a tentativa de enfretamento de situações adversas que atingem a juventude enquanto expressões da questão social, como o desemprego, precarização da educação, violência. No entanto, trata-se de uma questão estrutural, onde o Estado, por maior esforço positivo realizado, pouco consegue modificar ou remediar a situação da sua juventude.

As mudanças previstas com a proposição do Projeto Juventude, do Grupo Interministerial e da CEJUVENT, sem dúvida impulsionaram os estados e municípios brasileiros a se colocarem dispostos a atuar em prol da juventude. No entanto, a construção política dessas três instâncias permanece, em grande parte, como uma ação mais voltada ao âmbito das idéias, na forma de diretrizes, pois, no que tange a execução das ações, os entraves se colocam como fortes obstáculos à incorporação dessa política nacional por todo o conjunto da sociedade e pelo poder público em todo o território nacional.

Desse modo, na conjuntura atual, podemos dizer que a política de juventude brasileira tende a enfrentar a transição entre encontrar-se num estado de coisa a passar para um problema de natureza política que demanda resposta, como destacou Rua (1998), já que essa política ganhou a atenção do poder executivo e legislativo nacionais, na tentativa de aprovação de duas leis federais – o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude e tem gerado não pouco, mas muito incômodo na opinião pública.

Percebe-se a necessidade da inclusão da questão da juventude na agenda governamental sob um formato mínimo jurídico. Isso obrigaria o Estado a tomar medidas reais que visem o cumprimento dessa tarefa.

Mesmo tímida e lentamente, já existe uma movimentação política de alguns setores⁵¹ representativos da juventude para aprovação dessa legislação e fomento dessas políticas específicas em prol da PPJ.

⁵¹ Podemos citar segmentos como a Pastoral da Juventude, os setoriais de juventude dos partidos políticos como o PT, movimentos culturais como do *Hip Hop*, movimentos ligados às questões da juventude negra etc.

Com a aprovação desses projetos de leis, a incorporação dos estados e municípios no sentido para consolidação da Política Nacional de Juventude e com uma ampla participação de jovens e demais atores da sociedade civil, abrir-se-ia maiores possibilidades para a efetivação da construção dessa política, criando assim um novo cenário político mais favorável à juventude brasileira.

No próximo item, trataremos das abordagens teóricas relativas à juventude, conceitos sociológicos e tendências conceituais contemporâneas, fazendo um paralelo com as visões construídas ao longo da história pela sociedade e pelo meio acadêmico. Com isso, teremos um olhar muito mais ampliado sobre as perspectivas em torno das propostas e conteúdos programáticas das PPJ desenvolvidas ao longo das décadas no Brasil e na maioria dos países latino-americanos e suas expressões na atualidade.

CAPÍTULO II

O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE: UM DESTAQUE PARA A ABORDAGEM DAS JUVENTUDES

2.1. A CONSTRUÇÃO DAS NOÇÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

Juventude pode parecer, à primeira vista, um tema óbvio, assim como o diagnóstico de seus problemas, uma vez que todos partilhamos uma noção social sobre a questão, todos convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, os jovens são pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma produção incessante de imagens a seu respeito (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 11).

No entanto, com elevada frequência essas imagens remetem a estereótipos que não correspondem aos jovens reais, à diversidade de suas realidades e à complexidade das formas que configuram suas vidas e seu posicionamento frente ao mundo. Nesse sentido, compreender a juventude deixa de ser uma tarefa óbvia e exige leituras que superem os mitos recorrentes e o senso comum (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 11).

O texto acima celebra bem a idéia a ser desenvolvida neste estudo, uma vez que a tentativa aqui é trazer o debate teórico e traços conceituais construídos sobre a juventude, trazendo, a priori, os elementos da *representação social*⁵², na tentativa de demonstrar como essa construção de pensamentos alimenta os discursos cotidianos, políticos, religiosos e midiáticos que vem influenciando não só as formas de *vir e ser* jovem nas sociedades como também no enfoque que norteiam as diretrizes das políticas públicas de juventude ao longo dos anos, principalmente no cenário latino americano, entendendo as nuances que balizam o entendimento da nova condição juvenil nas sociedades atuais.

O objetivo aqui é realizar uma discussão que possibilite desvendar essas abordagens e propor uma contribuição ao debate conceitual, numa perspectiva contemporânea, ampla e progressista, entendendo que há uma diversidade de *juventudes*, *de segmentos juvenis* e *de realidades juvenis* que abarca inúmeras expressões, opções, anseios, situações sociais e culturais. Entendemos juventude como categoria socialmente construída, imersa e reprodutora da vida social.

⁵² O conceito de Representação social está relacionado a uma forma de conhecimento em que conjugam-se saberes populares, ou seja, os saberes do senso comum (Leite, 2005).

Os processos que constituem a representação social passam necessariamente pelas pessoas (enquanto porta vozes das representações), no entanto, essas representações estão ligadas às características sociais dessas pessoas, seu lugar, sua função na sociedade, ou seja, por sua inscrição social, uma vez que o objeto e seu conteúdo a ser representado tende a sofrer influências dos valores, normas e ideologias dos seus porta vozes (LEITE, 2005).

A mídia, as inovações sociais e tecnológicas, o conhecimento acadêmico etc. também contribuem na construção das representações sociais dos objetos e seus conteúdos, neste caso nos referimos ao objeto juventude.

Inicialmente, precisamos deixar claro que optamos por adotar a orientação do CONJUVE, que entende a juventude, do ponto de vista da *faixa etária*, como os sujeitos que tem idade entre 15 e 29 anos e, concordando com Camacho (2007), acrescentamos que dentro desse espaço temporal da juventude inclui-se o adolescente que vai dos 14 aos 17 anos ⁵³.

Temos, na sociedade contemporânea, um grande desafio no tocante da discussão do tema juventude. Desafio esse de transpor as visões estereotipadas e consagradas sobre os jovens, na tentativa de reconhecer e consagrar os seus direitos e demandas peculiares, considerando a gama de diversidades que caracteriza o ser jovem.

Concordamos com Novaes et. al (2006) ao dizer que o maior desafio a ser superado no debate sobre a juventude diz respeito à “dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil” (p. 6) que tanto valoriza os *símbolos da juventude* na sua imagem positiva, viril, estética, quanto critica e massifica negativamente seus ‘desvios de conduta’⁵⁴.

Podemos dizer que durante muito tempo a adolescência e a juventude estiveram expressas nas publicações do meio acadêmico e principalmente na opinião pública, como “uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade”, seja enquanto *tendência geracional*, que compreende o jovem como uma possibilidade futura, um vir a ser, uma passagem para a vida adulta, um período de transição, valorizando aspectos comuns, seja colocando-o como uma *possibilidade futura*, tanto no âmbito da continuidade/descontinuidade do desenvolvimento econômico e social, quanto da expectativa em torno das mudanças sociais, o que desperta tanto medo quanto esperança sobre a juventude (ABRAMO, 1997; ALMEIDA, 2000; CAMACHO, 2007).

⁵³ As definições de faixa etária da juventude diferenciam-se de acordo com os órgãos propositores. A ONU, a OIT e o Banco Mundial adotam: 15 a 24 anos, a OMS compreende o adolescente de 10 a 19 anos e o jovem de 15 a 24. No entanto, a perspectiva do Governo Federal brasileiro nas suas ações e a proposição do CONJUVE é de ampliar essa faixa etária e entender o jovem de 15 a 29 anos e esse também é o nosso horizonte para análise.

⁵⁴ Desvios de conduta seriam comportamentos que fogem às normas sociais tradicionais, tanto do ponto de vista da legalidade das ações, quanto de hábitos, vestimentas e opções diferentes da perspectiva de um cidadão “padrão” que nasce, cresce, estuda, se forma educacionalmente, trabalha, casa, tem filhos e se torna um adulto “pleno”.

Outra perspectiva também hegemônica refere-se à percepção do jovem enquanto *problema social*, como ameaça de ruptura à continuidade, devido aos ditos desvios de condutas, vistos como propícios ao momento da juventude (ABRAMO, 1997).

A relação entre juventude e *problema social* é algo recorrente histórica e socialmente. Os problemas sociais contemporâneos tanto afetam o segmento juvenil quanto os torna um problema da sociedade, ou seja, os diversos problemas que atingem o jovem acabam tornando-o um grande problema a ser enfrentado pela sociedade. E, isso se deve, principalmente, pela dificuldade da inserção juvenil no mercado de trabalho. Essa situação instável em relação ao trabalho juvenil é resultado da falta ou da fragilidade no campo do trabalho e se colocam como o problema central da juventude (PAIS, 2003).

O entendimento da juventude pelo viés da *diversidade* começa a ser ressaltado principalmente a partir das contribuições das literaturas mais atuais e das instâncias criadas a partir dos anos 2000 no Brasil citadas no item anterior. Para Camacho (2007), trata-se de compreender a juventude a partir da diversidade, das variáveis que compõem o seu universo, de sua classe, credo, etnia, gênero, ocupação, expressão cultural etc.

Essas concepções, em sua maioria, carregam em si uma grande preocupação com a integração do indivíduo jovem e com a manutenção da coesão social, uma vez que considera a juventude

[...] o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se construir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos (ABRAMO, 1997, p. 29).

Traremos para esse debate a contribuição de Helena Abramo (1997) sobre a forma de construção do pensamento sobre a juventude a partir dos anos 1950 até os anos 2000 no Brasil, já que identificamos ter sido a partir daí, o surgimento das primeiras iniciativas públicas voltadas à juventude⁵⁵ e para melhor apreender como essas representações contribuíram para a construção de um pensamento social sobre a juventude que extrapole os limites do senso comum e compõem

⁵⁵ Sobre as iniciativas criadas nesse ínterim, ver itens 2.2 e 2.3 deste capítulo.

a compreensão de juventude encontrada tanto no seu delineamento quanto na visão dos profissionais das políticas de juventude⁵⁶.

Nos anos 1950, a adolescência e a juventude eram consideradas fases propensas à delinquência e à transgressão devido à sua própria condição etária. Essa visão deixou de ser associada exclusivamente aos jovens dos setores mais marginalizados, pobres e operários e passou a incluir os jovens dos setores sociais médios nessa propensão. Eram os ‘rebeldes sem causa’, por apresentarem um problema que tange a desconformidade com a coesão social, de uma possível descontinuidade com o processo de integração social da juventude à vida adulta. Em tese, todos os jovens possuíam as condições necessárias para ajustarem-se ao mundo adulto e continuarem a perspectiva do progresso nacional. O problema da juventude nesse período era justamente a não adequação ou aceitação dessas normas, passando a serem vistos como rebeldes e delinquentes (ABRAMO, 1997).

Essa visão de condicionalidade da juventude como uma fase de vida turbulenta e difícil ocasionou a formação de culturas juvenis em contraposição às culturas adultas, o que gerou, por parte dos adultos, um processo de demonização das culturas juvenis, como ocorreu com os adeptos do *rock’n roll*, por exemplo. Com o passar do tempo, essas culturas juvenis começaram a ser encaradas como espaços momentâneos de socialização de jovens, embora permanecesse a diferenciação de tratamento entre jovens pobres e ricos (ABRAMO, 1997)⁵⁷.

Entre 1960 e 1970, devido ao conteúdo das manifestações políticas e sociais, surgiram os movimentos de juventude (de contracultura, pacifista, *hippie* e estudantil) de inspiração revolucionária em contestação à ordem social. Os jovens passaram a ser vistos como engajados e portadores de um ímpeto por transformação⁵⁸. Com isso, passaram a ser vistos como uma geração

⁵⁶ Sobre a concepção de juventude dos profissionais das políticas públicas, ver capítulo 4 deste trabalho, onde apontaremos a concepção que os profissionais das políticas locais de juventude do município de Vitória têm sobre esse segmento.

⁵⁷ Curiosamente, atualmente novos movimentos juvenis conhecidos como Rockabilly têm surgido entre os jovens no sentido de valorização dessa cultura juvenil dos anos 50. Fonte: Programa A Liga, exibido no dia 6 de julho de 2010 às 22h15 pela Rede Bandeirantes de Televisão.

⁵⁸ Transformação aqui entendida num sentido amplo. Existia um questionamento à ordem política e econômica marcada por autoritarismos nesse período, mas também houve questionamentos em torno da moral e da cultura estabelecidas. Por isso, a juventude nesse momento da história do país passou a incomodar a sociedade, uma

problemática por ter a possibilidade de ameaçar o sistema e os regimes totalitários existentes nesse período (ABRAMO, 1997; QUIROGA, 2001).

Esse engajamento juvenil passou a ser condenado pela sociedade, por dois motivos principais, primeiro por representar o medo de uma possível mudança do sistema capitalista (indesejada pela maioria), segundo pela preocupação dos adultos de que os jovens engajados não mais conseguissem se integrar ao funcionamento moral, político, econômico e cultural hegemônico⁵⁹ ou que optassem por formas clandestinas e até mesmo alternativas de sobrevivência (ABRAMO, 1997).

No Brasil, foi nesse período que a juventude ganhou a atenção da opinião pública, configurando-se num marco fundamental que dispõe de importantes estudos sobre o tema, principalmente porque os jovens engajados eram, em geral, os estudantes de classe média. Eram os jovens de classe média questionando um sistema que oprimia os pobres, a classe trabalhadora, em geral.

Os movimentos juvenis dos anos 60 expressavam, diferentemente da juventude transviada ou dos rebeldes europeus dos anos 50, uma consciência política com um conteúdo impregnado de utopias e ideais de transformação social. A referência à essa geração de jovens permaneceu como um parâmetro para as interpretações que se fizeram, durante um longo período, levando, muitas vezes a desqualificar a juventude e suas manifestações posteriores, de cunho, muitas vezes, mais cultural, consideradas “levianas e alienadas” (QUIROGA, 2001, p. 64).

Com o refluxo desses movimentos revolucionários, construiu-se, principalmente pelo meio acadêmico, uma contraposição dessa imagem negativizada da juventude militante, agora sob um novo paradigma, enaltecendo e idealizando-a, até mesmo romantizando essa geração jovem dos anos 60 comprometida com a mudança social. Essa juventude foi tratada por muitos intelectuais como uma referência positiva às demais gerações de juventude que estariam por vir (ABRAMO, 1997).⁶⁰

vez que as questões postas contrariavam a moral, as instituições sociais, os valores sociais, os meios de produção, ou seja, as relações de poder.

⁵⁹ No caso da não mudança desses padrões.

⁶⁰ Trata-se, dessa vez, de uma ‘rebeldia com causa’

Já nos anos 1980, ocorreu um grande contraste em relação a essa visão idealista da juventude. Impulsionados pelo processo de globalização, os jovens foram taxados de consumistas, individualistas, apáticos às mudanças políticas e incapazes de proporem alternativas. Lastimou-se por a juventude não ser mais a mesma dos anos 60 e 70.

Desse modo, essa ‘década foi também perdida para a juventude’. Os jovens carregaram nesse período o estigma da indiferença, sendo depositários da descrença que assolava toda uma sociedade (ABRAMO, 1997). Era como se atribuíssem ao jovem a missão de continuidade ao questionamento da ordem, como se fosse o seu papel na sociedade.

Entre os anos 1990 e os anos 2000, tem-se um novo momento de perspectivas em torno do universo juvenil. Nesse período a sociedade parece retomar alguns preceitos construídos nos anos 50, de uma preocupação com os ‘desvios de conduta e de integração social’, a diferença aqui é a gravidade desses desvios e das questões de ordem social, cultural, política e econômica que assolam as sociedades, principalmente dos países da periferia capitalista.

Os anos 90 marcam mudanças profundas na sociedade brasileira e na condição juvenil, como já expusemos anteriormente neste estudo, o que promoveu uma forte ‘cisão entre integrados e excluídos’. Surgiram novos setores de aglutinação jovem, de grupos de meninos de rua, de *rap*, *funk*, *surf*, gangues e galeras que sofreram forte estigmatização negativa e marginalização por parte da sociedade e da opinião pública (ABRAMO, 1997).

De acordo com Quiroga (2001), paralelo a essa visão de preocupação com a juventude, houve também nesse período, um momento de produção científica e valorização de algumas expressões juvenis, principalmente alguns movimentos urbanos, como: o *dark*, o *punk*, o *rock*, o *funk*, e, mais recentemente os movimentos e estilos ligados à cultura *hip hop*, ressaltando a identificação da juventude pobre com esse movimento e seus elementos constitutivos: o *break* (a dança), o grafite (a arte plástica, a pintura feita com tinta *spray* em muros), o *DJ* (músico sem instrumentos, criador dos sons para o *Rap* e o *MC* (mestre de cerimônia, que faz o improviso, a letra, o *Rap*).

Em torno das questões que envolvem a sociabilidade juvenil tão impregnada de violência real ou simbólica e tantas vezes agigantada pela mídia que diariamente invade espaços da vida social, está centrada grande parte da produção de estudos sobre a juventude, no âmbito das ciências sociais, nesta última década. Essa impregnação da violência em suas diferentes expressões, que não tem sido exclusiva dos jovens pobres, vem demonstrando a necessidade de criação de mecanismos de atenção às questões juvenis, demandando estudos que propiciem seu reconhecimento (QUIROGA, 2001, p. 66).

É importante ressaltar que essas imagens construídas pelo senso comum, meio acadêmico, discursos familiares, religiosos e políticos fortalecidas pela mídia de massa, tendem a provocar um entendimento ora muito negativo, ora muito positivo em relação à juventude enfatizando características que lhes faltam ou não condizem com as normas morais vigentes ou mesmo exacerba certos hábitos como se fossem comuns a todos os jovens, o que ajuda a construir “um determinado modelo de ser jovem” (DAYRELL, 2003, p. 41).

Desse modo, nossa missão aqui é contrapor esse ideário, exceder os limites dessas visões aparentes de juventude, mostrando seu lado mais profundo (sua essência), seus principais traços conceituais, sob uma perspectiva histórica e cultural, trazendo a contribuição do pensamento sociológico e o debate da nova condição juvenil na sociedade contemporânea, na tentativa de olhar a juventude sob vários prismas, através de um caleidoscópio, como propõe Quapper (2001).

Não podemos negar que nas últimas duas décadas a construção de estudos sobre noções conceituais da adolescência e da juventude tem crescido muito, sobretudo na América latina. Já existe um respeitável arsenal bibliográfico sobre a temática, abordando diversos aspectos, como: conceitos, políticas públicas, culturas juvenis, gênero, debate étnico, violência, participação social etc. Desse modo, já podemos dizer que o tema da juventude deixou de ser um algo novo, mas, ainda há a necessidade de ampliar e pluralizar as referências a esse segmento social, concebendo assim as heterogeneidades das adolescências e juventudes (LEON DÁVILA, 2005).

2.1.1. Juventude: alguns aspectos dessa categoria social

“A complexidade crescente da vida social própria da atualidade foi constituindo essa faixa mutável que chamamos juventude” (MARGULIS; URREST, 1996, p. 15).

Pierre Bourdieu (1983) em seu texto, “*Juventude é apenas uma palavra*”, destaca que a abordagem sociológica sobre a juventude criou uma representação ideológica da divisão de poder entre jovens e velhos⁶¹.

Trocando em miúdos, a fronteira entre o jovem e o adulto é um objeto de disputas em todas as sociedades. No século XVI, os velhos entendiam que os jovens deviam preocupar-se com a virilidade e a violência e não com o conhecimento, enquanto que os adultos deveriam ater-se ao desenvolvimento do conhecimento intelectual, centralizando assim o saber. Saber esse que representa patrimônio e poder. A intenção por parte dos adultos era limitar, controlar e manipular as ações dos jovens para que esses não ostentassem disputar esse poder ascendendo socialmente, mantendo assim os adultos na condução do poder e os jovens alheios e submetidos a isso (BOURDIEU, 1983).

É por isso que para Bourdieu (1987), “a idade [que se refere a um status juvenil] é um dado manipulado e manipulável”, dependendo do interesse em xeque, manipula-se o fator idade ou geração para benefício do interesse de A ou de B, de acordo com os interesses do poder. Quanto mais próximos os jovens estiverem dos atributos dos velhos, mais próximos estarão das formas de poder, mais próximos estarão da conduta de nobre, dos atributos de um adulto.

A abordagem da juventude como uma unidade social, como um grupo de interesses e hábitos comuns de acordo com a condição da faixa etária já manipula para caracterizar um modo de ser jovem (BOURDIEU, 1983).

Provocados a ampliarem o enfoque dado à juventude como categoria meramente etária e relacionando-a a contraposição de poder evidenciado por Bourdieu (1983), os autores Mario Margulis e Marcelo Urrest (1996) escreveram “*La juventud és más que una palabra*”. Neste, os autores enfatizam a importância de somar novos elementos a essa abordagem por considerá-la

⁶¹ Bourdieu (1987) ao se referir a “velhos” se refere aos adultos de modo geral, às pessoas integradas socialmente, portanto detentoras de algum saber e poder que o jovem ainda não possui.

restrita, imprecisa, classificatória e ambígua. Esses autores propõem a incorporação de elementos de diferenciação social, de gênero e cultural dos jovens a esse entendimento de juventude.

Desse modo, é preciso referenciar **as juventudes**⁶² (no plural) evidenciando as múltiplas situações sociais incutidas no desenvolvimento desta fase da vida (de maturação sexual e social), no âmbito histórico, entre classes sociais e gênero, considerando a memória social incorporada⁶³ às gerações. Tudo isso condicionará as diferentes maneiras de ser jovem nas sociedades (MARGULIS; URREST, 1996).

Na ótica desses autores (*ibidem*), convém pensar a juventude como uma etapa da vida que compreende um período de “maturidade biológica e relativa imaturidade social”, “como transição para a vida adulta”, ou seja, que vai da adolescência (que é um período de mudanças no corpo) até o limiar da independência familiar e econômica, na formação de um outro lar incluindo casamento e filhos, ou seja, com a conformação de atributos da vida adulta (MARGULIS; URREST, 1996, p.14).

Esses autores (*ibidem*) acreditam que a esse íterim temporal (de período preparatório entre infância e vida adulta, peculiar ao desenvolvimento juvenil), existem duas noções conceituais complementares entre si: **a moratória social** e **a moratória vital**.

A noção de **moratória social** muito citada pelos autores e apropriada pelas PPJ diz respeito a um tempo de possibilidades, permitido e tolerado pela sociedade e pelas instituições sociais tradicionais (família, igreja, escola) de modo a oferecer ao jovem um tempo para adiar responsabilidades. Seria um período “livre” para o jovem se dedicar prioritariamente aos estudos e à diversão e o período da juventude só ‘terminaria’ quando esses jovens assumissem essas responsabilidades, típicas da vida adulta, como o trabalho, a constituição de família e outro lar (MARGULIS; URREST, 1996, p. 15-16).

⁶² A referência conceitual às juventudes será tratada com maior riqueza de detalhes no último item deste capítulo.

⁶³ A importância da memória social incorporada está inscrita no entendimento das gerações, que ultrapassa a época de nascimento. Isso se remete à história, ao momento histórico em que o sujeito se socializa. A geração se inscreve na cronologia em relação ao parentesco, à cultura e à história permeados pelos estímulos da época (MARGULIS; URREST, 1996).

Ocorre que os jovens pertencentes aos setores populares tendem a ter maior dificuldade em ascender à moratória social, pois, esses devem ingressar no mundo do trabalho mais cedo e acabam ocupando os espaços de trabalho mais pesados, o que muitas vezes, os impossibilita de dar continuidade aos estudos e realizar atividades de lazer. Esses jovens assumem essas responsabilidades ‘típicas da vida adulta’ mais cedo que os jovens dos setores médios e altos, pois o jovem pobre carece “de tempo e dinheiro [...] para viver um período mais ou menos prolongado com relativa despreocupação” (MARGULIS; URREST, 1996, p.17).

[...] quando o desemprego e a crise proporcionam, muitas vezes, o tempo livre aos jovens das classes populares, essas circunstâncias não levam à moratória social. Esse “tempo livre” constitui-se em frustração, infelicidade, impotência, culpabilização, sofrimento e mais pobreza. Esse “tempo livre”, na verdade exclui [o jovem pobre] (CAMACHO, 2007, p. 147).

Já a **moratória vital**⁶⁴, seria um capital energético comum a todos os jovens, uma energia vital relacionada à capacidade produtiva, de resistência física, de disposição e da sensação de distanciamento da morte. Esta moratória traduz a concepção que permite a identificação da juventude como o período da vida, quando as pessoas têm um tempo de vigor maior disponível para realizar atividades do que em relação às pessoas não jovens (MARGULIS; URREST, 1996).

Para Margulis e Urrest (1996), a noção de moratória vital permite a distinção entre jovens e não jovens e a noção de moratória social expressa uma diferenciação entre quem usufrui ou não desse tempo disponível que compõe a juventude, ou seja, quem é social e culturalmente juvenil.

Sem dúvida, a juventude possui uma base material que está relacionada à idade, que é um “modo particular de estar no mundo, de encontrar-se projetado em seu tempo, de experimentar distâncias e durações”. A condição etária não está relacionada unicamente com aspectos biológicos, isso também se refere aos fenômenos culturais e históricos vivenciados naquele período etário, trata-se de momento peculiar de socialização entre jovens e isso configura também o caráter das gerações (MARGULIS; URREST, 1996, p. 18). É por isso que

⁶⁴ Não estamos aqui dizendo que apenas os jovens possuem um capital energético e disposição, adultos e inclusive idosos podem tê-lo, no entanto, o que destacamos é o peculiar período da juventude onde esse vigor vital é mais aguçado, estando, claro, o jovem em condições físicas normais.

A geração indica o período que o indivíduo se socializa, de acordo com as mudanças culturais que caracterizam nosso tempo. Cada geração pode ser considerada, até certo ponto, como pertencente a uma cultura diferente na medida em que incorporam em sua socialização novos códigos, habilidades, feição, linguagem, formas de perceber, de apreciar as mudanças do tempo social (MARGULIS; URREST, 1996, p.18, tradução nossa).

Já para Dayrell (2003) a adolescência e a juventude não são um tempo com início e fim ou mesmo uma passagem de gerações. Os jovens são sujeitos sociais, que possuem uma singularidade e uma história, sendo, ao mesmo tempo, sujeito e ser social.

“A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação” (DAYRELL, 2003, p. 41). Isso significa que a partir das mudanças universais, comuns a todos os indivíduos numa determinada faixa etária, a mudança entre eles passa pela representação que cada grupo social (inserido numa determinada sociedade, num determinado período histórico) tem sobre esse fenômeno. Essa diversidade está expressa nas diferentes condições sociais, culturais, de gênero, da ocupação e do espaço de socialização desses sujeitos. Para compreender a juventude sob a perspectiva da diversidade é preciso entendê-la enquanto parte de um processo maior que adquire especificidades de acordo com as experiências vividas pelos sujeitos inseridos num determinado território, numa determinada realidade social.

Ancorado no conceito “cultura juvenil”⁶⁵, entendendo que a juventude deve ser vista na sua diversidade e não a partir de um caráter unitário ou homogêneo e ressaltando a existência de muitas teorias⁶⁶ no campo da sociologia da juventude que explicam essas diversas juventudes, José Machado Pais (2003) congrega essas teorias e agrupa-as em duas grandes correntes teóricas: a *corrente geracional* e a *corrente classista*.

De acordo com Pais (2003, p. 48), a *corrente geracional* parte do entendimento de que a juventude é uma “fase da vida” e assim apóia-se em dois conceitos principais: *socialização* e

⁶⁵ O entendimento de Pais (2003) sobre cultura juvenil perpassa a visão dos jovens a partir de seus cotidianos, pois os jovens se movimentam nos diversos contextos sociais, partilham de símbolos como linguagens, valores, vestimentas e comportamentos diferentes, entendendo que há tanto regularidades quanto diversidades entre as diferentes culturas juvenis. Para este autor, é preciso “distinguir os universos simbólicos que os jovens utilizam” (p.77), ou seja, é preciso compreender o que esses símbolos representam para os sujeitos e o que eles fazem desses símbolos.

⁶⁶ Muitos desses pensamentos já foram expostos neste mesmo texto.

gerações para explicar o caráter unitário ou homogêneo desse período etário de interesses comuns. Nesse sentido, esta corrente sustenta o debate da socialização contínua e da descontinuidade dos valores intergeracionais. Isso quer dizer que a juventude pode tanto reproduzir a cultura adulta (continuidade) quanto pode romper com essa reprodução (descontinuidade). Na perspectiva desta corrente, a cultura juvenil também pode influenciar a cultura adulta. Esta é a questão fundamental dessa corrente.

“As descontinuidades intergeracionais estariam na base da formação da juventude como uma geração social”, nesse caso, a descontinuidade dos valores das gerações adultas, calcadas nas instituições família e escola são vistos como desvios de conduta ou como disfunções nos processos de socialização, como denomina o autor em tela (PAIS, 2003, p. 48).

“As experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos de uma mesma geração, que vivem por esse fato circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares”. São condições comuns àquela geração e não condições comuns àquela classe social como propõe a corrente classista (PAIS, 2003, p. 51).

Na *corrente classista*, a transição do jovem para a vida adulta está diretamente condicionada à relação de classe e às desigualdades sociais: quer de gênero, renda ou raça. Para Pais (2003), existe uma conjuntura claramente desfavorável à juventude, dada as transformações sociais e as rígidas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que provocou desemprego e dificultou em larga escala o acesso dos jovens ao emprego, processo que atingiu e atinge todas as classes sociais. No entanto, para nós, a situação dos jovens pobres é ainda pior, já que não possuem a mesma proteção e aparato social que os jovens das classes mais abastadas.

De acordo com Pais (2003, p. 61), esta corrente entende que cultura juvenil é sempre uma cultura de classe, produto de “relações antagônicas de classe”, ancoradas “num contexto cultural determinado por relações de classe”, ou seja, são expressões de resistência à cultura e à ideologia dominante, aparecendo subordinadas aos determinismos que se estabelecem entre cultura dominante e subculturas.

Para o autor (idem), a adoção de uma perspectiva de classe social configura-se como elemento importante para a compreensão da juventude. No entanto, isso é insuficiente para definir quais processos sociais afetarão os jovens, pois é preciso considerar as trajetórias individuais, as vivências locais, percursos de mobilidade social, etc. para compreender o sujeito jovem, rompendo assim com os determinismos típicos das leituras deturpadas das teorias classistas.

Ambas as correntes expressam a problemática da reprodução social imbricada na reprodução cultural, embora sob focos diferentes. A corrente geracional ao tratar da reprodução social pauta-se na relação da continuidade/descontinuidade de valores culturais intergeracionais. Já a abordagem da corrente classista expressa a cultura juvenil a partir dos antagonismos de classe social, ou seja, ressaltando a resistência/subordinação da cultura dominante.

Podemos dizer que essas concepções em torno da juventude, tanto no campo das representações sociais quanto das categorias sociológicas estão contidas na orientação e no desenho das políticas de juventude construídas a partir dos anos 1950 nos países latino-americanos.

Agora, a fim de sintetizar o entendimento das concepções de juventude que norteiam o escopo das políticas públicas, mostraremos resumidamente como essas visões de juventude foram incorporadas às iniciativas públicas sob a perspectiva de Krauskopf (2006), que organiza esse entendimento em quatro paradigmas principais:

1. *A juventude como período preparatório nas políticas* - adota um viés geracional, que entende a juventude na passagem da infância para a vida adulta com enfoque na preparação e formação do jovem para maturidade, sob uso do tempo livre, adotando claramente a noção de moratória social e vital, já que as ações são voltadas à educação, voluntariado, forças armadas e desporto. Esse paradigma se baseia no futuro e não no presente desses jovens, sem relativizar as possíveis incertezas futuras, como em relação ao mercado de trabalho, por exemplo;

2. *A juventude como etapa problema nas políticas* - o jovem aparece como problema para a sociedade, de perturbação à ordem social. Há uma estigmatização e criminalização dos jovens e grupos juvenis. Vê-se aí receio em relação à descontinuidade dos valores intergeracionais preconizados pelas instituições tradicionais como família, escola e o trabalho;

3. *A juventude cidadã como sujeito de políticas* – o jovem é visto como sujeito pleno de direitos, sob influência da criação de legislações que visam a proteção social e de acordo com Bango (2003), de uma renovação da participação juvenil em prol da construção desses direitos.

4. *O reconhecimento da juventude nas políticas como ator estratégico do desenvolvimento* – focado na juventude pobre, preza-se pelo favorecimento dos processos de integração social, a fim de propiciar, através de políticas, o enfrentamento da exclusão social, preconizando a formação de capital humano juvenil⁶⁷ e fortalecimento do capital social⁶⁸.

Desse modo, a concepção do sujeito jovem e as diretrizes e estratégias das PPJ têm seguido esses quatro paradigmas principais em que coexistem e que envolvem uma variedade de percepções sobre o papel e as necessidades do sujeito jovem, assim como a sua institucionalidade pública (KRAUSKOPF, 2006).

De acordo com Abad (2002; 2003) há que se considerar uma nova condição juvenil nas sociedades contemporâneas baseadas, principalmente, na crise das instituições tradicionais (família, escola, trabalho).

O processo de desinstitucionalização dos laços sociais está relacionado aos valores transmitidos pela “cultura adulta hegemônica” à juventude (ABAD, 2003, p. 25) e isso compreende quatro fatores principais: a) crise do modelo familiar tradicional; b) desilusão quanto à ascensão social através da educação; c) surgimento de novos atores na proposição político-jurídica no campo da juventude e d) perda da ideologia nacionalista devido à negação de valores tradicionais. Além disso, cabe destacar outros três elementos que contribuem para o entendimento da nova condição juvenil: i) a diminuição da infância e extensão da juventude; ii) mudança da cultura em torno do emprego e do salário, dada as mudanças ocorridas no mundo do trabalho junto à perda de estabilidade, fator dificultador da concretização do circuito família-escola-trabalho; iii) a conformação de uma cultura juvenil quase universal sob forte influência da mídia globalizada (ABAD, 2002; 2003).

⁶⁷ Capital humano juvenil – lê-se formação de mão de obra jovem.

⁶⁸ Capital social – fortalecimento de redes sociais para desenvolvimento econômico.

A família já não ocupa mais um padrão rígido de “autoridade paternal e de obediência filial”, a educação não representa a possibilidade de mobilidade e ascensão social e a crise no mundo do trabalho criou uma desilusão quanto à cultura do emprego e do salário como plataforma para a transição para a vida adulta (ABAD, 2003, p. 24).

No entanto, o processo de globalização promoveu a massificação de culturas, minando a possibilidade de construção de uma cultura nacional pautada pelo projeto populista nacionalista desenvolvimentista. A influência desse processo junto à pressão dos meios de comunicação de massa intensificou a transmissão de “uma verdadeira cultura juvenil, de características universais, heterogêneas e inconstantes” (ABAD, 2003, p. 24).

Essa nova condição juvenil pode possibilitar que jovens de alguns setores sociais vivam essa etapa da vida com maior autonomia individual, diferenciando-se das gerações adultas e podendo usufruir mais do seu tempo “livre” para exercício de novas experiências, pois anteriormente, a integração no mundo adulto⁶⁹ era algo muito esperado tanto pelos jovens quanto pelos pais, uma vez que chegando ao status adulto, os jovens poderiam gozar coisas “tipicamente adultas” proporcionadas pelo dinheiro, pela política e pelo sexo (ABAD, 2002; 2003).

A apresentação dessas noções conceituais em torno da construção do pensamento sociológico sobre a juventude nos possibilita afirmar que *Juventude é [realmente] mais que uma palavra* como defende Margulis e Urrest (1996). Diríamos que juventude é muito mais que uma palavra, que uma relação de poder, que uma corrente de pensamento ou uma única noção conceitual. Todos os elementos aqui descritos contribuem para entender esse segmento social tão representativo nas sociedades, que compreende quase um terço da vida de uma pessoa e um terço de toda a população, como destaca Abad (2002; 2003).

2.1.2. Juventudes: uma opção conceitual

⁶⁹ Através da preparação para a vida adulta.

Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.
Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.
Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.
Uma parte de mim
almoça e janta:
outra parte
se espanta.
Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.
Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.
Traduzir-se uma parte
na outra parte
- que é uma questão
de vida ou morte -
será arte?

(Ferreira Gullar - Traduzir-se)

Como falar em uma única juventude ou numa única categoria ou teoria que a explique? Numa única condição, única cultura, única classe, sem considerar gênero, orientação sexual ou seu território? Priorizando um período etário ou mesmo evidenciado esse segmento social como algo que não é, mas ainda será?

Quando falamos em juventude, uma pergunta surge imediatamente: *de qual juventude se fala?* A título de compreensão para este estudo, se faz necessário entender e problematizar sobre a diversidade de *juventudes* e *segmentos juvenis* existentes na sociedade. Para tanto, é fundamental considerar os diferentes elementos que compõem o modo de ser e estar dos sujeitos sociais jovens, a fim de contemplar suas expressões, anseios e necessidades.

As juventudes na contemporaneidade, ou mesmo às quais estamos no referindo neste estudo, alvo das políticas sociais, são pessoas que nasceram entre meados dos anos 80 e 90, são jovens que

não vivenciaram ditaduras, onde as instituições sociais cumpriam o papel de ordenar, coibir e determinar o modo de ser sujeito nas sociedades latino-americanas⁷⁰. Essas juventudes se deparam com outro momento histórico, de rompimento com esses valores, sob uma invasão de informações, resultado de uma globalização mundial, com estruturas familiares completamente diferentes, com uma modernização industrial que já não absorve como antes a mão de obra do jovem, do jovem, principalmente o jovem pobre, negro, pouco escolarizado.

Já existe um forte apelo da literatura especializada para adoção da vertente conceitual: juventudes. Nosso estudo mostra que alguns profissionais das PPJ do município de Vitória também fazem essa leitura. E isso impulsionou a criação de ações que contemplem expressões culturais locais, étnicas e o atendimento a algumas expectativas juvenis, muito embora as noções de “fase da vida”, de “momento de busca” ou como “problema” ainda persistam nos discursos desses atores, como veremos com maiores detalhes no quinto capítulo deste estudo.

Acerca das concepções de juventude, concordamos com Quapper (2001) ao dizer que tem havido um trânsito de passagem entre concepções conservadoras e funcionalistas⁷¹ para as abordagens mais amplas e progressistas⁷². Faz-se necessário ampliar o debate, incluindo alguns elementos ou matizes “conceituais dinâmicas e flexíveis”, superando “conceitos rígidos e mecanicistas” a fim de “*mirar, apreender y comprender a las juventudes en nuestras sociedades*” (p. 68), na tentativa de apresentar alguns horizontes que auxiliem na reflexão e construção de outras relações e ações com os jovens e os segmentos juvenis.

Klaudio Quapper (2001, p. 68), diz que é preciso **ampliar o olhar sobre a diversidade**, reconhecendo – para além da raça, credo, etnia, gênero, orientação sexual – os diferentes estilos culturais⁷³ assumidos pelos jovens para compreender o que isso implica para o jovem e como o ele se expressa, adotando uma estética particular, as diferenciações e oposições entre os estilos entendendo o que isso representa num determinado espaço social juvenil. No entanto, para este

⁷⁰ É claro que há fortes resquícios desse ideário no modo de ser jovem atual, pois, neste trabalho, não se nega a historicidade dos fatos social.

⁷¹ Muito hegemônicas durante anos pelas ciências sociais, psicológicas e médicas e já debatida neste estudo.

⁷² Desenvolvidas nos últimos 20 anos pela academia e destacadas neste estudo.

⁷³ Sejam os estilos: rap, funk, rock, emo, skate, forró, samba, universitário, sertanejo, micareteiro etc.

autor é preciso considerar o parâmetro de subgrupos etários⁷⁴, entendendo que há diferenças entre as expectativas de jovens adolescentes e jovens adultos, suas expressões e os processos de juvenilização.

Para perceber e compreender a riqueza e a pluralidade desses estilos dinâmicos e heterogêneos peculiares ao universo juvenil é preciso olhar sob primas, lugares, e sentidos múltiplos, ou seja, é preciso ter uma visão caleidoscópica, como destaca Quapper (2001).

Outro elemento ressaltado pelo autor (*idem*) trata da necessidade de se olhar a juventude de perto, de criar metodologias de pesquisa e canais de aproximação com os jovens e seus grupos, para ouvi-los, percebê-los e *aprender com eles* sobre seus estilos, vivências e linguagens, transpondo o paradigma do olhar distante, construído no interior das universidades, dos órgãos públicos, privados, igrejas, etc. e ir ao encontro da juventude, convivendo nos seus espaços e criando espaços condizentes com eles.

O processo de construção das identidades juvenis na atualidade possui expressões marcadas por modos de vida que compõem uma diversidade de fatores desde classe, gênero, expressão cultural de referência até mesmo por formas de pertença nos espaços sociais, considerando também *novas formas de participação social juvenil*⁷⁵ na sociedade atual (QUAPPER, 2001).

Tem-se aí um enorme desafio no âmbito da incorporação de novos elementos à conceituação das juventudes em relação ao debate dos atores públicos, da mídia e da academia, a fim de criar subsídios para a sociedade repensar o jovem e para que o poder público pense e elabore **políticas públicas que tenham a cara e o desejo da juventude**. Tendo enquanto prerrogativa o reconhecimento e a valorização dos seus estilos, espaços de referência, território, situação social, considerando gênero, etnia, orientação sexual, condição física e mental, além das suas opções e desejos.

⁷⁴ Para Quapper (2001, p.68-69) “a idade não é um dado que constrói”, mas é preciso usá-la como “referência de categorização”.

⁷⁵ Sobre as novas formas de participação juvenil ver: NOVAES, Regina. Nada será como antes: notícias das juventudes sul-americanas. In: **Observatório da Cidadania**, 2007. p. 99-107. Disponível em: < <http://www.ibase.br/userimages/nada.pdf> >. Acesso em: 1 set. 2010.

Essa leitura das juventudes tende a contribuir para a reflexão dos governantes locais e federal no fomento de políticas de juventude que considerem as especificidades juvenis seus estilos, hábitos e novos mecanismos de participação social.

“Este es un desafío para nuestro próximo tiempo, reconstruir categorías y epistemologías que permitan mirar e remirar a las juventudes [...] con nuevos ojos, oírles con nuevos oídos, tocarles con nuevas manos, degustarles con otras bocas y sentirles con nuevos olfatos...” (QUAPPER, 2001, p. 73).

CAPÍTULO III

**ESTADO, ESFERA PÚBLICA E A POLÍTICA
LOCAL DE JUVENTUDE: AS INSTÂNCIAS DE
GESTÃO DA PREFEITURA DE VITÓRIA**

Onde começo, onde acabo,
se o que está fora está dentro
como num círculo cuja
periferia é o centro?

Estou disperso nas coisas,
nas pessoas, nas gavetas:
de repente encontro ali
partes de mim: risos, vértebras.

Estou desfeito nas nuvens:
vejo do alto a cidade
e em cada esquina um menino,
que sou eu mesmo, a chamar-me.

Extraviei-me no tempo.
Onde estarão meus pedaços?
Muito se foi com os amigos
que já não ouvem nem falam.

Estou disperso nos vivos,
em seu corpo, em seu olfato,
onde durmo feito aroma
ou voz que também não fala.

Ah, ser somente o presente:
esta manhã, esta sala.

(Ferreira Gullar – *Extravio*)

3.1 A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO GRAMSCIANO SOBRE O CONCEITO DO ESTADO E A INFLUÊNCIA NO BRASIL

Antônio Gramsci, enquanto marxista e um crítico da política, como observou Carlos Nelson Coutinho (2003), propõe a ampliação da teoria clássica de Estado realizada por Marx, Engels e Lenin, no sentido da sua superação/conservação. Sem romper com a contribuição desses pensadores, Gramsci as enriquece, propõe novas determinações e elenca novos elementos mais atuais à compreensão do Estado.⁷⁶

A não supervalorização de Gramsci sobre o caráter economicista do Estado como fez Marx e Lênin o possibilitou explorar mais o caráter político da teoria marxista. “Essa concentração no político significa que Gramsci tende a ver todas as esferas do ser social [seja a filosofia, a história, a cultura ou mesmo a práxis em geral] a partir do ângulo da sua relação com a política” (COUTINHO, 2003, p. 90).

Gramsci, Marx, Engels e Lenin viveram e desenvolveram suas teorias em momentos históricos e localidades geográficas (ocidente e oriente)⁷⁷ cujos contextos foram muito diferenciados. Sendo assim, o pensamento gramsciano foi construído mais recentemente, no início do século XX na Europa (Itália), quando o capitalismo já encontrava-se mais avançado e as relações entre Estado e sociedade já estavam mais definidas, mais equilibradas e também mais complexas devido à intensificação dos processos de socialização da participação política junto à formação de grandes sindicatos e de partidos que aglutinavam as massas de trabalhadores, além da conquista do sufrágio universal. Tudo isso impulsionou o surgimento de uma nova esfera social com leis e atividades específicas tanto no âmbito econômico, quanto dos aparelhos repressivos do Estado (COUTINHO, 2003).

Em sua reflexão teórica, Gramsci não entende o leninismo (e o marxismo em geral) como um conjunto de *definições* acabadas, mas como um método para a descoberta de

⁷⁶ Não temos aqui a menor pretensão em esgotar o debate feito por Marx, Engels e Lenin sobre o Estado. Apenas pontuaremos a contraposição de Gramsci a este conceito.

⁷⁷ A diferenciação entre os conceitos de ocidente e oriente diz respeito à formação econômico-social de cada universo e não estão cunhados em conceitos territoriais ou geográficos, mas sim, “em função, sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado” (COUTINHO, 2003, p. 82)

novas *determinações*; ou, em outras palavras, como um método para explicitar novas determinações a partir do desdobramento das antigas, as quais – sendo dialéticas – eram determinações necessariamente abertas à evolução histórica, e que exigiam, por isso, uma renovação permanente (COUTINHO, 2003, p. 84).

A teoria clássica marxista prevê para a sociedade comunista ou sociedade regulada, o fim do Estado e controle da burguesia sobre os meios de produção. Gramsci, por sua vez, teve a possibilidade de analisar e avaliar a experiência de Revolução Russa de 1917 e a construção do socialismo soviético anos depois. Desse modo, teve condições de apresentar discordâncias quanto ao caminho e os métodos seguidos pelos bolcheviques. A revolução bolchevique de 1917 foi considerada por Gramsci uma revolução pelo alto, pois foi “encarnada na coletivização forçada e na industrialização acelerada”, onde Estado e sociedade se encontravam em grande parte separados, ou seja, não havia interferência da sociedade nas ações públicas (COUTINHO, 2003, p. 136).

Gramsci propõe que o proletariado tenha condições de tornar-se dirigente. No entanto, isso não deverá ocorrer pela via da ditadura do proletariado, no limite da perspectiva do controle da produção econômica para a conquista da hegemonia, mas sim pela via da realização de uma política de alianças entre classes e primando pelo exercício da “direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que [...] se opõem ao capitalismo” (COUTINHO, 2003, p. 64-65).

Desse modo, é preciso que o proletariado deixe a visão corporativista de lado, pois isso promove um conformismo, o que não favorece a luta pela defesa dos interesses imediatos da classe proletária. Com isso, é possível conquistar a hegemonia⁷⁸ para configurar uma classe nacional, com a capacidade de assumir todas as suas reivindicações (COUTINHO, 2003).

⁷⁸ Em Gramsci, antes da conquista do poder, deve-se conquistar a **hegemonia**. A hegemonia seria a união dos estratos sociais populares sob reconhecimento da sua condição da sociedade e do processo histórico a fim de realizar aliança em prol da luta contra o capitalismo. Quando a questão da classe proletária se coloca como uma questão nacional, esta se coloca como classe dirigente. Desse modo, o poder proletário não deverá se limitar à ação coercitiva, mas também à ação de promover o consenso entre as massas trabalhadoras (COUTINHO, 2003).

Ao tratar do conceito de hegemonia, é preciso considerar a **contra-hegemonia**, enquanto um processo que expressa a disputa das forças políticas, ou seja, da oposição entre forças emergentes e dominadas em relação à força dominante na luta pelo poder. Isso pode ocasionar no enfraquecimento da direção política da classe que está no poder. É justamente nesse terreno contraditório, nessas crises entre ideologias políticas que as massas podem se distanciar das ideologias tradicionais. Em resposta a isso, há dois meios de articulação de poder: 1º) poderá haver uma rearticulação da classe dominante para se manter no poder ou 2º) ampliar a articulação e o consenso entre os

De acordo com Simionatto (2004) e Coutinho (2003), Gramsci compreende as diferenças existentes entre as sociedades ocidentais e orientais, por possuírem condições peculiares para a transição de um sistema social alternativo ao capitalismo (o socialismo). No Oriente, o Estado representava tudo e o que estava em jogo era sua conquista imediata, prevalecendo assim o conjunto das relações econômicas capitalistas e a tomada dos meios de produção. No Ocidente, a questão está colocada para a conquista da hegemonia pela sociedade civil, sob suposição da construção de um consenso ativo, participativo e organizado, dentro do movimento dialético e democrático entre os setores mais expressivos da população.

A sociedade civil é vista por Gramsci como portadora da capacidade de dirigir o bloco histórico. Ele compreende a relação orgânica entre estrutura (base econômica, força produtiva, mercado) e a superestrutura (base político-ideológica e cultural) e nesse sentido, é preciso que o movimento superestrutural evolua nos limites do desenvolvimento da estrutura (PORTELLI, 1977).

Existem também os intelectuais orgânicos que são como os ‘funcionários das superestruturas’. São eles os organizadores da função econômica da classe a que estão ligados organicamente e da hegemonia da classe dominante na sociedade civil. Participam efetivamente da construção do projeto da classe dirigente por meio dos aparelhos privados de hegemonia: escolas, igrejas, meios de comunicação de massa, associações, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais etc. (SIMIONATTO, 2004).

Desse modo, é preciso que os intelectuais orgânicos da classe proletária componham as superestruturas para que haja divulgação de uma cultura capaz de emancipar politicamente a classe operária, como destacou Ivete Simionatto (2004), de modo que as massas tomem consciência social sobre seus problemas.

Ainda de acordo com Simionatto (2004), a cultura na concepção gramsciana é um elemento fundamental para emancipação política da classe proletária.

estratos sociais, de modo que as massas possam ocupar espaços e lutar para tornarem-se dirigentes (SIMIONATTO, 2004).

A preocupação de Gramsci com a cultura está, pois, relacionada com a sua compreensão de que a luta pela emancipação política do proletariado não se coloca apenas no terreno econômico, mas, dadas as condições de subalternidade intelectual às quais estiverem submetidas as classes trabalhadoras, torna-se necessário o encaminhamento de um novo projeto cultural capaz de propiciar o desenvolvimento de uma vontade social, de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe burguesa (SIMIONATTO, 2004, P. 29)

Na sua teoria de Estado Ampliado, Gramsci distinguiu duas esferas essenciais de exercício de poder na composição da superestrutura: a sociedade política e a sociedade civil que, em conjunto promovem a direção ideológica da sociedade (PORTELLI, 1977).

A sociedade política (Estado em sentido restrito ou coercitivo) compreende o conjunto dos aparelhos repressivos do Estado, onde o controle é exercido pelas burocracias executiva, político-militar e também jurídica, como destaca Portelli (1977). Em geral, na sociedade política, o Estado exerce seu poder por meio de ditaduras e a dominação é feita por meio da coerção.

O diferencial conceitual gramsciano em relação à discussão marxista encontra-se justamente no destaque à sociedade civil enquanto promotora da hegemonia. A construção da hegemonia enquanto expressão da coalizão entre classes para dominação e direção intelectual e moral visa a formação de uma base social forte, capaz de dominar e divulgar a ideologia dominante para construir consenso e promover a subordinação político-cultural passiva da classe operária (SIMIONATTO, 2004). Essa é a estratégia adotada pela classe burguesa para manutenção de sua direção política nas sociedades capitalistas.

Contudo, é importante esclarecer que esta distinção entre sociedade civil e sociedade política é algo funcional e didático, a fim de efetuar a explicação teórica desses conceitos. Sabe-se que existe uma relação dialética entre consenso (sociedade civil) e coerção (sociedade política). Desse modo, o Estado pode assegurar a ordem social através da força, bem como pode recorrer aos aparelhos privados da sociedade civil para obter o consenso sobre seus atos e divulgação ideológica (SIMIONATTO, 2004). Numa relação entre aparência e essência.

Gramsci acredita que essas duas esferas podem se tornar terreno fértil para impulsionar uma ação política transformadora ou mesmo conservadora (SIMIONATTO, 2004).

Com a derrocada dos Estados ditatoriais, as funções de domínio e coerção vão sendo substituídas pelas funções de hegemonia e consenso e a sociedade política vai sendo reabsorvida pela sociedade civil, uma vez que a tendência é que haja um fortalecimento dos aparelhos da sociedade civil, portadoras materiais da hegemonia. Para Gramsci, há de se superar o Estado coercitivo, promotor de privilégios e desigualdades sociais, devendo-se abri-lo para a democratização das suas funções (SIMIONATTO, 2004).

É importante considerar que, para Gramsci, deverá existir uma longa caminhada por meio da conquista da hegemonia no interior das instituições privadas e ideológicas da sociedade civil, pois a mudança de ordem social se configurará num processo de transição e não numa mudança brusca e repentina de tomada de poder pela sociedade política (COUTINHO, 2003).

Enquanto Marx se dedicou a indicar o caráter classista do Estado, Gramsci “buscou desvendar as mediações que esclarecem essa dominação”. É sob esse entendimento que “se iluminam as relações sociais que redimensionam as relações entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos – princípio inspirador da teoria gramsciana” (SIMIONATTO, 2004, p.72).

Concordamos com Coutinho (2000, p. 50) ao dizer que as transformações ocorridas no Brasil nunca representaram revoluções decorrentes de movimentos sociais “provenientes de baixo para cima”, tais mudanças ocorreram mediante “conciliação entre representantes dos grupos opostos economicamente dominantes”. Essa conciliação se expressa sob a política reformista exercida “pelo alto” ou pela “via prussiana”. Isso quer dizer que as classes e setores sociais “de baixo” sempre ficaram alijados dos processos decisórios nacionais.

Trata-se de uma cultura elitista que limita/impede a organização política das massas populares na suas reivindicações e na construção de políticas para criação de uma democracia real passível de construção de contra-hegemonia (COUTINHO, 2000).

De acordo com Wanlerdey (1999), o pensamento gramsciano exerceu grande influência sob o pensamento da esquerda latino-americana, seja na orientação de estudos acadêmicos, seja

contribuindo para a reflexão política que impulsionou os processos de democratização nesses países.

No Brasil a inserção dos estudos de Gramsci despontou nos anos 60, entre o golpe militar em de 1964 e a decretação do AI5 em 1968. Todavia, somente com a revogação do AI5 (1979), num cenário de declínio do poder ditatorial e do modelo econômico e social imposto ao país, é que se abriram novas possibilidades para participação social dos movimentos sociais. É nesse contexto de suposta abertura que as idéias de Gramsci ganharam mais força no Brasil e também na incorporação desse ideário nos partidos de esquerda (daquela época) como PCB, PT e PMDB (SIMIONATTO, 2004).

Desse modo, a esquerda passou a reavaliar suas propostas e ações, conformando assim “uma nova compreensão sobre a realidade brasileira e seu crescente processo de complexificação e ocidentalização” (SIMIONATTO, p. 102).

Para compreensão do pensamento gramsciano nos tempos atuais, considerando as bruscas e recentes mudanças ocorridas no âmbito social, político, econômico, cultural e científico, Luiz Eduardo Wanderley (1999, p. 114) destaca a necessidade de ampliar e superar “visões dicotômicas, por uma outra que forneça uma compreensão mais integradora, sem ignorar as enormes dificuldades dessa façanha” para não cairmos em perspectivas reducionistas, de supervalorização ou desvalorização do Estado, do mercado (estrutura) e da sociedade civil.

Sendo assim, Wanderley (1999, p. 115) destaca alguns aspectos que possam contribuir para a compreensão do pensamento gramsciano nos tempos atuais, indicando que se:

- a) *incorpore* os elementos constitutivos da esfera pública⁷⁹ (como: visibilidade social, controle social, representação de interesses coletivos, democratização, confrontação pública, cultura pública) aos aparelhos privados de hegemonia e as dimensões

⁷⁹ A esfera pública para Raquel Raichelis (2006, p. 79) é o “espaço de explicitação de interesses em conflito, de confronto entre projetos sociais e de luta pela hegemonia” por meio da representação de sujeitos sociais que, em geral, são representantes dos interesses das classes dominantes. Todavia, trata-se de um espaço eminentemente político, onde admite-se o direito da população de participar da vida pública.

constitutivas da sociedade civil, como: “ideologia, filosofia, artes, ciência, religião” (RAICHELIS; 2006; WANDERLEY, 1999);

- b) *reafirme* a relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, tendo a dimensão de que em diferentes contextos históricos poderá haver mudanças na relação de poder “ora com a prevalência da hegemonia, ora com a prevalência da dominação”;
- c) *ênfatize* o aspecto de que os conflitos da vida social não são gerados ou determinados apenas pela diferenciação entre classes sociais, mas “também por diferenças de raça, de gênero, de religião, de cultura”, incluindo os conflitos de geração e de orientação sexual;
- d) *amplie* a visão “de direção intelectual e moral, com as noções de direção social e política”. Desse modo, a direção política não está sendo considerada apenas por um partido de massa, mas por uma diversidade de partidos e por outras vias de poder como os conselhos, fóruns e orçamentos participativos, junto à presença de movimentos sociais que representam diferentes setores e classes sociais;
- e) *reforce* o entendimento da relação orgânica entre estrutura e superestrutura na constituição do bloco histórico, considerando que essa relação não se dá apenas por meio dos intelectuais orgânicos da classe dominante, mas também por setores representativos da sociedade como: grupos religiosos, de negros, de índios, de economia alternativa, de empresários etc.
- f) *destaque* o surgimento de novos movimentos sociais de (minorias étnicas, mulheres, ambientais, de jovens, de direitos humanos etc.) que vem compondo e fortalecendo a sociedade civil nos últimos tempos, propondo lutas e práticas diferenciadas das tradicionais outrora encampadas pelo Estado e pelo mercado.

Wanderley (1999) faz um grande destaque aos novos aparelhos privados de hegemonia compondo o arcabouço da sociedade civil como novos movimentos sociais, novos intelectuais orgânicos e desmitifica a possibilidade de um partido de massa, de esquerda ou direita, de conduzir a mudança da sociedade política.

É como destaca Bruce (2007) ao afirmar que a teoria da ampliação do Estado proposta por Gramsci possibilita que consideremos viáveis os espaços democráticos de participação social existentes na sociedade como conselhos de direitos, fóruns, sindicatos, espaços dentro da própria

administração pública como o orçamento participativo, etc. São esferas de participação e interlocução com os segmentos da sociedade. Isso tem afirmado a organização de lutas populares ou dos ‘intelectuais das classes subalternas’ em contraposição aos interesses das classes dominantes.

Esses espaços possibilitam a disputa, a visibilidade das forças políticas e a divulgação de ideologias. Assim, deve-se lutar por sua manutenção torná-los instrumentos democráticos legitimando-os pela coalizão de forças sociais e não pela legitimação da democracia liberal preconizada pelas classes dominantes (COUTINHO, 2000).

De acordo com Simionatto (2004), é preciso garantir a democratização das funções do Estado e fortalecer os aparelhos da sociedade civil, enquanto portadores materiais da hegemonia e construção da contra hegemonia da classe dominante.

É preciso dizer que, para ampliar as práticas de representação dos interesses da sociedade na negociação política dentro dos espaços públicos democráticos, será necessário haver uma relação mais igualitária entre as forças sociais. Sem isso, essas forças sociais não terão condições de disputar igualmente a hegemonia. Caindo-se no risco de prevalecer a reafirmação de práticas corporativistas, clientelistas e do jogo de poder das classes dominantes (TELLES, 2004) que são práticas tradicionais da cultura política brasileira.

3.1.1 – Ampliação da esfera pública no debate da política social na perspectiva do Estado Ampliado

Nos últimos trinta anos, posteriormente ao processo de democratização brasileiro, o campo da política social tem ganhado importância nas discussões acadêmicas no sentido da ampliação da participação social na sua gestão. Duas são as questões apontadas por Raichelis (2006) que impulsionam esse debate. A primeira é em relação à funcionalidade das políticas sociais que surgem como resposta às mazelas deixadas pelas rápidas e profundas transformações ocorridas nas sociedades capitalistas, principalmente na sua periferia, tendo em vista a gravidade do

processo de exclusão social deixado. A segunda diz respeito ao debate do fortalecimento da participação da sociedade civil organizada “na formulação, gestão e controle social das políticas públicas” (p. 73), principalmente pela constituição de espaços públicos que vislumbram a participação de novos sujeitos sociais.

Assim, a análise da gestão das políticas sociais, tem sido discutida também em torno do tema da gestão das ações sociais públicas encampadas pelo Estado, seja nas esferas federal, estadual ou municipal. Ações que se configuram como instrumentos para atender e dar respostas às necessidades e demandas da sociedade excluída (RAICHELIS, 2006); (CARVALHO, 1999).

O Estado historicamente tem assumido a responsabilidade de decidir as prioridades a serem focos das políticas sociais. Todavia, é da necessidade da população que surgem as demandas, pois essas “adentram a agenda do Estado quando se constituem em demandas fortemente vocalizadas por grupos e movimentos da sociedade, que adensam forças e pressões introduzindo-as na arena política”. É por isso que Estado e sociedade vivem sob intensa disputa, conforme destacou Carvalho (1999, p. 19).

De acordo com Raichelis (2006), a pauta das políticas sociais sob a prerrogativa de sua democratização surge no Brasil nos anos 1980 em meio ao cenário econômico de recessão e político de derrocada da ditadura e do autoritarismo em consonância com a construção da democracia, marcada por uma “transição negociada pelo alto” (p.77).

Este movimento põe em discussão não apenas o padrão histórico que tem caracterizado a realização de políticas sociais em nosso país – seletivo, fragmentado, excludente e setorizado – mas também a necessidade de democratização dos processos decisórios responsáveis pela definição de prioridades e modos de gestão de políticas e programas sociais (RAICHELIS, 2006, p. 77).

Sabe-se que historicamente o Estado brasileiro também tem seguido um padrão de intervenção baseado muito mais no atendimento de exigências do capital e da sua burguesia nacional “em detrimento da consolidação de instituições democráticas e da institucionalização do acesso público a bens, serviços e direitos básicos” para a maioria das camadas populares de trabalhadores (RAICHELIS, 2007).

Na particularidade da formação social brasileira, os setores dominados da sociedade civil jamais tiveram força de veto sobre as decisões do poder estatal. São praticamente inexistentes os momentos em que as massas populares, ou algum dos seus setores, tenham conseguido participar do processo político com efetiva autonomia (RAICHELIS, 2007, p. 71).

Dessa forma, concordamos com Raichelis (2007) ao concluir que o Estado sempre esteve a frente da organização da hegemonia da classe dominante brasileira no fortalecimento da relação de dominação e subalternização das classes populares pela classe burguesa.

A inserção de novas organizações e sujeitos sociais entre os anos de 1980 e 1990, num cenário político de realização da constituinte e democratização do Estado também impulsionou a inclusão da participação de setores sociais organizados na proposição de políticas públicas dentro do serviço público brasileiro (RAICHELIS, 2007).

Nesse bojo, a coisa pública ganhou novos contornos, novas alternativas de gestão, novos meios de consulta pública e interlocução com os movimentos populares. Nesse contexto “temas como descentralização e reordenamento institucional seriam recorrentes, no sentido da revalorização da participação popular e do poder local”. (RAICHELIS, 2007, p. 77).

Desse modo, nos dedicaremos à reflexão sobre o papel do Estado no âmbito municipal na sua missão de satisfação das necessidades da população das cidades. Para tanto, nos ateremos aqui à discussão de dois conceitos pertinentes à administração das políticas públicas sociais e ao estudo proposto: a *descentralização* e a *intersectorialidade* no desenvolvimento das ações públicas, enquanto mecanismos de gestão pública, cujo objetivo principal é propor soluções aos problemas sociais locais buscando alternativas articuladas entre as propostas dos cidadãos e o serviço público, como propõe Junqueira (2005).

3.2 PODER LOCAL: DESCENTRALIZAÇÃO E INTERSETORIALIDADE COMO ALTERNATIVAS À GESTÃO DA COISA PÚBLICA

[...] uma nova prefeitura poderá implementar um conjunto de medidas imediatas, cujo sentido será o de inverter as prioridades que hoje beneficiam os grandes proprietários,

quer fazendo uma tributação que isente os assalariados pobres e penalize os capitais, quer exercendo um esforço social e político no intuito de garantir que a população participe diretamente da decisão política sobre o que fazer com os recursos municipais. E, ao fazer isso, inverter a lógica privatista e cartorial do poder e resgatar algumas dimensões da *res publica*. Ou então continuar com a mistificação hoje dominante que, no fundo, quer mesmo é preservar a ordem destrutiva contra os que vivem do seu trabalho (ANTUNES, 2005b, p. 98).

No Brasil, denomina-se local a esfera municipal de exercício do poder político, sendo a Prefeitura, a Câmara Municipal de Vereadores ou instituições sociais a ela ligadas. Contudo, o poder local pode extrapolar os limites dessa esfera, pois também é constituído pela coalizão das relações de poder entre os grupos sociais e setores da sociedade civil organizada, enquanto elementos externos ao poder público (SILVA, 2008) ⁸⁰.

Depois dos anos 1970, as cidades passaram a ter um novo papel mais protagonista “na vida política, econômica, social, cultural e nos meios de comunicação”. Nesse contexto surgem no Brasil, ainda durante a ditadura, as primeiras experiências de gestão do poder local afinado à perspectiva da participação social (LESBAUPIN, 2000).

De acordo com Magalhães (2007), a promulgação da Constituição Federal de 1988 afirmou aos municípios o caráter de entes federativos, atribuindo-lhes maior papel na administração pública do país. Antes disso, os municípios ainda não haviam construído suas leis orgânicas, “tinham pouca autonomia fiscal, tributária e sofriam com a escassez de recursos transferidos dos governos federal e estaduais”. (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010, p. 566).

Desse modo, já que a proposta nacional no campo do desenvolvimento econômico era a prevalência dos projetos megalomânicos desenvolvimentistas e, no campo social, era a municipalização das políticas públicas e a democratização, os municípios passaram a ter tanto mais capacidade tributária como ampliação das suas fontes de financiamento, como destacou Martins, Vaz e Caldas (2010).

⁸⁰ Para fins deste estudo, nos ateremos a discutir o papel do poder executivo municipal na gestão da cidade, ou seja, a Prefeitura.

Esse processo delegou aos municípios tanto mais autonomia quanto mais responsabilidade no tocante do seu desenvolvimento e resolução dos seus problemas locais, ora atribuindo-lhe “competências privativas em colaboração com o estado e a União”, ora emancipando-os e/ou responsabilizando-os pela prestação de serviços públicos fundamentais como saúde, educação básica e mais recentemente a assistência social (MAGALHÃES, 2007, p. 13).

Impulsionado pelo processo de democratização⁸¹, tem-se entre 1980 e 1990 a configuração de uma “ressignificação do estatuto das estruturas de poder local” no imaginário político e cultural do país. À medida que essas instâncias passam a não se configurarem como espaços meramente férteis para realização de barganhas políticas de cunho coronelista, assistencialista, clientelista e de preconização de relações comerciais privadas, passam a ser vistas, também, como espaços de construção de possibilidades sob aporte democrático, ressaltando a participação popular para a proposição e definição de políticas e ações sociais e econômicas que beneficiem a população (COSTA, 1996, p. 113).

Da condição de importância diante do crescente desafio de oferecer bens e serviços públicos eficientes e de qualidade e da incapacidade de formular saídas econômicas, o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social (COSTA, 1996, p. 113).

Para o autor (idem, p. 113) é inegável que nos últimos 50 anos as cidades⁸² brasileiras vêm enfrentando um acelerado processo de urbanização incorrendo no seu crescimento desordenado e desigual. Desse modo a convivência entre a riqueza e a enorme pobreza está expressa em todo o espaço das cidades urbanas da periferia capitalista, perpetuando assim um “cenário de segregação” que representa “o espelho urbano da desigualdade social prevalente”.

Do ponto de vista macroeconômico,

No âmbito nacional, passamos pelas conseqüências do choque do petróleo do final dos anos 1970, por uma intensa recessão e pela crise da dívida que caracterizaram o início

⁸¹ O processo de democratização brasileiro advém de inovações como o estabelecimento de um “novo estatuto dos municípios como entes federativos autônomos, conselhos paritários de políticas e de direitos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 144).

⁸² A cidade é aqui tratada como “expressão clara da manifestação da vida em sociedade, é nela que as contradições e os conflitos se explicitam, adquirindo formas concretas como espaços construídos” (ALCÂNTARA, 2001, p. 13).

dos anos 1980, pelas sucessivas crises de inflação galopante, pelo período de estabilidade econômica, e mais recentemente, ao retorno da recessão e do desemprego que marcaram o início dos 80 (MARTINS; CALDAS, 2007, p. 210-211).

Nesse cenário desfavorável, o poder local é colocado em xeque na proposição de alternativas para resolução dos efeitos desse processo que gerou uma grande crise social e econômica que, por sua vez, também afetou os municípios brasileiros. Eles se vêem incapazes de criar políticas públicas e sociais eficazes para gerar empregos suficientes e responder aos altos índices de desemprego posterior ao processo de reestruturação produtiva. Desse modo, as ações públicas municipais acabam limitando-se à realização de políticas ou ações cujo alcance é mínimo e incapaz de alterar o processo de exclusão social (MARTINS; CALDAS, 2007).

Tendo esse cenário como pano de fundo, o poder executivo municipal tem sido cada vez mais provocado a agir, tanto na satisfação das necessidades sociais, quanto no desenvolvimento econômico e social da região, realizando ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais locais e priorizando os segmentos e as regiões mais vitimizadas e vulnerabilizadas da cidade.

Desse modo, Alcântara (2001) ressalta a importância dos programas, ações, planos, espaços e projetos serem, de fato, assumidos pelo Estado e que as tomadas de decisão sejam realizadas em parceria com a sociedade civil, caso contrário, seus efeitos poderão não alcançar resultados exitosos.

É preciso considerar que a solução da situação da exclusão social brasileira está colocada para toda a sociedade, uma vez que suas expressões de desemprego, violência, precarização do trabalho, do salário e das condições de vida das populações ultrapassam o limite nacional ou local, pois se trata de uma questão estrutural e internacional, fruto das contradições inerentes à sociedade capitalista, ampliadas pelo processo de reestruturação produtiva, pela ascensão neoliberal e pela globalização (LESBAUPIN, 2000).

No entanto, Lesbaupin (2000, p. 39) acredita que “o processo de exclusão social tem sido revertido por alguns governos municipais no Brasil, governos que decidiram desprivatizar o

poder público e democratizar o processo decisório”, mas alerta que **não há possibilidade de solução dessa questão apenas em nível local**, devido aos determinantes descritos acima, sendo possível contribuir apenas para realizar melhorias sobre a condição e qualidade de vida das populações mais marginalizadas das cidades brasileiras.

Isto parece ter acontecido em algumas gestões municipais no Brasil, especialmente nas administrações petistas, que, em grande parte, têm assumido o desafio de realizar reformas políticas sob o discurso democrático, mesmo sob tensões e conflitos (COSTA, 1996).

Desse modo, a solução das questões das juventudes também está colocada para toda a sociedade, uma vez que a situação atual da juventude brasileira, conforme apontamos no segundo capítulo deste estudo, também surge das contradições inerentes na forma de produção e reprodução do capital que desembocam numa exclusão social que afeta de forma massiva os jovens.

Nesse sentido, os municípios brasileiros vêm tentando enfrentar múltiplas situações deficitárias resultado do processo de urbanização e exclusão social. Isso tem sido feito através da realização de orçamentos participativos e fomento à construção de conselhos de direitos, promovendo políticas locais para desenvolvimento econômico (muitos em parceria com o setor privado e ONGs), criando políticas voltadas aos setores mais frágeis como idosos, negros, mulheres, crianças e adolescentes junto à recente incorporação da *juventude* nesse escopo.

Entendendo que a solução da situação de exclusão social ultrapassa as fronteiras municipais e nacionais como dissemos acima, dentro dos limites e possibilidades da ação do poder local, o máximo que a estrutura municipal pode realizar em prol da juventude perpassa um pouco do que descreve Pérez e De La Torre (2003, p. 13),

“[...] incluir a los jóvenes como actores estratégicos de su desarrollo; operar sobre la base de la coordinación y articulación de esfuerzos entre los actores intervinientes; llevarse a cabo mediante una efectiva descentralización territorial e institucional, priorizando el plano local; responder eficazmente a la heterogeneidad de los grupos juveniles; incluir a los jóvenes en el diseño, implementación y evaluación de su ejercicio; fincarse en valores como la equidad y la pluralidad.

Dessa forma, os governos estaduais e prefeituras municipais têm se esforçado para criar instâncias internas para propor, articular e gerenciar políticas voltadas às juventudes, e, em menor grau, tem incluído participação dos jovens na definição e implantação dessas pela via de espaços públicos, como também ocorre na Prefeitura Municipal de Vitória.

Desse modo, *descentralização* de poder decisório e criação de mecanismos dentro da administração pública municipal visando à construção da *intersectorialidade* são temas inovadores à gestão pública.

São processos que criam possibilidades tanto na articulação quanto na prestação dos serviços à população das cidades. Isso oportuniza a construção de uma nova relação de poder entre Estado e sociedade na perspectiva do atendimento integral de necessidades imediatas da população sob vislumbre da garantia dos seus direitos (JUNQUEIRA, 2005).

Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997) propõem que a articulação entre descentralização e intersectorialidade “constituem um novo paradigma orientador da modelagem da gestão pública” para o desenvolvimento social das cidades.

3.2.1 – Descentralização na gestão da coisa pública

Um dos objetivos deste trabalho é identificar como os setores executores de políticas locais de juventude no município de Vitória dialogam com os jovens ou organizações juvenis na proposição e definição das suas ações. Para tanto, faz-se necessário conhecer um pouco desse processo de relação entre Estado e sociedade no desenvolvimento do poder local.

O conceito de descentralização vem ganhando importância desde a década de 80 no país, principalmente em relação à eficiência das políticas públicas e sociais. Isso ocorre, pois esse processo político administrativo propõe a construção da transferência e partilha de poder decisório e de atribuições e competências (JUNQUEIRA, 2005; JUNQUEIRA; INOJOSA;

KOMATSU, 1997) que se referem à proposição, definição e controle de diversas ações da administração pública.

A descentralização, enquanto um conceito dialético de oposição à centralização de poder (como em tempos de autoritarismos) implica mudança de articulação e relação entre Estado e sociedade. Desse modo, a sociedade torna-se co-responsável pelas decisões da gestão social. Em tese, Estado e sociedade deverão atuar de forma conjunta em prol das soluções dos problemas sociais locais (JUNQUEIRA, 2005).⁸³

A transferência de competências de poder de decisão sobre os serviços públicos, incluindo as políticas públicas e sociais, representa uma perspectiva de satisfação dos usuários. Com isso, inclui-se a garantia dos direitos sociais e promoção da inclusão social por meio do empoderamento das pessoas ao participarem das decisões públicas e reconhecerem suas necessidades enquanto uma questão que ultrapassa a individualidade de cada um, mas trata-se de necessidades coletivas, que atingem um conjunto de cidadãos (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997).

Poderíamos dizer que a descentralização de poder de decisão nos espaços públicos se aproximaria ao conceito gramsciano de ampliação do Estado, já que possibilita que as classes subalternas entrem na disputa de poder, nas definições do Estado, abrindo-se aí algumas brechas para a construção da contra hegemonia.

Por um lado, a descentralização gera condições que promover e provocar a participação, embora ainda sejam condições insuficientes. Por outro, a participação é o que caracterizará a descentralização. Isso quer dizer que, com a contribuição da participação popular, o Estado passará a promover a descentralização do poder decisório. Isso ocorrerá de modo que a população, principalmente as parcelas menos favorecidas tenham espaço para participar da gestão dos interesses do conjunto da cidade (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997).

⁸³ É claro que essa partilha de poderes não ocorre em sua maioria de forma equânime, o pêndulo dos poderes costuma tender mais para o lado dominante, embora a descentralização tenha sido proposta com intuito de equipará-los.

No que tange a política pública e social, o município é o ente da federação brasileira responsável pela prestação de serviços públicos à população local. É justamente no âmbito local que os usuários dos serviços terão maior possibilidade de colocarem a público suas necessidades e demandas mais imediatas, o que pode oportunizar maior satisfação social (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997).

A partilha de poder entre sociedade e poder público municipal pressupõe a “ampliação da permeabilidade do Estado ao cidadão, e, portanto, de democratização e de garantia de direitos” (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 14-15).

Descentralizar significa também transferir atribuições e competências para os três entes da federação e para organizações privadas de caráter público, como, por exemplo, para ONGs e fundações, as conhecidas *parcerias público-privadas* (PPP) (JUNQUEIRA, 2005; RAICHELIS, 2007).

As entidades que compõem o terceiro setor, ou seja, essas parceiras privadas do setor público atuam, em geral, na execução e desenvolvimento de ações socioeducativas e prestação de serviços públicos (RAICHELIS, 2007).

Podemos afirmar que a PMV também procede administrativamente dessa maneira, pois todas as sete ações locais estudadas são executadas em parceria com entidades não governamentais.

Essa tendência de efetuar transferências, seja recorrendo às organizações privadas na provisão de serviços públicos, seja apelando para a participação comunitária nas decisões das ações locais, são processos intimamente ligados aos efeitos da desregulamentação econômica e social, expressa em mazelas oriundas da condição de subdesenvolvimento dos países latinoamericanos (RAICHELIS, 2007).

O estímulo às práticas de auto-ajuda e à mobilização da comunidade em torno dos projetos locais reforçavam as propostas de colaboração povo-governo dentro do esforço nacional de superação do atraso e do subdesenvolvimento das sociedades latino-americanas (RAICHELIS, 2007, p. 79).

Nesse sentido, o recente processo de construção de políticas públicas para a juventude também tem recorrido e demandado a participação dos sujeitos e organizações juvenis na proposição, elaboração, definição e controle social dessas ações, a fim de que os jovens também componham a esfera pública. Isso traduz a perspectiva divulgada pela Unesco (2004) para construção de políticas de/para/com a juventude.

Espaços de participação social como conselhos e fóruns federais, estaduais e municipais se colocam como alternativas para ampliação da interlocução entre poder público e as juventudes. Contudo, no município de Vitória, ainda não foram criadas instâncias como essas. O diálogo com as juventudes permanece restrito à discussão sobre a condução e a avaliação das políticas locais, como veremos no quinto capítulo deste estudo.

Outra estratégia que merece destaque na gestão das políticas públicas é a intersetorialidade como instrumento de gestão da administração pública que visa dinamizar as ações executadas e democratizar o debate interno entre os gestores de diferentes pastas governamentais.

3.2.2 – Intersetorialidade: uma estratégia de gestão pública

A estrutura dos três entes da federação são setorializadas. Na esfera municipal, essa organização se dá através das Secretarias Municipais que organizam os serviços de um setor específico como: educação, obras, assistência social, desenvolvimento urbano, saúde, etc. (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997).

Contudo, de acordo com Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997), essa organização administrativa do Estado, ou seja, essa forma de distribuir e operar os serviços públicos tende a responder mais as áreas específicas do saber e de campos profissionais atuantes do que com relação à totalidade de necessidades e direitos da população local e usuária desses serviços.

Isso ocorre, pois, embora as ações públicas sejam dirigidas, por exemplo, para um mesmo grupo de pessoas – trabalhadores, idosos, mulheres ou jovens de um mesmo espaço territorial – as secretarias municipais “tendem a tratar os cidadãos e os problemas de forma fragmentada” e

desarticulada, comprometendo assim as perspectivas de integralidade e equidade do serviço público prestado. Isso quer dizer que há um comprometimento em visualizar os sujeitos na sua totalidade (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 22).

Para exemplificar, pensemos a situação da juventude urbana local. Atualmente, uma prefeitura não pode se limitar a ofertar serviços públicos e sociais – escola (ensino fundamental), construir unidades de saúde, CRAS, quadras e praças públicas, etc. – para que os jovens sejam atendidos integralmente, pressupondo que isso é suficiente para que eles tenham condições de inserir-se socialmente, divertir-se, etc.

É preciso que os gestores públicos reflitam e promovam a integração dessas ações, pois os mesmos jovens que vão à escola, que freqüentam (ou não) a unidade de saúde ou a pracinha do bairro são também usuários das políticas de assistência social e talvez participem de programas específicos para a juventude. Desse modo, suas necessidades ou demandas estão sendo pontualmente atendidas, porém, não necessariamente esteja havendo a satisfação delas. Uma dificuldade que surge na escola pode ter relação com algum problema de saúde, familiar, financeiro, em vários aspectos da dinâmica da vida social, por exemplo.

O resultado da fragmentação das ações prestadas recai negativamente também para os “profissionais que entregam os serviços diretamente à população” (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 23), pois a desarticulação cria obstáculos para a construção de uma rede de serviços de atendimento que flua na medida da necessidade das pessoas.

Desse modo, entendemos como Junqueira (2005) que a satisfação das necessidades sociais depende da atuação das diversas políticas sociais que fazem interface com os problemas sociais de uma determinada pessoa ou grupo social.

Tendo os governos locais a difícil tarefa de articular e desfragmentar os diversos serviços prestados à população, faz-se urgente a construção de mecanismos intersetoriais que promovam a integração das ações, a fim de assistir aos cidadãos, considerando a totalidade da vida social.

A construção da intersectorialidade

[...] ganha consistência quando a cidade é considerada na sua totalidade. Quando as necessidades dos grupos populacionais, que se distribuem pelo seu território, tornam-se sujeitos do processo. Sujeitos capazes de perceberem seus problemas e encaminharem soluções articuladas intersectorialmente (JUNQUEIRA, 2005, p. 5).

Podemos dizer que, para além da construção intersectorial interna ao executivo municipal, far-se-á necessária a inclusão da população em alguma instância desse debate na perspectiva da construção de redes. As redes configuram-se como elementos que agregam valor à discussão intersectorial das políticas públicas sociais, pois promovem a interação entre pessoas, grupos, instituições públicas e privadas, serviços públicos e secretarias municipais numa construção mobilizada e coletiva (JUNQUEIRA, 2005).

É claro que somente a intersectorialidade não promoverá o desenvolvimento local e a reversão do quadro de exclusão social local. Como dissemos acima, esta tarefa ultrapassa os limites do poder local, todavia, a construção de ações integradas se coloca como instrumento para a viabilização dessa construção.

A fim de superar a execução de ações fragmentadas e desarticuladas, tem-se a criação de espaços de discussão internamente ao poder executivo municipal que oportuniza a implementação e execução dos serviços públicos com o objetivo de construção de ações integradas que compreendam os sujeitos na sua totalidade.

A Prefeitura de Vitória também aderiu a essa estratégia de gestão, propondo inclusive um modelo institucional intersectorial de discussão interna.

3.2.2.1 – O modelo de gestão intersectorial da Prefeitura Municipal de Vitória

A Prefeitura Municipal de Vitória criou em 2005 um modelo de gestão intersectorial que viabiliza a interlocução entre todas as pastas governamentais e a sociedade da capital (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010b).

Contudo, a proposição deste modelo intersetorial tem enquanto meta integrar os serviços públicos executados, de modo que amplie o acesso da população aos direitos sociais, promovendo assim o desenvolvimento local do município por meio do aumento dos índices de inclusão social (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010b).

Esse modelo visa promover, através de um conjunto de instâncias internas, o diálogo freqüente entre os gestores dos diferentes setores e equipamentos públicos da prefeitura. Prefeito, secretários, subsecretários, gerentes, coordenadores e técnicos se reúnem para discutir as ações, encaminhar propostas e socializar informações, a fim de atingir os objetivos propostos no projeto deste governo para o município (ENTREVISTADO 8).

Para operacionalizar este modelo e planejar a gestão, existem alguns níveis de organização, dentre eles, destacamos o nível estratégico e o nível operacional. Cabe destacar que todos os espaços de discussão possuem uma periodicidade estabelecida, de modo que os espaços não deixam de ocorrer nem sofrem prorrogação (ENTREVISTADO 8).

O *nível estratégico* compreende três comitês compostos pelos secretários da pasta relacionada ao tema: o Comitê de Políticas Sociais (CPS); o Comitê de Desenvolvimento Econômico Urbano (CEDEU) e o Comitê de Atividades Meio (CAM) (ENTREVISTADO 8).

O *nível operacional* compreende também três segmentos: 1) o Comitê Executivo – reunião de todo o secretariado para tratar de questões administrativas e burocráticas. É o momento de socialização entre os secretários municipais sobre suas questões específicas, de modo que todas as secretarias tenham ciência do que está ocorrendo em toda a prefeitura; 2) Comitês Gestores – cada secretaria deve ter o seu. É a reunião do secretário da pasta junto com gerentes e coordenadores. Este também é um momento de socialização de informações, tanto das atividades internas, quanto do que foi encaminhando do Comitê Gestor, repassado pelos secretários; 3) as Câmaras Territoriais – são reuniões que ocorrem em cada uma das oito regiões administrativas da

cidade.⁸⁴ Neste espaço, reúnem-se diversos gestores de ações locais, sejam de escolas, de Centros de Referência em Assistência Social, Unidades de Saúde, membros das secretarias e projetos executados nas localidades citadas para debaterem questões comuns, como: problemas, potencialidades, campanhas, atividades, e ações que perpassem a execução das políticas públicas e sociais nas localidades (ENTREVISTADO 8; PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010b).

Dentro do escopo das comissões, comitês, câmaras, grupos, a Prefeitura de Vitória criou um espaço intersetorial específico para discussão das suas políticas de juventude, a *Câmara Técnica da Juventude*, todavia se trata de um espaço cujas discussões restringem-se aos gestores das PPJ.

3.2.2.2– A Câmara Técnica de Juventude

[...] o desafio é que essa câmara se torne uma ferramenta de gestão mais efetiva capaz de integrar as políticas. E o grande desafio que eu vejo hoje é a construção desses canais e que a juventude consiga avançar para esses canais de participação como fóruns, conselhos [...] (ENTREVISTADO 5).

Trata-se um de um colegiado que reúne os gestores das dez⁸⁵ secretarias municipais mais ligadas à execução de ações/projetos/programas/espacos de juventude da Prefeitura de Vitória. A finalidade é estreitar o diálogo entre as ações das diferentes secretarias a fim de promover a socialização das informações, debater questões e problemas comuns, além de fortalecer as atividades cujo viés é a construção de uma política municipal de juventude.

Tanto a proposição quanto a condução (até 2008) da Câmara Técnica da Juventude (CTJ) ficou a cargo da Gerência de Relações com a Juventude da Secretaria de Coordenação Política (GRJ/SECOP) (ENTREVISTADO 10).

Sobre a criação da Câmara Técnica de Juventude, o *Entrevistado 10* diz assim:

⁸⁴ Ver Figura 1, página 130 deste estudo.

⁸⁵ 1.Cultura, 2. Esporte, 3. Educação, 4. Assistência, 5. Trabalho e Geração de Renda, 6. Segurança, 7. Gestão Estratégica, 8. Coordenação Política, 9. Saúde e 10. Direitos Humanos e Cidadania.

[...] a gente teve um avanço importante na visão e no conceito de política pública de juventude no município de Vitória, nós contribuimos muito para isso. No primeiro momento foi para disseminar essa idéia de transversalidade. Na época, nós fomos a todos os secretários e conversamos sobre a necessidade de ter essa câmara, de ter um pensamento transversal. Dissemos que a política de juventude não é da secretaria, ela é da cidade, ela se inter-relaciona com as demais [...].

De acordo com o gerente Luiz Carlos Duarte Mello⁸⁶, a Câmara Técnica de Juventude existe desde 2006, mas este espaço passou por momentos de ascensão e refluxo durante o período de 2005 e 2010, oscilando entre momentos de ativação e desativação.

O *Entrevistado 5* acredita que a proposição da CTJ pode contribuir para o fortalecimento da intersectorialidade entre as ações voltadas para a juventude. Este mesmo entrevistado reconhece que esta Câmara não avançou como poderia, mas ao ser reativada entre 2009 e 2010, sob nova coordenação, passou a assumir um lugar de maior importância dentro da administração.⁸⁷

*A gente criou uma instância interna da Prefeitura chamada Câmara Técnica de Juventude, que é o mínimo que a gente poderia avançar. Acho que é aí que ainda pode avançar a política de juventude aqui, é fortalecer a intersectorialidade. A câmara foi uma tentativa de construir essa intersectorialidade [...]. Ela não conseguiu avançar e passou por diversos gestores. Hoje, quem coordena é a SEGES [Secretaria de Gestão Estratégica], quer dizer, a câmara passou a ter **um outro lugar, talvez, na gestão** (ENTREVISTADO 5).*

No final do primeiro semestre de 2009 houve uma tentativa de retomar as atividades da CTJ. Essa reunião contou com a participação de representantes jovens na discussão. Mas, só em 18 de julho de 2010⁸⁸ ocorreu um novo encontro dessa Câmara, com um objetivo mais delineado de retomada dessa estratégia na gestão, voltando-se à discussão da PPJ municipal.

De acordo com o *Entrevistado 8*, a retomada da CTJ ocorreu, principalmente, por indução do Comitê de Política Social (CPS)⁸⁹. O CPS partiu do entendimento de que a CTJ poderia ser um importante instrumento para fortalecer as ações voltadas à juventude no município.

⁸⁶ Informação adquirida em participação no seminário: Juventude e violência. Realizado em 21 de outubro de 2009 na UFES.

⁸⁷ A nova organização da CTJ partiu da realização de um seminário que ocorreu no dia 18 de junho de 2010, cujo objetivo foi discutir a PPJ no cenário atual.

⁸⁸ Participamos desse momento enquanto pesquisadora ouvinte.

⁸⁹ O Comitê de Política Social é uma instância intersectorial que compõe o modelo de gestão da PMV. Trata-se de um espaço composto pelos secretários municipais das áreas que compõem a política social na cidade como:

[...] O Comitê de Política Social suscitou a necessidade de reforçar ou de fomentar essa Câmara Técnica da Juventude, que é um espaço que já existia e estava passando por algumas dificuldades, não estava tendo uma integração e uma efetividade muito grande. Mas, se mostrava como uma iniciativa muito importante para fazer frente às problemáticas de violência, evasão escolar, etc.(ENTREVISTADO 12).

A questão da violência juvenil ressaltada pelos altos índices de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos na capital, além do grande número de jovens evadidos da escola nessa faixa etária foram os principais indicadores que provocaram os secretários que compõem o CPS a solicitarem a retomada da CTJ, como instrumento de reflexão para pensar alternativas para essas questões.

Outro entrevistado destaca que a implantação no município de um programa federal de segurança como o Pronasci (Programa Nacional Segurança com Cidadania), com nítido foco dirigido à juventude, tenha colaborado para que o CPS refletisse sobre a necessidade de retomada desse espaço.

Vitória é uma capital que tem problemas com a segurança pública e tem procurado resolver nessa concepção de segurança com cidadania. Então, o Comitê de Política Social, que reúne secretários aí de política social, se reuniu e tirou essa pauta da juventude, como sendo uma pauta primordial. Então, a Câmara Técnica, ela está atendendo uma demanda que vem de cima para baixo. Não dá mais para a gente negar isso, porque, para mim, que estou na coordenação de um serviço, [...] essa pauta é sempre urgente, às vezes para muitos outros ela não é, mas a gente percebe no dia a dia, como a juventude tem sofrido uma série de questões [...] então, chegou o momento em que essa organização da Câmara Técnica se fez urgente (ENTREVISTADO 4).

O *Entrevistado 12* resalta que a partir do indicativo do CPS, deve-se oficializar a CTJ perante a prefeitura. Essa oficialização/institucionalização deverá garantir mais respaldo e efetividade na atuação da câmara.

[...] agora é hora de institucionalizar a Câmara Técnica de Juventude. Pelo menos foi esse o sentimento que eu percebi no debate feito pelo CPS. Foi para isso que o CPS se envolveu nessa questão, para tentar estruturá-la, para não ter que se inventar um outro espaço, mas consolidar esse (ENTREVISTADO 12).

O *Entrevistado 10* concorda que é preciso legitimar a CTJ.

assistência social, segurança urbana, educação, etc., a fim de discutir e encaminhar propostas para as problemáticas que perpassam essas áreas. O CPS possui grande legitimidade perante a prefeitura, pois realiza uma grande interface com demais espaços intersetoriais como as Câmaras Territoriais (ENTREVISTADO 8).

[...] com a retomada da Câmara Técnica da Juventude (que para mim é um passo importantíssimo dentro da prefeitura), é preciso legitimá-la, precisa ser regulamentada. Eu não concordo com essa idéia de discutir uma câmara que vai ficar na informalidade como outras ficam, acho que essa câmara tem que ter formalidade, ela tem que ter uma cara, eu acho que tem que ter um decreto, uma portaria sim (ENTREVISTADO 10).

Concordamos com a opinião do *Entrevistado 10* sobre a necessidade de regulamentação da CTJ, pois isso garantiria que este espaço conquistasse uma participação mais assídua e responsável dos gestores, além de propiciar a continuidade das suas atividades. Mantê-la na informalidade poderá incorrer em mais uma desativação.

Podemos afirmar que a CTJ passa ainda por um momento de reorganização. Sob orientação do CPS, a SEGES ficou a cargo de reorganizá-la, voltando a articular as dez secretarias que tradicionalmente participavam desse espaço (ENTREVISTADO 12). Quem assumiu a responsabilidade de coordenar essa Câmara foi justamente a secretária de gestão estratégica, tanto por orientação direta do CPS quanto pelo fortalecimento dos gestores participantes das discussões da Câmara.⁹⁰

Alguns gestores entrevistados vêem que o trabalho dessa Câmara pode ser um instrumento de reflexão e alinhamento das concepções de juventude entre seus gestores.

[...] a Câmara Técnica de Juventude está procurando cumprir um papel, porque a gente percebeu que existe uma questão colocada em relação às concepções de juventude, entendeu? São diversos projetos trabalhando com juventude e, às vezes, em linhas diferentes, sem uma consonância [...] (ENTREVISTADO 4).

[...] acho que é um caminho correto esse alinhar a questão da concepção de juventude. Internamente, a intersectorialidade tem que começar a discutir a concepção, não existe intersectorialidade sem alinhar a concepção [...] como é que você faz um trabalho de juventude discutindo trabalho, cultura, esporte e a questão do transporte se você não tem uma concepção um pouco alinhada disso? Então, para uma gestão funcionar, acho que tem que ter a questão intersectorial, mas também tem que ter essa compreensão de juventude (ENTREVISTADO 5).

Concordamos sobre a importância de existir e de legitimar um espaço intersectorial específico para a juventude como o da Câmara Técnica da Juventude. Fixar essa câmara sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão Estratégica foi, de fato, uma proposição estratégica do Comitê de Política

⁹⁰ Informação obtida durante participação da reunião da Câmara Técnica de Juventude no dia 22 de julho de 2010.

Social, pois, como disse o *Entrevistado 5*, “coloca a política de juventude num outro lugar dentro da gestão”, num lugar de maior respeito e legitimidade.

Estreitar os setores de gestão das PPJ, afinar o debate sobre as juventudes na cidade, fomentar a construção de uma política municipal pode ser uma importante ferramenta de gestão, contanto que ela de fato permaneça num ritmo periódico de encontros, sistematização e participação dos gestores.

3.3 - VITÓRIA: DADOS DA CAPITAL E DA JUVENTUDE LOCAL

A cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, está localizada no litoral da região sudeste do Brasil. Trata-se de uma ilha cercada pela Bahia de Vitória. Possui um território de 93,38 km², possui uma porção continental, sendo que 40% dessa área territorial é repleta de morros (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

A capital, juntamente com os municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana, Fundão e Guarapari compreendem o maior aglomerado populacional e urbano do estado. Essa região é conhecida como “Grande Vitória” e é considerada a porção metropolitana estadual.

De acordo com os dados estimados do IBGE (2009), a população do Espírito Santo está em 3.487.199 habitantes. Somente na Grande Vitória existe 1.686.045, ou seja, só a Grande Vitória possui 48,34% do total da população capixaba, quase metade de toda a população do Estado (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

Vitória possui 320.156 habitantes, desses, 100% encontra-se em área urbana⁹¹ e 237.554 são eleitores, sendo assim, a população da capital compreende 9,18% da população do estado.

⁹¹ Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 3 set. 2010.

Vitória possui um quantitativo de 80.961 jovens entre 15 e 29 anos, ou seja, 28,64% da população total da capital de acordo com Censo IBGE 2000.

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO
15 a 19 anos	29.608
20 a 24 anos	28.613
25 a 29 anos	22.740
TOTAL	80.961

QUADRO 2 - POPULAÇÃO JOVEM DE VITÓRIA

Fonte: IBGE/Censo 2000 – SEDEC/DIT/INF/PMV (2010)

A disposição e organização dos bairros e regiões administrativas de Vitória estão regulamentadas pela Lei Municipal nº 6.077 de 2003, tendo sofrido alterações através da Lei 6.488 de 2005. Essa é conhecida como lei de bairro (ENTREVISTADO 8). Desse modo, essa legislação estabelece que Vitória possui 79 bairros divididos em 8 regiões administrativas: Regional I - Centro, Regional II – Santo Antônio, Regional III – Bento Ferreira, Regional IV – Maruípe, Regional V – Praia do Canto, Regional VI – Continental, Regional VII – São Pedro e Regional VIII – Jardim Camburi ⁹² (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

Essa divisão territorial se coloca como um instrumento que facilita a disposição, gestão e controle dos serviços públicos prestados, principalmente pela prefeitura.

⁹² As ações esportivas, realizadas em geral pela SEMESP também utilizam o litoral e a Bahia de Vitória para realização das práticas esportivas e atividades físicas, desse modo, para alguns serviços dessa secretaria consideram-se 9 regionais, sendo a nova a Regional Praia.



FIGURA 1 – DIVISÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE VITÓRIA
 Fonte: PREFEITURA DE VITÓRIA (2010a)

Está na capital a maior concentração de riqueza do estado do Espírito Santo. Vitória possui quase metade (48,80%) do Produto Interno Bruto (PIB) de toda a Grande Vitória e em relação ao estado, concentra 36%; 26,9% em termos de potencial de consumo em 2009; metade dos postos de trabalho localiza-se na capital, tendo 28,6% da mão de obra de todo o estado trabalhando Vitória (WIKIPEDIA, 2010a).

Em relação ao contexto nacional, Vitória parece ocupar lugares razoáveis em termos de indicadores de desenvolvimento social e econômico. Nacionalmente, Vitória está em 18º em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 20º no PIB (R\$ 9.270.129.000,00), tendo renda per capita de R\$ 29.951,00 (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

Resumo dos Indicadores de Desenvolvimento de Vitória	
Posição no Ranking dos Municípios	
Maior índice de inclusão digital (2003)	5º
Menor grau de exclusão social (2000)	8º
Melhor renda do país (2000)	9º
Melhor renda per capita do país (2000)	9º
Melhores condições para se fazer carreira (2009)	3º
Municípios mais dinâmicos (2006)	23º
Melhor índice de responsabilidade fiscal e social (2007)	18º
Melhores condições de vida (ICV/FGV, 2005)	2º
Melhor Índice de Desenvolvimento (Firjan 2006)	1º
Capital que Realiza mais Investimentos (ABRASF - 2008)	3º

QUADRO 3 - INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO DE VITÓRIA NO RANKING DOS MUNICÍPIOS

Fonte: ONU, IPEA, Você S/A, FGV, Firjan e ABRASF - PMV

Por outro lado, embora o município tenha atingido níveis razoáveis em termos de desenvolvimento humano, social e econômico, um panorama mais amplo da situação de vitória demonstra uma dura realidade a ser enfrentada, isso está relacionado com os altos índices de violência, que tem colocado a capital num dos piores lugares do *ranking* nacional e esses dados têm grande incidência na juventude do município.

De acordo com Waiselfisz (2008), dos 556 municípios brasileiros pesquisados, o que representa apenas 10% do total de 5.562 municípios no país, Vitória ocupa o 13º lugar entre os municípios com as maiores taxas de homicídio (em 100 mil habitantes) na população total em 2006.

O Mapa da Violência de 2010⁹³ traz um dado ainda mais preocupante, Vitória é a capital que está em terceiro lugar no ranking em maior taxa de homicídios entre 100 mil habitantes.

De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde de Vitória, o caso de maior incidência de mortes violentas no município é o homicídio, conforme Quadro 4 abaixo. São as pessoas entre 15 e 34 anos do sexo masculino as maiores vítimas de homicídios no município. A faixa etária que compreende toda a juventude, como destacamos no Quadro 5.

Causa básica final do fato violento de acordo com a faixa etária em Vitória (2007 a 2009)										
Causa Básica Final e Faixa Etária	< 01	1 a 4	5 a 14	15 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 a 64	< 64	Total
Acidente	5	1	7	7	15	15	18	12	27	107
Acidente de transporte	0	1	0	18	27	16	14	9	14	99
Complicações de cuidados médicos	0	0	0	2	0	1	0	1	1	5
Efeito tardio de causa externa	0	0	0	0	0	0	1	0	2	3
Evento de intenção indeterminada	2	0	0	1	5	8	10	8	5	39
Homicídio	0	0	6	192	144	45	38	11	6	442
Morte natural	0	0	0	0	0	0	3	2	4	9
Não identificado como causa externa	0	0	0	0	0	0	3	3	5	11
Overdose	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Suicídio	0	0	0	7	6	5	9	3	2	32
Total	7	2	13	227	199	90	96	49	66	749

QUADRO 4 – MORTES VIOLENTAS ENTRE JOVENS DE VITÓRIA (2007-2009)

Fonte: SEMUS/GVS/CVE/ NUPREVI

⁹³ Waiselfisz, Julio J. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

Número de homicídios de acordo com a faixa etária e sexo em Vitória (2007 a 2009)			
Faixa Etária X Sexo	Feminino	Masculino	Total
< 01 ano	0	0	0
1 a 4 anos	0	0	0
5 a 14 anos	0	6	6
15 a 24 anos	10	182	192
25 a 34 anos	15	129	144
35 a 44 anos	4	41	45
45 a 54 anos	3	35	38
55 a 64 anos	3	8	11
acima de 64 anos	0	6	6
Total	35	407	442

QUADRO 5 – HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS DE VITÓRIA DE ACORDO COM SEXO (2007-2009)

Fonte: SEMUS/GVS/CVE/ NUPREVI

Bairros de Vitória com maior ocorrência de homicídios de acordo com faixa etária (2007 a 2009)										
Bairro de Ocorrência do Fato Violento e Faixa Etária	< 01	1 a 4	5 a 14	15 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 a 64	> 64	Total
BAIRRO DO QUADRO	0	0	1	3	7	1	1	0	0	13
CARATOIRA	0	0	1	8	5	1	0	0	0	15
CONSOLACAO	0	0	0	3	4	3	1	0	0	11
CRUZAMENTO	0	0	0	6	2	0	2	0	1	11
FORTE SAO JOAO	0	0	0	2	7	3	4	0	0	16
GURIGICA	0	0	0	7	2	2	1	0	0	12
ILHA DO PRINCIPE	0	0	0	7	4	1	0	0	0	12
INHANGUETA	0	0	0	5	7	0	2	2	0	16
ITARARE	0	0	0	4	4	2	0	0	0	10
MARIA ORTIZ	0	0	0	6	6	1	0	1	0	14
NOVA PALESTINA	0	0	1	11	8	5	3	0	0	28
PRAIA DO SUA	0	0	0	4	3	1	3	0	0	11
RESISTENCIA	0	0	0	10	7	3	0	1	0	21
ROMAO	0	0	1	9	9	1	2	0	0	22
SANTO ANDRE	0	0	0	16	10	1	3	0	0	30
SANTO ANTONIO	0	0	0	8	6	1	3	0	0	18
SAO PEDRO	0	0	0	16	3	0	0	0	0	19

QUADRO 6 – BAIRROS DE VITÓRIA COM MAIOR INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS

Fonte: SEMUS/GVS/CVE/ NUPREVI

Embora não seja o objetivo deste estudo tratar da questão da violência entre jovens, nos preocupamos em pontuar a situação de violência juvenil que se encontra o município. Percebemos que os dados divulgados colocam a capital capixaba entre os piores índices de vitimização da população jovem de Vitória.

Os dados municipais nos possibilitam identificar também que os jovens dos bairros periféricos do município são a parcela mais vitimizada por homicídios na capital.

Esses dados colocam a Prefeitura de Vitória e seu corpo gestor em xeque para tomarem medidas em termos de políticas públicas e sociais que contribuam para a melhoria das condições e da qualidade de vida da população juvenil, visando a ampliação das possibilidades em termos de educação, trabalho, assistência, cultura e lazer para as juventudes da cidade.

3.4 O SURGIMENTO DAS INICIATIVAS PÚBLICAS LOCAIS DE JUVENTUDE NO CONTEXTO NACIONAL

Nos últimos dez anos, o poder executivo local vem compondo o cenário político na execução de ações voltadas ao público adolescente e juvenil, tendo dois grandes eixos indutores para essa intensificação: a mobilização social junto à construção da constituinte e a criação de iniciativas pelo governo federal.

Com a abertura política, a partir de 1980 ocorreu maior interlocução entre as demandas nacionais em “contato mais próximo com redes e organismos internacionais de apoio na defesa de direitos de povos oprimidos por regimes totalitários presentes na América Latina” (CARVALHO, 2000, p. 15).

Nesse período houve também o surgimento de movimentos sociais fortes em torno da defesa dos direitos sociais da criança e do adolescente pelo acesso a bens e serviços.

[...] emerge um movimento nacional forte e pluralista (na sua composição) pelos direitos da criança e do adolescente. Sua inserção se dá tanto nas redes internacionais com o mesmo objetivo, quanto no conjunto dos movimentos sociais nacionais, que convergem no fazer instituinte da nova Carta Constitucional Brasileira promulgada em 1988 (CARVALHO, 2000, p. 15).

Isso foi o que o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) significou em âmbito nacional e

internacional, uma vez que primou pela organicidade desse movimento que contava com um corpo heterogêneo de entidades na sua composição e na proposição de um novo paradigma, principalmente legal, para proteção social da infância e da adolescência sob orientação das Nações Unidas através do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (CARVALHO, 2000).

De acordo com Carvalho (2000, p. 17), a promulgação da Constituição de 1988 aliada à pressão desse movimento afinado à proposição e aprovação do ECRIAD em 1990, prevê a criação de instâncias estratégicas de proteção ao segmento infanto-juvenil como: a) formação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (municipal e estadual); b) Conselhos Tutelares nos municípios brasileiros; c) criação de “medidas socioeducativas e de proteção especial ao grupo em situação de infração e risco pessoal e social”; d) o estabelecimento da maioridade penal em 18 anos de idade.

Outro fator desse impulso decorre de uma intensa proposição do governo federal no direcionamento de recursos além de criação de programas voltados ao público adolescente e juvenil, mas, nesse período, ainda com maior enfoque no segmento adolescente. A concepção das ações ficava a cargo da instância federal, porém a execução estava prevista para os municípios. “Por essas razões, o município sempre buscou os recursos federais para viabilizar suas ações em um quadro de perda de receitas para o investimento social em razão do forte endividamento público” (SPOSITO, 2003a, p. 32).

Podemos dizer que esses foram os elementos que impulsionaram a configuração de um cenário que induziu a criação de ações voltadas ao público juvenil brasileiro (SPOSITO, 2003a; 2003b).

Assim, alguns anos mais tarde, mais especificamente a partir das eleições municipais de 2001, a política de juventude passou a ganhar novos contornos e os projetos específicos já não visavam apenas os adolescentes até 18 anos (SPOSITO, 2003a). A partir daí começam a surgir ações que vislumbram o jovem até os 24 e, mais recentemente até os 29 anos.

Do ponto de vista conceitual, a partir desse período passa-se a adotar perspectivas que contemplem a diversidade de aspectos subjetivos e coletivos que compõem o ser jovem na sociedade contemporânea. A adoção da mudança de paradigma sobre concepção tanto de juventude, como da PPJ, ocorreu principalmente nas administrações municipais ditas progressistas, comandadas por partidos tradicionalmente de ‘esquerda e centro-esquerda’ (SPOSITO, 2003a).

Isso ocorreu também impulsionado pelos compromissos realizados em campanha eleitoral, além da pressão da militância dos setores de juventude vinculados aos partidos políticos para a proposição e inclusão de ações específicas para jovens nas suas agendas de lutas (SPOSITO; CARRANO, 2003). Além disso, Leão (2005) destaca ainda que as organizações não governamentais também tiveram um papel importante como fomentadoras da criação de novas ações para jovens em âmbito municipal.

Esses novos espaços ou organismos voltados à juventude tinham um caráter mais ligado a assessorias e coordenadorias e em menor escala secretarias municipais ou estaduais. Nesse aspecto, a PPJ em nível local passou a adquirir um novo desenho institucional e um lugar nas administrações públicas (SPOSITO, 2003a; 2003b).

De acordo com Sposito (2003a), as responsabilidades desses espaços concentram-se em três aspectos principais:

- Articulação das ações executadas pelo governo;
- Coordenação e gerenciamento dos projetos federais e locais;
- Apoio e fomento à participação juvenil junto ao poder público. Esse viés segue-se sob vertentes ambíguas: privilegiando os setores juvenis mais institucionalizados, como o movimento estudantil, servindo, muitas vezes, aos interesses político-partidários da gestão e dificultando a interação de jovens menos organizados; primazia pela participação dos jovens inseridos nos projetos das prefeituras como uma forma de consultar ou referendar sobre questões pontuais da própria execução municipal.

Concordamos com Sposito (2003a, p. 33) ao dizer que “na prática, cada organismo realiza uma peculiar alquimia dessas atribuições, dependendo do gestor responsável, do quadro de forças da política local e do grau de legitimidade da assessoria no aparelho público”⁹⁴.

Em menor escala, algumas cidades brasileiras têm incluído as demandas juvenis na gestão das PPJ. Isso vem contribuindo para a construção de uma esfera pública favorável às questões juvenis, pois tem estimulado a criação de Fóruns e Conselhos de Juventude. Tem-se incluído os jovens, também, na discussão do orçamento público por meio da execução de Orçamento Participativo de Juventude⁹⁵ (SPOSITO, 2003a; 2003b).

A institucionalização de iniciativas públicas com especificidades ligadas aos jovens e a indicação da participação da juventude na proposição e definição das ações, principalmente nas capitais dos estados brasileiros, mesmo ainda incipientes e com fragilidades, consagra um cenário de inclusão da demanda da juventude nas esferas locais.

De acordo com Sposito (2003a; 2003b), as concepções e as perspectivas das PPJ em nível local não diferem muito das ações federais recentemente construídas. O diferencial entre elas está na possibilidade da ação local propor e construir políticas mais próximas da realidade dos jovens, criando canais de participação para diagnosticar e atender suas demandas, levando em consideração aspectos da cultura política e realidade socioeconômica local e identificando também os grupos de expressão juvenil. São coisas que uma política federal tem limitação de alcançar.

O teor e o impacto dessas iniciativas – federais e municipais – são variados em todo o país e não refletem, necessariamente, mudanças significativas no interior de uma agenda pública que tem a juventude e seus direitos como tema. Sinalizam, no entanto, inflexões importantes que podem constituir novas arenas no âmbito da esfera pública, como lócus de disputa em torno dos modelos normativos que orientam as representações sobre a

⁹⁴ Sposito (2003a) destaca ainda que há uma grande presença de gestores jovens, muitos, oriundos do movimento estudantil e muito afinados a partidos políticos.

Na PMV, os gestores da Sub-Coordenadoria de Valorização da Juventude (até 2004) e da atual Gerência de Relações com a Juventude também possuíam gestores jovens com expressivo histórico de militância no movimento estudantil.

⁹⁵ Em Vitória foi realizado Orçamento Participativo da Juventude em 2006, como veremos ainda neste capítulo.

condição juvenil no país, bem como as expectativas de sua inserção no mundo adulto (SPOSITO; CORROCHANO, 2005, p. 142-143).

É nesse sentido que nos propomos a analisar as ações locais construídas pela PMV a fim de verificar se a proximidade com a realidade das juventudes de Vitória propicia uma maior interlocução a ponto de construírem políticas que consigam oferecer serviços que levem em consideração as reais necessidades e desejos dos jovens da localidade. Além disso, visamos verificar sobre a concepção de juventude dos gestores.

O município de Vitória parece seguir parte dessa agenda de iniciativas apontadas em algumas das capitais do país: com a criação de instâncias específicas para gestão das PPJ e de espaços juvenis; realização de Orçamento Participativo da Juventude; criação de mecanismos de aproximação com os segmentos juvenis, e, principalmente, pelo quantitativo apresentado de ações, conformando assim: vinte e seis entre ações/programas/projetos/espacos voltados ao público adolescente-juvenil, sendo que onze delas são de criação do próprio município, porém apenas nove delas contempla os requisitos destacados nos procedimentos metodológicos deste estudo.

Desse modo, tem-se uma gestão municipal que, em alguma medida, se dispõe a tratar da sua juventude. Cabe-nos aqui analisar a conformação de instâncias gestoras e suas ações construídas a fim de desvendar tanto suas concepções quanto sua organização política e administrativa, como veremos nos itens a seguir.

3.5 A CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS PARA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA ENTRE 2002-2010

Desde 2002, Vitória conta com uma mínima organização político-administrativa voltada à implementação de ações visando o público adolescente-juvenil.

Nesse ano, já na segunda gestão do prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas do PSDB (2001-2004), criou-se uma Sub-Coordenadoria de Valorização da Juventude com objetivo de realizar uma

articulação entre os projetos/programas/ações⁹⁶ em execução na administração (HELMER; CALIARI, 2006).

No seguinte mandato, com a vitória de João Carlos Coser do PT, (2005-2009)⁹⁷ extinguiu-se esse espaço e implantou-se duas novas instâncias a fim de trabalhar ações dirigidas à juventude do município: a Gerência de Promoção Social da Juventude ligada à Secretaria de Assistência Social (GJUV/SEMAS) e a Gerência de Relações com a Juventude, ligada à Secretaria de Coordenação Política (GRJ/SECOP) (HELMER; CALIARI, 2006). Tais espaços, embora tenham como objetivo exclusivo a atuação com e para a juventude, possuem atribuições distintas.

De acordo com Helmer e Caliari (2006), há diferenças marcantes entre a primeira instância criada no período entre 2002 e 2004 e as duas últimas propostas, criadas no período entre 2005 e 2009. Os elementos diferenciadores dessas iniciativas são: o teor das ações desenvolvidas e a concepção de juventude.

Outras duas ferramentas de gestão surgem no segundo período destacado acima (na gestão petista), o Orçamento Participativo da Juventude e a Câmara Técnica de Juventude. A fim de detalhar melhor o papel de cada instância gestora e das estratégias de gestão das PPJ do município, apresentaremos a seguir um pequeno resumo de cada uma delas.

3.5.1 Sub-Coordenadoria de Valorização da Juventude (2002-2004)⁹⁸

A Sub-Coordenadoria de Valorização da Juventude priorizou o levantamento de demandas para os jovens por meio de uma pesquisa encomendada. Nesse setor primou-se pela realização de ações de lazer, de apoio a demandas de jovens e de grupos juvenis que solicitassem à prefeitura. Mas, não foi possível identificar se esta instância conseguiu criar canais de interlocução com a

⁹⁶ Neste período ainda não havia espaços juvenis.

⁹⁷ Em 2008 houve a reeleição desse governo.

⁹⁸ Para conhecimento dessa instância nos baseamos exclusivamente no conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso de Fabrícia Helmer e Hingridy Caliari (2006). Já os demais setores e as estratégias de gestão também contaram com a contribuição das entrevistas realizadas no ano de 2010 com seus gestores e alguns documentos cedidos.

juventude na proposição ou mesmo discussão das políticas executadas pelo município (HELMER; CALIARI, 2006/ Gestor 1⁹⁹).

Esse espaço estava ligado à Coordenadoria de Governo e funcionava como secretaria meio, pois, embora, sob nome de Coordenadoria, possuía *status* de secretaria, já que os gestores tinham autonomia suficiente para realizarem os despachos diretamente com o gabinete do prefeito (HELMER; CALIARI, 2006/ Gestor 1).

De acordo com o *Entrevistado 10*, que participou do período de transição entre esses dois governos, a Sub-Coordenadoria se constituía enquanto um espaço eminentemente político.

[...] eu participei da equipe de transição de governo do João e, na época, me interessou a discussão de juventude. O que existia aqui? Existia uma Subcoordenadoria [de Valorização da Juventude] que era, na fala do coordenador, um espaço extremamente político ligado ao Deputado [“x”]. Das ações, eles tinham alguma coisa chamada Câmara Parlamentar Jovem, segundo eles não foi uma experiência muito positiva, [...] era uma experiência de disputa política entre alguns agentes partidários e setores de igreja. Eles apoiavam uma atividade chamada Camburi Fest Gospel [...].

A política de juventude antes da gente, eu posso dizer com toda franqueza, era muito deficiente. Não tinham pessoas preparadas. Eu acho que era um espaço muito mais político [...] para o PSDB do que para a construção de política. Não tinha debate com a cidade, não tinha discussão, ninguém conversava, acho que, acho não, tenho certeza, não existiam políticas juventude, poderiam existir em uma ou outra secretaria, mas sem a finalidade do debate [...].

De acordo com Helmer e Caliari (2006/ Gestor 1), essa Sub-Coordenadoria realizava algumas ações em torno de articulação institucional e entre as secretarias, no sentido de atender alguma necessidade pontual de alguns jovens ou de grupos específicos.

Segundo o Helmer e Caliari (2006), o gestor desse setor entendia que era preciso atender as demandas que surgissem dos jovens. A gestão desse setor primava por uma participação consultiva e não deliberativa. A experiência com um conselho deliberativo denominado Câmara

⁹⁹ Optamos por não realizar entrevista com o antigo gestor de Sub-Coordenadoria de Valorização da Juventude, pois nossa análise privilegia as ações públicas voltadas à juventude a partir de 2005 e este espaço é anterior a esse período. Contudo, o trabalho de Helmer e Caliari (2006) contempla a análise desse espaço e também disponibiliza a entrevista nos anexos desse estudo. Desse modo, como não encontramos nas normas da ABNT um meio de referenciar uma entrevista dentro de um texto, optamos por criar um. Assim, toda vez que o leitor se deparar com (HELMER; CALIARI, 2006 / Gestor 1) estaremos nos referindo à entrevista realizada com este gestor que encontra-se anexada nesse trabalho.

Jovem fracassou devido ao despreparo das lideranças juvenis em conduzir processos políticos deliberativos. (HELMER; CALIARI, 2006/ Gestor 1).

Podemos dizer que esse organismo gestor congregava muitos dos aspectos ressaltados por Sposito (2003a; 2003b) – quando trata das responsabilidades dos espaços municipais criados a partir de 2001 – uma vez que a Sub-Coordenadoria possuía uma forte relação política com a gestão no que diz respeito a articulação de ações. Porém, não havia elaboração de políticas e pouco fomentava-se discussões com a juventude local.

Embora o setor tivesse grande autonomia e forte relação política dentro da prefeitura, isso não foi usado para desenvolvimento de políticas públicas, no geral, *realizavam ações e eventos pontuais*¹⁰⁰ e a interlocução com a juventude era feita mediante a procura e o interesse do jovem.

De certo, no período de criação dessa instância, não havia debate e acúmulo decorrente da criação da SNJ e do Conjuve em nível nacional. A questão da violência juvenil, elemento que também impulsionou criação de PPJ ainda não estava tão em voga como a partir dos anos 2000. Desse modo, as instâncias municipais desse período não tinham o respaldo, nem grande apoio em nível federal para desenvolvimento de ações voltadas à juventude.

3.5.2 A Gerência de Relações com a Juventude - Secretaria de Coordenação Política

A Gerência de Relações com a Juventude (GRJ) tem como tarefa realizar a articulação das ações da prefeitura que atuam com juventude e também entre os segmentos juvenis, a fim de intensificar a atividade política tanto desses setores como dos jovens. De certa forma, a função

¹⁰⁰ De acordo com (HELMER; CALIARI, 2006/ Gestor 1), essa Sub-Coordenadoria realizava algumas ações em torno de articulação institucional e entre as secretarias, no sentido de atender a alguma necessidade pontual de alguns jovens ou de grupos específicos. Havia um forte apoio ao evento Camburi *Fest*, (como destacou, acima, o entrevistado 10), além disso, realizavam duas outras ações consideradas as principais:

- o projeto “Juventude em debate” - realização de discussões com lideranças estudantis nas escolas, a fim de provocar a participação política dos jovens e consultá-los sobre as ações da prefeitura;
- o “Terra Jovem” - projeto intersetorial com apoio de organismos externos ao poder público que visava realizar uma interlocução com os jovens inscritos no Projeto Terra por meio de atividades culturais e obrigatoriamente teriam que realizar uma formação para o trabalho. Por falta de recurso não teve êxito.

deste setor se assemelha à perspectiva da Sub-Coordenadoria de Valorização da Juventude citada acima, devido ao caráter político da instância, embora sob outro contexto histórico, sob outra composição partidária e sob outro cenário político nacional e local no que tange o discurso e o acúmulo da PPJ brasileira.

Nesse período, já havia uma construção nacional sobre temas que perpassam a juventude e políticas públicas bem mais desenhadas e a gestão desse espaço se coloca muito afinada ao debate nacional preconizado pelo governo Lula com a criação da SNJ e também pela constituição do Conjuve. Desse modo, é nítido que esses elementos contribuíram para que esta gerência tivesse maiores condições de pautar a construção de PPJ.

A gente avançou muito, a gente pegou esse gás do Governo Lula com a criação da Secretaria Nacional de Juventude. A gente já pegou essas questões prontas. A gente já chegou aqui com o Governo Federal lançando um Plano Nacional de Juventude, contemplando etapas estaduais de discussão desse plano. Depois, nós fomos para Brasília discuti-lo. Então, a gente já pegou essa discussão e isso foi muito positivo para a gente (ENTREVISTADO 10).

Eles [a Sub-coordenadoria de Valorização da Juventude] não tiveram isso, eu acho. Não tinha essa visão, até porque a Política de Juventude é uma coisa muito nova. Temos os debates [das PPJ] da década de 90 que tenta se consolidar agora nessa década, mas é uma coisa muito incipiente. A gente teve mais oportunidades do que eles [...] para discutir esse tema e a gente pegou esse tema mais em voga, mais pautado na sociedade que o povo [anterior] pegou. A gente discute mais a política num conceito, eles não faziam isso (ENTREVISTADO 10).

Essa gestão se baseou na experiência de Coordenadoria de Juventude formatada pela Prefeitura de Porto Alegre em 1996. No início do governo municipal petista, a proposta dos sujeitos que vieram a compor a GRJ era criar uma secretaria de juventude e não uma gerência, mas, essa não foi a opção do prefeito. Criou-se não só uma, mas duas gerências para trabalhar aspectos diferentes no tocante das PPJ a serem executadas pelo município. Uma gerência com caráter mais político e articulador e outra mais afinada à execução de projetos específicos para jovens (ENTREVISTADO 10).

Sobre a função da GRJ, o *Entrevistado 10* nos relata sobre o papel de articular ações e os setores da PMV, de propor projetos para as secretarias executarem, além de ressaltarem o papel político que a gerência possui, bem próxima das decisões de governo local.

Vou te descrever sobre o papel que está no decreto, nós somos responsáveis pela articulação institucional das políticas de juventude do município com todo mundo: o governo federal, os governos estaduais. Nós representamos a administração na discussão, nós temos a incumbência de propor, realizar seminários, palestras, debates, conferências [...]. A prioridade [...] do debate estratégico de juventude é aqui, a estratégia da política da juventude é na SECOP, na GRJ, a execução é na ação social [se referindo à SEMAS].

Então, a idéia é essa, inclusive, como a gente tem uma ligação meio que mais ou menos com o gabinete do prefeito, porque a gente coordena o governo do prefeito João Coser e por fazermos o debate estratégico dos rumos das políticas de juventude do município, nós damos essa assessoria para o gabinete do prefeito, é basicamente essa a relação.

De acordo com o *Entrevistado 10*, as atividades desta gerência foram muito mais intensas no início do governo, pois foi um momento em que este setor pôde contribuir para a proposição e construção das ações¹⁰¹ voltadas à juventude local junto às diversas secretarias executoras dos programas, como a Cultura, a Assistência Social, a Educação etc.

Esse mesmo entrevistado ressalta que nos últimos dois anos a ação da GRJ perdeu um pouco do seu foco, passando a realizar debates restritos junto aos gestores das PPJ executadas pela prefeitura e realizado visitas e conhecer outras experiências de PPJ em outros estados. Esse mesmo entrevistado se indaga, inclusive, sobre a necessidade de ainda existir este espaço dentro da prefeitura, principalmente, se a prefeitura optar por criar uma Secretaria de Juventude, onde as funções de articulação interna teoricamente seriam supridas.

*Eu acho que, nos últimos dois anos, da política propriamente dita, da política de construir um programa e obter resultados, a gente não tem o que comemorar não [...]. Nesses dois últimos anos e, principalmente com a retirada da Câmara Técnica da Juventude daqui, a gente ficou meio que... Assim, a **gente vai tentar fazer** a articulação e tal, no nível que puder e no nível institucional, mas, diminuiu muito o nosso tamanho do ponto de vista de discutir política e de intervir mesmo nas políticas do município (ENTREVISTADO 10).*

*Eu acho que a gente teve um avanço importante na visão e no conceito de política pública de juventude no município de Vitória, nós contribuimos muito para isso [...]. Daqui para frente, **eu fico pensando inclusive na necessidade da nossa existência.***

¹⁰¹ Essa gerência propôs ações como: construção de rádios nas escolas, de grêmios livres, do cartão jovem, do programa “no rock”, além disso, propuseram a construção de um Plano Municipal de Juventude e do Conselho Municipal de Juventude, realizaram a Câmara Técnica de Juventude e o Fórum Social da Juventude e participaram intensamente tanto no fomento, quanto na execução do Orçamento Participativo da Juventude em 2006 (Entrevistado 10; HELMER; CALIARI, 2006).

Porque, para mim, a secretaria acabaria com a necessidade dessa existência [...]
(ENTREVISTADO 10).

No início da gestão desse governo, a Câmara Técnica da Juventude, era coordenada por esta gerência. Como esse espaço passou por vários momentos de refluxo, por algum tempo ficou sem atividade, desse modo, como apontamos acima, a Câmara foi retomada, contudo sob outra direção.

Percebe-se que o gestor desse setor tem muito claro quais são as atribuições da GRJ, este se coloca disposto a realizar um trabalho político articulado com setores importantes da sociedade e do poder público, bem como com as outras instâncias executoras de PPJ da PMV. No entanto, esta gerência compõe o organograma da prefeitura desde o início do primeiro mandato petista, possuem um quadro de três funcionários e três estagiários atualmente, mas, há quase dois anos não consegue levar a frente suas propostas, nem mesmo executar suas funções específicas.

O que não fica claro para nós é por que não conseguem realizar suas funções e criar novas idéias? Qual o impedimento, já que o setor possui essa “ligação meio que mais ou menos com o prefeito”? São questões que nos levam a concluir que este também se configura como um espaço eminentemente político e muito menos executivo. Um espaço quase sem função dentro da prefeitura.

3.5.3 A Gerência de Juventude - Secretaria de Assistência Social

A Gerência de Juventude¹⁰² (GJUV) ocupa uma função mais ligada à execução dos programas e gestão dos espaços juvenis da PMV, sejam as políticas do governo federal, sejam as iniciativas propostas (HELMER; CALIARI, 2006).

¹⁰² Hoje, a GJUV é responsável pela gestão de quatro projetos: O Cine Kbça, o Centro de Referência da Juventude, o Núcleo Afro Odomodê, e o Projovem Adolescente, sendo que, além desses, este setor já executou outras ações como: o Protejo e o Atitude Jovem ligado ao Pronasci, o Rede Jovem e o Agente Jovem.

As ações com juventude na SEMAS existem desde 2005, mas eram ligadas à Gerência da Criança e do Adolescente. Em 2006 houve uma mudança no organograma dessa secretaria que criou uma instância específica para a juventude, a GJUV.

A execução do programa federal Agente Jovem foi a primeira incumbência dessa gerência. Posteriormente, foram propostas outras ações, porém sem muita estrutura. Nesse período, a GJUV se esforçava para acompanhar e responder o debate em torno da PPJ que estava sendo construído nacionalmente, principalmente sobre a relação juventude e violência.

No início [...] foram pensadas algumas questões e a principal questão era ampliar a faixa etária, [...] havia uma discussão nacional da UNESCO [...] de 15 a 24, depois essa discussão se ampliou para 15 a 29. Inicialmente nós colocamos essa ampliação, segundo mais ou menos a [...] referência [...] da UNESCO e aí criamos alguns programas que também tinha uma demanda na área social.

Através da fala do *Entrevistado 5*, podemos dizer que a GJUV iniciou seus trabalhos com uma expectativa clara de interagir com os jovens e criar canais de interlocução. Para realizar isso, os profissionais dessa gerência criaram dois programas – o Cine Kbça¹⁰³ e o Rede Jovem¹⁰⁴ – como meios de aproximar-se de espaços, grupos e segmentos juvenis e identificar suas lideranças. A interação com os jovens participantes do projeto Agente Jovem também foi uma estratégia para iniciar um diálogo com as juventudes da cidade.

Vieram uns programas voltados nessa discussão de juventude e violência, da questão [...] afro descendente, etc. Nós criamos um programa chamado Odomodê e começamos também a discussão de um Orçamento Participativo da Juventude. Contudo, a única ferramenta que a gente tinha para interlocução com a juventude era o próprio Agente Jovem e é nesse Agente Jovem que a gente tentou potencializar, construir um novo olhar sobre a própria prática do Agente Jovem. [...].

¹⁰³ Sobre o Projeto Cine Kbça, ver capítulo 4 deste estudo.

¹⁰⁴ Para dar visibilidade e criar um canal de interlocução com jovens e grupos juvenis de expressões culturais e esportivas, criou-se nessa Gerência o **Projeto Rede Jovem**. Esse projeto se constituiu numa estratégia de reconhecimento de lideranças jovens e de grupos que, de alguma forma representavam uma expressão juvenil cultural ou esportiva vistas as como tipicamente da cultura juvenil como: o funk, o grafite, o break, o rap, o skate, o leparcour entre outros (ENTREVISTADO 5).

A ação do Rede Jovem era, basicamente, conceder apoios aos jovens e seus grupos através da viabilização de transporte (até mesmo à noite e nos finais de semana), lanche, material gráfico, sonorização, equipamentos de arte e cultura, realização de eventos, inserindo-os em programações culturais da prefeitura, etc. Com isso, o objetivo era dar visibilidade e divulgar os grupos e as expressões culturais e esportivas dos jovens da cidade. Esse projeto existiu de 2006 a 2009. Desde então, ele foi extinto.

A estratégia dessa gestão era também criar um meio de aproximação com esses coletivos jovens e com suas linguagens para que o projeto e as ações da GJUV conquistassem uma representatividade social perante os jovens.

[...] criamos um projeto para começar o início de uma interlocução com a juventude local, via um cineclube popular, que era o Cine Kbça. Não tínhamos os equipamentos para isso, e como que a gente fazia? A gente pegava emprestado com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Saúde. [...] Era uma ferramenta importante para começar um diálogo com a juventude da cidade [...].

A constituição da GJUV também foi se configurando em consonância com o contexto nacional de surgimento da SNJ e criação do Conjuve que propunham a formulação de diretrizes para a construção de uma política nacional de juventude, articulada aos movimentos sociais juvenis, reconhecendo novos segmentos que representam as juventudes (ENTREVISTADO 5).

[...] depois de 2004, 2005, essa política foi se fortalecendo em nível nacional com a Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. Nessa conjuntura, esse movimento, essa política nacional foi tomando uma diretriz [...]. Hoje existe uma instância nacional de juventude, e as instâncias [locais] de juventude estão tomando uma outra conotação.

A Gerência vem dessa leitura, não só de uma leitura, porque a leitura vem dentro de uma cobrança social. Quando você entra num momento, você entra num momento histórico, quando toda a sociedade vem caminhando nessa linha [...]. Então, a Gerência vem, através dessa cobrança social de se criar nesse ritmo uma instância que tivesse a possibilidade de trabalhar alguma política de juventude [...].

Para o *Entrevistado 5*, a conquista de um setor como a GJUV, com orçamento específico dentro da SEMAS, proporcionou que o desenvolvimento das políticas de juventude tivesse mais legitimidade e autonomia.

Agora, uma grande conquista da GJUV, que aí foi um diferencial, foi ter orçamento próprio. Porque você hoje vê gerência e secretaria de juventude montada na Grande Vitória [sem orçamento]. Essa questão do orçamento próprio ela te dá uma identidade maior, ela te dá uma possibilidade de construir algumas ações com mais autonomia e aí acho que foi um grande divisor (ENTREVISTADO 5).

Para esse mesmo entrevistado, o fato dessa gerência estar lotada na Secretaria de Assistência Social propicia e contribui para que os programas de juventude ganhem um desenho político mais desvinculado da vertente partidária e de aparelhamento político – como ocorreu e ocorre em muitas instâncias de juventude criadas no início desta década – passando assim a figurar um desenho mais afeito à participação social, devido ao engajamento de muitos técnicos dessa secretaria em movimentos sociais.

Talvez, o diferencial da proposição da GJUV é o fato dela ter sido constituída numa Secretaria de Assistência Social. Ela poderia ser uma gerência que se pautasse no gabinete do prefeito, mas, quando ela se constitui na SEMAS isso agrega muitos aspectos ligados aos movimentos sociais [...] Ela vem com alguns técnicos com o olhar um pouco diferenciado de um olhar só partidário, com um olhar político mais amplo, que também vem com um olhar bem técnico (ENTREVISTADO 5).

De acordo com o *Entrevistado 5*, foi preciso fazer leituras e exercitar o entendimento sobre a diversidade de juventudes, grupos e expressões existentes na sociedade para proporem suas ações. Com isso, os profissionais perceberam a necessidade de romper com o paradigma de que um único movimento representa a juventude, como foi a perspectiva em torno do movimento estudantil ao se processar as instâncias locais no país, como também observou Sposito (2003a, 2003b). Pois “muitas dessas instâncias são coordenadas e aparelhadas por cabos eleitorais jovens dos partidos políticos”¹⁰⁵.

[...] Hoje, você não consegue identificar um segmento que represente a juventude, existe uma diversidade de juventudes e não tem ninguém que consegue falar por uma única juventude. Quer dizer, o movimento estudantil nem falava por toda juventude, mas socialmente, se detinha esse movimento como o interlocutor da juventude. Isso não era verdade, mas havia uma representação social [que fortalecia] isso. Hoje, ninguém, nem mesmo o movimento cultural que é muito forte como o Hip Hop, os movimentos de rap, funk, grafite, [...] à cultura, eles não conseguem falar em nome de uma única juventude, eu acho que essa é uma característica importante.

[...] eu acho que o que foi importante foi a gente tentar compreender, esse processo histórico aqui, da gente ter optado por trabalhar com jovens que não tinham visibilidade, que não tinham interlocução nenhuma com o poder público. Isso foi uma grande percepção, acho que foi um dos grandes avanços que nós tivemos.

Embora os profissionais dessa gerência tenham essa perspectiva de descentralização de poder, contemplando a participação de jovens, tanto na composição das equipes como dialogando sobre suas ações, esta gestão também incorre na transferência de atribuições e competências à ONGs, realizando assim parcerias entre prefeitura (coisa pública) e instituições privadas, como pontuaram Junqueira (2005) e Raichelis (2007).

Essas ONGs também atuam na execução e desenvolvimento das ações socioeducativas dos projetos da GJUV, ou seja, prestam serviços públicos como propõe Raquel Raichelis (2007) dirigidos aos jovens.

¹⁰⁵ Idéia entre aspas, pois foi retirada da fala de José Ricardo Bianco em 18 de junho de 2010 na palestra sobre políticas públicas para a juventude realizada pela Prefeitura Municipal de Vitória.

Contudo, os técnicos dessa gerência justificam e asseguram que a opção pela execução indireta das ações: CRJ, Núcleo Afro Odomodê, Cine Kbça, entre outros projetos da GJUV possibilita que o setor tenha mais autonomia na escolha de profissionais mais afinados à temática da juventude e também possibilita dinamizar a compra de materiais de rápido consumo. Materiais que contribuem e otimizam as atividades, favorecendo assim que as demandas dos jovens e dos projetos sejam respondidas com maior agilidade (ENTREVISTADO 4; ENTREVISTADO 4; ENTREVISTADO 7).

O que o Entrevistado 5 deixa claro é que a execução e a direção dos projetos são da Prefeitura. De acordo com esse mesmo entrevistado, isso garante que a execução da política fique a cargo do poder público e não da entidade parceira.

De fato, a GJUV cumpre um papel mais executor das políticas específicas de juventude. Sob sua responsabilidade estão quatro de vinte e seis ações voltadas para o público juvenil da prefeitura. Dessas quatro ações, duas são espaços juvenis (o CRJ e o Núcleo Afro Odomodê) e, além disso, essa gerência é responsável pela execução do Projovem Adolescente, que comporta mais de 15 coletivos de jovens em todo o município. Essa gerência possui sob sua responsabilidade mais de 80 funcionários.

Consideramos que a GJUV possui o ‘tamanho’ de uma secretaria municipal, pois possui um grande número de atividades e funcionários sob sua responsabilidade, tendo assim uma grande dimensão de atuação dentro da SEMAS, além de ter conquistado grande representatividade perante a prefeitura.

3.5.4 Orçamento Participativo da Juventude – Secretaria de Gestão Estratégica

O Orçamento Participativo (OP)¹⁰⁶ configura-se no Brasil como uma experiência de participação popular, enquanto um instrumento de fortalecimento da democracia local, pois possibilita que se

¹⁰⁶ Neste trabalho não nos aprofundaremos nessa temática, embora reconheçamos sua importância.

intensifique a proposição e a definição de políticas públicas e o acesso a bens e equipamentos públicos (AVRITZER, 2002).

Essa experiência tem oferecido aos cidadãos a possibilidade de interferir na discussão do orçamento público local, vislumbrando “a esperança de justiça redistributiva e a possibilidade de reforma do processo de tomada de decisão nos municípios e nos estados brasileiros” (WAMPLER, 2002, p. 61), muito embora seja uma estratégia que desafia os estados e os municípios na sua execução.

Em Vitória, a proposta da gestão municipal é que o OP ocorra bianualmente. Assim, já foram realizadas as edições referentes aos orçamentos de 2006/2007 e 2008/2009. Durante o trabalho de campo desta pesquisa, a edição de 2010/2011 estava em processo, não havia sido concluída. Nesse ínterim, as edições sofreram algumas alterações na forma em termos de proposição e metodologia. De acordo com o *Entrevistado 12*, essas modificações visam garantir maior qualidade e possibilidade em viabilizar demandas colocadas pela população.

Em 2005 foi realizado o primeiro Orçamento Participativo (OP) de Vitória da gestão do prefeito João Coser, de modo que as demandas levantadas foram aprovadas para o orçamento de 2006 e 2007. Nessa edição ocorriam dois momentos de levantamento de demandas: os OPs regionais e os OPs setoriais. Desse modo, a *Juventude* foi contemplada como um dos setoriais, bem como os setores: Crianças, Cultura, Economia Solidária, Empresários, Mulheres, Negros. (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2006). Pela primeira vez, ocorreu um Orçamento Participativo¹⁰⁷ que contemplasse especificamente a juventude da capital.

A metodologia adotada nessa primeira edição do OP seguiu a seguinte organização de atividades e procedimentos:

¹⁰⁷ Entendendo que o processo do OP de Vitória é composto por uma gama de especificidades, elementos, critérios, cabe esclarecer aqui que nos ateremos à discussão do OPJ nas edições de OP, ou seja, no que compõe o OP setorial.

1º **Assembléias de Bairros e Assembléias Setoriais**: onde moradores dos bairros e membros dos setores (mulheres, empresários, jovens, etc.) se reúnem para discutir e levantar demandas, fazendo a escolha das prioridades que passarão por critérios técnicos para definir onde serão aplicados os recursos. Nesse momento serão eleitos os delegados que representarão o bairro e o setorial que representa para o Congresso da Cidade.

2º **Seminários Regionais de Capacitação**: momento de formação dos delegados para compreensão do OP;

3º **Congresso da Cidade**: instância máxima de decisão sobre o OP reúne os delegados eleitos nas Assembléias de bairro e setoriais, além de 7 representantes do Conselho Popular de Vitória, 4 representantes da PMV e todos os vereadores do município. Devendo neste congresso levar em conta tanto as demandas da população quanto as reais possibilidades orçamentárias e capacidades da gestão. Nesse momento também são eleitos os representantes para o Conselho do OP.

4º **Conselho de OP**: instância de participação da população eleita na fiscalização da execução das propostas votadas no Congresso da Cidade.

QUADRO 7 – ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE VITÓRIA DE 2005

Fonte: Prefeitura de Vitória (s/d).

Concluído o processo, foi realizada uma análise técnica das demandas levantadas no I Orçamento Participativo da Juventude (I OPJ). Assim, foi possível sistematizar nove indicações de demandas para execução do orçamento de 2006. Algumas dessas demandas apareceram tanto no setorial de juventude como nos setoriais de crianças e negros. Sendo assim, essas demandas foram aglutinadas para ambos, conforme veremos no quadro a seguir:

SETORIAL DEMANDADO	EXECUÇÃO EM 2006	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXECUÇÃO
Juventude	1. Implantação do Centro de Referência da Juventude	SEMAS
	2. Reajuste da Bolsa do Agente Jovem	SEMAS
	3. Apoio aos grupos musicais culturais (Rock na Garagem)	SEMC
	4. Criação de Estúdio musical para gravação e ensaio de bandas	SEMC
	5. Espaço de apresentação do movimento funk	SEMC
	6. Realização de circuitos/eventos de cultura e arte nos finais de semana	SEMC
	7. Implantação de ações de conscientização sexual	SEMUS
Juventude/Crianças	8. Implantação de cursos pré-técnicos	SEME
Juventude/Negros (as)	9. Criação do pré-vestibular popular para estudantes da rede pública	SEME

QUADRO 8 - DEMANDAS DO I ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA JUVENTUDE DE 2006

Fonte: PREFEITURA DE VITÓRIA (2006).

De acordo com o *Entrevistado 10*, foram mobilizados diversos setores que aglutinavam jovens para participarem das assembléias do setorial Juventude para realização do I OPJ.

Nós mobilizamos a população com ajuda de um carro towner passando e divulgando nas regiões, n as igrejas, nas associações de moradores, os vereadores, através das regiões que eles têm maior potencial eleitoral, o pessoal da PJ [Pastoral da Juventude] da região... tinha também o Agente Jovem... tinha os grupinhos juvenis. Esse povo foi todo mobilizado.. A mobilização foi feita dessa forma.

A nossa plenária final foi muito boa... tinha muita gente, a discussão foi muito boa, foi uma articulação de um dia inteiro, a gente discutiu o OP da juventude de 9h da manhã até às 5h da tarde. Isso, depois de ter tido sete etapas regionais. Já o segundo OP da juventude nós discutimos em 15 minutos [lamentação do entrevistado].

Já o *Entrevistado 5* relata que a maior parte do público participante do I OPJ foram os jovens inseridos no antigo programa federal Agente Jovem. Isso ocorreu, pois, naquele momento, a interlocução com os segmentos juvenis ainda era muito limitada. Contudo, de acordo com esse mesmo entrevistado, o quantitativo de jovens participantes deste programa era bem expressivo, pois eram muitos grupos localizados em diversas comunidades da capital.

[...] fizemos uma provocação ao Agente Jovem para que eles nos ajudassem a montar os Orçamentos Participativos Juvenis nas comunidades e aí eles toparam. Nós criamos uma metodologia com o Agente Jovem, foram oito fóruns regionais e eles [os jovens] organizaram tudo, a gente não tinha muito recurso, então eles organizaram comunitariamente, eles mobilizaram os jovens, fizeram os panfletinhos. A única possibilidade que a gente tinha de recurso mesmo era do próprio Agente Jovem e também uma Xerox (ENTREVISTADO 5).

Em 2007 foi realizada a segunda edição do Orçamento Participativo de Vitória (II OPJ) e as demandas levantadas foram aprovadas para o orçamento de 2008/2009. Nessa edição, ocorreram algumas mudanças na metodologia e nos procedimentos do processo do OP.

Uma mudança repercutiu justamente sobre o estabelecimento de critérios técnicos anteriormente ao levantamento de demandas populares, para que “todas as demandas apresentadas nas assembléias de bairro e setoriais” pudessem ser “submetidas à análise prévia da possibilidade de execução para posterior definição” (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2007b, p. 4).

O estabelecimento de critérios técnicos visou orientar os participantes do OP sobre as possibilidades técnicas daquela demanda colocada e sobre a definição das prioridades que podem ser contempladas pela lei orçamentária municipal. Desse modo, a indicação das demandas propostas pela população, tanto nas assembleias de bairro como nos setoriais respeitariam esses critérios¹⁰⁸ (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2007b).

No que se refere ao OP setorial, nas assembleias setoriais houve discussão e votação das “prioridades de investimentos em áreas que não estão relacionadas diretamente aos locais de moradia, mas aos direitos de grupos que se organizam em torno de uma temática específica”. Desse modo, os setores de negros, mulheres, crianças/adolescentes, **jovens** e cultura, participaram dessas assembleias (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2007a).

Em 2007 nós discutimos a 2ª edição do OP, fizemos a setorial da juventude também, mas nessa ocasião a gente trabalhou com uma demanda para cada setorial, e aí fizemos setorial de juventude, cultura, negros, mulhere, crianças e adolescentes [...] (ENTREVISTADO 12).

O *Entrevistado 12* destaca que os conselhos de direitos e fóruns foram consultados para definição das prioridades de investimentos.

Esse mesmo entrevistado destaca que a maior demanda dos jovens no II OPJ foi por formação para o trabalho e geração de renda para jovens.

No entanto, o *Entrevistado 10* não fez uma boa avaliação do II OPJ e elenca alguns aspectos que considera inadequados à execução desse processo. Dentre os aspectos, este entrevistado critica o mecanismo e a reduzida representação de setores juvenis mobilizados para essa participação, além disso, relata que a divulgação e tempo de discussão foram também foram insuficientes para garantir uma participação representativa da juventude.

¹⁰⁸ Os critérios técnicos estão elencados numa cartilha feita pela PMV para auxiliar os participantes, esses critérios estão divididos em 11 áreas: Assistência Social, Educação, Esporte e Lazer, Segurança Urbana, Habitação, Infra-estrutura, Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Geração de Renda e Transporte e Trânsito, todos esses obedecendo aos critérios gerais (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2007b).

[...] o segundo OPJ não foi bom, teve 15 minutos de debate e depois foi para a votação de propostas. Essa edição do OPJ não foi boa, eu não gostei e isso é público na administração... (ENTREVISTADO 10).

[...] no segundo OP, 60% do público participante era do Projovem¹⁰⁹. A gente teve que levar pessoas do Projovem para ter gente para discutir o OP, senão não teria. Isso por quê? Porque esse segundo OPJ já não estava mais com a gente [GRJ], já foi um OP exclusivamente da SEGES. O primeiro nós construímos com a Secretaria de Planejamento, estavam todos os setores: SEMAS, nós da SECOP que junto com a SEPLAN pensamos o OPJ e fizemos. O segundo não, a SEGES pensou e fez e achou que a dinâmica da juventude era a mesma dinâmica dos bairros, foi um equívoco (ENTREVISTADO 10).

O *Entrevistado 12* destaca algumas dificuldades que permeiam a condução do OPJ. Este mesmo entrevistado destaca que a dinâmica da juventude é diferente da dinâmica tradicional de participação popular. Relata ainda que os jovens não ocupam os espaços político deliberativos tradicionais das comunidades e isso dificulta a interlocução do poder público com o segmento juvenil. Com isso, a equipe do OP da PMV tem certa dificuldade tanto de aglutinar a participação dos jovens quanto de manter a interlocução com eles.

[...] os jovens não ocupam os espaços das organizações locais da cidade para fazer esse debate [...]

Nós fizemos agora o tancredão¹¹⁰ que tem uma pista de skate enorme [...]. O movimento de skatistas, a associação de skatistas está nos procurando agora dizendo assim: — olha, nós queremos conhecer o projeto, porque as medidas podem ser um problema e às vezes isso pode ficar lá abandonado e a gente não vai conseguir usar [...]. Então... assim... com quem a gente está dialogando? O jovem não está ocupando os espaços ou a gente não está conseguindo articular esses jovens? A gente também faz essa reflexão, essa avaliação. Como articular esse segmento? Onde eles estão? Como chamá-los para essas reuniões? Então, realmente é um desafio para nós, mas acho que também é desafio para o movimento organizado (ENTREVISTADO 12).

Percebe-se também que há uma dificuldade de identificação das organizações, grupos e setores juvenis existentes, por isso a dificuldade de construir equipamentos públicos que satisfaçam os jovens.

Na terceira edição do Orçamento Participativo de Vitória, iniciada em 2009, também sofreu alterações na sua metodologia. Nesta edição, a gestão priorizou as regiões mais carentes da cidade, com menor infra-estrutura e com maiores demandas para a ação do poder público. Trata-

¹⁰⁹ Hoje o Programa denomina-se Projovem Urbano.

¹¹⁰ Parque Tancredo Neves, conhecido popularmente como Tancredão.

se de uma tentativa de promover uma ação mais justa entre as localidades com maiores deficiências e necessidades (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2009).

Desse modo, o fórum setorial foi excluído, logo, nesta edição, não ocorrerá o setorial da juventude, ou seja, não haverá uma terceira edição do OPJ.

A exclusão do fórum setorial se deu, pois, a equipe do Orçamento Participativa considera que as demandas setoriais são transversais às demandas regionais. Essas demandas se encontram e, muitas vezes, corre-se o risco de segmentar o debate e a satisfação das necessidades que compõem a totalidade das questões do município (ENTREVISTADO 12).

O *Entrevistado 12* ressalta que as demandas da juventude atravessam demandas maiores como de assistência, trabalho, educação, etc., o que extrapola questões peculiares aos jovens.

Já para o *Entrevistado 10*, a opção por não realizar o OPJ representa um retrocesso do Orçamento Participativo do município, pois, de acordo com este entrevistado, as demandas extraídas por região não conseguem atender as expectativas e as demandas da juventude da cidade.

[...] assim, muito ruim não ter mais OP da juventude, mas se for para fazer igual foi o segundo OPJ, é melhor não ter mesmo... Esse povo precisa ter a compreensão que a juventude não vai para um OP do bairro para discutir no mesmo nível ou com o mesmo objetivo que vai a comunidade discutir, a comunidade vai discutir rua, o jovem se chegar lá, vai discutir uma pista de skate (ENTREVISTADO 10).

É importante compreender as dificuldades que uma gestão pública enfrenta ao realizar um mecanismo como o Orçamento Participativo que contemple todos os segmentos da sociedade de uma cidade. Ao contemplar um segmento, deve-se contemplar o outro. Por exemplo, como realizar apenas o setorial de juventude e não realizar o setorial dos negros ou de mulheres? Percebe-se que há aí uma preocupação política nesse sentido, de que, ou contemplam-se todos os segmentos, ou se faz um debate genérico, a fim de não desagradar nenhum segmento.

No entanto, consideramos que a estratégia de realização do OPJ poderia ser uma ferramenta tanto para mobilizar os jovens e suas organizações, como fomentar novos grupos, organizações, setores e descobrir novas lideranças juvenis.

Cabe pensar estratégias para diagnosticar onde estão essas organizações de jovens e reconhecer outras que, muitas vezes não possuem um perfil tradicional de organização como um movimento social tradicional, como o movimento estudantil.

CAPÍTULO IV

AS POLÍTICAS LOCAIS PARA A JUVENTUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

4.1 RECONHECENDO AS AÇÕES DE PROPOSIÇÃO LOCAL

[...] acho que um desafio é transformar esse trabalho em algo que seja de fato prioridade, que aí não é o trabalho, é tornar a juventude algo prioritário, esse sujeito prioritário [...] (ENTREVISTADO 11b).

De acordo com o Diagnóstico das Políticas de Juventude (Prefeitura de Vitória, 2008) e com o trabalho de campo realizado para esta pesquisa, além de participação em reuniões da Câmara Técnica da Juventude, foi possível identificar o quantitativo de vinte e seis ações/projetos/programas/espços voltadas ao público adolescente e juvenil executados no ano de 2010 pela Prefeitura Municipal de Vitória.

É importante destacar que se tratam de *ações específicas e ações relacionadas com a juventude local*, como o próprio diagnóstico denomina. Algumas políticas possuem claro direcionamento ao jovem, inclusive estabelecendo a faixa etária de atendimento – essas ações são consideradas específicas para a juventude. Outras ações são voltadas a toda população de Vitória, no entanto, quando há uma expressiva inserção de jovens, considera-se uma ação relacionada com a juventude. Ou seja, projetos específicos e relacionados se referem a dois aspectos principais: a definição etária¹¹¹ e de a grande inserção dos jovens na ação desenvolvida.

Dentre as ações executadas na Prefeitura de Vitória, há projetos federais e municipais, conforme expomos no quadro a seguir:

SECRETARIA	AÇÃO	ORIGEM
Secretaria de Segurança Urbana (SEMSU) (2 ações)	Escola Popular de Comunicação Crítica – ESPOCC (Ação Pronasci)	Ministério da Justiça
	Sexo, Drogas e diálogo (Ação Pronasci)	Ministério da Justiça
Secretaria de Educação (SEME) (4 ações)	Projovem Urbano	Secretaria Nacional de Juventude
	Mobilização Estudantil	Prefeitura de Vitória

¹¹¹ Muitas dessas ações possuem faixa etária definida, ora atendendo especificamente os jovens entre 18 e 29 anos, ora contemplando o adolescente a partir de 14 anos. Alguns projetos também contemplam o público infanto-juvenil.

	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Ministério da Educação
	Escola Aberta	Ministério da Educação
Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos (SEMCID) (2 ações)	Oitava Cidadã	Prefeitura de Vitória
	Mulheres da Paz	Ministério da Justiça
Secretaria de Esportes e Lazer (SEMESP) (3 ações)	Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz	Prefeitura de Vitória
	Escolinhas de Esportes/Segundo Tempo	Prefeitura de Vitória Ministério dos Esportes
	Academia Popular	Prefeitura de Vitória
Secretaria de Saúde (SEMUS) (3 ações)	Área Técnica da Saúde do Adolescente e Jovem	Prefeitura de Vitória/ Diretriz do Ministério da Saúde
	Risco Social: Estratégia de prevenção das DST/AIDS, Violência e Uso Indevido de Drogas entre Crianças e Adolescentes	Prefeitura de Vitória
	CAPSI – Centro de Atendimento Psicossocial para Infância e Adolescência	Ministério da Saúde
Secretaria de Trabalho e Geração de Renda (SETGER) (2 ações)	Projeto Adolescente Aprendiz	Prefeitura de Vitória/Diretriz do Ministério do Trabalho
	Vitória da Qualificação	Prefeitura de Vitória
Secretaria de Cultura (SEMC) (1 ação)	Ação Circuito Cultural	Prefeitura de Vitória
Secretaria de Assistência Social (SEMAS) (9 ações)	Cine KBÇA	Prefeitura de Vitória
	Centro de Referência da Juventude	Prefeitura de Vitória
	Núcleo Afro Odomodê	Prefeitura de Vitória
	Projeto Caminhando Juntos - CAJUN	Prefeitura de Vitória
	Projovem Adolescente	Secretaria Nacional de Juventude
	Atitude Jovem (Pronasci) ¹¹²	Ministério da Justiça
	Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade (LAC/PSC)	Prefeitura de Vitória
	Família Acolhedora	Prefeitura de Vitória
	Espaços de Acolhida (4 dos espaços atendem também adolescentes)	Prefeitura de Vitória

QUADRO 9 – POLÍTICAS E AÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS DE JUVENTUDE DA PMV

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2008).

112 Encerrado em junho de 2010.

De todos os projetos citados, nove são ações/projetos/programas/espacos cuja proposição e elaboração é da Prefeitura de Vitória, são eles: 1) Mobilização Estudantil, 2) Oitava Cidadã, 3) Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz, 4) Academia Popular, 5) Vitória da Qualificação, 6) Ação Circuito Cultural, 7) Cine Kbça, 8) Centro de Referência da Juventude, 9) Núcleo Afro Odomodê.

Dessas nove ações, apenas sete entram no escopo de análise deste estudo, como destacamos no quadro abaixo.

AÇÃO/PROGRAMA/ PROJETO/ESPAÇO	SECRETARIA RESPONSÁVEL
1. Projeto Mobilização Estudantil	SEME
2. Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz	SEMESP
3. Vitória da Qualificação	SETGER
4. Ação Circuito Cultural	SEMC
5. Cine Kbça	SEMAS
6. Centro de Referência da Juventude	
7. Núcleo Afro Odomodê	

QUADRO 10 – AÇÕES DE PROPOSIÇÃO LOCAL PARA A JUVENTUDE DE 15 A 29 ANOS PMV

Neste capítulo pretendemos realizar uma breve descrição das ações/programas/projetos/espacos selecionadas para objeto desta pesquisa, ressaltando assim: seu período de criação; localização na gestão; público a ser atendido; indicadores à sua criação; proposta e objetivos da ação.

4.1.1 – Secretaria de Educação

○ Projeto Mobilização Estudantil

Nosso desafio é que sejam eleitos representantes de alunos em todas as unidades de ensino e que eles se mantenham no cargo, podendo atuar plenamente. Outro desafio da equipe é sensibilizar o magistério para a necessidade e a importância da participação dos estudantes na luta por uma educação de qualidade (MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL, 2010, p. 11).

Este projeto surgiu em 2007 com a proposta de realizar um trabalho intersetorial para estimular a participação e organização política dos estudantes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ligados à Prefeitura de Vitória. Hoje, este projeto é gerido somente pela equipe do Projeto Mobilização Estudantil e está subordinada à Gerência de Gestão Democrática e à Gerência do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação (ENTREVISTADO 11a; ENTREVISTADO 11b).

O projeto Mobilização Estudantil surge da iniciativa de alguns técnicos da PMV com o objetivo de criar uma ação que possibilite dar voz e visibilidade aos alunos do Ensino Fundamental e da EJA do município por meio da formação política, no sentido de capacitá-los para participarem politicamente no espaço escolar e também fora dele, incentivando assim a organização política estudantil.

No primeiro momento, um grupo de profissionais da SEME juntou-se à equipe do Centro de Referência da Juventude, da Gerência de Relações com a Juventude (GRJ/SECOP) e da Secretaria de Segurança Urbana com o objetivo de ampliar essa ação e estendê-la a todo o ensino fundamental. Contudo, houve desmobilização desse grupo e somente a equipe de Mobilização Estudantil da Secretaria de Educação deu prosseguimento ao projeto.

Com uma equipe de quatro técnicos de nível superior, um educador social, três estagiários de nível superior e quatro estagiários de nível médio, o Projeto Mobilização Estudantil tem dado continuidade às atividades visando a promoção de formação e estimulando a organização política junto aos representantes estudantis (representantes de turma e de Conselhos de Escola), além da realização de assessoria para formação e a condução de Grêmios Estudantis¹¹³ se for esse o desejo dos estudantes.

[...] a partir daí a gente começa a trabalhar com a formação política no sentido de qualificar o sentido da representação: representação de turma, representação de aluno

¹¹³ O **Grêmio Estudantil** se configura como a instância máxima de representação dos estudantes dentro de uma escola, uma vez que promove a representação e organização política dos alunos, “o grêmio é um espaço de debate e fortalecimento de ações dos alunos nos ambientes escolar e comunitários. É um espaço de aprendizado, cidadania e responsabilidade”. Informação disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semi.php?pagina=modalidadesoferecidas>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

em conselho de escola [...] E, a partir daí começaram a aparecer alguns grêmios estudantis, aí sim, aí quando esses grêmios estudantis começaram a surgir, a gente começou a trabalhar numa assessoria dos grêmios, ajudando mesmo [...] então, a gente vai no sentido de orientar aqueles meninos, mas não de fazer por eles. Então assim, depois que nós começamos o trabalho, alguns grêmios surgiram, é verdade, e alguns com a nossa participação, mas uma participação de orientação, de orientar, de acompanhar [...] (ENTREVISTADO 11b).

Os principais objetivos do Projeto Mobilização Estudantil são (MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL, 2010, p. 6):

- a) “Incentivar/apoiar todas as formas de organização estudantil no interior das escolas”.
- b) “Incentivar os profissionais da escola a apoiarem a organização estudantil”.
- c) “Oferecer/contribuir com formação política aos jovens alunos representantes de turma, representantes dos alunos no Conselho de Escola e/ou integrantes do Grêmio Estudantil, focalizando temas como o sentido da representação, a participação, cidadania, história dos movimentos sociais, preceitos legais [...]”;
- d) “Integrar os estudantes”;
- e) “Conhecer e experimentar diferentes expressões culturais e artísticas”;
- f) “Fortalecer as ações articuladas de políticas públicas para a juventude”;
- g) “Socializar experiências de organização estudantil no interior das escolas”.

A contratação de estagiários do ensino médio é considerada algo diferencial na execução do trabalho do Projeto Mobilização Estudantil, pois a equipe passa a contar com jovens que são ex-alunos e ex-participantes desse projeto. Sendo assim, a participação desses estagiários contribui para que o projeto tenha uma maior interface junto aos jovens das escolas, através da linguagem jovem e da referência jovem que o projeto passou a ter. (ENTREVISTADO 11a; ENREVISTADO 11b).

[...] eu não consigo ver esse trabalho mais sem os estagiários, acho assim que foi muito bom pra gente porque é um aprendizado muito grande, tenho aprendido muito, sem contar a questão afetiva, é muito bom estar com eles!

Todavia, embora a contribuição desses jovens seja vista como algo importante, que agrega valor ao projeto, concordamos com o *Entrevistado 11b* ao pontuar sua preocupação com a questão da

instabilidade da equipe, já que a composição da equipe assume um caráter temporário, pois um estagiário ficará pouco mais de um ano na função.

Mas, eu penso também que é um desafio esse trabalho, porque não dá para ter algo que um trabalho que é importante numa equipe que é composta majoritariamente por estagiários, a rotatividade é muito grande. Agora no final do ano nós vamos perder alguns e também vão entrar novos, a vaga continua. Vão entrar novos que vão precisar passar pela formação novamente... (ENTREVISTADO 11b).

O projeto pauta-se na legislação que assegura o direito da criança e do adolescente participar da vida escolar e comunitária¹¹⁴.

Embora a criação de Grêmios Estudantis não seja o foco da atuação deste projeto, muitas vezes, o resultado do trabalho de fomento e estímulo à organização política dos estudantes pode resultar na vontade dos alunos em criar uma instância que os represente na forma do Grêmio. Desse modo, a equipe do projeto Mobilização Estudantil também realiza formação e assessoria para criação e condução de Grêmios quando solicitado pelos estudantes.

A importância da formação e da assessoria realizada por esta equipe deve-se, pois, ao desconhecimento dos alunos e dos professores das escolas sobre o processo de construção de um espaço de militância como o grêmio estudantil.

[...] uma coisa muito engraçada é que, às vezes, os meninos e até os próprios professores da escola pensam que montar grêmio é assim: vamos montar o grêmio e no outro dia o grêmio está formado! Eles não entendem que para montar um grêmio precisa de estudo, precisa estudar o estatuto, precisa entender como é o passo a passo, que não é uma coisa muito simples. Quando a gente leva [modelos de estatutos de grêmios], eles pensam que a gente está levando o modelo do estatuto pronto: — A gente está trazendo para vocês vários modelos, vocês vão estudar esses modelos, daqui a algumas semanas a gente volta e vocês vão propor as alterações, vocês vão ter que fazer um estatuto para orientar o grêmio de vocês, é como se fosse a lei do grêmio de vocês, então vocês não podem pegar o modelo de uma outra escola [...] Então eles ficam assim: - nossa, mas tem que estudar?(risos) Às vezes a gente volta na semana seguinte ou 15 dias depois e eles não estudaram [...] (risos). (ENTREVISTADO 11a).

¹¹⁴ **Lei nº 7.398/1985:** esta lei assegura sobre o direito da organização dos estudantes do ensino fundamental e médio em entidades autônomas e representativas como os Grêmios Estudantis. E os Grêmios deverão ser estabelecidos por meio de estatutos aprovados em assembléia geral de estudantes.

ECRIAD: artigo 53, inciso IV, fala do direito de organização e participação em entidades estudantis.

Lei nº 9.394/ 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Artigo 14, inciso II, fala da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares.

Todo início do ano letivo a equipe do projeto envia ofício a todas as escolas solicitando que se faça a eleição dos representantes de turma e do respectivo suplente. Posteriormente, a equipe se coloca à disposição da escola para realizarem possíveis esclarecimentos sobre o processo da eleição. Depois de eleitos, a equipe reúne dez alunos de cada escola num agrupamento de no máximo três escolas de próxima localização para realizar formações¹¹⁵. São os encontros ou rodadas. Na EJA, os encontros são realizados por escola, pois se trata de um quantitativo menor de escolas a serem atendidas¹¹⁶.

[...] nesse ofício, a gente faz algumas reflexões do tipo: ser representante não tem que ser o menino mais bonzinho, aquele mais quietinho, ou que tire as melhores notas. Às vezes, esse aluno não tem o perfil de representante, pois tem que ser alguém que está disposto a escutar a turma, a falar, ou seja, são outras coisas que estão envolvidas no processo de representar que não estão atrelados a bom comportamento (ENTREVISTADO 11b).

Num contexto de desmobilização social, este projeto se coloca como um instrumento de fortalecimento da democracia e da participação social juvenil.

4.1.2 – Secretaria de Cultura

○ Ação Circuito Cultural

A ação Circuito Cultural existe desde 2006 e sua formulação foi baseada na proposta do Projeto Circuito Multicultural da Prefeitura Municipal de Recife. O Circuito surgiu como programa prioritário de governo no primeiro mandato do prefeito João Coser. Mas, atualmente configura-se como uma atividade permanente da Secretaria de Cultura.

¹¹⁵ Participam dessas formações os estudantes representantes de turma, conselheiros e membros de grêmios estudantis. Há formações continuadas com os integrantes dos grêmios; há formações em formato de cineclubes; há formações específicas para conselheiros.

¹¹⁶ Informação obtida através de contato telefônico junto à equipe do Projeto Mobilização Estudantil em 26 de agosto de 2010.

Esta ação tem enquanto objeto promover e criar meios de acesso aos bens culturais a todas as oito regiões administrativas da cidade de Vitória, ocorrendo atividades simultaneamente em toda a cidade (ENTREVISTADO 1).

A gestão da Ação Circuito Cultural é realizada pela Assessoria Técnica ligada ao gabinete do secretário de cultura. No entanto, sua execução é feita por meio de parceria público privada com mais quatro entidades não governamentais: a Central Única de Favelas (CUFA), o Instituto Arte Pela Arte (IAPA), o Anexo Cultural e o Instituto Marlim Azul.

Na estrutura da SEMC, a Ação Circuito Cultural conta com uma equipe restrita de três profissionais (1 assessor, 1 secretário e um técnico administrativo) e dois estagiários. Todavia, através das entidades parceiras, o Circuito tem a viabilidade de coordenadores artísticos, oficinairos, produtores, etc. e equipamentos de consumo e uso. Cada instituição é responsável pela gerência do Circuito Cultural em duas regionais (ENTREVISTADO 1).

A opção por fazer a execução desse projeto por meio de descentralização de execução e desenvolvimento das ações através dessas parceiras surge da necessidade da gestão no sentido de dinamizar a contratação de profissionais, compra de equipamentos, além de facilitar a logística e infra-estrutura que demanda essa ação (ENTREVISTADO 1).

De acordo com o *Entrevistado 1*, trata-se de demandas grandiosas e complexas que demandam rapidez na sua execução. Com gestão direta da PMV, as ações do Circuito Cultural ficariam “engessadas”, pois a compra de materiais e contratação de técnicos depende da abertura de processos administrativos que costumam tramitar lentamente na administração pública.

O *Entrevistado 1* demonstra uma grande preocupação em relação à perspectiva tanto das entidades parceiras quanto dos profissionais contratados por eles na execução das atividades do Circuito Cultural. Para esse entrevistado, não basta que o oficinairo ministre suas aulas de violão, cavaquinho, etc., é preciso que ele tenha uma perspectiva humanizadora na realização deste trabalho.

A equipe tem que ter a noção de permitir que o indivíduo se coloque, pois se trata de uma ação que visa a promoção da cultura e dos direitos humanos (ENTREVISTADO 1).

O que a gente considera como lúdico, é a gente ser capaz de se descobrir capaz de fazer alguma coisa, a gente acredita nisso como política pública. O circuito tem esse objetivo, essa meta. É fazer o indivíduo se encontrar enquanto indivíduo mesmo, não só na questão de que eu sou capaz, porque eu posso tocar um violão, eu posso ser capaz de pintar uma tela, eu posso dançar, eu posso tirar uma foto, eu posso fazer um mosaico, tocar um cavaquinho, fazer um vídeo, eu posso dançar um street, um balé clássico, um contemporâneo, mas eu também posso reagir às coisas que são do meu dia a dia, do meu cotidiano, enquanto protagonista, enquanto indivíduo. Então a gente quer associar essas duas coisas numa ação única (ENTREVISTADO 1).

Entre 2006 e 2009, mais de 2.500 pessoas participaram desta ação. O Circuito Cultural tem duração média de cinco meses durante o ano (JORNAL DO CIRCUITO CULTURAL, 2009).

A Ação Circuito Cultural visa criar oportunidades para os moradores de Vitória conhecerem e participarem de atividades voltadas à cultura e à arte. São ofertadas sessenta oficinas gratuitas nas áreas de: Gestão e Produção Cultural, violão, cavaquinho, dança de salão, capoeira, *street dance*, grafite, percussão, instrumentarte¹¹⁷, realização audiovisual, balé, arte circense, forró pé de serra, corpo/dança, voz/canto, interpretação, figurino/adereço e mosaico (ENTREVISTADO 1).

O projeto atende pessoas a partir de 14 anos e não há limitação etária para participação nessa ação. Contudo, a maior parte dos participantes é de pessoas entre 14 e 30 anos, sendo **os jovens o maior público** (ENTREVISTADO 1).

De acordo com o *Entrevistado 1*, o Circuito Cultural surge de uma demanda por acesso a bens culturais. Isso ocorre, pois não há uma oferta descentralizada de equipamentos públicos voltados à cultura e à arte na capital. Os museus, escolas de teatro e dança ou localizam-se no centro da cidade ou na única universidade do estado. Desse modo, o Circuito Cultural pretende levar a todas as regiões de Vitória alguns equipamentos de promoção de cultura e arte.

¹¹⁷ Instrumentarte é um projeto que visa ensinar o Congo às pessoas por meio da pintura dos instrumentos musicais, do aprendizado da dança e da história dessa expressão cultural. O objetivo deste projeto é mostrar e fortalecer a identidade cultural capixaba (JORNAL DO CIRCUITO CULTURAL, 2009).

O Congo é a expressão cultural mais tradicional do Espírito Santo. Oriunda de ritos africanos era um meio dos escravos festejarem e homenagearem seus santos. É típico das áreas litorâneas, e recorrente em festas religiosas como as festas de São Benedito, São Pedro, São Sebastião e a Festa da Penha. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/congo-das-paneleiras>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

No início da gestão petista diagnosticou-se que haviam muitos projetos voltados às crianças e aos adolescentes, mas, havia uma lacuna de ações voltadas à cultura para os jovens acima de 17 anos no município e para os adultos (ENTREVISTADO 1). Desse modo, o Circuito Cultural se propõe a ser mais um serviço público destinado ao atendimento de uma demanda por atividade de arte e cultura também para jovens.

Outro indicador para a criação dessa ação diz respeito à situação de violência na cidade. A promoção da cultura e da arte surge como instrumento socializador, promotor de vivências e interação entre as pessoas.

Podemos dizer que esta ação também contempla a perspectiva de ocupação do tempo livre ou do ‘tempo ocioso’ das pessoas e principalmente dos jovens, como indica Abad (2002) e UNESCO (2004).

A entrevista realizada para conhecimento da Ação Circuito Cultural deixou claro que trata-se de uma iniciativa que visa a promoção e democratização da cultura para toda população de Vitória a partir de 14 anos de idade. Mesmo sendo o público jovem o mais expressivo neste projeto, não há uma preocupação específica com esse segmento, pois, pouco se relatou sobre isso durante a entrevista e poucas perguntas realizadas quando o foco era a juventude foram respondidas de forma direcionada. Percebe-se que o debate sobre a ação do Circuito girou em torno do atendimento à população como um todo.

4.1.3 – Secretaria de Esportes e Lazer

A maior parte das ações desta secretaria¹¹⁸ favorece o público adolescente e juvenil da cidade. Dentre as iniciativas de proposição local, identificamos que o projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz possui maior interface com a juventude. As demais ações, ou contemplam um número maior de crianças, ou os jovens se inserem de forma mais pontual.

¹¹⁸ Projetos executados pela SEMESP: Ampliação de Escolinhas de esportes, Academia Popular, Projeto Esporte e Lazer da Cidade, Lei Jaime Navarro de Carvalho e Jogos Comunitários Vitória da Paz (ENTREVISTADO 2).

- **Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz**

O Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz (JCVP) surgiu em 2005 e está ligado à Gerência de Esporte e Lazer, sob a Coordenação dos Esportes Comunitários da Secretaria de Esportes e Lazer.

A equipe desse projeto é composta por um coordenador geral, um coordenador do projeto, nove professores de educação física¹¹⁹ e vinte estagiários de educação física, distribuídos nas nove regionais. O vínculo empregatício de todos os profissionais desta equipe se dá por meio de contratação temporária.

O projeto Jogos Comunitários visa atender os moradores da cidade de Vitória criando oportunidade para realizarem práticas esportivas e de lazer, tanto coletivas como individuais. As atividades são: basquete, vôlei, handebol, futsal, dama, dominó, xadrez, bocha, corrida de rua e atletismo e são desenvolvidas em todas as regiões administrativas da cidade, inclusive, na Praia de Camburi¹²⁰.

O público alvo desse projeto são pessoas a partir de 17 anos de idade. O *Entrevistado 6* destaca que o maior público dos Jogos é de pessoas dentro da faixa etária que compreende a juventude.

De acordo com o *Entrevistado 2*, a questão da violência entre jovens no município aparece como o maior indicador que levou a prefeitura a atuar com a juventude pela via do esporte.

É importante destacar que a maior parte dessas ações são desenvolvidas nas comunidades periféricas da capital e nos morros que são regiões que apresentam altos índices de violência, e forte presença do tráfico de drogas ações e a própria perspectiva de promoção de integração social e bem-estar da população.

¹¹⁹ Cada professor de educação física é responsável pela coordenação das atividades de uma das 9 regionais onde o projeto atua.

¹²⁰ Diferente das demais ações já descrita neste estudo, a SEMESP compreende que há uma divisão de 9 regionais ou invés de 8, como tratamos no capítulo 3. Isso ocorre, pois o espaço da Praia de Camburi é considerado uma regional que é atendida por modalidades esportivas ofertadas pelo projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz..

A gestão desse projeto preocupa-se com a atuação não ofensiva nem impositiva por parte da sua equipe de professores e estagiários, no sentido de criar uma relação com base no diálogo com as comunidades.

[...] A gente convida, a gente cativa, conversa, leva o nosso material. Eles vêm que a gente está ali todos os dias com aquelas práticas. (ENTREVISTADO 6).

[...] a gente tem realizado muita coisa legal, principalmente na questão de você chegar numa região onde você vê que o tráfico está ali no dia a dia, “tá tudo dominado”, eles utilizam esse linguajar! E eles tomam conta dos espaços públicos da prefeitura. E a gente, com toda calma, com toda paciência [...] a gente consegue chegar e fazer com que eles participem [...]. Para eles entenderem que a gente não está ali para repressão, a gente não está ali para dedurar ninguém. A gente está ali para fazer o nosso trabalho de uma maneira que todos possam participar, de uma maneira saudável sem ter nenhuma ligação [com drogas e tráfico [...]] (ENTREVISTADO 6).

A partir do momento que se consegue adentrar os bairros e criar uma relação com as comunidades, apresenta-se as modalidades esportivas desenvolvidas pelo projeto e de acordo com a preferência do público daquela localidade, tem-se o desenvolvimento do trabalho. Conseguindo interagir na região e formando as equipes de modalidades esportivas coletivas, ocorrem também as competições.

Nessas competições, as equipes dos Jogos Comunitários também assumem papéis de organizadores e árbitros das partidas devido ao número restrito de profissionais e também pelo fato do projeto não prever a contratação de árbitros externos, desse modo, muitos profissionais se sentem expostos e inseguros nas arbitragens dos jogos. Muitas vezes se sentem intimidados pelos participantes.

A proposta em torno do projeto não é fomentar necessariamente a competição entre as equipes, mas, principalmente, promover uma integração entre todas as comunidades, democratizar a prática de atividades físicas e esportivas para quem o desejar.

Podemos destacar três grandes desafios à execução do projeto Jogos Comunitários, de acordo com a fala do *Entrevistado 6*: primeiro, em relação à questão do vínculo de trabalho da equipe. Todos os contratos são temporários e a maior parte da equipe é composta por estagiários. Dessa

forma, o programa pode ficar comprometido na garantia da sua continuidade, podendo se configurar não como uma política pública, mas como uma ação de governo, uma vez que não há garantias que o projeto persista numa troca de governantes.

Segundo, trata-se da dificuldade com os equipamentos públicos de esporte e lazer existentes na cidade, embora a PMV tenha investido na construção de muitos espaços. Em algumas regionais não há espaços esportivos adequados, sendo algumas vezes necessário fazer parcerias com as escolas municipais das localidades e a receptividade das direções das escolas nem sempre são positivas.

Terceiro, tem a ver com o horário de funcionamento do programa, tanto pela questão da segurança, quanto por ser diferente do horário de expediente da prefeitura (das 18h às 21 horas). Isso dificulta a condução do projeto, pois a maior parte dos serviços públicos da prefeitura já não funciona, a estrutura administrativa da prefeitura também não. Com isso, em muitos momentos, o projeto enfrenta dificuldade quando necessita de algum apoio da administração.

Nosso horário de atendimento é a partir das 18 horas. Nesse horário, muitas vezes, a gente não tem o apoio administrativo, porque geralmente está tudo fechado [...]. A gente está aqui, mas, se [...], por exemplo, aparece um problema de energia em determinada quadra, eu só vou ter condição de resolver isso no dia seguinte. Essa parte operacional às vezes deixa a desejar, porque como a gente trabalha num horário diferenciado, a gente não tem esse suporte operacional mesmo.

O programa Jogos Comunitários Vitória da Paz visa atender os moradores da capital a fim de promover a democratização do acesso ao esporte e ao lazer, tanto para ex-atletas quanto para pessoas que desejam praticar atividades físicas.

Embora os jovens sejam o maior público dessa ação, pouco se reflete sobre esse segmento, as ações são pensadas para toda comunidade e não há um debate sobre as especificidades das escolhas esportivas juvenis, por exemplo.

4.1.4 - Secretaria de Trabalho e Geração de Renda

○ Vitória da Qualificação

No início do primeiro mandato do governo de João Coser existia uma Subsecretaria de Trabalho e Geração de Renda dentro da Secretaria de Assistência Social. Esta subsecretaria foi extinta em 2006 e neste mesmo ano foi criada a Secretaria de Trabalho e Geração de Renda. O Programa Vitória da Qualificação foi concebido dentro dessa subsecretaria, posteriormente foi incluído dentro da Gerência de Qualificação do Trabalhador na SETGER.

O Programa prevê a oferta de cursos de qualificação profissional inicial para os moradores da capital. Os critérios para inscrição nos cursos são: ser maior de 16 anos de idade, tendo que manter uma frequência de 75% das aulas. A qualificação profissional compreende catorze arcos ocupacionais¹²¹ ramificados em quarenta e quatro cursos com carga horária de 300 horas/aula em média (ENTREVISTADO 15).¹²²

Os critérios para participação dos cursos variam de acordo com a atividade a ser pleiteada pelo cidadão, sendo: grau de escolaridade e a idade. Algumas formações exigem um nível escolar maior em relação a outras. Há também uma preocupação em não expor, quando adolescente, à atividades com maior grau de periculosidade (ENTREVISTADO 15).

[...] cada curso exige uma escolaridade, uma idade, às vezes, para 16 anos não são ofertados todos os cursos que a gente vai oferecer. Aqueles com grau de periculosidade, por exemplo, não dá para oferecer para jovens de 16 anos né! Então, depende do pré-requisito de cada curso, dos conhecimentos que tem que adquirir naquele curso, de acordo com a série escolar dele (ENTREVISTADO 15).

Esta modalidade de qualificação profissional – embora seja voltada a um público menos escolarizado é, geralmente, composto por pessoas desempregadas, jovens que necessitam de qualificação para se inserirem no mercado de trabalho, pessoas que necessitam de qualificação por exigência do próprio mercado, etc., – tem enquanto objetivo promover uma capacitação

¹²¹ Administração, artesanato, culinária, comércio, comunicação, confecção, imagem pessoal, informática, marcenaria, mecânica, metal mecânica, pesca, serviços, turismo e hospitalidade.

¹²² O arco ocupacional configura-se como um modelo de formação no qual o aluno tem a possibilidade de cursar uma área profissional, todavia aprenderá quatro ocupações diferentes, porém, relacionadas com o arco escolhido. Dentro do conteúdo programático, além das disciplinas específicas de cada curso, inclui-se também o tema cidadania, língua portuguesa e matemática. Informação disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/setger.php?pagina=qualificacaoprofissional>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

exigente, em termos de carga horária, frequência e avaliação¹²³. Essa exigência também incide num expressivo quadro de evasão.

[...] não são cursos rápidos, são cursos que a gente prima tanto pela formação social (com a parte de cidadania), como pela formação profissional. Esses cursos são de qualificação básica, não tem nada de técnico. A qualificação básica é voltada ao público vulnerabilizado mesmo, que está começando e também que a gente quer que cresça, não só com sua profissionalização, mas também com o ensino regular. A maioria deles não terminou nem a 4ª série do ensino fundamental, não tem esse nível de escolaridade, mas a gente incentiva que eles retomem, fazendo um trabalho de incentivo para isso (ENTREVISTADO 15).

O *Entrevistado 15* reconhece os limites do programa e das demais ações voltadas ao trabalho que a SETGER desenvolve. Esses limites passam por três questões fundamentais de acordo com esse mesmo entrevistado: 1. com relação à defasagem escolar e da dificuldade das pessoas conseguirem aprender os conteúdos do curso; 2. pela dificuldade dos participantes conseguirem concluir a formação, mesmo com concessão de passagem e lanche; 3. dificuldade de conseguirem trabalho posteriormente à finalização dos cursos.

A equipe deste projeto é composta por onze pessoas, sendo um gerente, dois coordenadores, dois chefes de equipe, dois técnicos de nível superior e seis estagiários sendo cinco de nível superior um de nível médio. Porém, os profissionais que ministram os cursos são contratados por empresas que coordenam a qualificação profissional na ponta da execução. Este projeto também oferta o serviço através de parcerias com empresas que concorrem em licitação para fazê-lo.

De acordo com o *Entrevistado 15*, o Programa Vitória da Qualificação surge a partir da demanda do próprio mercado de trabalho, das empresas instaladas que solicitam mão de obra qualificada, principalmente na Região Metropolitana de Vitória. Desse modo, os arcos ocupacionais foram definidos para atender à solicitação das empresas e do mercado como um todo.

Podemos dizer que o maior público desse programa são jovens, pois dos 5.038 inscritos nos cursos no ano de 2010, mais de 50% dos interessados são os jovens (ENREVISTADO 15).

¹²³ O aluno precisa ter média final 7 para conseguir a certificação do curso.

De acordo com o *Entrevistado 15*, os cursos ofertados por este programa não têm interessando tanto os jovens que os procuram. Dentre os cursos que mais interessam a juventude local destaca-se a informática, metal mecânica, áreas de serviços, recepcionista e telefonista.

Para além da qualificação, o programa tem enquanto perspectiva inserir o debate da cidadania e do protagonismo no conteúdo programático dos cursos.

O *Entrevistado 15* reconhece que a SETGER deveria promover uma política específica para os jovens, que os cursos fossem atrativos e atendessem às expectativas dessas juventudes. Isso tem sido pauta de reuniões do corpo gestor dessa secretaria, já que esse programa recebeu recurso definido no segundo Orçamento Participativo da Juventude para realização de qualificação profissional (ENTREVISTADO 12).

4.1.5 – Secretaria de Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social possui, sem dúvida, o maior quantitativo de ações destinadas ao público juvenil de toda a prefeitura. Dentre as ações locais, destacamos três projetos vinculados à Gerência de Juventude - GJUV: **O Cine Kbça, o Centro de Referência da Juventude e o Núcleo Afro Odomodê**. Todas elas atendem jovens entre 15 e 29 anos, contudo, essa questão da faixa etária pode variar, podendo atender jovens mais novos ou até mais velhos.

Podemos dizer que essas três ações desenvolvidas pela Gerência de Juventude da SEMAS assumem dois aspectos comuns: *a modalidade da gestão é realizada por meio de parceria público privada, através de convênios com organizações não governamentais e a adoção do viés da cultura e da arte na promoção social da juventude.*

A estratégia de gestão de projetos compartilhada com entidades não governamentais é uma prática recorrente dentro da Secretaria de Assistência Social. No que tange a política de juventude executada pela Gerência de Juventude, os *Entrevistados 4, 5 e 7* justificam a necessidade de estabelecer essas parcerias a fim de desburocratizar e agilizar as ações e dar respostas mais

rápidas às demandas dos jovens, pois é pela via das instituições parceiras que ocorre a compra e a viabilização de equipamentos e materiais de consumo para realização dos trabalhos com os jovens.

[...] essa própria forma de executar essa parceria público-privada é um meio que as gestões encontram para não ser tão burocrático na execução da proposta, senão, por exemplo, o Centro de Referência teria grande dificuldade de fazer a coisa acontecer e tem muitas coisas que a gente faz acontecer hoje, entendeu? (ENTREVISTADO 4).

Para o *Entrevistado 7*, essa modalidade administrativa facilita o trabalho, pois não há a necessidade dos gestores abrirem processos administrativos para compra, por exemplo.

Facilita. [...], o dinheiro público é algo muito sério, então, trabalhar com esse dinheiro dentro da prefeitura tem toda uma burocracia e essa burocracia é necessária, porque é o dinheiro das pessoas e você não pode tratar isso de forma leviana. Você tem realmente que passar pelos processos, tem que fazer os orçamentos, mas a nossa fundação parceira, com certeza, agiliza muito mais no sentido da compra de material que, por exemplo, na prefeitura eu levaria três meses para comprar. Na Fundação, fazendo o pedido, é imediata a compra do material. Isso agiliza muito e possibilita que o trabalho aconteça, porque sem isso a gente não daria conta de fazer as coisas acontecerem.

Para o jovem, a burocracia é um dificultador tão grande que ele prefere não se relacionar com essa burocracia, entendeu? Então, se o centro de referência fosse burocrático para fazer as coisas acontecerem, ele [o jovem] não se relacionaria com a gente, ou seja, seria um projeto fadado ao fracasso. [...] Ele quer o negócio para ontem e você vai falar: - não, tem que esperar isso! Você pode até explicar para ele, ele vai falar assim: - ah entendi, mas não é o que eu quero! Então ia passar longe daqui. (ENTREVISTADO 4).

A GJUV fez a opção de adotar uma perspectiva de promoção social da juventude por meio de ações que valorizem as expressões culturais, artísticas e esportivas tipicamente do universo juvenil. A valorização das expressões e da linguagem juvenil são elementos recorrentes nas falas dos técnicos entrevistados dessa gerência. Essa opção também surge como resposta a uma tendência e uma demanda juvenil, como destaca o *Entrevistado 4*:

É uma tendência [...] dentro daquilo que a gente lê, é uma tendência essa coisa da cultura e do lazer no que diz respeito à juventude, porque essa é uma grande demanda do jovem.

A gente vê que no âmbito da arte, da cultura e do lazer, isso é algo que fala muito ao jovem e que pode também despertar nele outras coisas e também porque arte, cultura e lazer são muito bons, é bacana, faz parte da vida [...].

- **Cine Kbça**

O Cine Kbça se configura como um projeto de Cineclube¹²⁴ popular. Esta ação existe desde 2006 na GJUV, sendo idealizada inicialmente como uma estratégia para realizar interlocução com os jovens da cidade através da realização de sessões de filmes e promovendo debates junto aos alunos das escolas municipais de Vitória e em alguns projetos voltados às juventudes executados pela prefeitura (ENTREVISTADO 5).

No início, o projeto funcionava com uma equipe de dois estagiários de comunicação social (ENTREVISTADO 5). Hoje, a equipe conta com dois técnicos de nível superior (contratados pela instituição parceira) e dois estagiários de nível superior. Mesmo assim, o tamanho da equipe é insuficiente para desenvolver a demanda que o Cine tem de trabalho (ENTREVISTADO 11a; ENTREVISTADO 11b).

Além disso, alguns jovens que outrora participaram do Cine Kbça, tornaram-se parceiros do projeto e passaram a contribuir tanto no planejamento quanto na execução de algumas atividades e sessões do cineclube (ENTREVISTADO 11a; ENTREVISTADO 11b).

Em 2006, o Cine Kbça realizava suas atividades de forma bem precária, não havia previsão orçamentária, tendo uma dependência de concessão e apoios para empréstimo de equipamentos como *data show*, aparelho de DVD, material gráfico para confecção de *folders* etc., para realização das suas atividades e sessões. Esses empréstimos aconteciam tanto via SEMAS, como por outras secretarias.

De acordo com o *Entrevistado 11a*, o Cine Kbça passou por muitas mudanças desde 2006, tanto do ponto de vista da proposta metodológica do projeto quanto da construção de uma identidade perante a Gerência de Juventude. Algumas melhorias foram conquistadas, como: definição de

¹²⁴ A idéia do Cineclube vem do movimento cineclubista que surgiu na França em 1920 e no Brasil em 1929. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cineclube>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

Cineclube é uma organização ou mesmo uma aglutinação de pessoas para apreciação de filmes cinematográficos. Possui um caráter coletivo, participativo e democrático. Essa participação se dá desde a escolha do filme, criação de acesso aos filmes e viabilização de condições para exibição. O cineclube se propõe a ser um espaço de reflexão e formação de perspectiva crítica (FIGUEIREDO; BARBOSA, 2006).

equipamentos e local de trabalho para a equipe; desenvolvimento de estratégias de comunicação virtual através da criação do *blog* do Cine Kbça; construção de novos tratamentos visuais e estéticos ao material gráfico numa perspectiva de ser mais afinado à linguagem juvenil.

[...] a gente não tinha um espaço físico, então a gente ficava meio solto pelo CRJ procurando uma sala que estivesse desocupada, que não tivesse sendo usada para oficinas, não tínhamos um computador, o que dificultava muito [...], todo material produzido pelo Cine Kbça (textos, cartazes, etc.) ficavam dispersos pelos computadores do CRJ. Não era um problema só do Cine KBÇA, era uma questão estrutural mesmo [...] (ENTREVISTADO 11a).

Então, quando a gente conversou com a gerência para rever essa questão da falta de estrutura, essa falta de espaço, falta de incentivo e falta de verba, a primeira coisa que eles disseram foi: - vocês precisam de uma identidade, desenvolvam essa identidade! (ENTREVISTADO 11a).

Pela primeira vez, desde 2006, o Cine Kbça conquistou a possibilidade de atuar com mais autonomia, principalmente a partir da definição de um orçamento específico para ele (ENTREVISTADO 11a).

A atual equipe do projeto se coloca muito afinada à prática e à vivência cineclubista. Nesse sentido, tem havido um grande investimento desse grupo para fortalecer essa perspectiva na proposta do projeto. A exemplo disso, o Cine Kbça é filiado ao Conselho Nacional de Cineclubes. Isso demarca uma inserção nacional deste projeto enquanto uma proposta cineclubista de fato.

Além de exibição de filmes, o Cine Kbça também se propõe a realizar produção áudio visual. No entanto esta não é a frente de atuação mais trabalhada. Alguns aspectos do projeto inicial do Cine Kbça têm sido minimizados e outros maximizados pela atual equipe, devido, principalmente ao número reduzido de pessoas para realização das atividades.

Por exemplo, no projeto inicial do Cine Kbça, a proposta era que a atividade fosse itinerante, que este cineclubes circulasse por vários espaços juvenis da cidade, sejam escolas, comunidades, projetos, etc. e isso não é maximizado pela equipe atual. Outra atividade pouco realizada pela equipe atual, porém prevista no projeto inicial é a atuação com produção audiovisual e isso não é ampliado, pois

[...] a gente já tem um grande complicador que é um número minúsculo de pessoal para o trabalho. Como a gente poderia desenvolver esse trabalho de maneira equiparada ao trabalho de exibição? Pois a produção requer materiais e uma quantidade significativa de pessoal. Então, a maximização e a minimização das ações dependem de uma série de fatores institucionais e materiais e de pessoal que nos impossibilita (ENTREVISTADO 11b).

Desde 2009 o Cine Kbça tem atuado em diversos espaços no sentido de criar referência e dar visibilidade ao projeto, de potencializar alguns programas voltados a jovens executados pela prefeitura e também a fim de multiplicar a proposta cineclubista no município fomentando essa prática nesses espaços.

Sendo assim, tem-se, de fato, tanto uma equipe quanto um espaço de desenvolvimento de trabalho muito restrito, principalmente devido ao grande número de atividades descritas ou realizadas. O Cine Kbça passou por um processo de reconhecimento muito lento enquanto um projeto da GJUV, desse modo, as equipes que passaram pelo projeto sempre encontraram muitas dificuldades e até mesmo empecilhos para ultrapassarem a perspectiva de exibição de filmes e avançarem na produção de áudio visual como propõe seu projeto inicial.

○ **Centro de Referência da Juventude**

O Centro de Referência da Juventude (CRJ)¹²⁵ surge de uma vontade da gestão da SEMAS junto à GJUV de criar um espaço que fosse referência para a juventude do município. Essa idéia se concretizou ao ser contemplada como demanda do I Orçamento Participativo da Juventude (ENTREVISTADO 4).

No Orçamento Participativo da Juventude isso foi amarrado, os jovens falaram: - pô, isso é bacana, isso também é algo que a gente quer. Um espaço que tivesse um local para a gente ensaiar, que é o Estúdio Popular que a gente tem; espaço que pudesse ter sala de formação, para que a gente pudesse fazer atividades diversas e atender às nossas demandas específicas; um espaço que pudesse ter um palco, uma estrutura com som para a gente poder fazer show; um espaço que a gente pudesse conviver, que tivesse sala de TV. Tudo que a gente foi construindo no decorrer do tempo, um espaço

¹²⁵ O CRJ localiza-se na Avenida Vitória, nº 1.320, no bairro Ilha de Santa Maria, que compõe a Regional III de Vitória.

que pudesse produzir mídia, que aqui também é muito forte essa coisa da comunicação com vídeo, cineclubismo e tal (ENTREVISTADO 4).

Tendo sido aprovado o orçamento para criação do CRJ, a gestão realizou uma pesquisa sobre outros espaços no país que tivessem realizado uma ação como essa. Desse modo, em 2006 a equipe da GJUV visitou dois espaços de referência para a juventude: a Casa do Hip Hop em Diadema e o Centro de Referência da Juventude de Santo André, ambos no estado de São Paulo (ENTREVISTADO 4; ENTREVISTADO 5).¹²⁶

Conforme descrito no projeto político pedagógico, o objetivo do CRJ é:

Promover um espaço de convivência, participação e formação, onde a população jovem de Vitória possa construir diferentes formas de sociabilidade e adquirir um conjunto de conhecimentos e habilidades que a possibilite tornar-se protagonista de sua própria história. Ser um espaço privilegiado de práticas e representações onde os jovens possam demarcar uma identidade juvenil (CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE, 2008, p. 9).

A respeito do que é o CRJ e do que ele se propõe a ser enquanto referência para juventude de Vitória, o *Entrevistado 4* acrescenta que neste espaço é preciso valorizar as expressões e linguagens juvenis, a fim de se colocar como referência para os diferentes segmentos juvenis.

A grande discussão que a gente faz é a seguinte: nós somos referência, nós somos um Centro de Referência da Juventude, então, [...] a gente precisa ter um espaço ligado à identidade juvenil, trabalhar com jovens que são ou que buscam ser referências em determinadas coisas que tenha a ver com a linguagem juvenil. É ter aqui com a gente jovem do skate, jovem do le parkour¹²⁷, jovem do grafite, jovem do rap, jovem do rock, da mobilização estudantil, você tá entendendo? São linguagens juvenis e que para a gente isso é importante. Tem que ter [os jovens], de algum modo, ligados à gente, que é a coisa da referência (ENTREVISTADO 4).

O plano de trabalho do CRJ prevê uma meta de atendimento de 300 jovens por mês. No entanto, o *Entrevistado 4* relata que de 2007 a 2010 esses atendimentos vêm aumentando e tem

¹²⁶ A prevenção à violência também entrou no escopo de indicadores para proposição de criação do CRJ, uma vez que este espaço pudesse oferecer atividades e ocupar o tempo ocioso do jovem, promovendo assim, um “ócio criativo do jovem” por meio da realização de atividades de cunho cultural (ENTREVISTADO 4).

¹²⁷ Parkour é uma atividade física difícil de ser categorizada, pois não se trata de um esporte radical, mas pode ser considerada uma arte ou disciplina. Esta arte ou disciplina “é uma atividade cujo princípio é mover-se de um ponto a outro o mais rápida e eficientemente possível, usando principalmente as habilidades do corpo humano. Criado para ajudar a superar obstáculos de qualquer natureza no ambiente circundante — desde galhos e pedras até grades e paredes de concreto — e pode ser praticado em áreas rurais e urbanas”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Parkour>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

ultrapassado os atendimentos previstos, chegando assim a atenderem até 500 jovens por mês. A previsão dessa gestão é estabelecer para o plano de trabalho de 2010 uma meta de 500 atendimentos por mês a fim de garantir maior recurso para a execução das ações (ENTREVISTADO 4).

Hoje o CRJ conta com uma equipe de catorze profissionais, sendo: cinco coordenadores (um geral, um administrativo, um externo, um interno e um pedagógico), um educador social, um assistente social, um auxiliar administrativo, cinco oficinairos e um estagiário de nível superior. Desses, apenas o coordenador geral e o assistente social são funcionários efetivos da prefeitura. Uma característica marcante dessa equipe é a sua composição, pois a maioria é jovem.

O projeto político pedagógico do CRJ, reformulado em 2008 prevê que este espaço atue em cinco linhas principais de ação, são elas: 1) educação e formação; 2) comunicação e mídia; 3) mobilização, informação e integração da juventude 4) arte e cultura e 5) ações de esporte e lazer. Dentro dessas linhas de ação, são propostas inúmeras atividades. Algumas dessas atividades se tornaram atividades permanentes do espaço CRJ, outras já não ocorrem mais e há, ainda, algumas que ocorrem mediante solicitação dos jovens.

Das ações executadas pelo CRJ, o *Entrevistado 4* destaca as principais:

[...] a gente tem oficinas que vão da arte e cultura, passam pela informática, por exemplo, o break como dança, o forró pé de serra como dança, o grafite como um tipo de arte urbana, o designer gráfico, programas photoshop, look straitor em design, o vídeo, a fotografia (que são linguagens de cultura e comunicação), o skate, o próprio estúdio que atende essa demanda, inglês, teatro. Então, a gente tem uma série de coisas que acontecem por aqui (ENTREVISTADO 4).

Além dos serviços prestados aos jovens cotidianamente, o CRJ também realiza atividades lúdicas e dispõe do espaço para que jovens em conflito com a lei realizem medidas socioeducativas.

Um traço marcante do CRJ é a forte presença da expressão e linguagem do movimento hip hop. As paredes desse espaço são repletas de grafitagens. Existem oficinas de Break e grafite que são expressões artísticas e culturais eminentemente do Hip Hop. O *Entrevistado 4* atribui essa

influência à referência da experiência de Diadema, da interlocução dos gestores da GJUV com alguns atores desse movimento e à própria inserção e busca desse movimento ao espaço CRJ.

[...] no centro de referência, a referência do hip hop aqui é muito forte, é a maior, inclusive [...]. O movimento hip hop é muito organizado, então, acaba que quando você vai dialogar com os caras, eles compram a proposta, eles vêm e trazem a juventude, fazem com que a coisa aconteça. [...]. Então, acho que muito dessa referência do hip hop tem a ver com isso assim. Eles conheceram lá em Diadema, já tinham o diálogo com o movimento daqui e isso fortaleceu o centro de referência dentro dessa linguagem também do hip hop, que, querendo ou não também, tem muito daquilo que a gente prega para juventude, o movimento hip hop traz conceitos bacanas de libertação da juventude dentro de uma perspectiva de cidadania, de envolvimento político e tal, que é cultural, isso para a gente é muito importante (ENTREVISTADO 4).

Esse mesmo entrevistado relata sobre outras frentes de ações realizadas pelo CRJ. Essas ações foram propostas com o objetivo de apoiar as iniciativas dos próprios jovens ou de grupos e movimentos juvenis. Esses apoios funcionam por meio de concessão de material gráfico como *folder* e cartaz para auxiliar na divulgação de atividades realizadas por eles, seja na viabilização dos espaços e equipamentos do CRJ para realização de atividades, seja com palco, som, estúdio, espaço para realização de reuniões e eventos, etc.

O CRJ prevê tanto a oferta de serviços, quanto a democratização do espaço e a potencialização das iniciativas juvenis.

○ Núcleo Afro Odomodê

O Núcleo Afro Odomodê¹²⁸ surgiu de uma ação desenvolvida pela GJUV. Em 2005 esta gerência desenvolvia uma ação de inclusão social de jovens afrodescentes através da realização de oficinas de percussão e sexualidade. Essa ação resultou na formação de um grupo de percussão de jovens, o Odomodê (HELMER; CALIARI, 2006). Era uma ação itinerante, pois o grupo circulava nas escolas, nos bairros e em eventos da prefeitura apresentando-se.

Outro fator indutor para criação de ações com o objetivo de trabalhar a questão da promoção da igualdade racial advém da aprovação do decreto s/nº de 30/12/2004 que inclui no artigo 84º,

¹²⁸ O Núcleo Afro Odomodê localiza-se na Rua Areobaldo Bandeira, nº 4, no bairro Bonfim que comporta a regional IV de Vitória.

inciso II da Constituição Federal o ano de 2005 como "Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial".

Em 2005 foi decretado pelo Governo Lula o Ano da Promoção da Igualdade Racial e em virtude disso, foi pedido que as secretarias, os ministérios e os municípios buscassem trabalhar esse parâmetro dentro das suas diversas possibilidades (ENTREVISTADO 7).

Em novembro de 2006 foi inaugurado o Núcleo Afro Odomodê enquanto um espaço juvenil. A criação desse espaço resulta dos trabalhos desenvolvidos com o grupo Odomodê e contou com influências e referências de outras ações desenvolvidas em outros estados brasileiros¹²⁹ (ENTREVISTADO 7).

A região escolhida para instalar o núcleo foi pensada com base na alta incidência de homicídios entre a juventude negra.

Quando o Odomodê começou, ele veio para cá, não foi por acaso, essa região aqui da grande Maruípe (Bonfim, Bairro da Penha, São Benedito, Floresta) tem um alto índice de mortalidade de jovens negros de 15 a 24 anos, de acordo com uma pesquisa feita pela Gerência de Monitoramento das Causas da Violência na Saúde. A gente tem esses fatores da violência e local. Na época da implantação, esse índice maior de mortalidade era aqui e isso é uma realidade! O tráfico aqui é muito pesado, nós já perdemos jovens para o tráfico [...] (ENTREVISTADO 7).

O objetivo geral do núcleo é:

[...] trabalhar a promoção da igualdade racial entre jovens de 13 a 29 anos no município de Vitória, sobretudo jovens afrodescendentes. No projeto, temos alguns objetivos específicos que são: articulação comunitária, articulação em rede com os equipamentos (públicos) que atuam no território, estímulo ao protagonismo juvenil, são várias possibilidades, identificar também essas lideranças juvenis, fomentar esse trabalho (ENTREVISTADO 7).

¹²⁹ A equipe da GJUV nos anos de 2005 e 2006 visitou dois projetos importantes em nível nacional que visavam trabalhar a questão da promoção da igualdade social, da valorização da cultura negra, violência e juventude. Os projetos visitados foram: O **Afroreggae** do Rio de Janeiro, cuja proposta é “promover a inclusão e a justiça social, utilizando a arte, a cultura afro-brasileira e a educação como ferramentas para a criação de pontes que unam as diferenças e sirvam como alicerces para a sustentabilidade e o exercício da cidadania”. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org.br/institucional/missao/>>. Acesso em: 28 ago. 2010.; e a instituição **Ilê Aiyê** no estado da Bahia, cujo objetivo central é “preservar, valorizar, e expandir a cultura afro-brasileira”. Disponível em: <<http://www.ileaiye.org.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

O Núcleo tem na sua proposta metodológica trabalhar a perspectiva da ressignificação da identidade negra¹³⁰ junto aos jovens inseridos no núcleo. Isso é realizado por meio de ações de sensibilização para a promoção da igualdade racial através de atividades como, oficinas e encontros que promovam a disseminação da arte e da cultura afro. Além disso, dentro da metodologia do espaço, há ações de motivação da participação política (ENTREVISTADO 7).

[...] a gente acompanha mesmo a transformação desse jovem, o jovem que chega aqui com receio do seu cabelo, com receio de falar que é negro, a partir da transformação que ele sofre dentro das oficinas... porque a gente costuma falar que você fala as coisas de várias formas, não precisa você dizer necessariamente, oh você é negro! Ele vem, faz o penteado afro, se olha, se vê bonito, aí ele encontra esse olhar, eu estou dizendo alguma coisa, não exatamente com palavras, mas eu estou dizendo, é um processo muito delicado porque também envolve a subjetividade (ENTREVISTADO 7).

Hoje, o núcleo conta com uma equipe de quinze profissionais sendo: três coordenadores (geral, psicossocial e administrativo), seis instrutores para as oficinas de penteado afro, teatro, moda, canto, *break*, percussão e forró, três estagiários de nível superior e um auxiliar de serviços gerais (ENTREVISTADO 7).

Atualmente, o Núcleo possui 200 jovens matriculados nas oficinas. No entanto, o *Entrevistado 7* destaca que este espaço também se configura como um centro de convivência jovem, pois realiza diversas atividades abertas ao público. Desse modo, além dos alunos matriculados, o núcleo recebe outros jovens interessados, seja da comunidade e até mesmo de outros municípios.

A gente também tem esse público que vem para participar dessas ações, mas não necessariamente são alunos das oficinas. Até porque a gente tem a compreensão também que o Odomodê e os outros espaços para a juventude são espaços para além da questão da oficina, eles também são espaços de convivência. Muitas vezes o jovem vem para cá, ele se matricula, mas ele não quer necessariamente fazer uma oficina, ele busca uma identidade, ele busca sociabilidade, busca encontrar outros jovens. Então, muitas vezes a oficina atrai, mas ela não é o fim daquilo no nosso processo.

¹³⁰ A identidade negra é algo construído social, histórica e culturalmente, como os demais processos identitários. Ela se constrói pouco a pouco e envolve diversos elementos, causas e efeitos nas múltiplas relações sociais estabelecidas pelos grupos sociais (GOMES 2003). Contudo, a ressignificação da identidade negra “implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”. Para este autor, a construção positiva da identidade negra é um grande desafio aos negros brasileiros, uma vez que historicamente, a sociedade “ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo” (GOMES, 2003, p. 171).

Além dessas atividades, o Núcleo Afro Odomodê promove espaços de interlocução com a juventude, realiza e apóia atividades culturais de jovens e grupos juvenis que abordem temas de promoção da igualdade racial¹³¹.

Este espaço tem a perspectiva de ampliar suas atividades na construção de um novo espaço na comunidade da Fonte Grande localizada na regional Centro do município e trata-se de uma iniciativa muito nova, cuja perspectiva de ação é desafiadora.

¹³¹ No capítulo 5 deste estudo falaremos com mais detalhes sobre as atividades do Núcleo Afro Odomodê que tem por proposta provocar interlocução com a juventude.

CAPÍTULO V

CONCEPÇÕES, PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DAS AÇÕES LOCAIS VOLTADAS À JUVENTUDE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

5.1. A CONCEPÇÃO DA JUVENTUDE PELOS PROFISSIONAIS DAS POLÍTICAS LOCAIS DA PREFEITURA DE VITÓRIA

Muitas das questões são viabilizadas de acordo como se representa essa juventude. Se você aposta nessa juventude, se você acredita no jovem como sujeito potencial do presente, que constrói, que transforma, que tem uma capacidade criativa, aí você investe de determinada forma. Agora, se você acha que o jovem é problema, que é um irresponsável, aí você tem um outro tipo de condução desse processo. Então, essas compreensões é que mobilizam a forma de fazer política de juventude (ENREVISTADO 5).

Nesta etapa da pesquisa, pretendemos apresentar as principais concepções que os atores da Prefeitura de Vitória têm sobre a juventude. São as concepções dos técnicos, coordenadores, gerentes e estagiários das ações locais dirigidas ao público juvenil do Município de Vitória.

Aqui, pontuaremos a percepção de juventude dos atores das duas instâncias gestoras e dos sete projetos/espacos/programas/ações locais: Gerência de Juventude; Gerência de Relações com a Juventude; Projeto Mobilização Estudantil; Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz; Vitória da Qualificação; Ação Circuito Cultural; Cine Kbça; Centro de Referência da Juventude e Núcleo Afro Odomodê.

Das sete ações estudadas, identificamos que quatro delas – Projeto Mobilização Estudantil, Cine Kbça, Centro de Referência da Juventude e Núcleo Afro Odomodê - são iniciativas criadas especificamente para atender o público adolescente e juvenil e três delas – Jogos Comunitários Vitória da Paz, Ação Circuito Cultural e o programa Vitória da Qualificação - são projetos voltados a todos os munícipes de Vitória, porém, seu maior público são de jovens.

Aqui, pretendemos compreender como esses profissionais entendem a juventude? Como interpretam esse segmento social? Como vêem os jovens que participam das políticas geridas por eles? Como concebem a juventude na sociedade atual? Essas questões serão utilizadas por nós, a fim de auxiliar os profissionais a refletirem sobre a juventude.

Acreditamos que a visão do profissional sobre a juventude ‘tende’ a influenciar a condução da política, tanto no âmbito da construção de diretrizes como no trato com o jovem usuário do serviço prestado.

Compreender a visão que os gestores têm sobre a juventude se faz necessário, principalmente, porque todas as ações estudadas nesta pesquisa foram elaboradas pela atual gestão a partir de 2005. Muitas delas contaram com a contribuição desses profissionais para sua elaboração. Sendo assim, a concepção que eles têm sobre a juventude possivelmente terá influência sobre teor programático e também sobre a condução da política.

Verifica-se que muitas das visões sobre a juventude e dos aspectos tematizados pelos atores entrevistados neste estudo contemplam algumas tendências de concepção já apontadas no texto do segundo capítulo deste estudo. Algumas concepções seguem parâmetros conceituais e outras são influenciadas pelo debate da representação social da juventude.

Nas diversas falas dos entrevistados, identificamos concepções, visões, perspectivas, percepções, pontos de vista, críticas e idealizações sobre a juventude e sobre as formas de concebê-la. Visões como *juventude problema*, passível de preocupação, irresponsável; como *um período de preparação para a vida adulta*, do sujeito que está em formação intelectual e profissional; como *despolitizado* (quando em comparação às gerações jovens anteriores), alheio ou alienado às mudanças ocorridas no mundo; como *categoria construída socialmente*, fruto de uma formação sócio histórica que se constrói cotidianamente; como *juventudes*, evidenciado diversidades de grupos juvenis, expressões, culturas, entre outras.

Nas próximas linhas, pretendemos traçar as concepções de juventude mais ressaltadas pelos atores entrevistados, na tentativa de identificar se a concepção deles interferem ou tendenciam a proposição e a formulação das ações desenvolvidas nos projetos e espaços juvenis locais da PMV.

Ao exemplificarem suas percepções, muitos entrevistados refletem ainda sobre os jovens participantes dos projetos/espacos/ações/programas geridos por eles. Muitos têm nesses jovens e na intencionalidade da ação coordenada o parâmetro para seu entendimento de juventude.

Não poderíamos afirmar que os gestores apresentam uma única concepção de juventude, pois, durante as entrevistas, várias visões surgem do seu discurso, mesmo sem perguntarmos isso diretamente. Muitas dessas perspectivas foram captadas por nós a fim identificarmos como esse segmento é compreendido pelos entrevistados.

Alguns deles possuem um olhar mais definido e apurado de juventude, referenciam-se inclusive em autores (principalmente os gestores dos programas específicos de juventude), mas, outros profissionais não possuem uma concepção definida, apresentando certa dificuldade em expor uma percepção de juventude.

Essa pergunta me dá até um formigamento no cérebro [...] Acho que vou voltar para casa pensando nisso hoje (ENTREVISTADO 13a).

Uma percepção recorrente entre os entrevistados é a **referência da juventude à faixa etária**, associando essa fase da vida como um momento essencial de preparação para a vida adulta. A idade é um elemento que aparece como um parâmetro de análise da juventude para quase todos os entrevistados.

Sobre o foco da juventude como momento da vida, o estudo e o trabalho aparecem como elementos para afirmação e ascensão social do jovem. Outros entrevistados evidenciam que esse período etário (variando entre 15 e 29 anos) é uma fase peculiar e típica na vida das pessoas, é quando os indivíduos passam por expectativas, descobertas, preparação, conflitos geracionais, seja pela continuidade ou descontinuidade das culturas entre as gerações, como ressalta José Machado Pais (2003). São aspectos contemplados como naturais a essa faixa de idade.¹³²

¹³² É importante ressaltar que a maior parte dos entrevistados reconhecem a faixa de idade proposta pelo Conjuve para os jovens. Sendo assim, há uma aceitação da proposta de extensão da juventude para os 29 anos.

Consideramos que essa visão pode incorrer numa homogeneização da juventude, como destacou Abramo (1997). Como se todos os jovens passassem pelas mesmas mudanças num mesmo determinado período da vida. Pouco se destaca sobre as nuances que diferenciam os jovens enquanto sujeitos sociais, inscritos num universo de diferenças econômicas, sociais, políticas e de estilos de vida.

*É a hora das **definições** (ENTREVISTADO 1).*

*Juventude para mim é uma **fase pré definida**, que vai dos 15 aos 29 anos, é um momento [...] – eu concordo com isso, eu acredito nisso... – É uma fase na qual a pessoa desse segmento específico tem uma série de dúvidas e descobertas, tem uma série de questionamentos, busca afirmação na sociedade, passa por uma série de problemas, inclusive de opressão geracional. É um **momento tênue da vida de cada ser humano** [...] (ENTREVISTADO 10).*

[...] eu vejo com otimismo sabe? Eu acho que ele busca, apesar de tudo, o jovem tem essa coisa inata de buscar [...]. Acredito sim que é possível melhorar, mas a gente tem que ajudar, é possível melhorar o cenário da juventude, [...] para criar espaço àqueles que não têm espaço nenhum (ENTREVISTADO 15).

Ao referenciarem a juventude como um período de vida, os entrevistados dão um tom de transitoriedade/instabilidade à sua concepção. Como um tempo que tem início e fim, como uma passagem ou uma possibilidade futura, os entrevistados caem na armadilha de atribuir aos jovens um caráter de transitoriedade, como algo que será, mas que ainda não é (ABRAMO, 1997; ALMEIDA, 2000).

Historicamente, as ações públicas destinadas aos jovens sob aporte da fase da vida, de acordo com Krauskopf (2006) e Abad (2002), tendem a assumir um enfoque de preparar e formar a juventude para a sua maturidade por meio de programas voltados à educação, ao trabalho e ocupação do tempo livre por meio de atividades culturais e esportivas.

Entre as ações que assumem esse entendimento de juventude como período transitório e homogêneo, tem-se a vertente da preparação do jovem para inserção laboral e cidadã, seja por meio de ações culturais e socioeducativas visando a ocupação do tempo livre, seja pela via da promoção de capacitação para geração de renda. Tem-se aí o caso dos projetos: Ação Circuito Cultural, Jogos Comunitários Vitória da Paz e Vitória da Qualificação.

As ações da SEMAS (CRJ, Núcleo Afro Odomodê e o Cine Kbça) em alguma medida, também promovem a ocupação do tempo livre do jovem com atividades voltadas à cultura e lazer.

O *Entrevistado 4*, ao tratar do CRJ, assume que a ocupação do tempo ocioso do jovem não é algo necessariamente negativo. A perspectiva das ações desse espaço também atende à expectativa de ocupar o tempo ocioso dos jovens, todavia, são ações ligadas à promoção do ócio criativo e produtivo, através de atividades que contemplem o prazer e a diversão dos jovens.

Outro elemento ressaltado nas entrevistas diz respeito à **exacerbação de expectativas depositadas** socialmente em torno desse segmento social, principalmente no que se refere ao estudo, trabalho ou mesmo entendendo-os como atores das mudanças sociais. Com isso, atribui-se, também, um caráter de possibilidade futura ao jovem, responsabilizando-os sobre os processos de continuidade ou descontinuidade tanto nas questões do seu desenvolvimento individual como em relação às mudanças sociais e políticas como ressaltaram Abramo (2007), Almeida (2000) e Camacho (2007).

Ai, minha concepção de juventude, agora você me pegou (risos). Minha concepção de juventude [...] num olhar de gestora, eu acho que a juventude é esse público etário e é um público que [...] são depositadas várias expectativas nele, de que vai trabalhar, vai mover o país, são várias expectativas que são depositadas [...] (ENTREVISTADO 7).

[A juventude] é uma fase de desafio: desafios na educação, no emprego e para a família. Nela você tem que estudar, tem que trabalhar [e] daqui há pouco tem que construir família. É isso que a sociedade está colocando na cabeça dos jovens. É uma covardia uma pessoa de 15 anos [...] ter [a] responsabilidade para poder descobrir o que que ela vai querer fazer da vida dela [...] (ENTREVISTADO 10).

A idéia transmitida pelo *Entrevistado 10* está inscrita no debate sobre a desinstitucionalização dos laços sociais tradicionais (Família-Escola-Trabalho), na perspectiva de Miguel Abad (2002), ou mesmo o que Gramsci chamaria de instituições privadas de hegemonia (SIMIONATTO, 2004; COUTINHO, 2003). Quando o entrevistado resalta que há uma forte cobrança por parte da sociedade em relação ao jovem, isso traduz um pouco do que Miguel Abad (2002) propõe sobre a nova condição juvenil.

Essa cobrança está ligada à visão de que o jovem deve perseguir e dar continuidade aos valores transmitidos pela cultura adulta, seguindo o circuito das instituições tradicionalmente ordenadoras da sociedade: escola, trabalho e família, sem considerar que a juventude hoje possui uma nova condição, calcada na crise dessas instituições e na influência internacional que gerou a configuração de uma nova cultura juvenil (ABAD, 2002).

Essa nova cultura juvenil universal dissemina-se por todo o mundo por ser globalizada, é diversificada por contemplar vários estilos e grupos de jovens e também é mutável por ser rapidamente modificada ou substituída por outra cultura. A globalização e a interferência dos meios de comunicação também são fatores desencadeadores da constituição dessa nova condição (ABAD, 2002).

Para Krauskopf (2006), as políticas públicas que assumem uma visão de juventude como um “período preparatório” poderão implicar na construção de ações que admitem a moratória social e vital como algo peculiar da juventude. Essa noção de capital temporal e vital concedido aos jovens tem influência sobre a proposição de ações culturais, esportivas e voltadas ao trabalho para ocupação do seu tempo livre. Isso ocorre, pois se entende que os jovens gozam de um período de certa liberdade e preparação futura, bem como possuem uma energia vital peculiar, que os possibilitam fazer atividades físicas e formar-se para trabalhos, inclusive pesados, que necessitam de força e vitalidade.

O atributo juvenil concedido pela moratória que convém ao capital temporal e energético está inscrito na perspectiva das ações locais da Prefeitura de Vitória, seja na preparação do jovem por meio de qualificação profissional e geração de renda como se vê no Vitória da Qualificação e em menor medida no Núcleo Afro Odomodê por meio de suas oficinas, seja pelo investimento no tempo ocioso do jovem por meio do esporte, através do programa Jogos Comunitários Vitória da Paz e da cultura com a Ação Circuito Cultural.

Alguns entrevistados admitem ter essa percepção da moratória em sua concepção de juventude ou na defesa dessa percepção entre os objetivos da política de juventude.

Na visão de um dos técnicos entrevistados do Cine Kbça, a questão da moratória também aparece.

*[...] nós definimos juventude a partir de um recorte etário, porém, nós vamos **configurar juventudes**, as diversas juventudes dentro dessa faixa etária. Essa faixa etária pode aumentar ou diminuir entende? Dentro dessa faixa nós vamos perceber que existem determinadas conformações, determinadas singularidades para essa juventude [...] Então, o que existe é **uma moratória** que valida esse caráter para esse jovem e esse caráter para aquele outro jovem. Mas, de onde vêm esses olhares, de onde vem essa moratória? Vem a partir de uma **conformação social, uma conformação de classe, de uma conformação econômica e política**. Os sujeitos passam a ser definidos a partir desses critérios que a sociedade determina que a história determina, mas, eles também começam a reafirmar esses critérios para eles mesmos, aí se sentem jovens ou não jovens [...]* (ENTREVISTADO 13b).

Na Gerência de Relações com a Juventude da SECOP esse debate também é contemplado.

*Eu faço o debate da **moratória social**... Eu defendo a ampliação da moratória juvenil para esse jovem fazer as decisões dele com mais tempo... acho que tem que ter a bolsa emancipação que a gente discute em nível nacional como moratória juvenil* (ENTREVISTADO 10).

A perspectiva de **juventude problema** seja uma visão muito disseminada social e historicamente, conformada e divulgada pela mídia a todo o momento, também está inscrita no teor programático de muitas ações públicas dirigidas aos jovens, como destacam Abramo (1997), Pais (2003) e Unesco (2004). Essa concepção também aparece nas falas de alguns entrevistados, no entanto, em menor escala, a minoria deles assume essa questão como cerne da sua concepção.

A questão do entendimento da juventude problema também aparece nos discursos dos entrevistados deste estudo, com crítica em relação ao comportamento juvenil. Visto como descomprometido, irresponsável, desmotivado, etc.

No Projeto Jogos Comunitários Vitória da Paz, a preocupação com o jovem é algo evidente. Como destaca o *Entrevistado 6*:

*A gente tem um **foco muito grande nos jovens** porque é partir dessa faixa etária que o jovem fica muito exposto. Às vezes, ele terminou o ensino médio, mas não conseguiu um estágio, não está trabalhando, teve dificuldade de passar no vestibular, dar seqüência aos estudos, então, acaba sendo um alvo fácil. Nesse **tempo ocioso** que ele tem para*

*ficar exposto às drogas, à marginalidade. E a gente o **envolvendo com o esporte**, faz com que ele tenha um compromisso.*

*Olha, **eu tenho uma preocupação muito grande com os jovens**, não sei se posso usar essa palavra, mas eles não têm responsabilidade e comprometimento, a maioria. Claro que tem exceções, lógico! Mas a maioria não tem. Porque eu estou falando isso? Porque, independente da classe social, o comprometimento e a falta de responsabilidade existe e isso me assusta muito. Isso, de alguma maneira vai ter um reflexo muito grande para a vida desse cidadão, dessa cidadã.*

O discurso do *Entrevistado 6* demonstra certa preocupação com os riscos aos quais os jovens ociosos estão ‘susceptíveis’, principalmente com relação a dificuldade de inserção e mobilidade social da juventude atual. Desse modo, o debate em torno do problema é aqui visto como algo que está em torno dos jovens e que também pode levá-lo a criar problemas para si e para a sociedade. O mesmo entrevistado pontua que a oferta do esporte, por meio dos Jogos Comunitários Vitória da Paz, como uma política pública, coloca-se como uma alternativa para os jovens ocuparem o tempo ocioso e como possibilidade de agregarem valores em torno do compromisso e da disciplina, por exemplo.

A visão demonstrada pelo *Entrevistado 6* também está atrelada a uma preocupação com a descontinuidade dos valores intergeracionais, promovida pela desinstitucionalização dos laços sociais tradicionais como destacamos acima. Sem considerar uma nova condição juvenil, o olhar deste profissional sobre a juventude é focado no que o jovem não consegue ser nem ter.

O *Entrevistado 1* também evidencia aspectos pejorativos com relação aos jovens, pois esse técnico entende que as ações do Circuito Cultural também são voltadas aqueles grupos juvenis ociosos que “ficam de bobeira” nas comunidades, nos termos do entrevistado..

Mesmo com oferta de atividades nos finais de semana, como algo que possibilita que o jovem trabalhador tenha oportunidade de fazer atividades artísticas e culturais, isso também evidencia uma preocupação da gestão em ‘cercar’ o tempo ocioso desse jovem.

[...] tem essa turma, a galerinha, a turminha que está ali, que não trabalha e só estuda ou trabalha e só tem o fim de semana, a gente [o Circuito Cultural] oferece fim de semana, inclusive domingo, porque a gente quer atender toda a população (ENTREVISTADO 1).

O *Entrevistado 15* também demonstra preocupação com a desmotivação da juventude, contudo, acredita que a ação do poder público pode contribuir para alterar a situação social desfavorável da juventude.

[...] eu vejo a juventude caminhando, mas caminhando com um pouco de desmotivação, meio que sem perspectiva, mas justamente, é a condenação que o sistema impõe [sobre eles]. Então, eu acho que cabe a nós, o poder público, estar mudando um pouco isso, a gente procura meios de mudar um pouco isso. É lógico que falta muito pra gente alcançar. Mas, eu acho que dentro do que é possível fazer a gente está fazendo, mas eu quero que melhore, quero que melhore muito (ENTREVISTADO 15).

Juventude como uma categorial social também é uma concepção que aparece nos discursos dos entrevistados. Enquanto categoria construída num contexto histórico, social, cultural, político e econômico, ressaltando as diversidades condicionais do ser jovem como sua etnia, gênero, expressão cultural, linguagem, estilo e classe social, como ressaltam Margulis e Urrest (1996) e Klaudio Quapper (2001).

Essa visão aparece muito nos discursos dos gestores das políticas específicas de juventude como na própria GJUV/SEMAS, no Cine Kbça e no Projeto Mobilização Estudantil.

Eu acho que a juventude é uma categoria social que se constrói [...] nesse cotidiano, no tempo, no espaço, que apresenta uma série de diversidades, de produções (ENREVISTADO 5).

[...] eu compreendo juventude como juventudes [...] historicamente, sociologicamente, são recortes etários. Só que, para além desses recortes etários, a gente percebe que a conformação social, a conformação econômica, a conformação política acaba criando certas similaridades, certas identidades com esse público etário, e aí a gente vai chamar isso de juventude. O grande problema é quando a gente pega esse conceito que é metafísico, que é abstrato e transforma numa coisa só e valida numa coisa só e a gente perde completamente a consideração de que existem especificidades, especificidades que são de classe, especificidades que são econômicas, especificidades que são políticas que são de apreensão cultural, apreensão escolar e aí a gente perde completamente a possibilidade de assistir por meio de políticas públicas esses públicos, essas juventudes, quando a gente compreende só essa [...] (ENTREVISTADO 13b).

Parafraseando os autores Mario Margulis e Marcelo Urrest (1996), o *Entrevistado 11b* ressalta o tema da diversidade de juventudes e de aspectos sociais em torno de si incutidas no desenvolvimento dessa fase da vida.

Juventude é mais que uma palavra (risos)... Quando eu penso em juventude, eu penso em alegria, em espontaneidade, penso nas diferenças que existe. Talvez por isso a gente hoje fale em juventudes no plural e não no singular. Porque aí a gente tem que ver a forma como cada um vivencia essa fase da vida.

A percepção dos **jovens enquanto sujeitos sociais** é também um aspecto pontuado por alguns entrevistados. Essa concepção é similar ao pensamento desenvolvido por Juarez Dayrell (2003). Este autor busca compreender como os próprios jovens, enquanto sujeitos sociais¹³³ constroem determinado modo de ser jovem. Esse autor também fala em juventudes, pois entende que os jovens não constroem apenas um modo de ser jovem, mas sim vários, pois há especificidades nessa construção cotidiana. São experiências e representações vivenciadas pelos jovens de acordo com seu contexto social que também é diverso.

É uma galera que gosta de marcar presença, marcar sua identidade, que quer se diferenciar do adulto, que quer fazer parte realmente do mundo, que quer viver com intensidade, que tem responsabilidade sim, que tem consciência, que quer aprender [...] (ENTREVISTADO 11b).

O debate da pluralização da juventude também atravessa vários dos discursos dos entrevistados aqui destacados. A adesão dessa perspectiva de pensar **as juventudes** no plural ultrapassa uma questão gramatical. Ao evidenciar as diversidades entre sujeitos e grupos juvenis, seja com relação às diferenças culturais, étnicas, de classe, de grupos e estilos musicais, esportivos ou políticos, os entrevistados parecem também concordar com a visão do jovem como sujeito social proposto por Dayrell (2001).

*É uma categoria que é protagonista dessa história, desse presente, eu percebo que existe um conjunto de **juventudes** e um conjunto de jovens especificamente. Não dá nem para você falar: a juventude! Porque existe um conjunto de possibilidades juvenis e cada jovem se interpreta e reinterpreta a própria juventude dentro do movimento dele. Não existe só juventude, existe aquele sujeito social, histórico, que tem uma família, que reconstrói aquela história dentro de um grupo. O próprio grupo é constituído por vários sujeitos históricos [...] Ele vai sendo construído e reconstruído nessa história, não tem um fim acabado. Os grupos vão cada vez se reorganizando, a dinâmica é muito rápida e aí compreender essas juventudes é compreender os movimentos que eles fazem, é compreender o movimento da sociedade, dessa contemporaneidade, é compreender como eles se movimentam nas mídias e como isso faz diferença* (ENREVISTADO 5).

¹³³ Dayrell (2001, p. 43) entende por sujeito social, o ser humano que convive no mundo e com outros seres humanos também sujeitos sociais desse mundo. Esse sujeito possui vontades e é movido por elas, tem origem familiar, vive um determinado contexto social e possui singularidades, pois possui uma história, “interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade”.

*A minha concepção de juventude, eu entendo uma juventude que ela possa agir e atuar com base na **autonomia**. Eu creio numa juventude que não se convence dos diversos discursos que a sociedade coloca discursos que são caquéticos muitas vezes, discursos que, se você colocar na ponta do lápis, se você conseguir analisar, conseguir enxergar dentro de um contexto social, você vê que são discursos que rapidamente se diluem [...]. Então, eu enxergo essa juventude dentro dessa relação de autonomia, onde ela consegue dialogar com o Estado e que o Estado consegue, dentro desse contexto da democracia, atender as necessidades dos jovens [...] (ENREVISTADO 4).*

Outro enfoque, já demarcado neste estudo como fruto das representações sociais em torno da juventude, diz respeito à **comparação entre as gerações juvenis**. Visão próxima a uma nostalgia com relação a um contexto histórico e social em que os jovens foram os ícones da contestação da ordem, da ditadura e da censura das liberdades, como ocorreu entre 1960 até final dos anos 1970, como destacou Abramo (1997).

Desse modo, alguns dos entrevistados realizam uma comparação com a geração jovem da qual fizeram parte, em que se incluem nesse arquétipo contestador daqueles anos.

Vejo juventude como Movimento. A juventude tem movimento, a juventude movimenta. Porque o movimento nunca é sozinho, ele nunca é individual, ele é um coletivo. Eu, agora com meus 40 anos e já vovó, eu vivi isso na minha juventude, no meu período... A gente tinha essa coisa do movimento, da galera. A gente colocava nosso pensamento na prática que hoje falta. A juventude está muito individual, informatizada, muito só. Eu vejo a juventude um pouco só (ENTREVISTADO 1).

A crítica desses entrevistados gira em torno de uma juventude atual que não se organiza politicamente, que não possui ideologia coletiva, não sabe como canalizar uma ação coletiva para sanar a vontade de mudança.

Nessas últimas duas décadas, eu tenho visto que os jovens ... A palavra ideologia morreu! Eles estão com os hormônios em ebulição, uma vontade de entendimento do mundo, de participar da transformação da realidade, mas eles não sabem como. Então, eu entendo o jovem como um indivíduo que necessita de ajuda na sua caminhada para que ele se entenda como agente da transformação (ENTREVISTADO 2).

[...] o jovem, ele não é organizado, ele não se vê como uma organização. Dificilmente você vê o jovem se organizando como entidade. Isso fica mais para aquelas tribos. A interlocução é feita naqueles locais, mais setorizada, no bairro [...] (ENTREVISTADO 2).

[...] eu acho que o jovem poderia ser muito mais atuante se ele fosse mais consciente. Não que ele não tenha consciência, mas a formação cidadã para o jovem hoje é mais

importante. Isso deveria ser dado também na escola regular [...] (ENTREVISTADO 15).

Para alguns entrevistados, tem sido importante valorizar as novas formas de inserção e participação social juvenil como destacaram Regina Novaes (2007) e Caliari (2009), embora essas novas formas sejam diferentes dos meios tradicionais de participação política (como o movimento estudantil, o partido político, associações, grêmios, centros e diretórios acadêmicos, conselho de direito, etc.), mas, que também têm algo a dizer para a sociedade e para a juventude.

De acordo com Novaes (2007), esses novos meios de participação política podem ter várias expressões e se configuram em diferentes grupos e estratégias de mobilização: são grupos ligados a expressões culturais, esportistas, ambientalistas, voluntários, participantes de redes sociais da *internet*, etc.. Trata-se de alternativas atuais, mais afinadas à linguagem juvenil contemporânea.

[...] o jovem quer participar de um grupo de rap do bairro dele, onde pode trazer uma transformação social; quer participar com cinema na comunidade dele, quer poder trazer uma discussão também para fazer mudanças naquele espaço... (ENTREVISTADO 11a).

*Eu creio nessa juventude que está a fim de inovar, a juventude que, com base no diálogo, com base na representação **consegue mostrar para a sociedade que ela tem valor**, que o Funk consciente é um Funk maneiro, não é porque a batida é pobre, porque ele é feito de forma grosseira, que ele não tem valor. O Rap, com suas letras muito conscientes ele também tem seu espaço, mesmo que às vezes as pessoas achem chato, porque, só fala de militância, só fala daquilo ou daquilo outro. Tudo isso para mim é muito plural e é bacana, tudo que diz respeito a essa pluralidade da juventude para mim ela tem o seu lugar [...] (ENREVISTADO 4).*

Têm-se uma grande diversidade de percepções sobre a juventude entre os entrevistados, algumas reproduzindo o discurso social da representação social, umas pautadas no cotidiano de suas atividades e outras ainda sob leituras divulgadas pela academia e organizações sociais.

De forma geral, os discursos sobre a concepção de juventude dos profissionais das políticas locais parecem estar bem afinados ao propósito das suas ações. No entanto, constatamos que nas *políticas específicas* para esse segmento, os profissionais demonstram maior conhecimento, clareza, referência a conceitos e reconhecimento das expressões, estilos e necessidades juvenis – como é o caso do CRJ, do projeto Mobilização Estudantil e o Cine Kbça. Já nas *políticas*

relacionadas com a juventude, como Circuito Cultural, Vitória da Qualificação e Jogos Comunitários Vitória da Paz, os jovens não são os sujeitos privilegiados dessas ações, seus gestores apresentam percepções mais pautadas no discurso da representação social e muitas vezes são visões difusas e sem referência conceitual.

De certo, as atividades cotidianas dos gestores dificultam a criação de momentos e espaços para a discussão do tema juventude, como alguns entrevistados apontam. A capacitação desses gestores fica mais a cargo do interesse pessoal de cada um, como ressaltou os *Entrevistados 11a e 11b*.

Os estudos sobre essa questão da juventude partiu muito do interesse dos sujeitos. No início, a gente estudava muito sobre a violência, mas quando a gente começou a ver nas coisas de violência coisas que apareciam lá na escola, a gente viu que a gente tinha que estudar sobre aqueles sujeitos que estavam lá, os adolescentes, os jovens e aí então que a gente começou a pegar um material... (ENTREVISTADO 11a)

Infelizmente, por conta das demandas, esse momento de estudo coletivo fica prejudicado... Porque individualmente a gente faz, pega os textos [relacionados ao tema juventude]... Mas, esse momento de fazer um estudo coletivo a gente tem dificuldade para fazer (ENTREVISTADO 11b).

No ano passado, a gente conseguiu fazer dois [grupos de estudo] no CRJ, que juntava toda a equipe. [Estudamos] uma tarde toda... Mas é difícil a gente seguir uma agenda ou um cronograma de estudo aqui. Às vezes a gente consegue ver um filme no auditório de alguma coisa que debata o assunto, mas é complexo por conta mesmo de muita carga de trabalho [...] (ENTREVISTADO 11a)

A Ação Circuito Cultural e os Jogos Comunitários Vitória da Paz não realizaram qualquer tipo de discussão cujo tema em destaque fosse a juventude (ENTREVISTADO 1; ENTREVISTADO 6).

Alguns espaços e projetos promovem grupos de estudos e capacitação da própria equipe, como é o caso do Núcleo Afro Odomodê, onde há discussão de temas como: juventude, afrodescendência, diversidade sexual, etc., que são temas relacionados com os objetivos das ações deste núcleo e também com as demandas dos jovens participantes, de acordo com o *Entrevistado 7*.

Em 2006, a Gerência de Juventude da SEMAS, realizava grupos de estudos onde foram discutidos temas como conceitos de juventude e políticas públicas, através de leituras de autores como Juarez Dayrell, Paulo Carrano, Helena Abramo, entre outros citados pelo *Entrevistado 5*.

Na SETGER e na SEMESP, o debate sobre os temas que fazem interface com as ações realizadas pelas secretarias municipais fica a cargo dos Comitês Gestores, que são espaços para realização de reuniões periódicas entre secretários, gerentes e coordenadores das secretarias. Assim, quando há discussão sobre o tema juventude, por exemplo, o debate centraliza-se nesse corpo gestor (ENTREVISTADO 2; ENTREVISTADO 15).

Acreditamos que a sobrecarga de atividades realizadas pelos técnicos da PMV tem dificultado a estruturação da Câmara Técnica de Juventude e a restrita proposição de momentos como seminários e cursos que tratem do tema juventude. Desse modo, a PMV não tem criado condições para que seus técnicos se capacitem para atuarem com e em prol desse segmento social.¹³⁴

A Prefeitura tem uma tarefa árdua pela frente, se pretende, de fato, atender as demandas e as necessidades da juventude local, tendo em vista a preocupação apresentada pelo Comitê de Política Social com a situação social deste público ao indicar a urgência da retomada da Câmara Técnica da Juventude para intensificar, fortalecer e integrar as políticas executadas pelo município.

Desse modo, é preciso criar mecanismos que propiciem que os técnicos reflitam sobre esse tema, seja com a realização de grupos de estudos, seja através da própria Câmara Técnica de Juventude ou mesmo com a realização de seminários e cursos periodicamente, já que a maioria dos contratos dos profissionais das políticas de juventude da PMV são temporários, o que provoca uma frequente rotatividade de equipes técnicas.

¹³⁴ Desde 2005, a Prefeitura de Vitória realizou apenas dois seminários que discutisse a temática em tela. Um primeiro seminário foi realizado em 19 de junho de 2006 (I Seminário de Gestores de Políticas Públicas para juventude no Espírito Santo), depois quatro anos, em 18 de junho de 2010 foi promovido um segundo seminário para discussão de conceitos de juventude e o cenário atual da política nacional de juventude.

Alguns setores da PMV também participaram de algumas instâncias e eventos fomentadores do debate das políticas de juventude como a Conferência Estadual e Nacional de Juventude, ambas em 2008; o I Seminário Estadual de Juventude e Política Social e do I Encontro de Gestores de Políticas Públicas de Juventude da Região Sudeste, ocorridos simultaneamente entre 4 e 6 de julho de 2007.

Entendemos que, sem uma reflexão mais profunda da juventude e das políticas públicas, enfocando também aspectos da atualidade, as ações públicas e sociais poderão incorrer na reprodução de visões do senso comum e restringir-se a uma representação social da juventude.

A fim de fortalecer, qualificar, ampliar e inovar as ações/projetos/programas/espços voltados para a juventude de Vitória atendendo às suas expectativas e demandas, far-se-á urgente a intensificação da interlocução do poder público municipal com a juventude da cidade. Para tanto, a criação de espaços de discussão e deliberação de propostas pode contribuir muito para a concretização disso.

Concordamos com Unesco (2004, p. 154) ao destacar que

[...] a criação de instâncias de consulta no âmbito da comunidade e do município, em torno das prioridades para a ação e/ou o projeto e reformulação de planos e programas, pode permitir o desenvolvimento de experiências que, pouco a pouco, vão se consolidando [no âmbito da participação cidadã dos jovens]. O objetivo, em todo caso, é de que os jovens não se sintam manipulados e, ao mesmo tempo, percebam que sua participação tem sentido e pesa na tomada de decisões.

Vitória já avançou muito com a proposição de ações locais e criação de instâncias específicas na estrutura administrativa da PMV, adotando vieses diferenciados das propostas de políticas federais voltadas ao público juvenil, se esforçando em criar, inclusive, canais de promoção de diálogo com os jovens, mesmo os próprios técnicos reconhecendo os limites desses espaços.

Portanto, entenderemos agora como se processa essa interlocução com as juventudes da capital.

5.2. INTERLOCUÇÃO COM A JUVENTUDE NA GESTÃO DAS POLÍTICAS LOCAIS DA PREFEITURA DE VITÓRIA: UM DESAFIO COLOCADO, UM PROCESSO AINDA EM CONSTRUÇÃO

Para iniciar esse debate, precisamos deixar claro algumas questões em relação à descentralização político administrativa e a participação da juventude.

No terceiro capítulo deste estudo destacamos o tema da *descentralização* do poder decisório do Estado junto à sociedade civil, enquanto estratégia construída dentro do processo histórico da democratização da sociedade brasileira (a partir dos anos 1980) a fim de ampliar a participação de setores sociais organizados na proposição de políticas públicas dentro do próprio serviço público, como pontuou Raquel Raichelis (2007).

Entretanto, não podemos afirmar que a juventude e os movimentos juvenis tem feito parte desse processo de descentralização desde os anos 1980. Como vimos no segundo capítulo desta pesquisa, as questões envolvendo juventude e políticas públicas surgem no Brasil somente a partir dos anos 1990 e intensifica-se a partir dos anos 2000, principalmente com o surgimento de novos atores na proposição político-jurídica no campo da juventude, como destacou Abad (2002). Antes disso, existiam ações e legislações que amparavam somente o público infantil e adolescente, e a discussão da participação política da juventude no espaço público ainda não era algo muito difundido.

No âmbito municipal, a partir dos anos 2000, principalmente depois das eleições municipais de 2001 tem crescido o número de instâncias dentro da estrutura administrativa das prefeituras e também de ações específicas para a juventude, como destacou Marília Sposito (2003a).

É preciso destacar também que na cidade de Vitória não existe qualquer instância de participação legitimada para os jovens como um Conselho de Juventude ou um Fórum Municipal de Juventude. Ou seja, neste município não houve construção de uma esfera pública enquanto espaço político de disputas de interesses e poder que privilegie o seguimento juvenil para o controle social das políticas de juventude desenvolvidas pela prefeitura.

Contudo, não podemos afirmar que a gestão local não realiza discussões, debates, reflexões, que chamaremos de interlocução com as juventudes do município. Todavia, já destacamos que essa interlocução acontece de forma *limitada*, com uma perspectiva muito mais consultiva, sem grandes possibilidades de alteração da oferta de ações municipais para os jovens.

Baquero e Hammes (2007) refletem sobre o recente processo de enfraquecimento da relação Estado e sociedade civil alicerçada pela crise dos espaços de participação social e da diminuição da vitalidade e da legitimidade das organizações sociais tradicionais. Para esses autores, os setores sociais têm enfrentado o grande desafio de encontrar meios para fomentar novos agrupamentos sociais e de realizar interlocução com o Estado.

Para os autores (*ibidem*), os programas sociais têm criado mecanismos de viabilizar essa participação, contudo, “se constituem em mecanismos excessivamente instrumentalizados e pré-definidos, sem gerar espaços de autonomia e empoderamento, sem distribuir poder de desenvolver a capacidade comunitária, mesmo quando [possui] um caráter inovador” (p. 598).

No caso da política de juventude, os mesmo autores (*ibidem*) destacam que os programas sociais voltados a esse segmento têm criado e oportunizado aos jovens diferentes modalidades de participação no setor público como: para *habilitação social e empoderamento* (formação de habilidades somada à participação na tomada de decisões); *como gestonária* (também participação na tomada de decisões, mas com o objetivo de satisfação de necessidades juvenis); como *instrumental* (inserção em programas que promovam satisfação de necessidades juvenis) e como *consultiva* (programas que consultam a opinião dos jovens para suas proposições)

Alguns projetos/ações/programas/espaços locais da Prefeitura de Vitória, voltados à juventude, criaram canais para promover essa *interlocução entre poder público e os jovens participantes dessas ações*. Entretanto, tais iniciativas restringem-se ao debate de propostas e avaliação da condução dessas ações, atingindo somente os jovens usuários desses serviços.

O Centro de Referência da Juventude e o Núcleo Afro Odomodê – que são os dois espaços juvenis construídos pela Prefeitura Municipal de Vitória, desenvolvidos pela Gerência de Juventude da Secretaria de Assistência Social – possuem, cada qual, sua estratégia para pensar suas atividades e ações junto aos jovens usuários dos serviços prestados.

O CRJ construiu em 2008 uma ação chamada Conexão CRJ. Essa atividade visa promover e garantir a interlocução dos jovens participantes das atividades e oficinas oferecidas nesse espaço juvenil (RAGATTIERI; SILVA, 2009); (ENTREVISTADO 4).

De acordo com o *Entrevistado 4*, o Conexão CRJ é um canal criado para oportunizar aos jovens que circulam no espaço e participam das atividades oferecidas possam avaliar, analisar, propor ações e soluções aos serviços prestados no local. Nesse sentido, a perspectiva é tentar democratizar a gestão do espaço.

O *Entrevistado 4* ressalta que o Conexão CRJ são encontros que acontecem geralmente no início ou no final das oficinas e não possui uma periodicidade fixada. Segundo Ragattieri e Silva (2009), em estudo sobre o CRJ, destacam que os encontros ocorrem mensalmente. Sendo assim, reúnem-se em torno de 10 a 15 jovens representantes de cada atividade realizada no CRJ com alguns membros da equipe para discutirem demandas e alternativas às ações desenvolvidas no local (ENTREVISTADO 4).

Ragattieri e Silva (2009) evidenciam que a participação dos jovens no Conexão CRJ contribuiu para que o Centro de Referência da Juventude aglutinasse suas propostas. Na avaliação dos jovens entrevistados pelas autoras, há alguns avanços através dessa participação.

Conforme apontam as autoras (*ibidem*), a própria equipe do CRJ passou a reconhecer o canal de participação Conexão CRJ como um mecanismo de controle social.

O CRJ, por sua vez, é um espaço juvenil que atua dentro da Secretaria de Assistência Social. Esta secretaria atua conforme as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social de 2004¹³⁵ e

¹³⁵ A **Política Nacional de Assistência Social**, aprovada 22 de setembro de 2004 (PNAS/2004) surge para complementar e dar diretrizes à efetivação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742. Esta política prevê algumas diretrizes para sua concretização nas três esferas da federação. Uma delas é a garantia da “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (CADERNOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLUME 1, 2006, p.58).

Fundamentado nos compromissos da PNAS/2004, o **Sistema Único de Assistência Social** – SUAS, “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (CADERNOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLUME 2, 2006, p. 28).

pelas expectativas do PL nº 4.530/04 que prevê a criação de um Plano Nacional da Juventude (RAGATTIERI; SILVA, 2009).

Nesse sentido, o atendimento das diretrizes da PNAS e do PL 1.530 implica justamente a adesão de uma perspectiva de descentralização de poder decisório, conforme o pensamento de Junqueira (2005) e Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997), para o estabelecimento de uma relação mais próxima entre sociedade civil juvenil e o Estado (no caso, o CRJ) para proposição e avaliação das ações.

A gente senta com os jovens para que eles possam avaliar com a gente, analisar a política, o serviço que está sendo oferecido pelo Centro de Referência de Juventude, além de propor ações e soluções. É algo que vai ao encontro do que o SUAS - Sistema Único de Assistência Social pede, no sentido de ter um caráter participativo nos serviços e na construção das iniciativas e dos projetos (ENTREVISTADO 4).

Embora o *Entrevistado 5* considere que o Centro de Referência da Juventude possui uma boa interlocução com as juventudes através do Conexão CRJ ao dizer que esse mecanismo constitui-se numa ferramenta interessante para canalizar essa participação juvenil, este mesmo entrevistado enfatiza a necessidade do CRJ ampliar essa interlocução restrita à avaliação e proposição de questões internas, devendo contribuir também para provocar a discussão da política de juventude no nível do município.

[...] acho que o CRJ tem uma boa intervenção, é um centro de referência, tem uma metodologia de discussão inclusive interna com os grupos juvenis locais. Ele tem um espaço democrático de discussão como o Conexão CRJ que é um grupo de jovens que discute a política. Mas é limitado. Acho que o CRJ tinha que provocar um pouco mais dessa política maior, o Conexão CRJ não pode ser um conexão CRJ para discutir as questões internas do CRJ, tem que ser um Conexão CRJ para discutir as questões internas do município (ENTREVISTADO 5).

O *Entrevistado 4* ressalta que, para além da interlocução realizada com as juventudes através de um canal de participação organizado como o Conexão CRJ, o Centro de Referência da Juventude mantém um diálogo freqüente com diversos seguimentos juvenis (do *hip hop*, do *skate*, do *funk*, do *Le parkour*) no sentido de potencializar suas iniciativas

[...] a gente acaba tendo outros espaços de interlocução com os jovens que são os espaços não tão formais como esse do Conexão que tem uma demanda específica. Esses

outros espaços também servem para dialogar e também para a gente refletir sobre a política. Geralmente isso acontece com algum tipo de segmento. Às vezes a gente senta com o movimento hip hop, [...] a gente está pretendendo retomar o lance da referência reggae [...]. Isso serve para sentirmos a demanda de cada movimento específico, [no sentido de pensar assim:] o que que o Centro de Referência pode contribuir, pode acrescentar para esse movimento? Isso ocorre a partir de uma situação ou de algum evento que está sendo colocado [e solicitado ao CRJ]. Então, [a interlocução] acontece um pouco a partir disso (ENTREVISTADO 4).

Hoje, a gente mantém um diálogo com os diversos movimentos [do hip hop, do rock, do funk] e com as diversas esferas. Às vezes, o diálogo é só para poder fazer ações específicas ou mesmo para atender alguma necessidade do movimento, também rola. Tem um grupo de axé que ensaia por aqui, que dança, [...] tem a galera do break, que está sempre por aqui....(ENTREVISTADO 4).

Esse mesmo entrevistado acredita que o contato feito com grupos juvenis locais também são mecanismos para promover interlocução com os jovens da cidade a fim de potencializar as ações desenvolvidas pelo CRJ.

O Núcleo Afro Odomodê também construiu um canal de interlocução e interação com os jovens participantes das oficinas oferecidas nesse espaço, o **Roda de Conversa**.

[...] a Roda de Conversa não é necessariamente uma ação, é algo que acontece dentro das oficinas [do Núcleo Afro Odomodê] como forma de trabalhar a metodologia de criar alguns espaços de diálogo. [...] Ela funciona mais ou menos assim: a nossa metodologia precisa acontecer de forma que a gente discuta algumas ações com esses jovens. Discutir o racismo, discutir preconceito, discutir homofobia, discutir o lugar do jovem na sociedade, [por exemplo]. Mas, a gente entende também que é preciso construir junto, até porque, com o jovem, não dá para você vir com algo pronto, você tem que construir junto [com ele], senão não há legitimidade naquele processo (ENTREVISTADO 7).

De acordo com o *Entrevistado 7*, a Roda de Conversa surgiu de uma iniciativa dos técnicos do Núcleo que pretendiam discutir o tema sexualidade em uma das oficinas oferecidas no Núcleo. Com o sucesso dessa atividade, a equipe do Núcleo Afro Odomodê avaliou que seria interessante estender essa idéia às demais oficinas oferecidas pelo espaço, todavia, os temas da Roda seriam escolhidos pelos participantes.

[A ampliação das Rodas de Conversa] foi um resultado da nossa avaliação de final de ano. Começou com essa temática [da sexualidade], mas nessa avaliação, nós fechamos a proposta de que os temas seguintes seriam escolhidos pelos jovens. De forma até surpreendente [...] os jovens quiseram discutir o preconceito de diversas formas: preconceito racial, homofobia, questão de gênero. Achamos bacana isso, [para nós,

isso] é também um resultado [...] São três rodas, três ciclos durante o ano: de sexualidade, o próximo será o preconceito e o terceiro ainda vai ser escolhido da próxima roda. Esse é um espaço bacana de diálogo, porque não é o instrutor que está ali, são pessoas da equipe técnica que vão e que recolhem essas demandas e que procuram também trabalhar outras coisas com esses jovens (ENTREVISTADO 7).

Esse Núcleo também tem a preocupação de estreitar a interlocução com movimentos sociais e com entidades da sociedade civil. O *Entrevistado 7* citou alguns movimentos e entidades que possuem interlocução com o núcleo: a comunidade tradicional Quilombola de Araçatiba, localizado no município de Viana na Grande Vitória¹³⁶, o Fórum Estadual da Juventude Negra – FEJUNES¹³⁷ e o Conselho Municipal do Negro - CONEGRO¹³⁸.

Através dessa interlocução com os movimentos sociais, a equipe do Núcleo Afro Odomodê esforça-se para situar os jovens participantes acerca do debate sobre a luta social em torno da questão racial e do negro na sociedade.

Podemos dizer que esses dois espaços promovem participação gestonária e consultiva conforme destacam Baquero e Hammes (2007). Gestonária, pois, tanto o Conexão CRJ como a Roda de Conversa se propõem a serem espaços onde se combina a participação com a satisfação das necessidades dos jovens participantes com proposição de estratégias a fim de potencializar as atividades ofertadas. A participação consultiva está expressa nesses dois mecanismos, pois também tendem a expressar a vontade e a avaliação dos jovens usuários.

As duas gerências voltadas à execução de ações para a juventude da Prefeitura Municipal de Vitória estão claramente articuladas com setores juvenis diferenciados. A GJUV/SEMAS possui uma forte interlocução com os movimentos culturais como o *hip hop* e o *funk* e esportivos como

¹³⁶ A Comunidade Quilombola de Araçatiba, localizada no município de Viana que compõe a região metropolitana da Grande Vitória é considerada uma comunidade tradicional composta por descendentes de indígenas e de escravos. Nessa localidade existe uma organização política, o Fórum Comunitário de Araçatiba (FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES NACINAIS DE DIREITOS HUMANOS, 2007). De acordo com o Entrevistado 7, nessa comunidade tem-se a presença de algumas lideranças jovens.

¹³⁷ O FEJUNES é um movimento social juvenil capixaba. “É fruto da aglutinação de jovens comprometid@s com a transformação social e tem como objetivo organizar a Juventude Negra do Estado do Espírito Santo numa perspectiva autônoma, afrocentrada, quilombola, militante, protagonista, democrática, combativa e de resistência, na luta anti-racista, contra qualquer forma de opressão e pela Emancipação do povo negro” (FEJUNES, 2010, s/p).

¹³⁸ O Conselho Municipal do Negro é regido pela Lei municipal de Vitória nº 6.824.

skate e le parkour, já na GRJ/SECOP a interlocução com a juventude é feita com o movimento estudantil universitário e secundarista e ainda com movimentos de jovens religiosos.

O *Entrevistado 5* apresenta certa inquietação com relação aos meios tradicionais utilizados pelo poder público para fomentar a mobilização social e juvenil. Fica claro que esse entrevistado preocupa-se com a prevalência da participação de setores juvenis mais organizados como dos partidos políticos e o próprio movimento estudantil em detrimento da participação de setores jovens menos organizados como grupos culturais, esportivos e comunitários.

[...] é preciso ter clareza em que momento [fomentar essa participação]. Pois, não tem jeito de fazer uma política com o jovem de forma tão fragmentada, porque os grupos mais fortalecidos como os grupos partidários, por exemplo, se apropriam dessa [organização] política, e aí a juventude que está na periferia, que está na cidade, que está nos centros mais urbanos, fica invisível [diante deles], porque [a juventude da periferia] não tem a prática [política] e o exercício de estar se reunindo (ENTREVISTADO 5).

[...] essa opção [por agregar a participação juvenil] vai se construindo. Para mim, os dois lados são ruins, tanto quando você direciona a política só para a juventude e não consegue perceber que há uma dimensão de participação ou quando você tenta promover uma dimensão de participação inicial sem nenhuma sustentação [da política com os jovens]. Aí, os grupos [fortes] se apropriam e você não consegue fazer uma interlocução com um conjunto maior de jovens. [...] (ENTREVISTADO 5).

Já o *Entrevistado 10* reforça a importância da participação do movimento estudantil no processo de interlocução com o poder público, pois acredita que esse movimento possui maior capacidade de organização política, o que para esse entrevistado, o coloca num patamar diferenciado em relação aos movimentos culturais juvenis.

De certa forma, como a gente veio do movimento estudantil, a gente criou um laço maior com esse movimento, são os congressos de UNE, de UBES e a gente está muito envolvido com o movimento estudantil, tanto por a gente ter feito parte e como por uma concepção que talvez seja minha inclusive que, embora reconheça o valor que tem o hip hop, que tem os outros movimentos de juventude, nenhum movimento tem condições de movimentar a juventude inclusive de politizá-la como o movimento estudantil, não tem! Nunca vi o hip hop colocar dez mil pessoas na rua para uma manifestação contra o aumento da passagem de ônibus ou qualquer movimento que seja, pois eles têm uma influência muito grande na cidade do ponto de vista de mobilização, o “movimento passe livre”¹³⁹ foi um movimento que demonstrou essa capacidade de interlocução com a cidade [...] (ENTREVISTADO 10).

¹³⁹ O exemplo dado pelo entrevistado está relacionado com um movimento preconizado por estudantes universitários e secundaristas ocorrido em julho de 2005 e conhecido como movimento “Passe Livre”. Esse movimento foi uma reação dos estudantes contra o reajuste da passagem do transporte coletivo intermunicipal do

Esses outros movimentos eu acho eles um pouco reféns das administrações porque eu vejo uma ligação desses movimentos, que embora eles possam ter uma relação de crítica e tal, mas eles estão muito afinados às políticas da administração, eles são os oficineiros da prefeitura. Então, assim, eu não vejo muita independência também não. Não acho que, já que eu comecei a falar do hip hop, que seja uma expressão da juventude como é colocada, a juventude está no funk, está no pagode e outras expressões culturais, talvez das expressões culturais, o hip hop, na minha avaliação, é a mais politizada de todas elas. Mas assim, nossa relação é maior com o movimento estudantil e com o movimento relacionado à igreja. (ENTREVISTADO 10)

Todavia, tanto o *Entrevistado 5* como o *Entrevistado 10* enfatizam a necessidade da PMV e de suas instâncias gestoras ampliarem a interlocução com os jovens e os setores juvenis da cidade. Ambos convergem sobre a opinião de fomentar a criação de um Conselho Municipal de Juventude como um mecanismo legítimo de controle social por parte dos jovens. No entanto, esses profissionais divergem sobre a valorização/desvalorização dos setores juvenis a serem mobilizados para intensificar essa interlocução entre poder público e sociedade civil jovem, como vimos acima.

[...] para se avançar é fundamental que hoje os conselhos de juventude se fortaleçam. Aqui no município tem que ter conselho fortalecido, mas já deu um avanço, pois muitos jovens já saíram da invisibilidade, esse é o primeiro passo. Porque até para você pleitear a participação em algum conselho, os jovens têm que sair desse processo de invisibilidade (ENTREVISTADO 5).

[...] acho que o conselho começa a pressionar um pouco o fortalecimento dessas políticas juvenis em todas as secretarias. Acho que política de juventude é intersetorial, mas para isso tem que ter essa construção, esse embate, tem que ter uma cobrança social (ENTREVISTADO 5).

Os recursos que hoje a gente tem, tem que ser discutido com uma juventude maior. Mas que juventude você vai discutir se não tiver um conselho? Você só consegue discutir com alguns entes representativos, numa instância, não se discute com um grupo (ENTREVISTADO 5).

Embora o encaminhamento para a criação do Conselho Municipal de Juventude tenha ocorrido em 2006, a opção dessa gestão foi esperar a concretização das ações que estavam sendo construídas, bem como ampliar a interlocução com os diferentes segmentos da juventude municipal anteriormente à criação do Conselho.

Sistema Transcol da Grande Vitória, movimento que sofre forte e violenta repressão policial, levando mais de 3 mil pessoas às ruas de Vitória por quase uma semana. O resultado dessas manifestações foi a revogação do aumento da passagem pelo governado do estado (SCHULTZ, TAQUETTI, MATTOS, 2006).

Na avaliação do *Entrevistado 10*, essa opção não se caracteriza como algo positivo para a gestão, pois isso pode demonstrar que a PMV não possui um caráter democrático em relação ao debate das suas políticas voltadas à juventude local.

Algumas coisas são feitas de símbolos e alguns símbolos são importantes, por exemplo, nós não termos um Conselho Municipal de Juventude é um símbolo ruim, é um símbolo, às vezes, de que a gente não tem comprometimento com a política de juventude ou que a gente não quer discutir com a juventude da cidade as políticas que nós fazemos... (ENTREVISTADO 10).

Nesse período, de acordo com o *Entrevistado 5*, a prefeitura não tinha boa interlocução com a juventude da cidade. Esse processo foi sendo construído pouco a pouco através de ações que deram visibilidade a alguns jovens e alguns grupos juvenis como o Rede Jovem e o Cine Kbça. Desse modo, a opção da gestão foi não partir inicialmente para a criação do Conselho Municipal de Juventude, por considerar que a participação dos jovens poderia ser muito fragilizada naquele momento, podendo este Conselho não adquirir legitimidade perante o Estado e a própria sociedade.

O poder público fez um papel de interlocução e de fortalecimento dos grupos, de dar visibilidade, de criar alguns canais, como o CRJ, hoje tem políticas um pouco mais sustentadas, políticas de 2, 3 anos, 4 anos de implantação. Mas aí, para você direcionar especificamente essa luta juvenil hoje, essa formulação do conselho é fundamental (ENTREVISTADO 5).

A discussão intersetorial através da Câmara Técnica da Juventude também tem pautado a criação de um Conselho Municipal de Juventude.

Contudo, ainda há desafios para esse município progredir para da criação desse conselho, pois, grande parte dos grupos juvenis que possui relação política com o poder público – exceto setores do movimento estudantil, o FEJUNES e os grupos religiosos – não possui organicidade, registro, estatuto e até mesmo legitimidade social.

Assim, como poderá ser feita a eleição de um Conselho Municipal de Juventude nessas condições? Como agregar esses segmentos à composição de um Conselho? Que jovens são representantes desses grupos? Como esta Prefeitura fará agregar novas formas de participação

destacadas por Novaes (2007, p. 100), no sentido de se “[...] atentar para novas apropriações e linguagens que renovam a política e (re)inventam possibilidades do(a) jovem de hoje estar e agir no espaço público”.

E se o esforço feito pela PMV para promover essa participação não evoluir para a construção de um canal de interlocução com o formato de Conselho? Quais são as alternativas para viabilizar a participação e controle social dos jovens da cidade?

Essas são questões propostas para serem refletidas pelo corpo gestor da PMV, já que são os técnicos e as forças políticas por trás desse governo que tem o conhecimento da realidade que está “atrás dos bastidores” dessa gestão municipal. Será a partir do amadurecimento dos seus gestores e da CTJ que a criação de instâncias participativas poderá evoluir, seja para criação de um Conselho, um Fórum, um grupo, seja construindo uma Política Municipal de Juventude que preveja o estabelecimento de um espaço de interlocução no interior de cada ação desenvolvida.

Até o momento, tem-se a criação de mecanismos no interior das próprias ações como o Roda de Conversa e o Conexão CRJ como participações de caráter consultivo e gestor. Entretanto, o acúmulo de ações desenvolvidas pelo município, a pressão interna por fortalecer e promover ações integradas, a amplitude de setores promotores de ações e as dúvidas quanto às necessidades e demandas dos jovens de Vitória, tem demandado a criação de um espaço institucional e legítimo que realize encontros periódicos entre poder público e sociedade civil jovem enquanto mecanismo de controle social e de interlocução com os representantes das juventudes.

A análise das entrevistas aponta para o entendimento de que a criação de um Conselho Municipal de Juventude seja a postura mais recorrente entre os entrevistados que se posicionaram e que conhecem esse debate (ENTREVISTADO 4, ENTREVISTADO 5, ENTREVISTADO 10).

O fato de não haver um mecanismo de participação e controle social tem deixado alguns técnicos receosos com relação à possibilidade das ações/projetos/programas/espacos não evoluírem para uma continuidade na mudança de governante.

Atualmente, a gente vê que a política só vai conseguir avançar através de uma formulação de um Conselho de Juventude [...] a cidade agora chegou num patamar que sem a provocação e a cobrança, a força de um conselho, eu acho que a política juvenil na cidade não conseguirá ir além (ENTREVISTADO 5).

A Prefeitura de Vitória construiu essa interlocução com a juventude e se ela não conseguir caminhar nesse sentido da construção do conselho, vai se tornar uma política diretiva de dentro para fora do poder público, vai terminar a gestão [de políticas para a juventude] se ela não conseguir provocar ou criar os espaços democráticos [que as discutam] (ENTREVISTADO 5).

Podemos afirmar ainda que três ações locais¹⁴⁰ relacionadas com a juventude local – a Ação Circuito Cultural, os Jogos Comunitários Vitória da Paz e o programa Vitória da Qualificação – não promovem meios de interlocução especificamente com o público juvenil para proposição, condução ou avaliação dos projetos. Essa interlocução é feita com associação de moradores, lideranças comunitárias, lideranças ligadas à arte e cultura local, mas não há qualquer diretriz para fomentar o debate com as juventudes.

No caso dos Jogos Comunitários Vitória da Paz, a interlocução é feita com o movimento comunitário da localidade onde vai ser desenvolvido o projeto.

No início, a gente procura as lideranças locais, as associações de moradores, os centros comunitários, [...] praticamente em todos os bairros há seus representantes. A gente participa de reuniões, os convida para explicar o que é o nosso projeto [...] (ENTREVISTADO 6).

As ações voltadas ao trabalho e geração de renda em Vitória – como é o caso do programa Vitória da Qualificação – contam com o controle social feito pelo Conselho Municipal do Trabalho.

Com o próprio conselho municipal do trabalho que é composto pela sociedade civil, os órgãos e as instituições. Todas as nossas ações são aprovadas pelo conselho, tudo passa pelo conselho municipal [...] (ENTREVISTADO 15).

O projeto Mobilização Estudantil, embora seja uma ação pensada eminentemente pela equipe técnica, tem na sua própria intencionalidade, o diálogo com os jovens participantes na sua

¹⁴⁰ Lembramos que essas três ações oferecem serviços públicos a todos os municípios de Vitória, contudo, seu maior público são de jovens. Por isso as chamamos de ações relacionadas com o a juventude e não ações específicas.

formação e organização política. Contudo, as falas dos entrevistados não demonstram realizar interlocução com movimentos sociais externos. Entretanto, mostraram-se abertos ao diálogo com os movimentos juvenis, contanto que a atividade do projeto garanta sua independência em relação às instituições e partidos políticos.

Já os entrevistados do Cine Kbça não souberam informar se em algum momento foi feita interlocução com os segmentos juvenis para proposição e condução das ações.

5.3. INTERSETORIALIDADE: “UMA PEDRA NO SAPATO DA GESTÃO”

No terceiro capítulo desta pesquisa tratamos tanto do conceito de intersectorialidade proposto por Junqueira (2005) e Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997), como do modelo de gestão da Prefeitura de Vitória que oportuniza o exercício da intersectorialidade entre os seus diversos setores. Sendo assim, destacamos a estratégia criada para integrar as ações desenvolvidas para os jovens no município que é a Câmara Técnica da Juventude.

Ao questionarmos os gestores sobre como se dava a intersectorialidade das ações voltadas à juventude na PMV, diferentes pontos de vista foram relatados. Curiosamente, a maioria dos entrevistados desconhecia a estratégia da CTJ enquanto um mecanismo proposto pela gestão para fomentar a integração das ações desenvolvidas para a juventude do município.

Como é que você fala de intersectorialidade se você não tem essa câmara [que discuta juventude]? (ENTREVISTADO 1).

Hoje não existe [intersectorialidade], a não ser assim, algumas atividades pontuais [...] (ENTREVISTADO 11b).

Já aconteceram discussões [sobre as PPJ], mas a gente não fez parte delas, [...] infelizmente a gente não [...] pôde participar por conta de outras atividades (ENTREVISTADO 13a).

Os técnicos entrevistados da Ação Circuito Cultural, dos Jogos Comunitários Vitória da Paz, do Programa Vitória da Qualificação e do Cine Kbça desconheciam a existência da Câmara Técnica de Juventude.

As entrevistas feitas com os membros da Ação Circuito Cultural, dos Jogos Comunitários Vitória da Paz e do programa Vitória da Qualificação demonstram que os mesmos reconhecem nas Câmaras Territoriais e nos Comitês Gestores esses mecanismos de construção de intersectorialidade. No entanto, a temática juventude não é, em geral, privilegiada nas discussões desses espaços, pois ali são discutidos temas gerais que tratam de toda a população e também do conjunto de serviços prestados pela PMV em determinado território da cidade.

Como dissemos acima - exceto o Cine Kbça - o Circuito Cultural, os Jogos Comunitários e o Vitória da Qualificação são ações com grande presença de jovens participando dos serviços, porém não são ações que oferecem serviços especificamente para os jovens.

Com relação à construção de ações integradas, ou seja, para promoção da intersectorialidade na gestão das políticas de juventude do município, as ações relacionadas com a juventude, como as três citadas acima que não têm um foco direcionado na juventude local também não possuem uma boa inserção no debate intersectorial e na CTJ através da participação de seus técnicos. Esse debate está muito mais fortalecido entre os técnicos inseridos nas ações específicas para a juventude.

Hoje, a minha avaliação é que a interlocução ela precisa aumentar muito, mas [...] eu vejo que em se tratando de política, do fazer política no dia a dia, [construir isso] não é fácil. Porque a gente que está Gerência de Promoção Social da Juventude isso é simples, porque é uma Gerência específica, cuidando de assuntos específicos de juventude, aqui a gente respira e faz coisas com, para e a partir de juventude o tempo todo. Para outras [secretarias] [...], isso [...] é mais difícil, acaba que para a gente que está aqui [se faz necessário] conseguir interagir da melhor maneira possível com eles, [mas isso] também não acontece hoje da melhor maneira (ENTREVISTADO 4).

A interlocução ainda é muito tímida, acho que a Câmara Técnica ainda não conseguiu efetivamente dar respostas. Muitos gestores não participam, principalmente nessas áreas do trabalho e geração de renda, cultura e esportes. A participação é muito tímida. Isso mostra uma fragilidade na intersectorialidade [...] (ENTREVISTADO 5).

Já os técnicos entrevistados referentes à GJUV/SEMAS, à GRJ/SECOP, ao CRJ e ao Núcleo Afro Odomodê reafirmam que a Câmara Técnica de Juventude é o espaço legítimo para operacionalizar a integração das ações desenvolvidas para a juventude na PMV. Os gerentes da GJUV e da GRJ e o coordenador do CRJ participam inclusive dessa câmara.

[...] a prefeitura tem um costume bom de discutir internamente, eu acho que a Câmara Técnica da Juventude evolui esse debate entre os gestores mais ligados à juventude (ENTREVISTADO 10).

Alguns entrevistados reconhecem que a CTJ ainda está em processo de legitimação e de conformação no conjunto da prefeitura.

Eu acho que a relação intersetorial é boa na Prefeitura de Vitória. Ela pode melhorar mais para a questão específica da juventude com a retomada da Câmara Técnica da Juventude. Para mim, esse é um passo importantíssimo dentro da prefeitura que precisa ser legitimado, precisa ser regulamentado. Eu não concordo com essa idéia de discutir uma câmara que vai ficar na informalidade como as outras ficam (ENTREVISTADO 10).

Para o *Entrevistado 5*, a interlocução entre os setores da PMV ainda é frágil devido a restrita capacidade de dar respostas às demandas internas e de agregar todas as secretarias executoras de ações voltadas para a juventude na Câmara Técnica de Juventude.

Eu vejo também que a gente precisa quebrar um pouco as nossas barreiras [...], cada secretaria fica ali no seu quadrado, no seu espaço. Às vezes isso dificulta essa interlocução, acho que isso também é uma política urgente para conseguir fazer com que os serviços estejam totalmente integrados de modo a oferecer um melhor padrão para o cidadão, neste caso o jovem. Então, no meu ponto de vista, ainda há muita coisa a se fazer em relação a uma organização como essa que é a câmara técnica (ENTREVISTADO 4).

Alguns entrevistados refletem sobre a criação da uma Secretaria de Juventude como meio de contribuir para integrar e agregar as ações executadas e também para a viabilização de ações intersetoriais.

[...] já se cogitou, na verdade, já se comentou muito sobre a criação de uma Secretaria de Juventude como algo importante para dar conta [da intersetorialidade], já que são muitos projetos, muitas iniciativas espalhadas. Que eu não sei, assim, será que só criar uma secretaria resolve? Eu acho que o comprometimento com o trabalho, essa bandeira da juventude, as noções de concepção de juventude, [...], acho que isso ajudaria muito para que a gestão funcionasse da melhor maneira em relação a esse serviço com o jovem (ENTREVISTADO 4).

Acho que falta para a gente uma secretaria, falta para a gente um conselho, um plano municipal de juventude para a gente afirmar de vez a política de juventude na cidade como política pública (ENTREVISTADO 10).

Os entrevistados destacam ainda que a construção da intersectorialidade não se restringe à discussão da Câmara Técnica de Juventude. Alguns técnicos também têm construído alternativas para estreitar o diálogo entre setores das diferentes secretarias. Seja em reuniões internas de cada setor; fazendo parcerias entre projetos; fortalecendo ações por meio de apoios em termos de logística e de infra-estrutura, etc.

*A gente tem um **diálogo também com outros projetos** que trabalham com essa perspectiva [do debate étnico racial] dentro do poder público. A gente tem um diálogo com a Comissão de Estudos Afro-Brasileiros - CEAFFRO¹⁴¹ e um diálogo com a Gerência de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Cidadania (ENTREVISTADO 7).*

*Para além da Câmara Técnica de Juventude, **na própria secretaria [SEMAS]** nós temos as nossas próprias discussões internas entre gestores [...] e a gente se reúne e discute como está sendo implementada a política, o que tem que ser reavaliado, como é que está sendo a condução e as diretrizes mais gerais (ENTREVISTADO 7).*

*[...] em alguns momentos [construímos interlocução] com a gerência de juventude, com os projetos que estão vinculados à gerência [...]. Aí nós discutimos políticas, discutimos ações, discutimos possibilidades de criar redes entre os projetos da gerência de juventude. Quando as relações [...] acontecem intersectorialmente, no sentido de uma gerência com outra gerência, com outras secretarias, **elas acontecem meio que ocasionalmente** (ENTREVISTADO 11b).*

*Existe a questão **dos apoios**, muitas vezes nós somos solicitados também para estarmos em outros eventos que não é da nossa pasta, a gente também apóia outros eventos também. No caso os jogos escolares, corridas que a gente tem aqui na cidade: corrida da mulher, corrida das regionais, corridas intermunicipais, passeio ciclístico, etc. Então, são outros momentos que a gente também faz essa integração. (ENTREVISTADO 12).*

O *Entrevistado 4* considera uma conquista que a Câmara Territorial da Regional VIII (que contempla somente o bairro de Jardim Camburi, devido ao seu tamanho territorial e populacional) tenha definido o tema juventude para ser discutido junto aos gestores dos diversos equipamentos públicos da PMV localizados nessa regional. Mesmo se tratando de um bairro de classe média, trata-se de uma localidade com grande número de jovens e que apresenta algumas questões envolvendo a juventude ao tráfico e ao uso de drogas em praça pública e isso tem preocupado o conjunto de gestores integrantes dos equipamentos públicos:

¹⁴¹ A Comissão de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro), localizada na Secretaria de Educação da PMV, realiza ações que fortaleçam a adoção do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo do ensino fundamental da PMV em atendimento à lei federal Lei Federal 10.639/2003, essa modalidade de ensino está prevista em toda a rede de ensino fundamental e médio, seja pública ou privada do país (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010c).

Existe um outro espaço [...] que é a Câmara Territorial em Jardim Camburi, ela demandou o debate sobre a juventude. Então, há dois anos a Câmara de Jardim Camburi está organizada em cima desse debate de juventude. Nela, discute-se transversalmente com a saúde, com o meio ambiente, por aí vai. Só que o tema da juventude é um tema recorrente, pois é o bairro que mais cresce no município de Vitória e tem um quantitativo grande de jovens, e tem um problema sério como toda cidade com a violência, as drogas e tal. Então, esse tema foi eleito como um tema primordial e há dois anos isso está sendo trabalhado na Câmara Territorial de Jardim Camburi, então é mais um espaço onde os gestores se encontram, procurando debater questões de juventude (ENTREVISTADO 4).

É importante observar a colocação do *Entrevistado 5* ao dizer que a política de juventude depende da intersetorialidade municipal, pois, em alguma medida, qualquer ação pública e social é transversal ao sujeito jovem. Entretanto, tem-se a necessidade de fortalecer cada vez mais o vínculo profissional e administrativo das ações desenvolvidas para o público juvenil da cidade de Vitória com o propósito de atender a juventude na sua totalidade, como apontou Junqueira (2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do presente estudo visou identificar a gestão das ações locais dirigidas ao público juvenil desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Vitória e a concepção que seus gestores têm sobre esse segmento. Além disso, identificamos no desenvolvimento das políticas de juventude, que são objeto dessa pesquisa dois mecanismos de gestão: o estímulo à interlocução com as juventudes e a construção da intersetorialidade entre os diferentes setores executores de ações, projetos, programas e espaços juvenis.

É inegável considerar que a PMV não se exime da responsabilidade de atuar em prol da juventude do município, principalmente em relação aos jovens mais pobres. Vitória possui um panorama bastante complexo envolvendo homicídios entre jovens, principalmente com relação aos jovens residentes dos bairros periféricos da cidade. Isso está expresso tanto em dados municipais quanto nacionais. A mídia local e nacional também tem contribuído para divulgar esses dados, contribuindo assim para situar Vitória entre as capitais mais violentas do país.

A atuação desta prefeitura se dá por meio da oferta de ações e políticas públicas e sociais executadas em diversas secretarias municipais; da criação de duas instâncias gerenciais específicas para a juventude; da realização de duas edições de Orçamento Participativo da Juventude; da criação de um colegiado de técnicos de diferentes pastas com o objetivo de integrar a gestão da política municipal de juventude, que é a Câmara Técnica de Juventude.

Entre ações e políticas federais e locais, a PMV apresenta um quantitativo aproximado de 26 (vinte e seis) ações públicas ou público-privadas entre programas, projetos e espaços juvenis. Sete dessas ações são iniciativas elaboradas pela própria prefeitura.

Esses elementos também demonstram uma atenção despendida por essa gestão com relação às questões que perpassam a situação e condição juvenil local. Isso denota também uma atuação que tenta adequar-se ao debate nacionalmente construído sobre a recente proliferação de ações públicas que também fomenta a construção de uma esfera pública favorável à juventude.

Neste estudo, não nos propomos a avaliar cada instância ou cada ação desenvolvida pela Prefeitura de Vitória, mas sim, apresentar **o que a Prefeitura de Vitória tem enquanto organização político-administrativo de/para/com a juventude local. Como e qual são os meios utilizados para alcançar essas expectativas?**

Acreditávamos, inicialmente, que a concepção dos sujeitos gestores sobre a juventude pode influenciar a proposição, a construção do teor programático e a execução de ações públicas dirigidas aos jovens. Foi possível perceber, através dos discursos dos entrevistados, o quanto esta hipótese se confirma.

As ações locais de/para/com a juventude da Prefeitura de Vitória, quando direcionadas especificamente ao público juvenil, onde seus gestores, em geral, possuem uma leitura mais ampla e um debate mais consistente sobre o que representa a juventude para eles, a expectativa da ação também se amplia, a compreensão sobre a diversidade de juventudes se expressa e o jovem é visto muito mais como um sujeito em potencial do presente, como propõem muitas das idéias difundidas por Dayrell (2003), Margulis e Urrest (1996) e Quapper (2001). Pôde-se perceber isso nos discursos dos técnicos das seguintes ações: Centro de Referência da Juventude, Núcleo Afro Odomodê, Cine Kbça e o projeto Mobilização Estudantil.

Já nas políticas onde o jovem inclui-se dentro do público alvo da ação, mas não é o foco a ser atendido, percebe-se que os discursos dos gestores sobre as concepções em torno da juventude expressam mais uma preocupação geral com esse segmento, um lamento com relação a sua situação social, encaram a juventude como uma fase transitória, ressaltando-a mais como um problema. Essas perspectivas também foram trabalhadas por Abramo (1997; 2005), León Dávila (2005), Abad (2002) e Krauskopf (2006) como visões que, durante muitos anos, compuseram e ainda vem compondo o teor conceitual de ações públicas para jovens. Dentro da perspectiva acima, destacam-se os discursos dos gestores do programa Vitória da Qualificação, da Ação Circuito Cultural e dos Jogos Comunitários Vitória da Paz.

Observa-se que os técnicos dessas últimas três ações citadas não as reconhecem como políticas de juventude, mesmo sendo os jovens cerca (ou mais de) 50% do seu público usuário. Assim,

como não há essa identidade e esse reconhecimento do sujeito jovem como protagonista desses serviços, dificilmente as atividades delas são traçadas para atender as demandas e desejos dos jovens. São iniciativas que recorrem às instâncias tradicionais de participação (como associação de moradores e conselhos) como meios para dialogar com a sociedade sobre a condução e avaliação das suas atividades.

A questão colocada para esses espaços tradicionais é que não são espaços ocupados pela juventude local, como destacam os *Entrevistados 5 e 10*. Sendo assim, suas necessidades, demandas e desejos não são vocalizados de modo a contribuir para que essas ações adquiram uma “cara jovem”.

Refletindo sobre os limites e as possibilidades da ação do poder local, entendemos como Ivo Lesbaupin (2000) que dentro dos *limites* encontra-se a perspectiva de solução dos problemas de exclusão social no universo das cidades brasileiras, coisa que nenhum governo municipal, por mais ousado, idôneo, eficiente e democrático terá condições de sanar. Contudo, no âmbito das *possibilidades*, considera-se que é possível contribuir para a resolução de alguns gargalos, amenização de algumas questões urgentes, construção de um cenário favorável à participação popular, onde a sociedade tenha voz, onde haja possibilidade de compor a esfera pública para construção de uma contra-hegemonia dominante no conceito gramsciano, traduzido por Simonatto (2004) e Coutinho (2003).

Todavia, sabemos que o sistema capitalista evolui num sentido contrário aos interesses populares. É justamente nessa contraposição que o poder executivo deve provocar a inserção dos setores populares para compor as instâncias decisórias e deliberativas no nível local. Nesse sentido, acreditamos que a inserção dos setores juvenis no controle social das políticas de juventude se faz necessário. Mas, é preciso considerar que essa inserção política juvenil é complexa, pois, aglutinar grupos juvenis se tornou uma tarefa árdua à construção da democracia.

Conforme destacam Novaes (2007) e Caliari (2009), além das formas tradicionais de organização política juvenil como os partidos políticos e o movimento estudantis, que estão cada vez mais fragilizados, é possível considerar a emergência de novas estratégias de agrupamentos juvenis

que também tem cumprido um papel de divulgação de ideologias, na construção de uma contra-hegemonia às visões hegemônicas da concepção e participação juvenil.

E qual o problema nisso? A questão está colocada para o Estado sob dois grandes desafios: um primeiro diz respeito ao reconhecimento desses agrupamentos pelos órgãos públicos e da sociedade civil que atuam em prol da juventude. Um segundo refere-se à forma de aglutiná-los em espaços públicos tradicionais, pois, não se trata, necessariamente, de grupos organizados ou entidades registradas. E o Estado tende a estabelecer maior interlocução com organizações formais e reconhecidas legalmente.

Em meio a esse cenário dificultoso à inserção da participação juvenil dentro do serviço público, as duas gerências da Prefeitura de Vitória têm atuado no sentido de agregar a juventude. Entretanto, cada uma delas possui um olhar diferenciado sobre que segmentos a serem mobilizados para promoção dessa inserção.

O discurso dos entrevistados referente à Gerência de Juventude/SEMAS e a Gerência de Relações com a Juventude/SECOP expressam claramente a quais segmentos juvenis estão ligados ou fazem interlocução para condução das suas atividades.

A GJUV/SEMAS possui uma interlocução intensa com jovens ligados à expressões ou movimentos “artístico-políticos” como o *hip hop* (*break*, grafite e MC’s), o *funk* da paz, skatistas e jovens que fazem *Le parkour*. Já a GRJ/SECOP, além de ter profissionais em seu quadro oriundos do movimento estudantil, possui forte relação com esse movimento, tanto no âmbito universitário como secundarista e também com segmentos religiosos.

Observa-se, através dos depoimentos do *Entrevistado 5* e do *Entrevistado 10* um discurso de supervalorização desses segmentos, mas em nenhum momento apontando para uma inserção participativa que congrege todos esses setores juntos para comporem uma esfera pública democrática juvenil.

Vemos isso como um processo conflituoso, pois, ao passo que é preciso reconhecer e agregar outras formas de expressão, organização e agrupamentos juvenis para ocupar espaços de participação, não se pode negar a contribuição dos movimentos estudantis e partidários ou vice versa. A nosso ver, os grupos juvenis não devem ser dissociados, mas sim agregados.

Percebemos que há certo aparelhamento das gerências de juventude da PMV. A GJUV/SEMAS com os grupos artístico-políticos e a GRJ/SECOP com o movimento estudantil e partidário. Nos discursos dos seus entrevistados, percebemos diferenças e disputas em torno do que se entende por mobilização social e também por quem mobilizar para participar das instâncias.

O Projeto Mobilização Estudantil tem em sua proposta promover a formação política das lideranças estudantis e estimular a participação social e política dos jovens nas diversas instâncias possíveis (comunitária, artística, cultural, na forma de grêmios estudantis etc.).

Todavia, somente as atividades “Conexão CRJ” e o “Roda de Conversa” (Núcleo Afro Odomodê) visam à promoção da participação juvenil dentro do limite de suas atividades. Essas duas estratégias têm em vista o estabelecimento do controle social pelos jovens integrantes desses espaços, bem como, de um processo de participação gestonária conforme destacam Baquero e Hammes (2007).

Como dissemos anteriormente, não há instância de participação legítima no município como Conselho Municipal ou Fórum de Juventude. A única estratégia de participação deliberativa foi o Orçamento da Juventude, mesmo assim, o OPJ foi extinto pela gestão municipal.¹⁴²

O discurso do entrevistado que informa sobre os OPJs demonstra que a opção dessa gestão está em otimizar a organização político-administrativa do processo do Orçamento Participativo, quando evidencia a necessidade de criação de critérios técnicos para levantamento de demandas em detrimento da realização de uma grande consulta popular onde cada grande seguimento poderia ser representado. Nesse sentido, a juventude da cidade perde uma importante

¹⁴² Nas duas reuniões da Câmara Técnica de Juventude que participamos como observador, alguns gestores colocaram no debate a necessidade do município fomentar a criação de um Conselho Municipal de Juventude, contudo, não foi possível acompanhar o desfecho dessas discussões.

oportunidade de se fazer representada, tendo em vista que no I OPJ houve grande participação juvenil, como asseguram os *Entrevistados 5 e 10*.

Não podemos afirmar se a dificuldade de inclusão dos atores jovens para discussão e definição da agenda política municipal tem sido perseguida por essa gestão ou se as dificuldades de fomentar essa participação tem sido de fato algo difícil de acontecer, tendo em vista que a desmobilização social na atualidade não se restringe à participação da juventude, mas sim ao conjunto dos movimentos e entidades sociais.

O fato é que a criação do Conselho Municipal é pauta dessa gestão desde 2006, inclusive com discussão sobre a minuta da lei nesse período, como afirmou o *Entrevistado 10*. Contudo, não houve definição de que setor tomaria a frente desse processo. A GJUV/SEMAS recuou desse processo, pois entendia que nessa época a prefeitura não tinha uma interlocução sólida com os diferentes grupos juvenis, não havia um reconhecimento das ações que a PMV realizava com a juventude, já que as políticas ainda não estavam estruturadas. Já a GRJ/SECOP tinha o interesse de encampar essa idéia, mas, por motivos não declarados esse debate não foi à frente.

Atualmente, membros da GJUV/SEMAS e da GRJ/SECOP acreditam que agora seria o momento adequado para fomentar a criação do Conselho, pois as políticas já se encontram mais estruturadas e já há uma maior interlocução com alguns setores juvenis da cidade.

A restrita ou inexistente participação dos jovens de Vitória na proposição e definição de políticas públicas pode implicar numa ação municipal diretiva, como pontua o *Entrevistado 5*. Ou seja, onde se faz políticas **para** a juventude, contudo sem a presença dela, sem ouvir suas propostas e demandas latentes.

A falta de um canal legítimo que garanta a participação e dê voz aos grupos juvenis pode comprometer a gestão das políticas locais no sentido de oportunizar o diálogo com os jovens para criação e inovação das propostas e conteúdos programáticos das ações públicas em execução.

Contudo, não podemos afirmar que a criação de um Conselho Municipal de Juventude seja o melhor mecanismo para garantir a participação juvenil no município por duas principais questões. Uma por se configurar como um espaço tradicional de participação política que pouco tem encantado a juventude atualmente como aponta Novaes (2007), outra por acreditarmos que o espaço de participação como o OPJ teria maior condição de garantir a vontade da juventude, porque a sua organização permite agregar um grande número de jovens além da capacidade que os gestores locais têm de mobilizar diferenciados seguimentos juvenis como movimentos culturais, esportivos, estudantis e jovens inseridos nas políticas federais e locais executados pela PMV.

Para nós, um exemplo claro da falta de interlocução com a juventude está expressa na gestão do Programa Vitória da Qualificação, uma vez que não se consegue ofertar qualificação profissional de grande interesse da juventude local. Acreditamos que isso ocorra, pois a gestão do programa não construiu um canal de interlocução com os jovens ou mesmo com a rede de serviços voltados à juventude no município. Não há uma consulta sobre os desejos profissionais desse segmento. Essa consulta ocorre somente junto as empresas, ou seja, restringe-se às necessidades do mercado de trabalho local.

De acordo com o *Entrevistado 15*, a Secretaria de Trabalho e Geração de Renda já reconhece que os arcos ocupacionais oferecidos pelo Programa Vitória da Qualificação não são atrativos aos jovens. O Comitê Gestor dessa secretaria já vem discutindo sobre a necessidade de criar outros cursos que interessem mais a juventude.

Entretanto, como esses gestores saberão quais cursos interessam mais aos jovens da capital se não há um sequer um mecanismo que promova essa interlocução entre prefeitura e juventude local? Como saber se as atividades realizadas pelas demais ações interessam e dão resultados para essa juventude sem um canal de participação que possibilite essa consulta? Essa é a tarefa da gestão municipal e isso tem sido novamente encampado com o retorno dos debates da Câmara Técnica de Juventude.

Tomando como base as informações recolhidas e analisadas neste estudo, consideramos que esta Prefeitura tem reconhecido a importância de integrar cada vez mais as ações dirigidas ao público juvenil, principalmente a partir da orientação do Comitê de Política Social (dirigido pelos secretários municipais das pastas mais ligadas às políticas sociais) para a retomada da Câmara Técnica de Juventude¹⁴³.

A orientação do Comitê de Política Social denota duas questões importantes que merecem reflexão com relação à retomada da Câmara Técnica de Juventude.

Uma questão diz respeito à intensificação da problemática em torno da situação social juvenil, principalmente com relação ao aumento dos índices de homicídios entre os jovens da capital. Isso vem provocando o poder público municipal a tomar algumas medidas que tentem reduzir esses índices por meio da oferta de políticas e ações que propiciem alternativas e vivências para os jovens e qualifique suas políticas públicas.

Outra questão se refere à oscilante e morosa atividade que a CTJ tem assumido desde a sua proposição. Ela foi criada em 2006, sofreu um processo de desmobilização, tendo uma tentativa de retomada em 2008, sofrendo novamente outro processo de desmobilização. Somente em 2010 foi pressionada para retomar suas atividades através da provocação do Comitê de Políticas Sociais.

Desse modo, através da análise dos dados da pesquisa, tanto o agravamento da situação juvenil, quanto à fragilidade de sustentação dessa Câmara tem impulsionado o CPS a tomar atitude de encaminhar por sua retomada, inclusive orientando uma secretária municipal para assumir a coordenação dessa câmara, como estratégia de pressão política para que a CTJ tenha ações mais eficazes e contínuas.

Assim, concluímos que tanto o CPS como a proposta da retomada da CTJ vem à tona por uma visão de **juventude problema**. A preocupação da gestão municipal está relacionada com os

¹⁴³ A Câmara Técnica de Juventude já estava inativa desde 2008.

problemas em torno dos jovens e por uma questão que é política, pois Vitória é citada pelas pesquisas nacionais como uma das capitais com maior incidência de homicídios entre os jovens.

Através da análise das entrevistas e das ações estudadas, pôde-se perceber que o debate sobre a intersectorialidade e conhecimento da própria Câmara Técnica de Juventude e de suas potencialidades centraliza-se muito entre os gestores da GJUV/SEMAS, GRJ/SECOP e do CRJ. As demais entrevistas nos apontam informações sobre desconhecimento desse debate.

Embora a coordenação da CTJ prime pela representação das dez secretarias¹⁴⁴ mais atuantes da PMV com a juventude, foi possível perceber, através da análise das entrevistas, que os técnicos das demais iniciativas (Cine Kbça, Vitória da Qualificação, Núcleo Afro Odomodê, Circuito Cultural e Mobilização Estudantil) desconhecem sobre o debate feito nesse colegiado.

Nesse sentido, consideramos que a participação dos técnicos na CTJ não atinge um conjunto suficiente de gestores executores de políticas de juventude, ou mesmo, não tem havido uma discussão entre os representantes de cada secretaria junto aos profissionais responsáveis pela execução das ações a ponto de informá-los sobre o debate que tem sido feito na Câmara.

Consideremos um avanço que a Prefeitura abrigue um colegiado gestor específico para tratar das questões relacionadas à juventude da cidade. Entretanto, acreditamos que essa câmara também deve ter a capacidade de divulgar, construir e propiciar que os técnicos tenham acesso a um debate conceitual sobre a juventude. Além disso, deve fomentar cada vez mais sobre a ampliação da relação entre Estado e sociedade civil jovem.

Para conhecer abordagens conceituais e novas diretrizes de políticas de juventude, é preciso que os técnicos tenham oportunidade de se capacitarem. Todavia, muitos entrevistados destacaram que a demanda de atividades cotidianas os impede de construir momentos de estudos e

¹⁴⁴ Dentre essas, existe, pelo menos um técnico responsável por representar as seguintes secretarias municipais: 1. Trabalho e Geração de Renda, 2. Cultura, 3. Educação, 4. Assistência Social, 5. Esporte e Lazer, 6. Cidadania e Direitos Humanos, 7. Saúde, 8. Coordenação Política, 9. Gestão Estratégica e 10. Segurança Urbana.

reflexão sobre o tema com o qual trabalham. Mesmo assim, muitos deles indicam que suas equipes estão se organizando para garantirem esse espaço.

O Núcleo Afro Odomodê é o único programa que realiza atualmente grupos de estudos periódicos. No Centro de Referência da Juventude isso tem ocorrido de forma espontânea, sem uma periodicidade definida. A GJUV/SEMAS fomentava grupos de estudos há alguns anos, o que não ocorre mais. Os técnicos do projeto Mobilização Estudantil ressaltam fazem estudos em momentos livres, mas não junto à equipe. O restante dos técnicos entrevistados referente ao programa Vitória da Qualificação, o projeto Jogos e a Ação Circuito Cultural nunca promoveram ou participaram de espaços onde se discutisse o tema juventude. Os entrevistados dessas ações desconhecem se em algum momento a gestão municipal promoveu algum debate sobre a temática.¹⁴⁵

Como dissemos acima, através da análise das iniciativas desenvolvidas é possível dizer que se trata de uma Prefeitura que coloca a juventude como um segmento alvo de políticas públicas como de também de atenção política.

Entretanto, nossa análise vem a pontuar alguns ‘gargalos’ nessa condução que devem ser refletidos na gestão das políticas de juventude executadas pela PMV.

Em nossa análise uma questão se coloca como um paradoxo. O município apresenta uma modelo de gestão que prima pela intersetorialidade. Contudo, propõe para a gestão da Política de Juventude duas instâncias distintas, localizadas em secretarias distintas, com funções semelhantes e que encontram-se desafinadas no tocante do desenvolvimento das políticas de juventude da PMV, que são a GJUV/SEMAS e a GRJ/SECOP.

O que se torna obscuro nessa análise é o porquê dessa fragmentação na gestão da Política de Juventude, quando os discursos dos gestores da Secretaria de Gestão Estratégica da PMV pautam a importância da intersetorialidade. Tema que em nossa análise trata do exercício da integração

¹⁴⁵ Já ressaltamos anteriormente que desde o início da primeira gestão petista foram realizados dois seminários abordando a temática juventude e políticas públicas.

das políticas e ações públicas, onde considera-se a importância da totalidade de relações sociais num universo de diversidades. Nesse sentido, onde prima-se pela intersetorialidade, executa-se a fragmentação.

Outro ponto está relacionado com a concretização das ações públicas enquanto políticas públicas. Em nossa análise, entendemos que para que as iniciativas estudadas se configurem como ações públicas de Estado, nesse sentido, deve-se atuar em prol da continuidade dessa projeção e, se possível, deve-se promover algumas estratégias para garantir essa construção. Desse modo, consideramos que há duas questões muito importantes a serem refletidas pela Prefeitura na condução das políticas aqui analisadas.

Uma diz respeito ao debate já iniciado pela CTJ no sentido dessa gestão esforçar-se para elaborar uma Política Municipal de Juventude e provocar a criação de um projeto de lei que vise a criação de um Plano Municipal de Juventude a exemplo do PL 4.530/04 (Plano Nacional de Juventude).

Essas normatizações poderão dar maior legitimidade à Política de Juventude da capital como também deve garantir que as futuras gestões dêem continuidade à sua consolidação, de modo que a atuação em prol da juventude não seja algo opcional ao governo em exercício.

Outro ponto muito importante à questão da continuidade/descontinuidade das ações públicas e sociais dirigidas à juventude de Vitória relaciona-se à questão do vínculo instável de trabalho de muitos profissionais. Grande parte dos técnicos que trabalham nos projetos de juventude da PMV são contratados por um período determinado ou por meio das ONGs. Ou seja, a maioria dos profissionais são funcionários efetivos da PMV.

Isso pode incorrer numa rotatividade freqüente de técnicos. Essa rotatividade pode prejudicar tanto a continuidade das atividades como também o vínculo feito entre profissionais e os jovens participantes das ações. Com esse nível de vínculo de trabalho, corre-se o risco da não garantia dos projetos em desenvolvimento, inclusive em governos posteriores.

Outro aspecto está relacionado aos três projetos da GJUV/SEMAS (Centro de Referência da Juventude, Núcleo Afro Odomodê e o Cine Kbça) onde quase todos os funcionários estão contratados através das entidades parceiras e não diretamente pela prefeitura.

Essas três ações possuem um quantitativo em torno de trinta e três profissionais contratados. Porém, apenas dois deles são funcionários efetivos da PMV e ambos encontram-se somente no CRJ.

Além disso, há um número expressivo de estagiários trabalhando em quase todas as sete ações locais da prefeitura.

No caso dos Jogos Comunitários Vitória da Paz essa é uma realidade também preocupante. Numa equipe de trinta e um profissionais, todos os contratados são temporários, sendo vinte estagiários.

Na equipe do Projeto Mobilização Estudantil, embora tenha um número expressivo de funcionários efetivos (sete funcionários) num universo de doze pessoas, há sete estagiários na sua execução.

A modalidade de execução das ações Circuito Cultural e Vitória da Qualificação implica em terceirização dos serviços prestados, sejam para a realização das oficinas culturais ou para o desenvolvimento dos cursos de qualificação profissional. Esses programas possuem uma grande extensão de atendimento em toda a cidade, desse modo, não foi possível identificar seu total de funcionários. Mas, as equipes alocadas na PMV são compostas majoritariamente por profissionais contratados da própria prefeitura.

De certo que, podemos evidenciar que há vontade política da Prefeitura de Vitória no sentido de assumir uma pauta e um compromisso com a sua juventude local. Sem dúvida, é preciso fortalecer suas ações e atividades políticas em prol desse segmento.

Acreditamos que isso pode se dar pela via de contratações mais estáveis; construindo uma política municipal de juventude; propondo e mobilizando a sociedade para aprovação de

legislação municipal que beneficie esse segmento por meio de ações públicas mais contínuas e articuladas; fortalecendo e ampliando o debate intersetorial que está sendo feito pela Câmara Técnica de Juventude; fomentando a criação de instâncias de participação política juvenil a fim de ampliar cada vez mais a relação entre Estado e sociedade civil jovem sob o entendimento que a realidade e as demandas das juventudes são cada vez mais diversas e específicas.

Muitos e importantes passos foram dados por essa prefeitura até aqui. Em nossa revisão bibliográfica não encontramos textos que abordassem, por exemplo, Conselhos ou Fóruns de Juventude em âmbito municipal ou estadual ou mesmo que trate de um espaço intersetorial que debata especificamente as questões em torno da Juventude como a Câmara Técnica de Juventude. Nesse sentido, acreditamos que Vitória esteja sendo uma Prefeitura protagonista nessa discussão, bem com, nessa construção.

Por esses motivos, pelo esforço e ousadia dessa gestão municipal com a proposição de diferentes ações cujo delineamento é eminentemente local, ultrapassando assim a mera execução de programas “prontos” elaborados pelo governo federal que o tema nos surge como algo novo e estimulante. Nesse sentido, acreditamos ser este um interessante estudo e fértil para proposição de outras questões que podem surgir a partir desta reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. In: **Última Década**. nº 16, mar. 2002. Viña Del Mar: CDPA, p. 119-155.

_____. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Políticas de juventud y empleo juvenil: el traje nuevo del rey. In: **Ultima Década**. nº 22, CIDPA Valparaíso, ago. 2005, p. 63-94.

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M. (Orgs.). In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. São Paulo, 1997.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Cap. 2, p. 19-35.

ALCÂNTARA, Lúcio. **Poder local: gestão municipal**. Brasília: Caderno de Debates. Coleção Idéias. Nº 8, 2001.

ALMEIDA, Elmir de. Políticas públicas para jovens em Santo André. In: _____.; SOUTO, A.L.S. **Políticas Públicas: Mercado de Trabalho**. São Paulo: Polis, 2000.

ALMEIDA, Maria H. T. A política social no governo Lula. In: **Novos Estudos**. Nº 70. Nov. 2004. São Paulo: CEBRAP. p. 7-17.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. Collor e a aventura bonapartista. In: **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2005a. p. 7-11.

_____. A prefeitura e os dilemas do emprego. In: **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2005b. p. 97-98.

AVRITZER, Leonardo. Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: _____; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 13-60.

BANGO, Julio. Políticas de Juventude na América Latina: identificação e desafios. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 33-55.

BARRIENTOS-PARRA. O Estatuto da Juventude: instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. In: **Revista de Informação Legislativa**. n. 163, ano 41, jul./set. 2004. Brasília. p. 131- 151.

BAQUERO, Rute V. A.; HAMMES, Lúcio J. Que tipo de participação engendra os projetos sociais direcionados à juventude – instrumental, gestonária, consultiva ou de habilitação social e empoderamento? In: **II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, abr. 2007, Florianópolis, p. 591-605.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Georges; ALLUN, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17-27.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BECKER, Howard. S. Sobre Metodologia. In: _____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 17-46.

BOSCHETTI, Ivanete. A seguridade social na América Latina. In: _____. et al.. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 174-195.

BORDIEU, Pierre. Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.p. 112-121.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Plano nacional de juventude**: proposta para apreciação e debate. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2004.

BRASIL. Grupo Interministerial de Juventude. **Subsídios para a construção de uma política de juventude**: um balanço da atuação governamental. Brasília. maio 2004.

BRASIL. Ministério do Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/default.jsp>. Acesso em: 29 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. **O que é Pronasci?** Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRIE.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2010. Atualizado em 21.01.2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**: Ações Programáticas: Saúde do Adolescente e Jovem. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=241>. Acesso em: 18 jul. 2010

BRASIL. Presidência da república. **Portal da juventude**: Projetos. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/programas>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

BRASIL. Secretaria-Geral Da Presidência Da República. **Guia de políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2006.

BRENNER, Ana K.; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo C. R. A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil: Processos sociais e propostas políticas. In: **Revista de Estudos sobre Juventud - JOVENES**. 9ª Ed. n. 22. México, 2005. p. 194-211.

BRUCE, Karin B. **Entre os limites da cultura política e o fortalecimento da sociedade civil**: o processo do orçamento participativo no município de Cariacica. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CADERNOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLUME 1. LOAS e PNAS: Prefeitura Municipal de Vitória, 2006.

CADERNOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLUME 2. NOB/SUAS: Prefeitura Municipal de Vitória, 2006

CAMACHO, Luiza M. Y. **Juventude, Escolarização e Poder Local**. Relatório da 1ª fase da Pesquisa Políticas Públicas de Juventude na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

_____. A ilusão da moratória social para jovens das classes populares. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p. 135-157.

CARDOSO JR, José C. et al. **Longa caminhada, fôlego curto**: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude. Texto para discussão nº 1224. Brasília: IPEA. out. 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo B. O combate ao trabalho infantil na voz e na agenda da sociedade e do estado brasileiro. In: ARREGUI, Carola C. (Org.). **Erradicação do trabalho infantil**: dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2000. p. 13-41.

_____. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 19-29.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Jorge.; AQUINO, Luseni (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Texto para discussão nº 1335: IPEA, Brasília abr. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2010.

COSTA, João B. A. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. In: **São Paulo em Perspectiva**. n. 10 (3), 1996. p. 113-118.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. III, IV, V.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. Nº 24. São Paulo, 2003. p. 40-52.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. In: SALLUM JR., Brasília. **Revista Tempo Social**. v. 15, n. 2. São Paulo: USP, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/mostraArtigo.php>> Acesso em: 5 ago. 2009.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia estadunidense. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configurações, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENTREVISTADO 1. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 25 de maio de 2010.

ENTREVISTADO 2. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 26 de maio de 2010.

ENTREVISTADO 4. 2010. Entrevistas concedidas à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 31 de maio e 10 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 5. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 08 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 6. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 08 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 7. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 11 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 8. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 21 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 10. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 23 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 11a. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 24 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 11b. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 24 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 12. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 29 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 13a. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 29 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 13b. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 29 de junho de 2010.

ENTREVISTADO 15. 2010. Entrevista concedida à Camila Lopes Taquetti. Vitória. 20 de julho de 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**: as funções de previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

FÓRUM ESTADUAL DA JUVENTUDE NEGRA DO ESPÍRITO SANTO (FEJUNES).

Apresentação. Disponível em: <<http://www.fejunes.org.br/quem-somos/>>. **Acesso em:** 23 out. 2010.

FIGUEIREDO, Hermano; BARBOSA; Regina C. **Cineclubes**: organização e funcionamento. Maceió: Ideário Comunicação e Cultura, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ideario.org.br/cineclubismo/manual%20de%20cineclubismo%20-%20para%20site.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2006.

FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS. **Araçatiba:** terra de preto(a), terra de indígena, terra de santo?. 16 jun. 2007. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3408&Itemid=2>. Acesso em: 23 out. 2010. 2007.

FREITAS, Rosana C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. In: **Revista Katálysis**. v. 10, n. 1. Florianópolis, jan./jun., 2007, p. 65-74.

GAIO, André M. Juventude além da criminalidade. In: **Tempo e Presença Digital**. Ano 1, n.1. Rio de Janeiro, out. 2006. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=40&cod_boletim=1&tipo=Artigo>. Acesso em: 06 maio 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: _____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GOMES, Nilma L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: **Educação e Pesquisa**. v. 29, n. 001. São Paulo: Universidade de São Paulo. jan./jun, 2003, p. 167-182. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/298/29829112.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

HELMER, Fabrícia. P.; CALIARI, Hingridy. F. **Juventude, Políticas Sociais e Movimentos Culturais ligados à música (Funk, Reggae, Hip Hop e Rock) no município de Vitória:** em uma Análise das Políticas Públicas de Juventude. 2006. 225 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. BOSCHETTI. et al.. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª Ed., São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7ª Ed., São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude**: documento de conclusão: versão inicial para discussão, complementação e ajustes. São Paulo, 2004.

JUNQUEIRA, Luciano A. P. Articulações entre o serviço público e o cidadão. In: X Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración Pública, 2005, Santiago, p. 18-21. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <
<http://www.iiij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/junqueir.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2010.

JUNQUEIRA, Luciano A. P.; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: XI Concurso de Ensayos del CLAD “El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”, 1997, Caracas, p. 6-27 (Parte I). **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <
<http://unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/CLAD/UNPAN003743.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2010.

KRAUSKOPF, Dina. La construccion de políticas de juventud en Centroamerica. In: LEON DÁVILA, O. **Políticas publicas de juventud en America Latina**: políticas nacionales. Viña Del Mar: CIDPA, 2006. p. 13-46. Disponível em: <www.cidpa.cl/>. Acesso em: 22 dez. 2009.

LEÃO, Geraldo M. P. Dilemas das políticas de juventude no Brasil. In: Congresso Associação Latino-Americana de Sociologia - ALAS, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Disponível em:
<http://www.joveneslac.org/portal/000/brasil/CONGRESSO_ALAS_POA_2005.doc>. Acesso em: 12 jul. 2009.

LEITE, Izildo C. Representando a miséria e os miseráveis: desconhecimento, piedade e distância. In: **Idéias**: Campinas (SP), IFCH/Unicamp, ano 12, n. 1, 2005. p. 357-410.

LEÓN DÁVILA, Oscar. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

LESBAUPIN, IVO. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LORENZI, Gisella W. **Uma breve história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. 2007. Disponível em: <www.promenino.org.br>. Acesso em: 14 nov. 2009.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: CARVALHO, A. X. Y. et al. (Orgs.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: IPEA. Cap. 1. 2007. p. 13-21.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARQUES, Rosa; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. In: **Revista Katálysis**. v. 10, n. 1. Florianópolis, jan./jun., 2007, p. 15-23.

MARTINS, Heloisa H. T S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**. v. 30. n. 2. São Paulo. mai./ago., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

MARTINS, Rafael D.; VAZ, José C.; CALDAS, Eduardo. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. In: **Revista da Administração Pública**. v. 44 n. 3. Rio de Janeiro. maio/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n3/02.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020. p. 559-590.

_____.; CALDAS, Eduardo. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. In: **Interações**. v. 10. n. 2. Campo Grande. jul./dez. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a08.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MELIM, Juliana I. **19 anos de Estatuto da Criança e do adolescente**: a contramola que resiste. 2009. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

MELO, Marcus A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.) **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 11-28.

MINAYO, Maria Cecília S. Entre vôos de águia e passos de elefante: caminho de investigação na atualidade. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Orgs). **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 17-27.

_____; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Cadernos de Saúde Pública**. v. 9. n. 3. Rio de Janeiro. Jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

MISHA, Ramesh. **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**. Tradução Ana Barradas. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1995.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2002.

NOVAES, Regina C. R. et al. (Orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

_____. Nada será como antes: notícias das juventudes sul-americanas. In: **Observatório da Cidadania**, 2007. p. 99-107. Disponível em: <<http://www.ibase.br/userimages/nada.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2010.

PAIS, José. M. **Culturas Juvenis**. 2. Ed. Lisboa: Editora Casa da Moeda, 2003.

PASTORINI, Alejandra. Assistencialização da proteção social e os programas de combate da pobreza no Brasil. In: **Ser Social**. n. 18, v.1. Brasília, jan./ jun., 2006, p. 253-284.

PÉREZ, Moisés D.; DE LA TORRE, Hector M. G. Políticas Locales de Juventud en México. In: **Políticas Publicas de Juventud en America Latina: políticas locales**. Viña Del Mar: CIDPA Ediciones, maio 2003.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas: subsídio à crítica dos mínimos sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTELLI, HUGUES. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Centro de Referência da Juventude. **Projeto Político Pedagógico Reformulado**, 2008.

_____. **Diagnóstico das Políticas de Juventude**. Gerência de Planejamento de Governo, 2008.

_____. **Orçamento Participativo**: Plano de Investimentos e Serviços. Ago. 2006.

_____. **Orçamento Participativo 2008/2009**: o que é melhor para Vitória é você quem ajuda a decidir. maio 2007a.

_____. **Orçamento Participativo 2008/2009**: critérios técnicos. maio 2007b.

_____. **Critérios do Orçamento Participativo 2010-2011**. maio 2009.

_____. **Orçamento Participativo**: uma prática democrática. s/d.

_____. **Vitória em dados**. Disponível em:
<<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/home.asp>>. Acesso em: 31 ago. 2010. 2010a.

_____. **Modelo de gestão**: conheça as instâncias de debate e decisão. Secretaria de Gestão Estratégica. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/seges.php?pagina=comofunciona>>. Acesso em: 16 jun. 2010. 2010b.

_____. **Combate ao racismo nas escolas da rede pública**. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semi.php?pagina=combatearacismo>>. Acesso em: 23 out. 2010. 2010c.

_____. Jornal do circuito cultural. **Publicação da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Vitória**. Ano I. Ed. I. dez. 2009.

_____. Mobilização estudantil. **Fala galera!** A participação estudantil na rede municipal de Vitória. Secretaria de Educação. Vitória. 2010.

QUAPPER, Klaudio D. ¿Juventud o juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a lãs juventudes de nuestro continente. In: BURAK, S. D. (Org.). **Adolescencia y Juventud en America Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

QUIROGA, Consuelo. **Trabalho e formação da identidade juvenil**: reconhecimento de trajetórias de jovens pobres. Belo Horizonte, 2001. 243 f. Tese de doutorado (Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

RAGATTIERI, L. L.; SILVA, S. L. P. **Olhares da juventude**: a trajetória das políticas de juventude do município de Vitória na assistência social: desafios do Centro de Referência da Juventude (CRJ). 2009. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 73-87.

_____. **Esfera pública e Conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Cap. I).

ROMERO, Ricardo Montoro. Fundamentos teóricos de la política social. In BRACHO, Carmén A.; FERRER, Jorge G. **Política Social**. Madrid: McGraw-Hill, 1998.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. v. 2, p. 731-749. Disponível em: <<http://www.cnpd.gov.br/public/public.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

SCHULTZ, Aline P. TAQUETTI, Camila L. MATTOS, Marilucia S. **Movimento Estudantil e Formação Profissional**: conexões possíveis de uma trajetória de lutas e contribuições. 2006. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

SICSÚ, João. Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula. In: **Economia e Sociedade**, v. 12, n. 2 (21), Campinas, jul./dez. 2003. p. 311-327.

SILVA, Márcia. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. In: **Sociedade & Natureza**. v. 2, n. 20, Uberlândia, dez. 2008. p. 69-78.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Ana S. A. de. **Código de Menores x ECA**: mudanças de paradigmas, 2002. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

SPOSITO, Marília. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003a.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003b. p. 57-75.

_____. Introdução – Espaços Públicos e Tempos Juvenis. In: SPOSITO, M. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p. 5-43.

_____; CARRANO, Paulo C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p.16-39, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

_____; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. In: **Tempo Social**. São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005. p. 141-172.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 91-102.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 158-166.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central.

Normalização de referências: NBR 6023:2002. Vitória: biblioteca, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos acadêmicos.** Vitória: biblioteca, 2006.

VIANNA, Maria Lucia W. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Orgs.). **Política Social e democracia.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 173-195.

VIEIRA. Evaldo. **Democracia e Política Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Estado e miséria social no estado capitalista:** de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1985.

WAISELFISZ, Júlio J. **Mapa da violência 2006:** os jovens do Brasil. Brasília: OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), 2006.

_____. WAISELFISZ, Julio. J. **Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2007.** Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia; Instituto Sangari; RITLA, 2007.

_____. **Mapa da Violência dos municípios brasileiros.** Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Governo Federal, 2008.

WAMPLER, Brian. Orçamento Participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 61-86.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Desafios da sociedade civil brasileira em seu relacionamento dialético com o Estado e o mercado. In: RICO, E. de M.; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Gestão Social: uma questão em debate.** São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 105-127.

WIKIPÉDIA. **Vitória (Espírito Santo).** Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Vit%C3%B3ria_\(Esp%C3%ADrito_Santo\)#cite_note-censos-9](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vit%C3%B3ria_(Esp%C3%ADrito_Santo)#cite_note-censos-9)>. Acesso em: 31 ago. 2010a.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [on line]. v. 12, n. 35. São Paulo, fev. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 04 jul. 2009.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro Entrevista:

1. Identificação dados Projeto:
 - a) Nome do Projeto:
 - b) Secretaria:
 - c) Setor responsável pela execução:
 - d) Cargo e profissão:
 - e) Há quanto tempo está no cargo:
 - f) Vigência do projeto:
 - g) Quantos jovens são atendidos em média?
 - h) Qual a faixa etária atendida?
 - i) Composição da equipe:
 - j) Gestão/Execução direta ou compartilhada?
2. O que você sabe sobre o processo de constituição desse projeto?
3. Você considera esse projeto uma política pública/social de juventude? Por quê?
4. Quais indicadores impulsionaram a criação desse projeto? O que motivou a gestão a propor essa ação?
5. Caracterize o projeto, quais ações são desenvolvidas nesse projeto e qual o objetivo delas?
6. Qual o critério para um jovem participar desse projeto?
7. Houve referência em outras ações para proporem esse projeto?
8. Estabeleceram alguma interlocução com os segmentos juvenis para pensar e implementar o projeto? Como se deu essa interlocução na fase de elaboração e agora na execução? Que segmentos estiveram ou estão presentes nesse processo?
9. Como a gestão desse setor tematiza a situação/condição da juventude? Criaram-se espaços de debate sobre juventude, como: seminários, cursos, visitas técnicas, grupos de estudos? Se sim, qual o foco abordado?
10. Como esse se dá a intersetorialidade na gestão das políticas públicas de juventude na Prefeitura de Vitória, como é conduzida a relação entre os setores da PMV com essa política? Há espaço institucional para discussão?
11. No caso de gestão/execução compartilhada, como se dá a relação com a instituição parceira? Qual a responsabilidade da instituição na execução desse projeto? Fale sobre os limites e as possibilidades dessa forma de gestão.
12. Quais os maiores avanços e desafios percebidos com a proposição desse projeto? E o que é preciso ser feito para qualificar e fortalecer-lo?
13. Em sua opinião, esses projetos atendem aos objetivos propostos?
14. Qual a sua concepção de juventude?
15. Há alguma questão que você considera que eu deveria ter feito e não fiz?

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Coordenação do Programa de Pós- Graduação em Política Social
Mestrado
Universidade Federal do Espírito Santo

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa que visa **Identificar e analisar a concepção e a perspectiva que orienta a execução das políticas locais voltadas ao público juvenil executadas pelos diferentes setores da Prefeitura Municipal Vitória.**

Por intermédio deste termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa”.

_____, _____ de _____ de 2010.

Participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____